

ROSA MARIA DE SOUSA MARTINS

A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO EM MINAS GERAIS: O
INSPETOR ESCOLAR ENQUANTO AGENTE DO PROJETO
RACIONALIZADOR MINEIRO (1906 – 1938)

UBERÂNDIA
2014

ROSA MARIA DE SOUSA MARTINS

A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO EM MINAS GERAIS: O
INSPETOR ESCOLAR ENQUANTO AGENTE DO PROJETO
RACIONALIZADOR MINEIRO (1906 – 1938)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: História e historiografia da educação.

Orientação: Prof. Doutor Carlos Henrique de Carvalho.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERÂNDIA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M3860
2014

Martins, Rosa Maria de Sousa, 1960-

A organização da instrução em minas gerais : o inspetor escolar enquanto agente do projeto racionalizador mineiro (1906 – 1938) / Rosa Maria de Sousa Martins. - 2014.

254 f. : il.

Orientador: Carlos Henrique de Carvalho.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

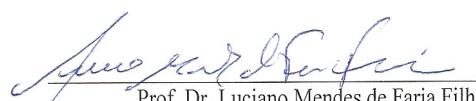
Inclui bibliografia.

1. Avaliação educacional - Teses. 2. Análise de sistemas (Educação) - Teses. 3. Educação - História - Teses. 4. Supervisão escolar - Teses. I. Carvalho, Carlos Henrique de. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG



Profa. Dra. Rogéria Moreira Rezende Isobe
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM



Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. Sáulóéber Tarsio de Souza
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Uberlândia, 12 de dezembro de 2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Gaspar e Zélia, pela vida, pelos esforços dedicados à formação dos filhos e pelo exemplo de dignidade, generosidade e simplicidade. Por me ensinarem a enfrentar as lutas da vida com inteireza e valentia.

Ao meu esposo, Alexuel Martins e aos meus filhos, Rodrigo e Aline que acompanharam de perto a construção desta história, por compreenderem a importância deste trabalho na minha vida e por relevarem as várias horas dedicadas a este trabalho e não a eles.

Aos meus irmãos Gilmar, Gilson, Ângela e Luciene pelo apoio em vários momentos da vida.

... “à culminação de um esforço, aparece uma satisfação; à conclusão de um trabalho, a sensação imediata de um dever cumprido que é sempre, um fragmento de felicidade” (GONZÁLEZ PECOTCHE, 1996, p. 396).

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão especial a Deus e a todos que partilharam comigo dos vários momentos desse intenso percurso de estudos e de pesquisas, permeados por muitas reflexões, inquietações, incertezas, descobertas e alegrias. Ao professor Carlos Henrique de Carvalho, pela atenção, dedicação, disponibilidade; pelos ensinamentos que muito contribuíram para o meu amadurecimento intelectual e científico; pelas orientações precisas, pautadas sempre pelo respeito e delicadeza no trato. Aos professores do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, pelos diálogos que possibilitaram formar e ampliar conceitos importantes para a pesquisa. Em especial, aos professores Humberto Aparecido de Oliveira Guido e Sauloéber Társio de Souza, pelas contribuições e sugestões no exame de qualificação. À professora Rogéria Moreira Rezende Isobe, pelas indicações de materiais históricos. A todos os colegas do Mestrado e do Doutorado do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED/UFU), pelos momentos de aprendizado e pela convivência durante as aulas. À Gianny Carlos Freitas Barbosa e ao James Madson Mendonça, pela atenção na Secretaria do Programa de Pós Graduação em Educação. Ao Arquivo Público Mineiro, personalizado pela diretora Ana Maria de Souza e aos funcionários Denis Soares da Silva, Elma Amaral da Silva, Emerson Barroso e Thiago Vitral, pelo atendimento às nossas solicitações no levantamento dos documentos contidos no acervo dessa instituição. Ao colega de doutorado, Josemir Almeida Barros, pela calorosa acolhida em Belo Horizonte, durante a visita ao Arquivo Público Mineiro, ao Museu da Escola - Centro de Referência do Professor. À Escola Técnica de Saúde/UFU, personalizada por todo seu corpo docente, discente e técnico administrativo, pela oportunidade de realização do Curso de Doutorado. Em especial às professoras Eneida de Mattos Faleiros e Maria Helena Ribeiro Godoy e aos professores Noriel Viana Pereira e Francisco José Guimarães de Freitas pelo apoio, incentivo e amizade. Às colegas e amigas do Setor Pedagógico da Escola Técnica de Saúde/UFU, Fátima Conceição Ferreira, Beatriz Lemos Stutz, Rosemeire Fabrício dos Santos e Almerinda Santos, pela compreensão e por terem partilhado de minhas dúvidas e alegrias. À professora Ivalda de Fátima Oliveira, pela contribuição no português e a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para o desenvolvimento desta tese, guardarei sempre uma eterna gratidão "... e estampo nessa gratidão a lealdade com que conservo essa recordação, a qual jamais pôde empalidecer ali onde se encerra tudo quanto constitui a história de minha vida" (GONZÁLEZ PECOTCHE, 1996, p.208).

LISTA DE QUADROS

QUADRO I	Legislação do Ensino que caracterizou a política educacional nacional de 1890 a 1938.....	35
QUADRO II	Reformas Educacionais Estaduais - Década de 1920	39
QUADRO III	Reformas Educacionais Estaduais- Administração Escolar - 1920.....	46
QUADRO IV	Reformas Educacionais Estaduais -Administração Escolar - 1920	48
QUADRO V	Reformas Educacionais Estaduais -Organização pedagógica -1920.....	51
QUADRO VI	Reformas Educacionais Estaduais - Inspeção do Ensino - 1920.....	64
QUADRO VII	Reformas Educacionais Estaduais - Inspeção do Ensino - Deveres e Atribuições do Inspetor - 1920	67
QUADRO VIII	População do Brasil e das unidades políticas, Segundo os recenseamentos de 1872 a 1940.....	75
QUADRO IX	Reformas Educacionais do Estado de Minas Gerais.....	84
QUADRO X	Reformas Educacionais do Estado de Minas Gerais	97
QUADRO XI	Reformas Educacionais do Estado de Minas Gerais. Finalidades do Ensino e a Organização Pedagógica	102
QUADRO XII	Reformas Educacionais do Estado de Minas Gerais. Programas e Métodos de Ensino Primário e Normal - 1892 a 1928 ...	110
QUADRO XIII	Reformas Educacionais do Estado de Minas Gerais. Programas e Métodos de Ensino Primário e Normal - 1930 a 1938 ..	111
QUADRO XIV	Reformas Educacionais do Estado de Minas Gerais. Aspectos da Inspeção do Ensino 1892 a 1928.....	119
QUADRO XV	Reformas Educacionais do Estado de Minas Gerais. Aspectos da Inspeção do Ensino - 1930 a 1938	120
QUADRO XVI	Artigos publicados na Revista do Ensino por Assistentes Técnicos..	159

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA I	Resultados Censitários. Distribuição da população, segundo a instrução de 1890 a 1940.....	19
TABELA II	Comercialização do Café de 1920 a 1935.....	22
TABELA III	Censo Industrial, segundo os grupos de indústrias de 1920 a 1939	23
TABELA IV	Recenseamento escolar de 1907 a 1940	28
TABELA V	Recenseamento da população brasileira, acima de 15 anos. Distribuição segundo a instrução de 1900 a 1940	43
TABELA VI	População alfabetizada acima de 15 anos por unidades políticas em 1920	43
TABELA VII	População alfabetizada acima de 5 anos por unidades políticas em 1940	45
TABELA VIII	Distribuição da população do Brasil/Minas Gerais, segundo a instrução em 1920.....	82
TABELA IX	Situação do Ensino Primário em Minas Gerais de 1901 a 1930	91

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I	Primeira divisão do território do Brasil em grandes regiões	73
FIGURA II	Subdivisão do Estado de Minas Gerais em dez regiões.....	74
FIGURA III	Mapa do Estado de Minas Gerais	77

RESUMO

Esta tese se propôs investigar as estratégias mobilizadas pelos reformadores mineiros para operacionalizar mudanças pedagógicas, no âmbito do projeto racionalizador mineiro, no movimento de organização da instrução pública, entre 1906 e 1938, por meio da análise de legislações educacionais, mensagens presidenciais, textos publicados na Revista do Ensino, atas de reuniões de professores, relatórios dos inspetores, bem como do estudo de um amplo referencial teórico sobre o tema em pauta. Para compreendermos como o inspetor escolar se transformou em um agente da proposta de racionalizar e desenvolver o estado, a partir do processo de organização da instrução pública, fizemos um mapeamento das principais reformas educacionais, ocorridas nesse período, sobretudo das reformas João Pinheiro e Francisco Campos, buscando destacar as mudanças administrativas e pedagógicas, bem como a reorganização do serviço de inspeção técnica do ensino e a redefinição das atribuições do inspetor escolar. Selecionei e estudamos, nas mensagens, as informações sobre os procedimentos administrativos vinculados ao ideário republicano de difundir e estabelecer o ensino primário no estado, os apelos em torno da redução do analfabetismo e da formação do cidadão, a preocupação com as questões financeiras e os aspectos sobre a inspeção do ensino e o trabalho do inspetor escolar, no sentido de apreender, do discurso oficial, as intenções subjacentes. Relacionamos e analisamos diversos textos publicados na Revista do Ensino sobre a formação do inspetor, após a reforma de 1927, bem como os produzidos pelos inspetores escolares para divulgar e fomentar, entre os professores, o uso dos novos referenciais pedagógicos. Nos relatórios desses profissionais e nas atas de reuniões de professores, procuramos identificar como os inspetores fiscalizaram as condições físicas, materiais e pedagógicas das escolas e como orientaram e avaliaram os professores. Com base no referencial teórico e nos dados documentais, podemos afirmar que, frente aos ideais republicanos de constituição de um estado moderno, a partir da Reforma João Pinheiro, o serviço de inspeção técnica do ensino ganhou centralidade e foi se estruturando no sentido de organizar a instrução pública, em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, o inspetor escolar se destacou como um instrumento de controle e fiscalização do ensino e de formação dos professores, mas os documentos evidenciaram os seus limites. Em 1927, a Reforma Francisco Campos reestruturou o serviço de inspeção e os inspetores, mediante um rigoroso processo de seleção e de formação, transformaram-se em agentes do estado, articuladores de uma nova proposta pedagógica, no sentido de impor, produzir e reproduzir o que estava prescrito na lei, para organizar o ensino e modernizar o estado. No entanto, as ações foram marcadas pela incoerência entre a defesa de valores de uma sociedade moderna em um ambiente agrário, oligárquico e conservador e por obstáculos decorrentes, principalmente, da insuficiência de verbas destinadas à educação, exigindo contínuas mudanças e reajustamentos legais. Assim, o serviço de inspeção técnica do ensino, criado em 1906, foi extinto em 1938 e passou a ser um órgão de menor relevância.

Palavras-chave: Reformas educacionais, Inspeção do ensino, Inspetor escolar, Racionalização.

ABSTRACT

This thesis sets out to investigate the strategies mobilized by the miners reformers to operate pedagogical changes under of the rationalization project in Minas Gerais, in the organization movement of public education between 1906 and 1938, through the analysis of education law, presidential messages, texts published in the Journal of Education, teacher meeting minutes, inspectors' reports, as well as the study of a broad theoretical framework on the topic at hand. To understand how the school inspector turned into an agent of the proposition to rationalize and develop the state, from the process of organization of public instruction, we mapped the major educational reforms that occurred in this period, especially the reforms of João Pinheiro and Francisco Campos, seeking to highlight administrative and pedagogical changes, the reorganization of the technical inspection of the teaching service and the refocusing of the school inspector. We selected and studied, in the messages, information on administrative procedures linked to the republican ideals of spreading and establishing primary education in the state, appeals around the reduction of illiteracy and the formation of citizen concern about financial issues and aspects on the inspection of teaching and the work of the school inspector, in order to apprehend, from the official discourse, the underlying intentions. We related and analyzed various texts published in the Journal of Education about the formation of the inspector, after the reform of 1927 and also those texts produced by the school inspectors, to publicize and promote, among teachers, the use of the new pedagogical framework. In the reports of professionals and in the meeting minutes of teachers we sought to identify how the inspectors oversaw the physical, material and pedagogical conditions of schools and how teachers were guided and assessed. Based on the theoretical benchmark in the documentary data, we can say that, compared to the republican ideals of the constitution of a modern state, from the João Pinheiro reform, the technical inspection service gained centrality in education and was then structured in order to organize public instruction in Minas Gerais. At the same time, the school inspector stood as an instrument of control and supervision of the education and training of teachers, but the documents also showed their limits. In 1927, the Francisco Campos reform restructured the inspection service and the inspectors through a rigorous selection and training process, turning them into agents of the state, organizers of a new pedagogical proposal to impose, produce and reproduce that which was prescribed by law, in order to organize teaching and modernize the state. At the same time, the actions were marked by inconsistency between the defense of the values of a modern society in an agrarian, conservative and oligarchic environment and obstacles arising mainly from inadequate funding for education, requiring continuous changes and legal adjustments. Thus, the education inspection service, created in 1906, was abolished in 1938 and became an organ of minor importance.

Keywords: educational reforms, inspection of education, school inspector, rationalization

SUMÁRIO

Introdução 11

Capítulo 1

“DILEMAS” DA PRIMEIRA REPÚBLICA: A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO MODERNO VIA EDUCAÇÃO 17

1.1 O Estado frente à necessidade de modernização: as reformas educacionais 17

1.2 Reformas educacionais e a perspectiva de formar a sociedade brasileira 31

1.3 As iniciativas de organização da educação pública em Minas Gerais 40

1.4 As inovações administrativas e pedagógicas nas reformas educacionais 45

1.5 A inspeção do ensino nas reformas educacionais 59

Capítulo 2

MINAS GERAIS E AS REFORMAS EDUCACIONAIS:

SINAIS DE MODERNIZAÇÃO 72

2.1 A Constituição de um Estado Moderno via as reformas educacionais 72

2.2 As iniciativas de mudanças nos campos administrativo, pedagógico e no serviço de inspeção escolar 83

2.3 O serviço de inspeção do ensino nos novos marcos legais 119

Capítulo 3

A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DOS INSPETORES ESCOLARES EM MINAS GERAIS 127

3.1 A instituição do curso de aperfeiçoamento 127

3.2 A seleção e formação dos inspetores 145

3.3 “Assistentes Técnicos”: articuladores dos novos métodos e técnicas de ensino 158

Considerações finais 177

Referências 181

Anexo I 198

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar as estratégias mobilizadas pelos reformadores mineiros para operacionalizar mudanças pedagógicas no âmbito de um projeto racionalizador mineiro, no período de 1906 a 1938, surgiu ainda no mestrado, em 2008, quando investigamos o assunto sobre as professoras primárias do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, da cidade de Uberlândia/MG, entre os anos de 1930 a 1950. Durante a pesquisa, no levantamento e no exame das fontes documentais¹, como a legislação educacional, os discursos presidenciais, os relatórios e as atas de reuniões² de professoras, a presença e a atuação dos inspetores nas reuniões pedagógicas das professoras chamaram a nossa atenção. Em vista disso, foi possível flagrar o serviço da inspeção escolar como uma das importantes estratégias mobilizadas pelos reformadores mineiros no processo de organização da instrução de Minas Gerais, nos primeiros anos da República o que constituiu-se a proposição a ser discutida nesta tese.

Embora a temática sobre a organização da instrução pública, nos primeiros anos da República em Minas Gerais, seja assunto recorrente entre os pesquisadores da área educacional³, nossa pesquisa bibliográfica prévia apontou a carência de trabalhos sobre o objeto em questão.

¹ Respeitou-se, nas citações, a escrita (as regras gramaticais) da época em estudo.

² As reuniões se realizavam de acordo com o Regulamento do Ensino Primário do Decreto nº 7.970 A, assinado em 15 de outubro de 1927. Documentação encontrada no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. As atas se constituíram em importante fonte documental para nos esclarecer quanto às orientações e às normas que eram repassadas para as professoras, pelos inspetores de ensino, professoras técnicas e a direção da escola, como parte do ideário republicano de formar o povo brasileiro dentro dos princípios de civilizar, de moralizar e de regenerar, para atingir o progresso.

³ CARVALHO, M. M. C. de. Escola, analfabetismo e reforma da Instrução Pública na década 1920. In: FARIA FILHO, L. M. de; LOPES, E.M.T. & VEIGA, C. G.. 500 anos de educação no Brasil. 2^a Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000; CARVALHO, M. M. C. de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, D. G. & HILSDORF, M. L. S. Tópicos de história da educação, São Paulo: Edusp, 2001, p. 137-167; CARVALHO, M. M. C. de. A Escola e a República e outros ensaios. Bragança Paulista: EDUSF, São Paulo, 2003; FARIA FILHO, L. M. de; VAGO, T. M. A Reforma João Pinheiro e a Modernidade pedagógica. In: Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Set/2000. p. 33-47; FARIA FILHO, L. M. de. Instrução elementar no século XIX. (Orgs.) LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, C. G. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000. p. 136-150; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Rio Grande do Sul: Ed. Passo Fundo, 2000; FARIA FILHO, L. M. de. Dos Pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906-1918). Tese (doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1996; MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G. & ARAÚJO, J. C. S. (orgs). Reformas educacionais: manifestações da escola Nova no Brasil (1920 a 1946). Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2011; ISOBE, R. M. R. Moldando as práticas escolares: Um estudo sobre os Relatórios da Inspeção Técnica do Ensino no Triângulo Mineiro (1906-1911). (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2004; ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. Educação e Civilidade no sertão: Práticas de Constituição do Modelo escolar no Triângulo Mineiro (1906-1920). (Tese de Doutorado). Pontifícia

Ademais, conforme Veiga (1999), Faria Filho (2000) e Isobe (2004; 2008), nos primeiros anos da República, os inspetores se destacaram e foram importantes no movimento de renovação do ensino e de organização da instrução pública. Assim, decidimos analisar as estratégias mobilizadas no âmbito das reformas educacionais, na perspectiva de modernizar o estado, focalizando a importância do serviço da inspeção escolar nesse processo.

A nossa pesquisa tem como marco inicial o ano de 1906, pois nesta data foi implementada uma ampla reforma do ensino – Reforma João Pinheiro – na qual foi criado o Serviço de Inspeção Técnica do Ensino. Destacamos as mudanças implementadas no âmbito da reforma educacional de 1927 – Reforma Francisco Campos – e delimitamos como marco final para os propósitos da tese, o ano de 1938, momento em que o expressivo movimento reformador iniciado em 1906 começa a ser minado e o serviço de inspeção foi extinto, criando-se uma inspetoria de ensino, sob a coordenação de técnicos auxiliares do Secretário da Educação.

Apesar de o nosso recorte iniciar em 1906, analisamos algumas iniciativas voltadas para a organização do serviço de inspeção educacional no Estado, em 1892, na Reforma Afonso Pena, quando foram instituídos os cargos de inspetores municipais, distritais e os de seis inspetores ambulantes. Investigamos, também, a organização da instrução pública, a partir das reformas educacionais da década de 1920, época em que a ideia de formação da sociedade, pela educação, retornou com força, face às dificuldades sociais, políticas e econômicas enfrentadas nos primeiros anos da República e à constatação de que as promessas republicanas, de modernizar o estado, não se realizaram.

Dentre as reformas da década de 1920, destacamos a Reforma Francisco Campos, por ter reorganizado o serviço de inspeção técnica do ensino e redimensionado o trabalho do inspetor visando aperfeiçoar o sistema de fiscalização, ampliar o controle sobre o ensino e introduzir novos métodos e processos de ensino.

Nossa hipótese é que, após a proclamação da República, o serviço de inspeção escolar ganhou centralidade no processo de organização da instrução pública, como importante estratégia na implementação de um projeto racionalizador mineiro. Nesse sentido, o serviço de inspeção do ensino foi reformulado e o inspetor escolar⁴ se

Universidade Católica de São Paulo, 2008. GONÇALVES NETO, W. & CARVALHO, C. H. O Município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república, Ed. Alínea, São Paulo, 2012.

⁴ Em 1906, a partir da reforma João Pinheiro, pelo Decreto nº. 1.960, o inspetor escolar recebeu o nome de “Inspetor Técnico Regional” e em 1927, na reforma Francisco Campos, pelo Decreto nº. 7.970, o

configurou, como um agente do estado, para articular as novas propostas do ensino, junto aos professores e fiscalizar o funcionamento do sistema escolar, todavia houve dificuldades várias.

Para construirmos a história do nosso objeto de pesquisa, iniciamos a pesquisa visitando os arquivos públicos, as bibliotecas, a Assembleia Legislativa do estado e o Centro de Referência do professor em Belo Horizonte, visando localizar e selecionar os documentos que poderiam se transformar em fontes históricas, consideradas por Júlio Aróstegui (2006), em princípio, como sendo “todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 491).

No setor de documentação e de informação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pesquisamos as leis, os decretos, os regulamentos e os programas de ensino. No Arquivo Público Mineiro e na biblioteca do Instituto de Educação de Minas Gerais, localizamos diversos exemplares da Revista do Ensino, de 1926 a 1940, com artigos relacionados à instrução pública e ao serviço de inspeção do ensino.

Nesse Arquivo Público localizamos os relatórios dos inspetores de 1908 e 1918.⁵ Infelizmente, após minuciosa busca no referido Arquivo e nos documentos do Museu da Escola, instalado no Centro de Referência do Professor, em Belo Horizonte, não conseguimos localizar os relatórios de inspetores, das décadas de 1920 e 1930, enviados à Secretaria do Interior. Entretanto, nesse Centro de Referência do Professor,

inspetor escolar passou a ser chamado de “Assistente Técnico” do ensino e em 1932, o Decreto nº. 10.362 criou o cargo de “Professora Técnica” do ensino e algumas “Assistentes Técnicas” assumiram esse cargo.

⁵ Relatório apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Secretario do Interior pelo inspetor Antônio Loureiro da Fonseca Lima. Uberaba, 3 de março de 1908. Códice: SI – 3264; Relatório especial do regional Antônio Orsini, relativo a escola do professor João Pedro de Alcântara, de Cattas Altas de Noruega. 25 de Março de 1918. Códice: SI-3788; Relatório de inspeção feita pelo inspetor Lindolpho Gomes à escola masculina do distrito de Sant’Anna do Deserto, município de Juiz de Fora, 14 de Outubro de 1918. Códice: SI-3792; Relatório da visita feita á escola mixta do bairro da Tapera, em Juiz de Fora, apresentado pelo inspector regional Lindolpho Gomes (2º quinzena de Julho de 1818) Códice: SI-3792; Relatório da Inspectoria Regional do Ensino, em Juiz de Fora, referem-se á segunda quinzena de Fevereiro de 1918, apresentado pelo Inspetor Regional Lindolpho Gomes. Códice: SI-3792; Relatório da inspecção regional do município de Juiz de Fora, referente á 1º quinzena de Maio de 1918, apresentado pelo inspector regional do ensino Lindolpho Gomes. Códice: SI-3792, Relatório da inspecção regional do município de Juiz de Fora, referente á 1º quinzena de Maio de 1918, apresentado pelo inspector regional do ensino Lindolpho Gomes. Códice: SI-3792; Relatório da Inspectoria Regional do Ensino, em Juiz de Fora, referente á 2º quinzena de Abril 1918, apresentado pelo inspector regional do ensino Lindolpho Gomes. Códice: SI-3792, Relatório da Inspectoria Regional do Ensino, em Juiz de Fora, referente á 2º quinzena de Abril 1918, apresentado pelo inspector regional do ensino Lindolpho Gomes. Códice: SI-3792; Relatórios de inspeção na escola Júlio Bueno Brandão, em Uberabinha, 15 de Julho de 1918, Alberto da Costa Mattos, inspetor regional. Códice: SI 3799; Relatório da primeira quinzena de setembro do corrente anno sobre o grupo escolar de Uberaba, apresentado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Secretario do Interior pelo regional, Ernesto de Mello Brandão em 17 de setembro de 1918. Códice: SI 3798.

encontramos os relatórios “Termos de Visitas” de inspetores, de 1932 a 1937, do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte.⁶

Para ampliarmos o nosso corpus documental, pesquisamos no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, de Uberlândia as atas de reuniões de professoras com informações referentes à atuação dos inspetores, de 1932 a 1936. No Anuário Estatístico do Brasil, de 1936, publicado no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁷, colhemos informações sobre os índices de alfabetização no país e no estado, de 1890 a 1940 e sobre o censo escolar, de 1907 a 1940.

Recorremos também às Mensagens Presidenciais publicadas no site Center for Research Libraries, Global Resources Network, Provincial Presidential Reports (1830-1930)⁸. Elaboradas pelo poder executivo, em formato de relatórios e direcionadas ao poder legislativo, as mensagens continham informações concisas sobre os procedimentos da administração pública, em relação aos diversos assuntos do governo. Traziam as estatísticas em geral, os balanços, apelos, avaliações a respeito da escassez de recursos, as projeções futuras. As mensagens destacavam os aspectos relativos às reformas do ensino, às estatísticas educacionais, ao analfabetismo, ao financiamento da educação, às condições materiais das escolas, à formação do professor e ao serviço de inspeção do ensino.

Na análise dos documentos disponíveis consideramos a sua correspondência com o objeto de estudo e buscamos compreender as intenções subjacentes ao documento. Por isso, levamos em conta:

⁶ O Termo de Visita de 27 de Abril, de 1932, da assistente técnica regional, Helena Penna; os Termos de Visitas de 08 de fevereiro, de 1933, de 11 de agosto, de 1933, de 10 de março, de 1934, de 22 de novembro, de 1935 e de 24 de maio, de 1937, da Inspetora Mariana Noronha Horta; o Termo de Visita, de 30 de abril, de 1934, da inspetora Helena Penna e o Termo de Visita, de 22 de agosto, de 1936, da inspetora Zembla Soares de Sá. Códice: ME 2000 / 00662.

⁷ www.ibge.gov.br/seculoxx. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta uma nova edição, revista e ampliada, de Estatísticas do Século XX, obra lançada originalmente em 2003, em um volume impresso, ilustrado e acompanhado de CD-ROM, contendo um vasto conjunto de arquivos em Excel com informações estatísticas sobre a realidade brasileira. Tais informações foram extraídas dos 64 volumes do Anuário Estatístico do Brasil, publicados entre 1916 e 2000, e da publicação Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, cujas séries foram complementadas com informações de outras fontes oficiais de dados. Essa nova edição, ora disponibilizada nesse site inclui, além dos arquivos Excel, arquivos PDF de cópias fac-similares das tabelas dos anuários estatísticos referentes às estatísticas demográficas, sociais, políticas e culturais, publicadas apenas em papel até 1994.

⁸ Digitalizados no site: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>.

o vocabulário dos documentos [...] como um testemunho: precioso, sem dúvida, entre todos; mas, como todos os testemunhos, imperfeito; portanto, sujeito à crítica. Cada termo importante, cada figura de estilo característica, torna-se um verdadeiro instrumento de conhecimento, bastando ser confrontada uma única vez com seu ambiente; recolocada no uso da época, do meio ou do autor (BLOCH, 2001, p. 142).

Do mesmo modo, julgamos que não existe uma única forma de interpretação e de recepção de textos ou de palavras: “As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de modo algum redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas” (CHARTIER, 1990, p. 136). Entretanto, Chartier nos chamou a atenção para o fato de que: “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nesse caso, as fontes estudadas indicaram que, para atender aos interesses do estado de constituir a sociedade e promover a ordem e o progresso, a educação ocupou um lugar de destaque. Frente aos ideais de modernização, diversas reformas educacionais estabeleceram mudanças administrativas e pedagógicas significativas, na instrução pública visando eliminar os altos índices de analfabetismo e moldar o povo, tido como preguiçoso e apático.

O serviço de inspeção do ensino sofreu modificações importantes e o inspetor escolar se tornou peça chave nesse processo. Assim sendo, construímos essa tese em três capítulos, com o intuito de compreender as estratégias mobilizadas pelos reformadores mineiros para operacionalizar mudanças pedagógicas no âmbito de um projeto racionalizador mineiro, no período de 1906 a 1938, focalizando a importância do serviço da inspeção escolar nesse processo.

No capítulo 1, tratamos dos dilemas do estado frente à perspectiva de se modernizar e de suas iniciativas no sentido de organizar a educação pública, após a Proclamação da República. Destacamos as inovações administrativas e pedagógicas no processo de reorganização da instrução pública, em especial a organização do serviço de inspeção técnica do ensino, bem como a valorização do inspetor, no sentido de garantir a execução da lei e promover a educação, para consolidar a República.

No capítulo 2, apresentamos e analisamos como Minas Gerais buscou se constituir como um Estado moderno, a partir das reformas educacionais, quais foram os

seus primeiros passos, após a República, para estabelecer as bases da instrução pública e promover uma educação civilizatória. Evidenciamos as mudanças administrativas pedagógicas, a reestruturação do serviço de inspeção do ensino e as atribuições do inspetor, principalmente nas reformas João Pinheiro, de 1906 e Francisco Campos, de 1927, no sentido de moldar o povo mineiro, para convertê-lo em um cidadão trabalhador.

No capítulo 3, analisamos como Minas Gerais planejou a seleção e a formação dos inspetores escolares, para fazer do inspetor um agente capaz de atuar efetivamente, conforme a política de desenvolvimento do estado. Mostramos como os inspetores atuaram depois de formados e quais os empecilhos encontrados na implementação dessa proposta.

Capítulo 1

“DILEMAS” DA PRIMEIRA REPÚBLICA: A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO MODERNO VIA EDUCAÇÃO

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, na perspectiva de promover transformações sociais, políticas e econômicas e modernizar o estado, pela educação, várias reformas educacionais foram instituídas. Na implantação das reformas, o governo teve que enfrentar grandes desafios, que se constituíram em obstáculos para promover a educação e consolidar a República.

Todavia, diante dos ideais da República, os ânimos não se arrefeceram; sob o argumento de recompor o país e equipará-lo aos países civilizados e modernos, várias iniciativas ocorreram, para reorganizar a instrução pública. Nesse processo, as questões administrativas, pedagógicas, o serviço de inspeção técnica do ensino e o trabalho dos inspetores foram considerados essenciais.

Para compreendermos esse movimento, procuramos identificar as reformas educacionais estaduais mais significativas e evidenciar nelas os seus aspectos administrativos e pedagógicos, a organização do serviço de inspeção do ensino e a redefinição das funções do inspetor escolar.

1.1. **O Estado frente à necessidade de modernização: as Reformas Educacionais.**

No início da República, o debate sobre a educação ganhou importância e os projetos de reforma de ensino passaram a ser vistos como algo essencial, para modernizar a sociedade. A realização dessa proposta implicava educar e instruir o povo, “previsto para ser o corpo político da Nação, agindo e instituindo de forma racional e prudente, a partir de um princípio de bem comum e segundo um projeto nacional novo, liberal, burguês, universalista e secular” (BRAYNER, 2008, p. 60).

As expectativas permitiram vislumbrar a emergência de instituições, valores, concepções, atitudes, modos específicos de vivência do tempo, apropriações do espaço, de produção e de reprodução material, organização da vida política, econômica, social e cultural, que pudessem redefinir de fato, o Estado brasileiro.

A partir do século XIX, o Manifesto Republicano de 1870, a mudança da monarquia para a República, o movimento abolicionista, o crescimento de atividades

urbanas, a disseminação das ideias de progresso, as realizações e as preocupações em torno da constituição de um sistema educacional de caráter nacional, de base científica, foram sinais visíveis de tentativas de se modernizar o país.

Para Faria Filho (2000), no final do século XIX, Rui Barbosa⁹, por meio de pareceres¹⁰ sobre a educação, advertiu sobre a necessidade da construção de um projeto nacional de formação e propôs reformar todo o sistema de instrução no país, sinalizando para a importância de transformá-lo em um sistema nacional de ensino centralizado, padronizado, funcionando com coerência e organicidade, assumindo uma expressão moderna.

Os pareceres abriram novas perspectivas para a educação, além de inaugurar “o uso da legislação antecipadora como instrumento do Estado. [...] a educação possibilitaria a sua modernização” (MACHADO, 2002, p. 22). Entretanto, “não chegaram, porém, a ser discutidos na Câmara dos Deputados” (MACHADO, 2002, p. 153). Não foram inseridos e nem aplicados, mas transformaram-se em documentos históricos e apontaram os caminhos que o Brasil deveria percorrer no campo da educação, para se modernizar, segundo os princípios de um projeto elitista¹¹ de reconstrução nacional, que se preocupou em alfabetizar e disciplinarizar o povo.

⁹ Rui Barbosa nasceu em 5 de novembro de 1849, na cidade de Salvador, Bahia. [...] Em 1866 cursou a faculdade de Direito de Recife. Transferiu-se para São Paulo em 1868. [...] E 1878 elegeu-se deputado na província baiana. Como parlamentar, envolveu-se primeiramente com o projeto de reforma eleitoral, posteriormente com o parecer sobre educação e, finalmente, com a discussão da Lei do Sexagenário. Fora da Câmara, dedicou-se à advocacia, à imprensa e publicou a tradução de *Lições de coisas*, do educador Norman Allison Calkins, em 1886. Após a Proclamação da República se tornou Ministro das Finanças e vice-presidente da República, de novembro de 1889 a janeiro de 1891. Com a agitação no país em 1893, procurou abrigo no Chile, depois se fixou na Argentina. Mudou-se para Portugal, depois se estabeleceu em Londres. Em 1895 retornou ao Brasil. Em 1896 reelegeu-se senador pela Bahia. Em 1907 foi convidado para ser o representante brasileiro na Segunda Conferência da paz em Haia. Faleceu em março de 1923 (MACHADO, 2002, pp.181-185).

¹⁰ Em 28 de junho de 1880, Flanklin Dória foi nomeado governador de Pernambuco e substituído por Rui Barbosa que então foi eleito para a Comissão de Instrução Pública na Câmara dos Deputados e nomeado relator. O Decreto nº 7.247 já se encontrava nessa comissão para ser dado parecer. O primeiro parecer sobre a “Reforma do ensino secundário e superior”, de 13 de abril de 1882, e o parecer sobre a “Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública”, de 12 de setembro de 1883, onde recomendava criar um sistema nacional de educação e propunha uma reforma completa do sistema de ensino (MACHADO, 2002, p. 112).

¹¹ Por Teoria das Elites ou elitista – entende-se a teoria segundo a qual, em toda sociedade existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes, estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a Teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar decisões com validade para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância. [...] em toda a sociedade há uma classe “superior” que detém o poder, geralmente o poder político e o poder econômico, à qual se deu o nome de “aristocracia ou Elite” (BOBBIO, 1998, p.385).

No final do século XIX e início do século XX, o analfabetismo era um dos grandes problemas do país. Os dados retirados do recenseamento geral da população do Brasil, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹² em 1936 e 1960, comprovavam essa realidade e nos mostraram que, os índices de analfabetismo permaneceram praticamente inalterados, até 1940.

TABELA I

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS CENSITÁRIOS DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO A INSTRUÇÃO						
	1890 / %		1900 / %		1920 / %		1940* / %
SABEM LER	2.120.559	14,79	4.448.681	25,28	7.493.357	24,46	18.053.258
NÃO SABEM LER	12.213.356	85,21	12.939.753	74,72	23.142.248	75,54	23.079.865
TOTAL	14.333.915		17.318.556		30.635.605		41.236.315

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados retirados do Anuário Estatístico do Brasil de 1936 e 1960. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936 e v.21, 1960. * 0,25% sem declaração de instrução¹³.

Pela tabela I, podemos observar que, em 1890, a população do Brasil era constituída de 85,21% de analfabetos, isto é, de um total de 14.333.915 milhões de pessoas, a maioria, 12.213.356 milhões não sabiam ler nem escrever. Dez anos depois, em 1900, houve uma pequena queda nesse índice, o percentual caiu para 74,72%; isso representou uma diferença de apenas 10,49%, do total de analfabetos. Por outro lado, o índice de alfabetizados passou de 14,79% para 25,28%.

Em 1920, o índice de analfabetos manteve-se em 75,54%. Esse percentual representava 23.142.248 milhões, de um total de 30.635.605 milhões de pessoas; desse total, apenas 7.493.357 sabiam ler e escrever, ou melhor, 24,46%. De 1920 a 1940, em vinte anos, observamos um crescimento no processo de aquisição da leitura e da escrita de 19,57%. De 41.236.315 milhões de pessoas, somente 18.053.258 tinham aprendido a ler e escrever. Isso correspondia a 43,78% do total da população recenseada.

Embora os índices apresentassem uma queda de 75,54% para 55,97%, em relação às pessoas analfabetas, em vinte anos, isso não significou avanço, pois os números absolutos revelaram uma diferença de 62.383 mil pessoas, isto é, 0,02% entre 1920 e 1940, apesar do crescimento da população geral de 34,60%.

¹² Disponível no site: www.ibge.gov.br.

¹³ Os dados da tabela I se referem à instrução da população total do país.

Segundo os dados de 1940, retirados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹⁴, a grande maioria da população no país, 28.350.133 milhões de pessoas, ainda viviam no meio rural, isso representava 68,76%, dessa população e 12.880.182 milhões, ou seja, somente 31,24% de 41.236.315 milhões de pessoas residiam na cidade.

Isso significava que a maioria da população permanecia no meio rural, analfabeta e sem habilidades manuais e técnicas e, além disso, a sociedade agrária, em desacordo com o pensamento político da época, não incentivava a “aquisição das primeiras letras e nem a das habilidades artesanais” (DEAN, 1997, p. 252). Isso era um problema básico e se manteve como um grande obstáculo para o desenvolvimento social e econômico.

Alfabetizar era importante, para fomentar a economia industrial-urbana¹⁵, que se desponava junto a uma economia de natureza agrário-exportadora¹⁶, para mudar o sistema de representação e recompor o poder do Estado, segundo Paim: “A democratização do sufrágio representou o grande desafio enfrentado pela doutrina liberal ao longo do século XX e ainda corresponde à questão nuclear para países como o Brasil” (2000, p. 21).

No final do século XIX, a Constituição de 1891, em seu artigo 70, excluía do direito de voto os analfabetos. Essa restrição da maioria no processo eleitoral sugeriu um liberalismo conservador e excludente. Conforme Faoro (1977, p. 621), na primeira eleição presidencial, em 1898, compareceram 462 mil eleitores, perfazendo um percentual de 2,7% sobre a população. Entre 1898 e 1926, os percentuais de eleitores

¹⁴ Fonte: Serviço Nacional de Recenseamento. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1952. Rio de Janeiro: IBGE, v. 13, 1953.

¹⁵ “O industrialismo [...], registrou-se primeiro na Inglaterra e espalhou-se, por meio da dispersão de operários especializados, produtos, maquinarias e, às vezes, capital, para a Europa do Norte e para os Estados Unidos por volta de 1800. [...] O Brasil participou muito cedo do processo de industrialização, barganhando matérias-primas e gêneros alimentícios por artigos manufaturados importados. [...] entretanto, somente com a abolição da escravatura, veio a manufatura a proporcionar uma parte significativa do consumo brasileiro e a produzir impacto sobre o resto da economia e a estrutura da sociedade. [...] Os cafeicultores de São Paulo, [...] investiam em estradas de ferro e docas, bancos e sociedades comerciais, necessários à expansão dos seus negócios. Os imigrantes, frequentemente mais alfabetizados do que a classe brasileira inferior, trouxeram habilidades manuais e técnicas que raro se encontravam no Brasil, visto que uma das principais falhas da sociedade agrária consistia, justamente, em não incentivar a aquisição das primeiras letras nem das habilidades artesanais, [...]” (DEAN, 1997, pp.251-252).

¹⁶ O processo de transformação na organização econômica foi consubstanciado pelo surto de exportação do café. Foi como fornecedor desse produto que o país, já independente, passou a integrar “a nova divisão internacional de trabalho”, que se consolidava sob o amparo do capitalismo industrial. No entanto, a economia se movia com “escassez de mão de obra” [...] “apesar da existência de fluxos espontâneos de não escravos para São Paulo [...]. Representavam a expansão no espaço de uma camada camponesa, [...] não formavam um contingente de mão-de-obra utilizável para a expansão do capital agrário” (PATARRA, 1997, pp. 251-252).

oscilaram entre 3,4% e 2,3% e a eleição de 1930 levou um milhão de eleitores às urnas. Esses eleitores correspondiam a um percentual de 5,7% da população. Em vista disso, Raimundo Faoro afirmou: “A política será ocupação dos poucos e esclarecidos, para o comando das maiorias analfabetas, [...]. A essa direção política corresponde a liderança econômica e social, em interações mútuas, onde não se deve excluir, [...] o impulso primário de poderes estatais, a níveis federal e local (1977, p. 621).

“Da Monarquia à República”, as antigas províncias transformaram-se em Estados federados e o eixo decisório passou para os presidentes das províncias. Esse movimento culminou na “política dos governadores” e se firmou no coronelismo. A natureza do poder se alterou, o governo reforçou o poder do coronel e retardou o fim de sua influência:

no momento de expansão inflacionária e das dificuldades do incremento industrial. [a classe média] Volta-se para o governo, pedindo providências contra a carestia e para obter favores à expansão da indústria. Reclama [...] o abandono de um estado não intervencionista, preocupado apenas em atender as reivindicações do café (FAORO, 1977, p. 676).

O principal produto da economia e da constituição da sociedade brasileira, o café, estava envolvido em um esquema de produção, de comercialização e de valorização, em que os sacrifícios e os benefícios deveriam ser compartilhados. Ficou nítida a utilização dos instrumentos patrimonialistas como protecionismo, manipulações financeiras, a garantia de juros, de concessões e as intervenções estatais na criação de estoque, no quadro da economia cafeeira:

A economia da chamada República Velha (1889-1930), apesar da ruptura de 1906, estava voltada para o setor exportador. [...] O café ainda na década de 21-30, ocupava 69,6% da exportação nacional. Daí, desse núcleo central da economia, as valorizações crescem de vulto, [...] provoca elevação do preço do café acima de um nível que permita o lucro do produtor, mas abaixo de um padrão que evoque o plantio em outros países. A conexão entre o poder público, estadual e federal, e os banqueiros estrangeiros, induz a crer que o plano de valorização opera em favor do setor externo da economia, com sobra dos lucros entregue aos produtores e a totalidade dos riscos por conta dos governos dos Estados e da União (FAORO, 1977, pp. 531-532).

A valorização do café, produto que ocupou grande espaço na economia do país favoreceu os produtores e os banqueiros e a queda, nos preços internos, gerou graves efeitos sobre o conjunto da economia brasileira, como a alta da inflação e uma grande crise fiscal. Isso levou o governo a criar, em 1922, uma agência federal permanente, que

foi dissolvida, quando o estado de São Paulo, em 1924¹⁷, fundou o Instituto do Café, tanto para comprar como regular a entrada do café no porto de Santos e ainda melhorar as informações, a estatística e a publicidade do produto (BORIS FAUSTO, 1997).

Entre 1924 a 1927, Faoro (1977, p.532) afirmou que as safras normais foram absorvidas pelo mercado mundial, gerando o equilíbrio entre o aumento da produção e do consumo. No entanto, a TABELA II mostrou uma significativa desvalorização do produto em moeda estrangeira a partir de 1930 e a profundidade da crise foi perceptível. A agricultura que vivia “quase exclusivamente de exportação” (CARONE, 1982, p. 14) se ressentiu, não somente pela depressão mundial de 1929, mas principalmente, por uma “política de defesa permanente”¹⁸ (MELLO, 1990, p. 167), produzida pelo estado.

TABELA II

ANOS	QUANTIDADE (1 000 sacas - 60 kg)	COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ	
		VALOR A BORDO NO BRASIL	
		Moeda nacional	Moeda Estrangeira
1920	11 525	860 958	40 456
1921	12 369	1 019 065	27 067
1922	12 673	1 504 166	39 549
1923	14 466	2 124 628	44 182
1924	14 226	2 928 572	65 747
1925	13 482	2 900 092	74 032
1926	13 751	2 347 645	69 582
1927	15 115	2 575 626	62 689
1928	13 881	2 840 414	69 701
1929	14 281	2 740 073	67 307
1930	15 288	1 827 577	41 179
1931	17 851	2 347 079	34 104
1932	11 935	1 823 948	26 238
1933	15 459	2 052 858	26 168
1934	14 147	2 114 512	21 541
1935	15 329	2 156 599	17 373

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados retirados de Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

A política econômica estimulou o aumento da capacidade produtiva do café e manteve os preços internacionais do produto elevados, esse fato “acirrou a concorrência e minou, gradativamente, a posição de quase monopólio desfrutada pelo Brasil”

¹⁷ O Decreto Federal nº 4868, de 7 de novembro de 1924, aprovado pelo Congresso, autorizou a passagem da defesa do café para São Paulo, transferindo-se também a este estado os armazéns reguladores, pelo preço de custo. Logo a seguir, a Lei Estadual nº 2005, de dezembro de 1924, criou o Instituto Paulista da Defesa Permanente do Café (FAUSTO, 1997, p. 238).

¹⁸ “regularização das entradas de café no porto de Santos [...], concessão de empréstimos a juros baixos sob o café depositado [...], compra de café [...] para a contenção da oferta, o financiamento [...] constituído por empréstimo externo” (MELLO, 1990, p.160).

(MELLO, 1990, p. 167). Não só os cafeicultores se beneficiaram dessa política do estado¹⁹, mas os industriários, também.

Conforme afirmou Mello (1990), a economia cafeeira contribuiu para o surgimento da indústria brasileira, gerou um capital monetário, “passível de se transformar em capital produtivo industrial”, mudou “a própria força de trabalho em mercadoria” e promoveu “a criação de um mercado interno de proporções consideráveis” (1990, p. 99).

A economia cafeeira e industrial se apoiaram mutuamente, criando mercados uma para a outra; valeu-se da elevação do gasto público e se garantiu, internamente, ao oferecer alimentos e bens de consumo manufaturados, por meio de uma agricultura mercantil de alimentos e de uma indústria de bens de consumo.

Nos anos 1920, Mello (1990) afirmou que, com a instalação de uma “pequena indústria de aço [...] e o nascimento da indústria de cimento”²⁰, as atividades industriais, se evidenciaram. Na Tabela III, verificamos alguns índices de crescimento industrial entre o período de 1920 a 1939:

TABELA III

CENSO INDUSTRIAL, SEGUNDO OS GRUPOS DE INDÚSTRIAS - 1920-1939			
GRUPOS DE INDÚSTRIAS	ANOS		
	1920	1939	% (crescimento)
Têxtil	1211	2212	82,65
Metalurgia	509	1460	286,83
Vestuário	1988	3203	61,11
Couro, pele e similares	424	1297	305,89
Alimentação	3969	14.905	375,53
Madeira	1207	3545	293,70
Mobiliário	548	2069	377,55
Cerâmica	1590	-*	
Edificação	331	-*	

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados retirados de Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro:IBGE,1990. * O censo não registrou esses dados.

Na época, a indústria de bens de consumo se despontou, especialmente, a indústria têxtil: “de tecnologia relativamente simples, [...] de fácil manejo [...] equipamentos disponíveis [...] e de investimento inicial acessível” (MELLO, 1990,

¹⁹ “o crédito farto [...] a faculdade concedida aos bancos de se transformarem em empreendedores industriais, a reforma da Lei de Sociedade Anônima e o impulso dado às Bolsas de Valores” (MELLO, 1990, p. 101).

²⁰ “Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e a criação da Companhia Brasileira de Cimento Portland com capital canadense e americano” (MELLO, 1990, pp. 164-165).

p.103). Os empreendimentos imobiliários apresentaram um crescimento de 377,55%, o ramo de alimentação aumentou 375,53% e os setores de couro, pele e similares 305,89%.

Segundo Nagle (1974, p. 26), o período de 1920 e 1930 se caracterizou pela “abertura de novos caminhos para o processo produtivo”, por uma preocupação do governo com a formação de uma força produtiva, pelas tentativas de recompor o poder e por querer se firmar em novas diretrizes econômicas.

Nesse momento, intensificou-se “o desenvolvimento de novas camadas sociais” e o surgimento de várias formas de pensamentos, de ideias, de diferentes correntes ideológicas ativando a atuação de vários movimentos políticos e sociais em torno da República, como por exemplo, a doutrina do liberalismo²¹, a propagação do nacionalismo²², o movimento do tenentismo²³, o da renovação literária e cultural, representado pelo modernismo²⁴, as lutas reivindicatórias do operariado. “Perdidas entre

²¹ Trata-se de uma doutrina que se gestou na Inglaterra, ao longo do século XVII, [...] para encontrar finalmente sua formulação acabada no Segundo Tratado do Governo civil, de John Locke (1632-1704), [...] as teses lockeanas enriqueceram-se pela prática parlamentar inglesa, durante o século XVIII, do mesmo modo que pela teoria do liberalismo econômico de Adam Smith (1723-1790). [...] esse conjunto de doutrinas é que se tem em vista quando se associa o liberalismo à sociedade industrial do tipo capitalista. [...] assim concebido [...] evolui para incorporar a idéia democrática, notadamente a partir da segunda metade do século XIX, [...] (PAIM, 1984, p. 81). “o livre consentimento dos indivíduos para o estabelecimento da sociedade, o livre consentimento da comunidade para a formação do governo, a proteção dos direitos de propriedade pelo governo, o controle do Executivo pelo Legislativo e o controle do governo pela sociedade, são para Locke, os principais fundamentos do estado civil (WEFFORT, 2006. p. 87).

²²No final do século XIX, as ideias de nação propagaram-se, estabelecendo-se no nacionalismo essencialmente territorial. Surgiu com os grupos de ideólogos de direita, da França e da Itália, que brandiam a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas. [...] No Brasil manifestou-se desde o período colonial, como pré-nacionalismo. [...] Depois, [...] como produto do conflito de interesses, a Inconfidência Mineira. [...] a Revolução Pernambucana de 1817. [...] Houve também manifestação de sentido nacionalista contra correntes imigratórias (ABREU, 2001, p. 4023).

²³ Em 1920, a campanha sucessória do presidente Epitácio Pessoa, antecipada pelas oligarquias dos “grandes estados” (São Paulo e Minas Gerais), desencadeou um conflito entre as forças armadas e o grupo dirigente, que culminou no levante do forte de Copacabana, [...] os primeiros movimentos armados dos tenentes. [...] Nas revoluções de 1924. [...] o movimento teve como objetivo derrubar Artur Bernardes, em nome de uma “republicanização da República”, ou seja, a efetivação na prática política dos princípios liberais contidos na Constituição de 1891. [...] Em abril de 1925 as forças tenentistas (São Paulo e Rio grande do Sul) formaram a Coluna Miguel Costa Prestes. [...] pretendiam solapar o regime oligárquico vigente. [...] defendiam o cooperativismo e a pequena propriedade e combatiam os privilégios econômicos dos cafeicultores. Em 15 de novembro de 1926, com o presidente Washington Luis, [...] eclodiu no Rio Grande do Sul, o último levante tenentista e o início do último mandato presidencial da República Velha, marcado pela continuidade do ciclo revolucionário iniciado em 1922 e que culminaria com a Revolução de 1930 (ABREU, 2001, pp. 5735-5736).

²⁴ Surgiu nos meados do século XIX, para indicar muito vagamente uma corrente de estilos e conteúdos poéticos novos. [...] Representou, em termos mais simples, um esforço por harmonizar a fé com o progresso científico e a transição de uma época a outra (BOBBIO, 1998, p.776). Para Nagle, [...] os primeiros momentos da trajetória do modernismo no Brasil. [...] ocorreram com a realização da Semana da Arte Moderna, em 1922 [...] as exposições de Anita Malfatti, em 1917, e a de Brecheret, em 1919. Significou o rompimento com as convenções aceitas de arte, [...], bem como a constituição do primeiro centro de aglutinação dos ainda potenciais defensores da renovação literária e cultural (1974, pp. 105-106).

o anarquismo e o comunismo, sofriam a hostilidade dos grupos dominantes. [...] não conseguiram conquistar posição de barganha na sociedade” (FAORO, 1977, p. 718).

Nesse contexto, a escola constituiu-se como uma atividade importante, no sentido de ensinar comportamentos adequados e desejáveis e dar nova forma a sociedade. A Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, pelo Presidente do estado, de Minas Gerais, Dr. Arthur da Silva Bernardes, em 15 de junho de 1920, evidenciou essa ideia:

A educação popular [...], tornou-se, agora, o problema vital, o maximo problema da nacionalidade.[...] Cumpre, a todo transe, fazer do brasileiro um homem digno da sua grande pátria, capaz de fundir no seu passado, de integrar no seu sentimento, de assimilar na sua raça a volumosa corrente estrangeira, que vai chegar, em vez de ser por esta, absorvido e eliminado, como um servo da gleba em que nasceu. A pedra angular dessa immensa e generosa construcção patriótica há de ser o combate sem tréguas e por todos os meios à ignomínia do analphabetismo, causa primeira de nossa inegável depressão social (MENSAGEM, 1920, p. 30-31).

Representando os interesses sociais, políticos e econômicos da época, o governante ressaltou a necessidade de empreender uma “educação popular”, alfabetizar e “fazer do brasileiro um homem digno de sua grande pátria” para solucionar o problema da “depressão social”. Em 1925, como Presidente da República, pelo Decreto nº. 16.782-A, criou o Departamento Nacional do Ensino, com funções de estudar e aplicar “meios tendentes á diffusão e ao progresso das sciencias, letras e artes no paiz” (BRASIL, 1925, p. 20).

A escolarização foi apontada como um dos instrumentos que poderia contribuir para o progresso do país e os movimentos “entusiasmo pela educação”²⁵ e “otimismo pedagógico”²⁶, reforçaram a crença no poder da educação:

²⁵ Pelo entusiasmo, “existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo” (NAGLE, 1974, p.134).

²⁶ E por otimismo, Nagle comprehende “a crença de que determinadas formulações doutrinárias, sobre a escolarização, indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro - escolanovismo” (NAGLE, 1974, p.134).

o sonho da República espargindo as luzes da instrução para todo o povo brasileiro e democratizando a sociedade, ou sonho de, pela instrução, formar o cidadão cívica e moralmente, de maneira a colaborar para que o Brasil se transforme numa nação à altura das mais progressivas civilizações do século. A explicação para a retomada dos ideais republicanos parece ser esta (NAGLE, 1974, p. 135).

Os ideais da República foram retomados e a crença de que o país poderia se modernizar e alcançar a mesma posição das nações civilizadas, pela instrução e pela formação moral e cívica do povo brasileiro, gerou um movimento de renovação educacional, promovido por uma “elite” intelectual²⁷, constituída de educadores, políticos, médicos, advogados e engenheiros. Em outubro de 1924, surgiu a ABE (Associação Brasileira de Educação)²⁸, que se transformou em um espaço propício para os adeptos das novas ideias pedagógicas e possibilitou a união dos esforços de educadores empenhados nas reformas dos sistemas estaduais de educação. Essa associação foi considerada por Fernando Azevedo como:

um dos instrumentos mais eficazes de difusão do pensamento pedagógico europeu e norte - americano, [...] aproximando educadores de todos os Estados e congregando-os em diferentes centros culturais do país, [...] abrindo oportunidades para debate largo sobre doutrinas e reformas, [...] e convocando para congressos ou conferências de educação (1964, p. 385-389).

Segundo Marta Maria das Chagas de Carvalho, diversas conferências foram promovidas “anualmente pela Associação Brasileira de Educação, nas capitais dos Estados ou no Rio de Janeiro” (1998, p. 308), essas conferências foram reconhecidas “enquanto instâncias de debate da educação [...] mas, principalmente, enquanto eventos cívicos da unificação ideológica de seus participantes” (CARVALHO, 1998, p. 310).

A Segunda Conferência Nacional de Educação²⁹ aconteceu em Minas Gerais. No discurso de abertura, o Presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, aproveitou a oportunidade para prestigiar o evento e promover o seu governo: “a vossa obra, [...] é, antes de tudo e, sobretudo, uma obra de governo, na qual o poder público se supre das deficiencias, nella se inspirando para as suas decisões [...]. Dessa

²⁷ Elite intelectual “designa uma categoria ou classe social particular, que se distingue pela instrução e pela competência científica, técnica ou administrativa, superior à média, e que compreende aqueles que exercem atividades ou profissões especializadas” (BOBBIO, 1998, p. 637).

²⁸ um grupo de treze intelectuais cariocas fundou, em uma sala da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação” (CARVALHO, 1998, p.53). Foi considerada “como uma obra cívica de que dependia a redenção do país” (CARVALHO, 2003, p. 47).

²⁹ O evento aconteceu na capital do Estado, Belo Horizonte, no período de 4 a 11 de novembro de 1928.

collaboração não podem hoje em dia prescindir os governos” (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 29).

Essas reuniões funcionaram como propaganda da ação educacional, voltada para o encaminhamento de soluções dos problemas da educação a nível nacional e estadual. Nessa mesma época, em 1926, Fernando de Azevedo (1960) fez o diagnóstico da educação do estado de São Paulo e lançou uma proposta de reconstrução social pela educação, após organizar, orientar e dirigir um Inquérito sobre a Instrução Pública, desse estado, a pedido do Jornal ‘O Estado de São Paulo’.

Para fazer o diagnóstico, Fernando de Azevedo organizou os vários níveis de ensino existentes na época em três partes distintas: ensino primário e normal, ensino técnico e profissional, ensino secundário e superior e interrogou vários especialistas e professores que segundo ele: “Não era um grupo de renovadores sectários [...]. A maior parte deles eram profissionais experimentados” (AZEVEDO, 1960, p. 29).

Os debates sobre a educação prosseguiram em 1932 e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova³⁰ foi incisivo, na sua avaliação sobre a política educacional, após a República:

se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização à altura das necessidade modernas e das necessidades do país (O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1984, p. 407).

Reafirmaram-se, nessas ocorrências, as expectativas em torno do “novo” que se almejava “abrindo caminho para uma escola que, identificada com os valores da nova sociedade urbano-industrial que se constituía, e permeada por valores culturais

³⁰ “Publicado simultaneamente em vários órgãos da grande imprensa brasileira no dia 14 de março de 1932, em ação orquestrada por seus signatários, que pretendiam com o expediente alcançar a maior difusão possível no território nacional, [...] reivindicava a direção do movimento de renovação educacional. Lançado do âmago das disputas pela condução das políticas do recém-criado Ministério da Educação e da saúde no Brasil (1930) [...] pretendiam modernizar o sistema educativo e a sociedade brasileira. Além da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação, o manifesto propugnava pela escola única, constituída sobre a base do trabalho produtivo, tido como fundamento das relações sociais. À “educação tradicional” opunha a “nova organização científica da escola” [...] criou um personagem coletivo os “pioneiros da Educação Nova”. Descaracterizou as investidas anteriores na arena educacional, produziu-se como marco fundador no debate educativo brasileiro” (VIDAL, 2011, p. 461).

estrangeiros, viesse a atuar nacionalmente, direcionada pelo Estado, como instância de “renovação” e de “democratização” social” (CARVALHO, 1998, p. 23)³¹.

Além dos debates educacionais, que discutiam como organizar o país pela educação, especialmente, para transformar “a figura de um brasileiro doente e indolente, apático e degenerado, [...] essa espécie de Jeca Tatu, em brasileiro laborioso, disciplinado, saudável e produtivo” (CARVALHO, 2003, pp. 47-48)³², outras iniciativas aconteceram para conhecer melhor a situação escolar do país e ajudar no desenvolvimento do ensino, como por exemplo, os censos escolares. Na tabela IV, apresentamos os recenseamentos realizados entre os anos de 1907 e 1940.

TABELA IV

RECENSEAMENTO ESCOLAR							
ANOS	UNIDADES ESCOLARES	% a)	MATRÍCULA GERAL	% a)	POPULAÇÃO	% b)	POPULAÇÃO GERAL
1907	12.448	-	638.378	-	-	-	21.163.827
1920	21.789	75,04	1.250.729	95,92	6.582.017*	19,00	30.635.605
1927	23.826	00,93	1.783.571	42,60	-	-	35.445.753
1930	33.049	38,70	2.084.954	16,89	-	-	37.625.436
1940	43.134	30,51	3.347.642	60,56	9.772.003**	34,25	41.236.315

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados retirados do Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE 1937, v.3 e 1941, v.5. a) índice de crescimento das unidades escolares em relação ao ano anterior. b) índice da relação entre a matrícula geral e a *pop. de 7 a 14 anos de 1920 e a **pop. de 10 a 19 anos de 1940.

De acordo com a Tabela acima, em 1907, tínhamos 12.448 mil unidades escolares instaladas no país e em 1920 esse número passou para 21.789 mil. Esses números representaram um crescimento de 75,04% de unidades escolares instaladas no país, no período. Entre 1920 e 1927, poucas unidades escolares foram instaladas, menos de 1%, a mais. De 1927 a 1930, o crescimento foi de 38,70%. Observamos que as discussões em torno da educação, como fator de reconstrução social e a implementação

³¹ CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista-SP: EDUSF, 1998.

³² CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola e a República e outros ensaios. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

de reformas escolares, em vários Estados, não impactou na instalação de unidades escolares, pelo país.

Quanto às matrículas escolares, entre 1907 e 1920, houve um crescimento de 95,92%. De 638.378 mil, passaram para 1.250.729 milhões de matrículas escolares. No entanto, percebemos que, em 1920, entre a população em idade escolar, de 7 a 14 anos, apenas 19% dessa população, estava matriculada. Nos anos subsequentes, entre 1920 e 1930, as matrículas no ensino primário passaram de 1.250.729 milhões para 2.084.954 milhões, o crescimento foi de 66,69%. Dez anos depois, em 1940, segundo a Tabela IV, 34,25% das pessoas, de 10 a 19 anos, estavam matriculadas. Os números revelaram uma larga distância entre as realizações e as aspirações de difundir e democratizar o ensino no país.

Em toda essa movimentação para renovar a escola, nos anos de 1920, uma nova concepção pedagógica foi instituída, a “Escola Nova”. A intenção era aplicar as recentes descobertas relativas ao desenvolvimento físico, mental, moral e social da criança, experimentar novos procedimentos de ensino e transformar as normas tradicionais da organização escolar. Para Lourenço Filho, a expressão ‘Escola Nova’:

Não se refere a um só tipo de escola, ou sistema didático determinado, mas a todo um conjunto de princípios tendentes a rever as formas tradicionais do ensino. Inicialmente, esses princípios derivaram de uma nova compreensão de necessidades da infância, inspirada em conclusões de estudos da biologia e da psicologia. Mas alargaram-se depois, relacionando-se com outros muito numerosos, relativos às funções da escola em face de novas exigências, derivadas de mudanças da vida social (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 17).

A Escola Nova representou a revisão geral das formas tradicionais do ensino, associadas aos castigos físicos, para conseguir um bom comportamento e às práticas de ensino, que utilizavam, como recurso didático, a memorização de fatos e de dados, sem levar em conta a reflexão, a compreensão e a conexão dos conteúdos à vida.

Os novos princípios técnicos pedagógicos foram inspirados nos conhecimentos produzidos pelos estudos referentes à biologia, à psicologia, à sociologia e o seu representante maior era John Dewey³³. Seus pressupostos defendiam a necessidade de

³³ Nasceu John Dewey aos 20 de outubro de 1859 em Burlington e faleceu a 1 de junho de 1952 em Nova York. [...] fez o doutorado em filosofia na Universidade Johns Hopkins em Baltimore. Em 1884 começou a carreira de professor universitário no Michigan, continuando-a em 1894 na Universidade de Chicago, onde fundou uma escola primária experimental, e acabando-a no Teachers College da Universidade Columbia, em Nova York (1905-1930). [...] Dewey foi escritor de extraordinária fecundidade, chegando a produzir, de 1898 a 1940, na razão de um livro por ano. Eis alguns: [...] *My pedagogic creed* (1898); *The*

reformar profundamente, a escola tradicional, considerada dogmática, conservadora e passiva, em uma escola ativa, progressiva, social e democrática.

A difusão sistemática dos ideais da Escola Nova ocorreu num momento em que a literatura educacional e as publicações de “trabalhos sobre assuntos referentes à “nova pedagogia”, se expandiram. Segundo as afirmações de Nagle (1974): “Ao mesmo tempo se difundem as novas ideias, aparece a nova literatura e se processa a infiltração do escolanovismo no movimento reformista da instrução pública: na década de 1920” como uma tentativa de “realizar o novo modo de estruturação das instituições escolares” (p. 310).

O ideário da Escola Nova propôs uma reformulação cultural e defendeu os valores de uma sociedade industrial, sob a intervenção de um estado protetor, na expectativa de aplicar os preceitos da Escola Nova, nas instituições escolares para promover uma “homogeneização cultural e moral” (CARVALHO, 1998, p.44), na sociedade.

Desse modo, as reformas escolares poderiam atender os objetivos conservadores das classes dominantes, as aspirações reformistas das classes médias e acenavam com promessas de democracia e de progresso, para as camadas populares. Essa “nova politização será vista já não mais meramente patriótica, mas como um verdadeiro projeto de transformação civilizatória, a ser conduzido por elites renovadoras” (ROCHA, 2004. p. 134)³⁴.

A partir daí, iniciou-se um processo de reformas educacionais em alguns estados do país, como ensaios reais de implantação do escolanovismo, que resultou na revisão das questões administrativas e pedagógicas da escola, dos programas e dos métodos de ensino e de formação dos professores, na reorganização do serviço de inspeção técnica do ensino e nas atribuições dos inspetores escolares.

O movimento de formar a sociedade, no âmbito das reformas de ensino, articulou-se a uma proposta de renovação educacional, que visou criar uma nova identidade nacional, harmonizando-a ao processo de industrialização e de urbanização que despontava como sinais de modernização.

School and Society (1899), The Child and the Curriculum (1902); Studies in logical theory (1903); The school and the child (1907) [...] How We Think (1910, 1933), Democracy and Education (1916), The Public and its Problems (1927) e Experience and Education (1938) (DEWEY, 1979, p. XIII-XIV).

³⁴ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Plano, 2004.

1.2. Reformas Educacionais e a perspectiva de formar a sociedade brasileira

Na transição do governo monárquico para a República³⁵, três correntes de pensamentos se evidenciaram na disputa pelo poder: o liberalismo à americana, o jacobismo à francesa e o positivismo. “As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século” (CARVALHO, 1990, p. 9).

Para José Murilo de Carvalho (1990), os grupos manifestavam múltiplos interesses e divergências no processo de organização da República. A corrente do jacobismo pensou em uma soberania popular clássica, era a utopia da democracia direta, da participação direta de todos os cidadãos e os liberais imaginaram uma sociedade, em que o governo interferisse o mínimo possível na vida das pessoas. Após os conflitos “viria a hegemonia do grupo liberal, oligárquico, civil e federalista” (LOPES, 1997, p.15)³⁶.

Frente às diferentes repúblicas reclamadas, saíram fortalecidos os republicanos que assinaram o Manifesto de 1870³⁷, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa e outros que defendiam uma “República liberal, federalista, sem leis sociais e representativa da oligarquia rural, especialmente a cafeeira” (LOPES, 1997, p. 15), a qual impingia os significados de modernização, civilização, desenvolvimento e ordem.

³⁵ Segundo Emilia Viotti Costa (1987), para os republicanos, “a República sempre foi uma aspiração nacional [...] consideram a Monarquia uma anomalia na América, onde só existem repúblicas. [...] Criticam a centralização excessiva do governo monárquico, a vitaliciedade do Senado, a fraude eleitoral e a República seria a solução natural para os problemas”. Para os monarquistas “a proclamação da República não passava de um levante militar, alheio à vontade do povo. Fora fruto da indisciplina das classes armadas que contava com o apoio de alguns fazendeiros descontentes com a manumissão dos escravos”. A partir de novas perspectivas: “O movimento em favor da descentralização e da federação, que se acentuava a partir de 1868, fora decorrente da indignação dos políticos contra a interferência do poder central. A partir do momento em que o ideal federativo começou a figurar entre as aspirações das nossas elites políticas, a Monarquia estava condenada a ver desenvolver a seu lado o mais prestigioso elemento do sistema de forças que haveria de destruí-la”. [...] “O movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do exército, fazendeiros do Oeste paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais” (COSTA, 1987, pp. 268-273-287- 361).

³⁶ LOPES, Luiz Roberto. Uma história do Brasil República. São Paulo: Contexto, 1997.

³⁷ Em 1870, surgiu no Rio de Janeiro o jornal *A República*, fruto da aproximação entre grupos pequenos contrários à monarquia que começavam a se agitar na capital e em Minas Gerais. O primeiro número, de 13 de dezembro, publicou, a pedido do Partido Republicano do Rio de Janeiro, o “Manifesto republicano”, que se projetou na história da proclamação da nova forma de governo. Redigido – é provável – por Quintino Bocaiuva, dissidente do Partido Liberal que, com Joaquim Saldanha Marinho, formou o Clube Republicano, esse manifesto representava os interesses de advogados, jornalistas, médicos e outros profissionais da classe média insatisfeitos com sua representação no jogo político de conservadores e liberais. O documento exprimia a opinião de que o regime monárquico era “instituição decadente”, por isso propunha estabelecer uma federação baseada na independência das províncias e em sua elevação à categoria de estados ligados pelo vínculo de nacionalidade e solidariedade. O manifesto se tornou marco simbólico do inicio da campanha contra a monarquia (LOPES, 1997).

Na implantação da República buscou-se assim, concretizar em lei, esses ideais. A Constituição de 1891 teve como princípios norteadores, modelados na Carta dos Estados Unidos, o presidencialismo, o regime representativo e o sistema federativo³⁸ (CARVALHO, 1990, p. 25).

Instituíram-se, juridicamente: o sufrágio universal; a separação dos três poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário; as eleições diretas para o Legislativo e o Executivo; sendo que os analfabetos, os estrangeiros, as mulheres, menores de 21 anos e as forças armadas não poderiam participar no processo eleitoral. A restrição ao voto do analfabeto, num país em que a maioria da sua população era analfabeto, foi extremamente excludente.

Assim a República perpetuou a exclusão social e política e manteve o poder dos proprietários rurais que se concentravam nos “representantes políticos da classe dominante das principais províncias, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul” os quais, “defendiam a ideia da República federativa, que assegurariam um grau considerável de autonomia às unidades regionais. Distinguiam-se, porém, em outros aspectos da organização do poder”. Os políticos de São Paulo e de Minas Gerais “sustentavam o modelo liberal. A base da República seria constituída de cidadãos, representados na direção do Estado por um presidente eleito pelo Congresso” (BORIS FAUSTO, 1997, p. 245).

Em torno de um ideal republicano federalista, a Constituição Federal garantiu que o governo das situações ficasse a cargo dos estados: “Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração” (BRASIL, 1891). A descentralização do poder conferiu aos entes federados maior autonomia “legislativa no contexto de uma assimetria de categorias econômicas, sociais, políticas e militares” (FERREIRA, 2006, p. 56), mas também, na organização da instrução pública.

Ficou a cargo de cada estado legislar e organizar a instrução pública primária e profissional, nos limites de suas fronteiras. A omissão do estado brasileiro, na questão da educação, pode ser percebida na Constituição Federal de 24 de fevereiro, de 1891, quando se referiu à educação, no artigo 35, de maneira muito generalizada e vaga:

³⁸ “O sistema federativo caracterizar-se-ia pela existência de uma dupla soberania na tríplice esfera do poder público, explicitamente. Neste regime, [...] a verdadeira força política, que no apertado unitarismo do Império residia no poder central, deslocou-se para os Estados. A política dos Estados, isto é, a política que fortifica os vínculos de harmonia entre os estados e a União é, pois, na sua essência, a política nacional” (FAORO, 1977, p. 465).

2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais; 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal (BRASIL, 1891).

A Constituição não incorporou as ideias e os princípios que haviam sido discutidos até então.³⁹ Manteve a descentralização advinda do Ato Adicional de 1834, de base liberal, com ensino elementar aos cuidados de cada estado, excetuando as escolas primárias do Distrito Federal. Persistiu assim o sistema dual implantado com o Ato Adicional de 1834, segundo o qual a União cuidaria da escola secundária e superior, bem como da escola, em seus vários graus no Distrito Federal, enquanto os Estados zelariam, privativamente, pelo ensino primário e técnico profissional.

Por conta da descentralização e da autonomia concedida aos estados, Minas Gerais, o estado que tinha o maior índice populacional do país, no final do século XIX até as três primeiras décadas da República, na tentativa de “promover transformações em sua estrutura econômica, visando a um melhor posicionamento tanto na produção e fruição da riqueza como na participação das decisões na esfera política” (GONÇALVES NETO & CARVALHO, 2012, p. 11), logo após a promulgação da Constituição Federal, publicou a sua Constituição, em 15 de junho de 1891 e em 3 de agosto de 1892, decretou uma ampla reforma educacional.

A Constituição mineira, no artigo 117, previu que seria instituída a lei da instrução pública e estabeleceu que o princípio da “obrigatoriedade do aprendizado”, seria colocado “em condições convenientes” e no artigo 3º, § 6º determinou-se que o ensino primário seria gratuito, particular e “exercido livremente” (MINAS GERAIS, 1891).

A regulamentação desses princípios aconteceu a partir da Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, que deu nova organização à instrução de Minas Gerais. Segundo o artigo 53: “O ensino primário é gratuito e obrigatório para os meninos de ambos os sexos, de 7 a 13 anos de idade.” No que concerne ao exercício livre do ensino, o artigo 334 da Lei decretou: “É completamente livre aos particulares ou associações o ensino primário, secundário superior e técnico” (MINAS GERAIS, 1892, p. 98).

O objetivo era difundir escolas, não importa a origem, assim a educação, “não conseguiu aplinar as contradições sociais, políticas e econômicas”. As reformas

³⁹ Antes, em 1879, Leônio de Carvalho, ministro do Império editou uma reforma de ensino em que adotou o sistema de ensino livre e dispunha os célebres pareceres de Rui Barbosa, os quais não foram considerados na época e nem retomados nessa Constituição (CURY, HORTA & FÁVERO, 2001, p. 9).

educacionais, embora apontassem mudanças, reproduziram e mantiveram as desigualdades sociais “ao legitimar os preceitos políticos firmados em nome do desenvolvimento e ao manterem as causas educacionais – uma demanda social – no campo político e econômico” colocando-as “a serviço do poder” e utilizando-as “para sustentar a ordem e o progresso que a elite dirigente almejava” (GONÇALVES NETO & CARVALHO, 2012, p. 11).

Para sustentar a ordem, produzir o progresso e homogeneizar a cultura, as Constituições federais estabeleceram a gratuidade e obrigatoriedade para o ensino primário, entretanto, esses direitos não se evidenciaram e nem foram aplicados efetivamente, tendo em vista que o índice de analfabetismo da população brasileira se manteve alto ao longo das três primeiras décadas da República, de 85,21%, em 1890, passou para 75,54%, em 1920, ficando em 55,97% em 1940.

A Constituição de 1934, no artigo 5º do capítulo I, estabeleceu que a União deveria traçar as diretrizes da Educação Nacional, coordenar e fiscalizar as ações, no sentido de atender a todos os graus e ramos, comuns e especializados, onde fosse necessário e estimular a atividade educacional em todo o país, um Plano Nacional da Educação foi elaborado e apresentado ao Congresso Nacional, mas o plano não foi votado.

O princípio da obrigatoriedade e da gratuidade para o ensino primário se manteve na Constituição federal de 1937, mas foi exigida uma contribuição para a caixa escolar: “por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar”. A educação física, cívica e os trabalhos manuais deveriam ser “obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência” e o ensino pré-vocacional e profissional foi “destinado às classes menos favorecidas” (BRASIL, 1937), reforçando assim o dualismo da escola pública brasileira, que contribuiu para a reprodução e manutenção das desigualdades sociais.

Para alfabetizar o povo e suprir as necessidades exigidas pelo novo contexto da República, diversas reformas educacionais foram instituídas. No quadro I a seguir, apresentamos como o país organizou o seu sistema educacional, nos primeiros anos da República, a partir da instituição da lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental, da regulamentação da instrução primária e secundária no Distrito Federal,

da criação do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, do Ginásio Nacional e depois, a sua transformação em Colégio Pedro II, a instituição de um Departamento Nacional de Ensino e por fim, na década de 1930, o lançamento de uma Campanha Nacional de Alfabetização, na tentativa de incrementar a educação pública e resolver o problema do analfabetismo.

QUADRO I

LEGISLAÇÃO DE ENSINO E A POLÍTICA EDUCACIONAL NACIONAL ENTRE 1890 A 1938							
GOVERNO	GOVERNO	GOVERNO	GOVERNO	GOVERNO	GOVERNO	GOVERNO	GOVERNO
Manoel Deodoro da Fonseca. Benjamin Constant Botelho de Magalhães (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos)	M. Ferraz de Campos Salles. Epitácio Pessôa (Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores)	Hermes R. da Fonseca. Rivadávia da Cunha Corrêa (Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores)	Wenceslau Braz Pereira Gomes. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. (Ministro da Justiça e Negócios Interiores)	Arthur Da Silva Bernardes. João Luiz Alves (Ministro da Justiça e Negócios Interiores)	Getúlio Vargas Francisco Campos (Ministro da Educação e Saúde Pública)	Getúlio Vargas Francisco Campos (Ministro da Educação e Saúde Pública)	Getúlio Vargas Gustavo Capanema (Ministro da Educação e Saúde Pública)
Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890	Decreto nº 3.890 de 1 de janeiro de 1901 Decreto nº 3.914 de 26 de janeiro de 1901	Decreto nº 8.659/1911 Decreto nº 8.660 de 5 de abril de 1911	Decreto nº 11.530 de 18 de março de 1915	Decreto nº 16.872 de 13 de janeiro de 1925	Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931 Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931	Decreto nº 21.731 de 15 de agosto de 1932. Regulamentou a Campanha Nacional de Alfabetização	Decreto -Lei nº 868 de 18 novembro de 1938. Criou a CNEP (Comissão Nacional de Ensino Primário)
Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal	Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário e Regulamento para o Ginásio Nacional.	Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental na República e Regulamento para o Colégio Pedro II	Reorganizou o concurso da união para a difusão do ensino primário, organizou o Departamento Nacional de Ensino, Reformou o ensino Secundário e Superior	Estabeleceu o concurso da união para a difusão do ensino primário, organizou o Departamento Nacional de Ensino, Reformou o ensino Secundário e Superior	Organizou o Ensino Secundário e Dispôs sobre a instrução religiosa nos cursos Primário, Secundário e Normal.	Decreto nº 21.241 de 04 de abril de 1932 Consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário	

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional nacional entre 1890-1942. Disponível no site: <http://www2.camara.gov.br>.

Com a federalização política e econômica, o ensino primário e normal ficou a cargo dos estados e o ensino secundário e superior, sob a responsabilidade da União. No processo de regulamentação dos ensinos secundário e superior, o governo teve a intenção de uniformizá-los e transformá-los em modelo para todas as instituições congêneres. Os institutos superiores e secundários educacionais dos estados e dos

municípios tiveram que adequar o seu regime escolar e os programas de ensino às instituições federais.

Para avaliar e aprovar os programas de ensino dessas instituições escolares, o Decreto nº. 1.232-G, de 2 de janeiro de 1891, criou um Conselho de Instrução Superior. Segundo Luiz Antônio Cunha (1986), pela Reforma Benjamim Constant, o governo criou “condições legais para que as escolas superiores mantidas por particulares viessem a conceder diplomas dotados do mesmo valor dos expedidos pelas faculdades federais” e alargou o “acesso ao ensino superior” (1986, p.172-173).

A Reforma Benjamin Constant, em 1890, incrementou o estudo das ciências naturais na escola primária e secundária⁴⁰, mas mesmo assim gerou protestos e pedidos de revogação, porque apresentou um plano curricular inexistente, de caráter enciclopédico, muito científico e pouco literário (BASTOS SILVA, 1969, p. 222). Em 1901, a Reforma Epitácio Pessôa estabeleceu o ensino secundário como preparatório para o superior e programou modificações importantes, porque conforme afirmou Geraldo Bastos Silva (1969) consolidou a:

equiparação, ao Colégio Pedro II, tanto dos colégios particulares, quanto dos estabelecimentos estaduais, e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional. Mas, também em relação ao currículo e outros aspectos da organização didática do ensino secundário, [...] teve o sentido do encerramento do ciclo iniciado, logo após 1889, pela primeira reforma republicana do ensino secundário (1969, p. 258).

⁴⁰ Em seu artigo 3º, traz as disciplinas do ensino das escolas primárias do 1º grau: “Leitura e escripta; Ensino pratico da Língua Portugueza; Contar e calcular. Arithmetica practica até regra de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontaneos, e depois dos processos systematicos; Systema metrico precedido do estudo da geometria practica (tachymetria); Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil; Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e historia natural; Instrucção moral e cívica; Desenho; Elementos de musica; Gymnastica e exercícios militares; Trabalhos manuaes (para os meninos); Trabalhos de agulha (para as meninas); Noções praticas de agronomia. § 1º Este ensino será repartido em tres cursos: o elementar (para alumnos de 7 a 9 annos), o médio (para os de 9 a 11) e o superior (para os de 11 a 13), sendo gradualmente feito em cada curso o estudo de todas as materias. No seu Artigo 4º O ensino das escolas primarias do 2º grão, abrange tres classes, comprehende: Calligraphia; Portuguez; Elementos de lingua franceza; Arithmetica (estudo complementar). Algebra elementar. Geometria e trigonometria; Geographia e historia, particularmente do Brazil; Elementos de sciencias physicas e historia natural applicaveis á industrias, á agricultura e á hygiene; Noções de direito patrio e de economia politica; Desenho de ornato, de paisagem, figurado e topographicos; Musica; Gymnastica e exercícios militares; Trabalhos Manuaes (para os meninos) e Trabalhos de agulha (para as meninas). Paragrapho único. A instrucção moral e cívica não terá curso distinto, mas ocupará constantemente e no mais alto grão a attenção dos professores”. E o artigo 26º relaciona o curso integral de estudos do Gymnasio Nacional que será de sete annos, com as disciplinas: Portuguez; Latim; Grego; Francez; Inglez; Allemano; Mathematica; Astronomia; Physica; Chimica; Historia natural; Biologia; Sociologia e moral; Geographia; Historia Universal; Historia do Brazil; Litteratura Nacional; Desenho; Gymnastica, Evoluções militares e esgrima; Musica (DECRETO nº 891, de 1890).

A intenção de romper com o passado fracassou porque o mesmo continuou funcionando como um curso preparatório para o ensino superior (BASTOS SILVA, p.263). Em nome da liberdade do ensino, em 1911, a Reforma Rivadávia da Cunha Corrêa, desoficializou o ensino secundário, a frequência deixou de ser obrigatória e a seriação foi suprimida, os diplomas abolidos e os exames de admissão foram criados para o ingresso na Faculdade.

Essas medidas propiciaram a proliferação de cursos sem qualidade e essa reforma foi tida como desastrosa. Segundo Luiz Antônio Cunha (1986), “as justificativas apresentadas a essa reforma evocavam as antigas e reiteradas críticas à má qualidade do ensino secundário” (1986, p. 163). Em 1915, essa reforma foi revogada e o ensino secundário foi regularizado.

O Decreto nº. 11.530, de 18 de março de 1915 procurou manter da Lei Rivadávia de 1911, o exame de admissão para as escolas superiores; do Código Epitácio Pessoa de 1901, o ensino seriado e a redução do currículo e da Reforma Benjamin Constant de 1890, a restrição da equiparação aos estabelecimentos estaduais e os exames preparatórios (BASTOS SILVA, 1969, p. 274).

As medidas preconizadas por Carlos Maximiliano, em 1915 foram prolongadas e ampliadas pelo Decreto nº. 16.872, de 13 de janeiro de 1925, o qual marcou fim dos exames parcelados e preparou o terreno de modo definitivo, para a implantação de uma instrução secundária seriada e regular.

As reformas acima analisadas mostraram avanços e recuos e segundo as observações de Gonçalves Neto & Carvalho “se sucediam porque não havia continuidade evolutiva de aperfeiçoamento do sistema educacional, e sim superposição de medidas, muitas vezes contraditórias, com avanços e retrocessos” (2012, p. 46).

Além dessas reformas, ocorreram outras em vários estados do país. No estado de São Paulo, por exemplo, após a República, Caetano de Campos, buscou reformar o Ensino Normal⁴¹ e propôs reorganizar todo o sistema escolar, a partir da Lei nº. 88, de 8

⁴¹ O início do processo de reformas envolvendo a formação do professor, no Brasil, ocorreu ainda na monarquia, quando a Lei de 15 de outubro de 1827, do ensino das primeiras letras, determinou que a formação dos professores deveria ser realizada nas escolas das capitais, com recursos dos próprios docentes. No artigo 6º instituiu, “Os professores ensinarão a ler e escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; para as leituras, a Constituição do Império e a Historia do Brasil” (BRASIL, 1827). Posteriormente, o ato adicional de 1834, alterou a Constituição de 1824 e criou as assembleias legislativas provinciais com poderes para legislar sobre a educação escolar, entre outros assuntos. Assim, introduziu-se a formação do professor em Niterói, no Rio de Janeiro, no ano de 1835, a partir da Lei nº 10, de 1835, por iniciativa das províncias, cujo modelo de implantação foi o

de setembro de 1892. Segundo Saviani (2004, p. 23), foi “uma reforma geral da instrução pública paulista”. A iniciativa de reformar a Escola Normal, já havia sido colocada em prática por Caetano de Campos em 1890, pelo Decreto nº. 27, de março de 1890⁴², que converteu as escolas preliminares anexas, em escolas modelo, onde os alunos mestres tinham a possibilidade de experimentar e praticar o ensino. As escolas modelos, conectadas aos ensinos primário e normal apresentaram resultados significativos e se transformaram em difusoras das novas ideias.

Para incrementar a educação do povo, conforme afirmou Rosa de Fátima Souza (1998, p.17), o estado de São Paulo, em 1893, implantou os grupos escolares que se irradiaram por todo o país. Os grupos escolares foram considerados:

os tipos de escola que melhor atendiam as necessidades de difusão do ensino primário, portanto o meio eficaz para a promoção da educação popular, especialmente nos núcleos urbanos, os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época (SOUZA, 1998, p. 16).

Na sua implementação buscou-se montar uma estrutura: “administrativa e pedagógica” envolvendo “diretrizes e normas pedagógicas bem como de inspeção, controle e coordenação das atividades educativas” e, além disso: “a organização das escolas na forma de grupos escolares, superando, por esse meio, a fase das cadeiras e classes isoladas” implicou também a “dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhados por um corpo relativamente amplo de professores” (SAVIANI, 2005, p.10).

europeu, mais especificamente, o da França. Após a primeira experiência de Niterói, outras Escolas Normais foram surgindo. Em Minas Gerais (1835 -1840), na Bahia (1836 -1841), em São Paulo (1846), em Pernambuco e no Piauí (1864 -1865), em Alagoas (1864 -1869), em São Pedro do Rio Grande do Sul (1869), no Pará (1870 - 1871), em Sergipe (1870 - 1871), no Amazonas (1871), no Espírito Santo (1873), no Rio Grande do Norte (1873 - 1874), no Maranhão (1874 e 1876), na Corte (1874, 1880), no Paraná (1876), em Santa Catarina (1880), no Ceará (1880 - 1884), no Mato Grosso (1874), em Goiás (1882 - 1884) e na Paraíba (1884 - 1885). Em 1867 havia 04 escolas normais e em 1883 o número passou para 22 (TANURI, 1979, p. 23; 2000, p. 64-65).

⁴²Trouxe em suas considerações: “a instrução pública bem dirigida é o mais forte e eficaz elemento do progresso. [...] de todos os factores da instrução popular, o mais vital, poderoso e indispensável é a instrução primária, largamente diffundida e convenientemente ensinada. [...] sem professores bem preparados, praticamente instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida actual, o ensino não pode ser regenerador e efficaz” (Decreto nº. 27 de 12 de março de 1890). Disponível site: www.al.sp.gov.br. Acesso em outubro de 2013.

A reforma foi geral, as modificações atingiram os ensinos primário, normal, secundário e superior⁴³ e teve, como requisitos básicos, a instituição de um Conselho Superior da Instrução Pública, de uma Diretoria Geral, de inspetores distritais e a organização dos serviços educacionais em seus aspectos administrativos e pedagógicos.

Segundo Saviani (2005), “Embora essa reforma paulista não tenha chegado a se consolidar, a tendência que ela representava acabou por se impor, como se pode perceber pelas várias reformas da instrução pública encetadas por diversos estados do país na década de 20” (2005, p. 11).

Assim, ocorreram nos Estados de São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Distrito Federal (Rio de Janeiro) e em Pernambuco as reformas de ensino, consideradas “marcos notáveis na história da educação brasileira” (MONARCHA, 1989, p.17), instrumentos de “reorganização social dentro da ordem” e de construção de uma “autonomia da Nação enquanto sinônimo de industrialização” (MONARCHA, 1989, pp. 54 e 107). No Quadro II, apresentamos as reformas estaduais que ocorreram na década de 1920, nos estados citados acima, como iniciativas significativas, que demonstraram a intenção de modernizar a escola e de atender as demandas da sociedade, o que não significa que não tenha havido outras reformas em outros estados do país.

QUADRO II

REFORMAS EDUCACIONAIS ESTADUAIS					
Reorganização da instrução pública nos Estados na década de 1920					
SÃO PAULO	CEARÁ	BAHIA	MINAS GERAIS	RIO de JANEIRO (DF)	PERNAMBUCO
Direção Sampaio Dória	Direção Lourenço Filho	Direção Anísio Teixeira	Direção Francisco Campos	1922-1926. Dir. Carneiro Leão. 1927-1930. Dir. Fernando de Azevedo	Direção Carneiro Leão
Lei nº 1.750 8/12/ 1920 Reforma a Instrução Pública do Estado.	Lei nº 1.953 2/08/1922 Dispõe sobre a Instrução Pública do Estado.	Lei nº 1.846 14/08/1925. Dispõe sobre a Instrução Pública do Estado.	Lei nº 926 24/9/1926 Autoriza a Ref. do Ensino. Dec. nº 7.970A 15/10/1927 Reg. do ensino primário. Dec. nº 8.094 22/12/1927 Prog. do ensino primário.	Reforma Carneiro Leão de 1922 a 1926.	Ato 1.239 27/12/1928 Traça as normas de ensino normal e primário e da educação em geral.
Decreto nº 3.356 31/05/1921 Regulamenta a Lei nº 1750.	Decreto nº 474 02/01/1923 Regulamento da Instrução Pública.	Decreto nº 4.218 30/12/1925 Aprova o Regulamento do Ensino primário e Normal.	Decreto nº 8.162 20/01/1928 Reg. Escola Normal Decreto nº 8.225 11/02/1928 Prog. da Escola Normal.	Lei nº 3.281, 23/01/1928 Decreto nº 2.940 22/11/ 1928 Lei e Regulamento do Ensino.	Ato 238 08/02/ 1929 Regulamento da educação Normal e cursos anexos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional estadual na década de 1920.⁴⁴

⁴³ Decreto, nº 88 de 1892, artigos 40 a 48.

⁴⁴ Lei nº 1.750, 8/12/1920 e Decreto nº 3.356 31/05/1921, a Lei nº 1750, disponível no site www.al.sp.gov.br e Lei nº 1.953 2/08/1922, disponível na dissertação de mestrado: A Reforma da

Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, Francisco Campos e outros educadores e políticos tiveram, em comum, a crença na educação como instrumento capaz de homogeneizar a cultura e a moral do povo e “como condição e fator de progresso” (CARVALHO, 1998, p. 40). A escola deveria disseminar valores e formar atitudes coerentes com o “padrão civilizatório que se pretendia instaurar no país”, por isso a norma regulamentar foi praticamente “imposta, de qualquer forma, a todos” (BEISIEGEL, 1974, pp. 57-58), para consolidar a nova proposta de formação do cidadão.

O estado de Minas Gerais, “dentro do espírito federativo” (GONÇALVES NETO, 2012, p. 23), tomou várias iniciativas para organizar a instrução pública, desde o início da República.

1.3. As iniciativas de organização da educação pública em Minas Gerais

A primeira iniciativa de organização da instrução pública no estado, após a República aconteceu em 1892 e 1893, quando foi instituída a Reforma Afonso Pena. Entretanto, foi em 1906, com a Lei nº 439, que o governo formulou o seu melhor formato de instrução pública e implantou “uma instituição comprometida com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização” (GOUVEIA & ROSA, 2000, p. 172) - os grupos escolares⁴⁵. Criou também a Escola Normal da Capital, introduziu novos métodos e processos de ensino e um complexo serviço de inspeção.

Dando prosseguimento às iniciativas de renovação educacional, para fazer reajustes importantes, principalmente no ensino primário e normal, o governo de Minas Gerais, na década de 1920, promoveu outra reforma significativa. A implantação da Reforma Francisco Campos, visando reduzir o analfabetismo, que ainda permanecia alto, 75.4% (IBGE, 1940) e segundo “o conceito elitista e determinista, inclusive partilhado por intelectuais, em relação à massa popular” pretendeu “arrancar o povo da ignorância, civilizando-o e preparando-o para a modernidade” (GONÇALVES NETO & CARVALHO, 2012, p. 15).

Instituição Pública do Ceará de 1922: as diretrizes da política educacional do governo Justiniano de Serpa, de Jane Maria Fernandes de Almeida.

⁴⁵ Segundo Rosa de Fátima Souza, podem ser “concebidos como escolas graduadas e escolas centrais”. *No Diccionario de las ciencias de la educación*, são um “Sistema de organização vertical de ensino por cursos ou níveis que se sucedem. As características principais da escola graduada são: a) agrupamento dos alunos segundo um critério nivelador que pelo geral é a idade cronológica para obter grupos homogêneos; b) professores designados a cada grau; c) equivalência entre um ano escolar do aluno e um ano de progresso instrutivo; d) determinação prévia dos conteúdos de diferentes matérias para cada grau; e) o aproveitamento do rendimento do aluno é determinado em função do nível em que se encontra; f) promoção rígida e inflexível dos alunos grau a grau” (SOUZA, 1998, p. 69).

Para isso, a reforma instituiu uma nova concepção pedagógica, aperfeiçoou o serviço de inspeção do ensino, ampliou as atribuições dos inspetores e adotou novos métodos, novas práticas pedagógicas e novos conteúdos de ensino. Nessa reforma, por exemplo, os alunos deveriam: “observar as regras de hygiene individual, os preceitos de boa conduta, de urbanidade e de polidez”, cabendo ao professor proceder o registro “no diário de classe de todos os esclarecimentos relativos à regularidade, ao trabalho e à conduta dos alumnos” e ao inspetor, orientar e verificar sobre o cumprimento das “disposições deste regulamento e instruções expedidas pelas auctoridades superiores do ensino” (MINAS GERAIS, 1927, p.1164-1234).⁴⁶

No Relatório de inspeção feito pela assistente técnica do ensino, Zembla Soares de Sá⁴⁷, quando visitou o Grupo Escolar Barão do Rio Branco⁴⁸, de Belo Horizonte, em 1936, a inspetora recordou à direção do que já haviam combinado, sobre como proceder na merenda escolar para educar melhor as crianças nesse sentido:

Aos treze dias do mês de julho comecei o meu trabalho de assistência junto ao grupo “Barão do Rio Branco”, sendo que hoje, vinte e dois de agosto, dou-o por terminado, [...] relembro à senhora Directora a nossa combinação de organizarmos a merenda em classe, afim de que as professoras possam ter mais oportunidade, em situação real, para ir educando as creanças, ensinando-lhes como se parte o pão para come-lo; como se descasca uma fructa e como se deve come-la; quaes os comestiveis bons para uma merenda; além das noções de hygiene [...] no pateo de recreio, as creanças se entregam [...] aos brinquedos, ficando [...] sem merendar, ou, se o fazem, é sempre entremeado de saltos e corridas o que é de todo contra indicado para a bôa saude. (RELATÓRIO, 1936)⁴⁹

⁴⁶ Decreto nº 7.970, de 1927.

⁴⁷ Aprovada para exercer o cargo de inspetora, no Concurso realizado em maio e junho de 1929, conforme consta na publicação da Revista do Ensino nº 34 de junho de 1929.

⁴⁸ Seu funcionamento iniciou em 1906, quando ainda era um núcleo experimental, com 175 alunos com idade entre 7 e 10 anos. Segundo Mourão (1970), “o primeiro Grupo Escolar [...] funciona no prédio da Avenida Liberdade, destinado à residência do Sr. Secretário do Interior. Instalou-se encerrando sua matrícula com 175 alunos de ambos os sexos, na maior parte recolhida das oito escolas públicas da Capital. Está dividido em seis classes, sob a direção das professoras Maria da Conceição Pereira da Silva, Ambrosina Orsini, Maria Rezende Costa, Izaltina Cajuby da Silva, Olintina Olyntho e Elvira Magalhães Brandão” (MOURÃO, 1970, p. 99). Em 1907 é inaugurado como 1º Grupo Escolar da Capital, que contava com Ensino Primário e Ensino Técnico Complementar e com 230 alunos matriculados. A partir de 1910 seu nome foi alterado para Grupo Escolar Barão do Rio Branco, e em 1914 foi inaugurada sua nova sede na Avenida Paraúna, atual avenida Getúlio Vargas, no bairro Funcionários, região nobre da cidade. No lugar onde antes funcionava o primeiro grupo escolar da capital, o segundo grupo (Afonso Pena) e o terceiro (Cesário Alvim) passaram a dividir o mesmo espaço. Depois o Grupo Afonso Pena permaneceu neste endereço e o Cesário Alvim ganhou um prédio próprio na Rua Tupinambás, ainda na região central da cidade (PEIXOTO, 2007, p. 64).

⁴⁹ Relatório realizado no dia 22 de agosto de 1936. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

Tais orientações se afinavam com o modelo de educação que estava sendo implementado na escola, para garantir o desenvolvimento físico, moral e intelectual do aluno, para cumprir com o poder conferido à escola de “fabricar uma moralidade higiênica e higienizadora” (GONDRA, 2007, p. 534) e produzir um povo mais saudável e mais ajustado às necessidades e às exigências de um estado, que tencionava se desenvolver.

A educação física também deveria ser praticada e estimulada nas escolas. Na reunião das professoras do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão⁵⁰:

Satisfazendo o pedido de todas as professoras a St^a Prof. Técnica D. Dinorá Pinto da Silva discorreu sobre o tema: Educação Física: suas vantagens, necessidades e objetivos. Iniciou a palestra lembrando-nos da necessidade imprescindível dessa disciplina, [...]. Porém é mister que o ensino a ser ministrado corresponda às necessidades da criança, e para isso é necessário que os exercícios sejam sabiamente escolhidos, desenvolvendo, todos os órgãos satisfazendo os objetivos a seguir: corretivo-educacional-higiênico-social e recreativo social [...] e para facilitar o ensino ofereceu-se para nos dar aulas de ginástica. [...] Terminada a palestra foi dada no pátio a 1^a aula de ginástica às professoras (ATA DE REUNIÃO, 1934)⁵¹.

O ensino dessa disciplina, além de ajudar na formação do caráter do aluno, estimulava a sua adaptação social, preparando-o para se tornar um bom cidadão. Sua prática constituía-se uma ação educativa com possibilidades de desenvolver o físico, de disciplinar o corpo, de controlar as reações impulsivas e transformá-las em condutas baseadas no espírito de cooperação e de solidariedade.

Junto à preocupação de melhorar o ensino e formar o povo, houve uma movimentação, em vários estados do país e também em Minas Gerais, no sentido de estender quantitativamente as escolas para reduzir o analfabetismo. Todavia, os índices de alfabetização indicados pelas tabelas V (índice nacional), tabelas VI e VII (índices de Minas Gerais e de alguns estados) revelaram uma situação educacional deficitária.

⁵⁰ Conforme Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho (2002), o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão foi criado pelo Decreto nº 3.200, em 20 de Julho de 1911 e instalado em 1915 (2002, p.59). Em sua criação, o Grupo Escolar contava com uma estrutura de oito cadeiras, um diretor, sete professoras e funcionava em dois turnos (2002, p. 62). Desde então, “a sociedade überabinhense, sob os princípios de progresso e desenvolvimento, proclamados pela elite local, empreenderam esforços para, a cada nova geração, oferecer maiores oportunidades de acesso e de permanência no processo de escolarização” (2002, p.47). O nº. de alunos matriculados em 1930 era de 877 e em 1940 de 516 (Termos de promoção e actas de exames dos alunos do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia, 30 de novembro de 1930, pp.07 e 98).

⁵¹ Livros de Atas de reuniões de professoras. Documento da Secretaria do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia-MG, (1932-1937).

TABELA V

RECENSEAMENTO POP. BRASILEIRA- DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A INSTRUÇÃO ACIMA DE 15 ANOS									
ANOS	*SABEM LER E ESCREVER	%	*NÃO SABEM LER NEM ESCREVER	%	POP ACIMA DE 15 ANOS	%**	POP ABAIXO DE 15 ANOS	%***	POPULAÇÃO TOTAL
1900	3. 380.451	34,66	6. 371.660	65,34	9.752.111	56,37	7.556.445	43,63	17.318.556
1920	6.155.567	35,05	11.401.715	64,95	17.557.282	57,31	13.078.323	42,69	30.635.605
1940	10.379.990	43,77	13.329.779	56,23	23.709.769	57,49	17.526.546	42,51	41.236.315

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados retirados do Anuário Estatístico do Brasil de 1947. Rio de Janeiro: IBGE, v. 8, 1948. * dados referentes à pop de 15 anos acima. **% da pop com mais de 15 anos em relação à pop total do país. ***% da pop menos de 15 anos em relação à população total⁵².

Os indicadores nacionais, apresentados na tabela V, mostraram que o índice de analfabetismo entre as pessoas acima de 15 anos, em 1900, era de 65,34%; em 1920 esse índice foi de 64,95% e em 1940, 56,23% e o índice de alfabetização, em 1900, era de 34,66%; em 1920 passou para 35,05% e em 1940 subiu 43,77%. Entre 1900 e 1920, os números indicaram menos de 1% de crescimento no índice de alfabetização e, de 1920 a 1940, o crescimento foi de 8,72%. Para Marcelo Medeiros Coelho de Souza (1999, p. 172) a evolução desses índices da alfabetização depende da faixa etária da população, do seu crescimento e da capacidade do sistema de ensino de alfabetizar.

A relação entre a população alfabetizada e os analfabetos demonstrada nas tabelas VI e VII, revelaram que as reformas educacionais nos estados não foram eficientes para solucionar o problema. Para Carvalho & Carvalho (2012), houve falhas “por incapacidade criadora”, porque não conseguiram produzir “modelos da educação sistemática que uma sociedade em transformação aspirante ao status de povo “civilizado” requer e “por causa da omissão ante a necessidade de o país se converter em Estado educador, e não se manter como Estado fundador de escolas e administrador/supervisor de redes escolares” (2012, p. 51).

Tabela VI

POPULAÇÃO ACIMA DE 15 ANOS ALFABETIZADA POR UNIDADES POLÍTICAS -1920*											
	SÃO PAULO/%		CEARÁ/%		MINAS GERAIS/%		PERNAMBUCO/%		BAHIA/%		D.F.-%
Sabe ler	1.097.420	41,53	205.538	27,19	1.006.094	31,16	318.964	25,27	516.306	26,98	583.867
Não Sabe	1.545.280	58,47	550.330	72,81	2.222.289	68,84	943.209	74,73	1.397.722	73,02	202.847
Pop.15 a acima**	2.642.700	57,54	755.868	57,29	3.228.383	54,82	1.262.173	58,57	1.914.028	57,40	786.716
Pop. Total	4.592.188		1.319.228		5.888.174		2.154.835		3.334.465		1.157.873

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados retirados do Anuário Estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936. .* Índices percentuais em relação à população acima de 15 anos. **índice da população de 15 anos acima em relação à população total.

⁵² Os dados da tabela V se referem à instrução da população acima de 15 anos do país.

São Paulo, o estado que abriu o ciclo das reformas da instrução pública, na década de 1920, para reduzir o índice de analfabetismo, de 58,47%, por meio da Reforma Sampaio Dória⁵³, estabeleceu que os primeiros dois anos do ensino primário seriam obrigatórios e gratuitos, conforme estava descrito nos artigos 2º e 4º da lei: “Nos termos da Constituição, o ensino primário, de dois anos, é gratuito [...]. São obrigadas à frequência escolar gratuita as crianças de 9 e 10 anos de idade, sendo facultada, nas vagas, a matrícula às de outras edades” (SÃO PAULO, 1920)⁵⁴.

Antes da reforma, em mensagem, o presidente do Estado de São Paulo, Dr. Washington Luis Pereira de Sousa, em 14 de julho de 1920, discursou no Congresso Legislativo e declarou:

Não me deterei, no anno de 1920, perante o culto congresso legislativo de São Paulo, a defender as excellencias da instrução primaria, a mostrar as vantagens de saber ler, escrever e contar, a clamar o cumprimento do dever social de acabar com o analfabetismo” (MENSAGEM, 1920, p. 46).

Entretanto, 20 anos depois da reforma, em 1940, conforme os índices indicados na Tabela VII, os analfabetos representavam 46,55%, entre as pessoas acima de 5 anos, indicando um índice de alfabetização de 52,07%. Apesar da reforma e do discurso do presidente, o problema se manteve.

Da mesma forma, nos demais estados, como por exemplo, em Pernambuco, o índice de analfabetos, em 1920, era de 74,73% entre as pessoas acima de 15 anos e em 1940, entre as pessoas de 5 anos, era de 74,35%, no Ceará, o analfabetismo atingiu 72,81%, em 1920 e em 1940, 73,54%. Na Bahia a situação educacional era igual. Em 1920 eram 73,02% analfabetos e em 1940, 75,92%.

Embora os estados buscassem enfrentar o problema, mediante reformas escolares, os números evidenciaram a dificuldade de eliminar a questão. Em Minas Gerais, a tabela VI, registrou em 1920, um índice de analfabetismo de 68,84%. Vinte anos depois, em 1940, a situação ainda se constituía como um problema a ser resolvido, tanto em Minas Gerais, como nos demais estados, conforme nos é apresentado na tabela VII:

⁵³ Instituída em 8 de dezembro de 1920.

⁵⁴ Lei nº.1.750 de 1920.

TABELA VII

POPULAÇÃO ACIMA DE 5 ANOS ALFABETIZADA DISTRIBUIÇÃO SEGUNDO A INSTRUÇÃO - UNIDADES POLÍTICAS – 1940*												
	SÃO PAULO/%		CEARÁ/%		MINAS GERAIS/%		PERNAMBUCO/%		BAHIA/%		DISTRITO FEDERAL/%	
Sabem ler	3.196.556	52,07	448.426	26,15	1.868.515	33,03	570.041	25,07	786.107	23,73	1 221 495	77,24
Não sabem ler	2.857.761	46,55	1.260.926	73,54	3.758.878	66,54	1.690.422	74,35	2.514.536	75,92	335.310	21,20
Inst não declar.	83.966	1,38	5.110	0,31	29.333	0,43	12.912	0,58	11.378	0,35	24.489	1,56
Pop. 5a acima**	6.138.283	85,48	1.714.462	81,99	5.656.726	83,14	2.273.375	84,56	3.312.021	84,53	1 581 294	89,63
Pop.Total	7.180.316		2.091.032		6.803.410		2.688.240		3.918.112		1.764.141	

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados retirados da COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL, Sinopse de Censo Demográfico, 1946, Rio de Janeiro. Anuário estatístico do Brasil 1946. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, 1947.* Índices percentuais em relação à população acima de 5 anos. **Índice da população de 5 anos acima em relação à população total.

Mesmo o estado reconhecendo que a educação pública era uma necessidade para estabelecer a República, as atitudes de enfrentamento do problema, não foram suficientes para solucionar a questão. Seguramente, os resultados não foram positivos porque, conforme afirmaram Carvalho & Carvalho (2012), “tais atitudes seguiram um tipo de intervenção ditada pela escassez crônica de recursos materiais e humanos” gerando “soluções educacionais do passado, incoerentes com o novo estilo de vida e as opções republicanas” (2012, p. 52).

Contudo, as reformas educacionais dos anos de 1920 foram expressivas, porque promoveram uma movimentação grande em torno da educação, mostraram a disposição de modernizar e de democratizar a escola e acreditaram na sua importância para promover o progresso social e econômico.

1.4. As inovações administrativas e pedagógicas nas Reformas Educacionais

Para tornar o sistema educacional mais eficaz, ampliar a fiscalização e, principalmente, conforme afirmou Marta Carvalho, “programar em moldes mais adequados [...] os mecanismos de controle social” (CARVALHO, 1998, p. 27), as reformas educacionais, na década de 1920, promoveram uma revisão geral nas instâncias da administração escolar. Criaram diretorias e inspetorias administrativa e técnica, estabeleceram diretrizes e determinaram competências e responsabilidades.

Em São Paulo, por exemplo, o artigo 19, do Decreto nº. 3.356 de 1921, determinou que a “A direcção suprema da Instrucção Pública” caberia ao “Presidente do Estado” e este teria como auxiliares, “o Secretário do Interior; o Director Geral da

Instrucção Pública". O artigo 23 estabeleceu a competência do diretor geral da instrução pública: "dirigir o ensino primário, médio complementar, secundário e profissional de todo o Estado e orientar os delegados do Ensino, os inspectores escolares e superintender a inspecção medico escolar" (SÃO PAULO, 1921).⁵⁵

O mesmo aconteceu nas reformas educacionais dos demais estados, do Distrito Federal, do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e de Minas Gerais. No quadro III, a seguir, apresentamos a criação de diretorias e de inspetorias nesse processo de reorganização da instrução pública.

Quadro III:

REFORMAS EDUCACIONAIS NOS ESTADOS - Década de 1920					
Reorganização da instrução pública- Adm.Escolar- Criação de Diretorias e Cargos					
SÃO PAULO	* CEARÁ	BAHIA	MINAS GERAIS	* RIO DE JANEIRO (D.F.)	PERNAMBUCO
Lei nº 1.750, de 1920 Decreto nº 3.356, de 1921	Lei nº 1.953 de 1922 Decreto nº 474, de 1923	Lei nº 1.846, de 1925. Decreto nº 4.218 de 1925	Decreto nº 7.970 - A, de 1927	Carneiro Leão (1922-1926) Lei nº 3.281 de 1928. Dec. nº 2.940, de 1928	Ato 1.239, de 1928
Determinou a direção superior do Presidente do Estado e seus auxiliares: o Secretário do Interior e o Diretor Geral da Instrução Pública. -Diretoria Geral da instrução. - Diretor Geral da Instrução Pública -Função: dirigir o ensino público primário, secundário profissional.		Determinou a direção superior do Governo do estado e seus auxiliares, o Secretário do Interior, Justiça e Instrução pública e da Agricultura, Viação e Obras Públicas, o Diretor Geral da Instrução e o Conselho Superior do Ensino. -A Diretoria Geral da instrução. Compreende 4 seções ou 4 diretorias especiais: primário, secundário, normal e especial e profissional. - Diretor Geral Instrução. Função: direção técnica e adm. de todo o serviço do ensino público e fisc part.	Determinou a direção superior do Presidente do Estado, do Secretário do Interior e de seus auxiliares: A inspetoria Geral, o Conselho Superior e as Federações escolares. - Inspectoria Geral da Instrução Pública. - Compõe-se de três inspetorias: -a técnica, - de educação física. -de assistência médica e odontológica.	de 1922 a 1926 -Diretoria Geral da Instrução Pública. -Diretor geral da instrução. -Centralização de todos os serviços a esse fim. (Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro Raul de Moraes Veiga. 1º ago de 1922. p33)	- Diretoria Geral da Educação. Compreende: uma seção adm. e outra técnica. -Função do Diretor técnico. -Orientar a educação em todos os pontos do estado. -Criou os cargos de: inspetores pedagógicos, os médicos escolares, os diretores das escolas normais, os diretores dos estabelecimentos técnico-profissionais e secundários.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional estadual na Década de 1920. *Não localizamos as leis e os Decretos dos Estados do Ceará e do Distrito Federal.

Na Bahia, conforme o artigo 11, do Decreto nº 4.218, de 1925, também foi criada uma diretoria geral de instrução pública com a função de "direcção technica e administrativa de todo o ensino publico, e tudo que disser respeito à instrucção, estendendo sua função fiscalizadora sobre o ensino particular" (BAHIA, 1925).

Em Minas Gerais, segundo o Regulamento do Ensino Primário, a direção superior do ensino ficou a cargo do Presidente do estado e do Secretário do Interior e estes teriam como órgãos auxiliares: "a Inspectoria Geral da Instrucção Publica; o

⁵⁵ DECRETO nº. 3.356, de 1921.

Conselho Superior da Instrução e as Federações Escolares⁵⁶” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1155).

Em mensagem, o Presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, um ano após a reforma, declarou que as “Federações Escolares” estavam constituídas “em cada município, das escolas isoladas e dos grupos escolares, sendo o diretor de um deles o presidente da Federação, com a incumbência de inspecionar, duas vezes por anno, as escolas isoladas do município” (MENSAGEM, 1928, p. 24). Essas federações, uma particularidade do estado, já funcionavam com regularidade: “tendo sido inspecionadas quase todas as escolas isoladas do Estado, facto que não se dava, há muito, havendo grande numero de escolas isoladas que nunca haviam recebido visita de agentes da inspecção do ensino” (MENSAGEM, 1928, p. 24).

Para incrementar a educação no estado e acompanhar a sua evolução foi prevista, também em lei, a criação de um serviço de estatística escolar. A direção e a execução desse serviço ficaram a cargo dos: “assistentes técnicos, Conselhos Escolares Municipaes, inspectores municipaes, os distritaes e seus suplentes, juízes de paz e escrivães de paz” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1150).

Coube também aos inspetores escolares, ou ‘assistentes técnicos de ensino’⁵⁷ fiscalizar as escolas em geral e prestar assistência técnica e pedagógica aos professores, na atividade de inspeção.

Segundo Lourenço Filho, a inspeção⁵⁸ deveria expressar a:

descrição objetiva de realidades concretas, exame de condições e resultados, primeiro passo para toda e qualquer investigação de maior vulto. Quando compreendidas suas funções, será o inspetor, antes de tudo, um investigador operacional, mais preocupado em verificar as razões porque os serviços a seu cargo encontram tais ou quais dificuldades, do que fazer valer a sua autoridade formal, decorrentes das leis e regulamentos. E, quando assim faça, estará também estabelecendo um melhor sistema de comunicação entre os serviços operativos e os administrativos de mais alto nível (LOURENÇO FILHO, 1963, p. 77).

⁵⁶ Das Federações Escolares. Artigo 84: ‘Para fins da administração do ensino, o Estado será dividido em Federações Escolares municipaes, constituídas de um ou mais municípios, cada uma, a juízo do governo. Artigo 85. Cada uma das federações será presidida pelo director do grupo escolar, devidamente designado pelo Secretário do Interior, o qual inspecionará duas vezes por anno as escolas singulares, reunidas e grupos escolares existentes no território da Federação, investido, para esse fim, das atribuições e competência de assistente technico” (MINAS GERAIS, Decreto nº. 7.970, 1927, p.1166).

⁵⁷ Nova nomenclatura dada aos inspetores escolares, na legislação de 1927.

⁵⁸ Segundo o Dicionário Eletrônico Houaiss, a palavra inspeção, etimologicamente, vem do latim *inspectiōnis*: ação de olhar, exame, observação. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>. Acesso em 18 de janeiro de 2013.

Na reorganização da educação, o serviço de inspeção do ensino se caracterizou como uma atividade administrativa e pedagógica significativa, com o objetivo de observar e examinar as situações e os fatos educacionais, de passar orientações administrativas e pedagógicas aos professores, de relatar com objetividade e precisão a realidade do ensino e da instituição e, se for o caso, criticar, fazer recomendações e tomar decisões, com base na experiência e na reflexão.

A renovação da educação nos demais estados e, sobretudo, em Minas Gerais, apresentou uma estrutura administrativa complexa e coerente com os objetivos republicanos de modernizar o estado. Nesse contexto, a reorganização do serviço de inspeção visou controlar de modo mais eficiente o funcionamento das instituições escolares em suas atividades administrativas e pedagógicas.

No quadro IV, a seguir, apresentamos como o serviço foi reestruturado:

REFORMAS EDUCACIONAIS NOS ESTADOS - Década de 1920					
Reorganização da instrução pública - Administração Escolar: Inspeção do Ensino					
SÃO PAULO	CEARÁ	BAHIA	MINAS GERAIS	RIO DE JANEIRO-DF	PERNAMBUCO
-Lei nº 1.750 de 1920 -Decreto nº 3.356/1921	-Lei nº 1.953 de 1922 -Decreto nº 474/1923	-Lei nº 1.846 de 1925. -Dec.º 4.218 de 30/12/ 1925	-Decreto nº 7.970A -1927	-Carneiro Leão (1922-1926) -lei nº 3.281/Dec. n° 2.940/1928	-Ato 1.239 - 1928
INSPEÇÃO DO ENSINO					
-Divisão do Estado em 15 Delegacias regionais com função de efetivar a obrigatoriedade do ensino, efetuar o recenseamento escolar, etc.	-A fiscalização será feita por 4 Inspetores Regionais e pelo corpo de Inspetores Escolares residentes -Terão a função de visitar e de orientar as escolas.	-A fiscalização do ensino a partir das diretorias especiais, inspetores regionais, delegados escolares e conselhos municipais. -A fiscalização será administrativa, técnica e higiênica. Com função inspecionar e informar sobre o funcionamento geral dos estab. de ensino.	- Criação da inspeção técnica e administrativa. -A inspeção e assistência técnica serão exercidas por presidentes das federações escolares e pelos assistentes técnicos. -A inspeção administrativa será exercida por inspetores escolares municipais e distritais. -Os assistentes técnicos terão como função orientar, instruir e inspecionar os professores, dando ciência de tudo que ocorre mediante relatórios.	-Instituição da inspeção escolar realizada por técnicos de ofícios. (Mensagem do Presidente do Estado do Rio de Janeiro Raul de Moraes Veiga. 1º agosto de 1922. p.33).	-Divisão do Estado em 10 regiões. -Cada região contará com um inspetor pedagógico com a função de guiar e instruir o professor e ao mesmo tempo fiscalizá-lo no exercício de seu cargo, dando ciência de tudo que ocorre, por intermédio de gráficos e de relatórios ao diretor técnico.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional estadual na década de 1920.

A reforma da instrução pública manteve as duas áreas de inspeção. A inspeção administrativa ficou a cargo dos inspetores escolares municipais e distritais e, extraordinariamente, poderia ser feita pelos assistentes técnicos e presidentes das Federações Escolares. A inspeção técnica tornou-se responsabilidade dos presidentes das Federações Escolares e dos assistentes técnicos ordinários, cada qual na sua circunscrição.

Em 1927, em mensagem, o Presidente do estado de Minas Gerais, anunciou: “Para fins de inspeção técnica do ensino, continua a vigorar a divisão do Estado em

33 circumscripções” (MENSAGEM, 1927, p. 22) e declarou que o serviço de inspeção realizado até então, ainda era insuficiente: “Embora realizado com algum proveito, o serviço de inspecção não está inteiramente satisfactorio”. Em vista disso, o presidente afirmou: “O assumpto está sendo convenientemente examinado, e é provável que o governo venha a representar no sentido da criação de novos cargos, cujo preenchimento, porém, deverá ficar pendente de concurso” (MENSAGEM, 1927, p. 23).

A intenção do governo era criar novos cargos de inspetores, para melhorar o serviço de inspeção do ensino e fazê-lo funcionar, efetivamente, como um instrumento de articulação entre as escolas e os órgãos da direção central, de fiscalização, de controle, de supervisão e de orientação administrativa e pedagógica dos professores.

Os relatórios de visita realizados em 1934, pela inspetora do ensino do estado, Helena Penna⁵⁹ ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco, de Belo Horizonte indicaram a realidade educacional dessa instituição de ensino e como a inspetora agiu na função e orientou os professores.

Segundo os relatórios, a inspetora fez recomendações à direção da escola sobre a colocação das carteiras e a necessidade de estabelecer a “semana da ortografia” e depois sugeriu modificações nos aspectos que não estavam de acordo com a nova regulamentação do ensino:

A Snr.^a Diretora lembrei a conveniencia de modificar a colocação das carteiras, nas salas demasiado iluminadas e a instituir a “semana da ortografia”, nas classes em que essa parte do programa está menos firme. – Deixo aqui registrada a ótima impressão que recebi do grupo, pela harmonia entre o corpo docente, pelo esforço e a dedicação das prof.^{as} para o desenvolvimento integral das creanças, pelas iniciativas louvaveis, como museus, bibliotecas, clubs, corpos de “leaders” [“Auxilio Mutuo”] e, sobretudo, pela liberdade educada de que gozam os alunos nas aulas. Belo Horizonte, 27 de Abril de 1932. Helena Penna, assistente técnica regional (RELATÓRIO, 1932)⁶⁰.

⁵⁹ Conforme consta na Revista do Ensino, nº 92, de julho de 1933, p.71.

⁶⁰ Relatório realizado no dia 27 de abril de 1932. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

Sugeri-lhes a pratica de cada professora escrever pequenas histórias e depois de mimeografadas e ilustradas reuni-las, formando livrinhos ou ainda serem aproveitados os melhores trabalhos dos alunos para esse fim, como já se tem feito no grupo.

Deixo aqui consignada a ótima impressão que tive da inspecção ao grupo “Barão do Rio Branco” com os aplausos ao corpo docente dessa casa de ensino que tem sabido honrar a instrução em nosso Estado. Belo Horizonte, 30 de Abril de 1934. Helena Penna, assistente técnica regional (RELATÓRIO, 1934).⁶¹

As professoras foram orientadas em suas atividades docentes, administrativas e pedagógicas e avaliadas positivamente, quanto à organização escolar, os processos de ensino e os resultados obtidos. Conforme foi determinado no regulamento, a inspetora também teceu considerações, sobre o “preparo, competência, vocação e aptidões dos professores” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1164).

Na organização da instrução pública, os programas, os métodos e os processos do ensino também foram revisados. No quadro V, mostraremos alguns aspectos a respeito das reformulações nos programas e das matérias do ensino primário. O estado de São Paulo, por exemplo, para reduzir o analfabetismo e, principalmente, formatar o cidadão, ofereceu aos alunos uma formação rápida e básica. A educação, na Reforma Sampaio Dória⁶², conforme afirmou Marta Carvalho (2011), foi: “Concebida nos marcos da pedagogia Spenceriana, assentada no tripé: educação intelectual, moral e física” (CARVALHO, 2011, p. 25) e organizada a partir de um programa que deveria ser aplicado em dois anos. Para Marta Carvalho, a reforma, “inverteu a lógica que vinha orientando a institucionalização e a expansão da escola pública no estado”, quando pôs “em cena um programa de inclusão escolar das populações, até então marginalizadas, fundamentalmente comprometido com duas metas principais: a erradicação do analfabetismo e a difusão de um modelo republicano” (CARVALHO, 2011, p. 5).

⁶¹ Relatório realizado no dia 30 de abril de 1934. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

⁶² Antonio Sampaio Dória. Nasceu em Belo Monte - Alagoas, no dia 25 de março de 1883, [...] Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1908. Entre 1908 e 1920 foi vice-diretor do Colégio Macedo Soares e professor de psicologia, pedagogia e educação cívica na Escola Normal de São Paulo. Nomeado diretor geral da Instrução pública do Estado em 1920. [...] Foi o responsável pelo primeiro recenseamento escolar realizado no país. Foi político, jurista e educador, militante da Liga nacionalista de São Paulo. Fez relatórios sobre recenseamento escolar (1920), tratou de questões de ensino, como por exemplo, na reforma de 1920, em São Paulo (1923), Publicou livros tais como, Espírito das Democracias (1924), Educação Moral (1928), O comunismo caminha no Brasil (1933), Os direitos do homem (1942), Direito Constitucional (1958), Psicologia da educação (1959). Faleceu em São Paulo no dia 26 de dezembro de 1964 (ABREU, 2001, p. 1901).

QUADRO V

REFORMAS EDUCACIONAIS NOS ESTADOS - Década de 1920					
Reorganização da instrução pública - Organização pedagógica					
SÃO PAULO	CEARÁ	BAHIA	MINAS GERAIS	RIO JANEIRO (D.F.)	PERNAMBUCO
-Lei n. 1.750/1920 -Decreto nº 3.356/1921	- Lei nº. 1.953/1922 -Decreto nº.474/1923	-Lei nº.1.846/1925. -Decreto nº. 4.218/1925	-Decretos: nº. 7.970 /-1927 nº. 8.094/-1927	-Carneiro Leão (1922-1926) -Lei nº. 3.281/1928. -Decreto nº. 2.940/1928	-Ato nº.1.239/ 1928
PROGRAMAS E MÉTODOS DE ENSINO PRIMÁRIO					
O Programa do ensino primário: (art. 101) compreende: 1º Ano: Linguagem Oral: educação dos sentidos, descrição de objetos ausentes desconhecidos, fatos instrutivos e morais, trechos de educação moral de civilidade, poesia. Leitura Analítica: Fase preparatória, autoestudo da criança e sua adaptação ao meio escolar. Fase da palavrão. Leituras em livro. Linguagem escrita. Aritmética. Geometria. Geografia e História. Ciências Físicas e Naturais. Higiene. Instrução Moral e Cívica. Desenho. Música. Trabalhos Manuais. Exercícios Ginásticos. 2º Ano: Leitura, Linguagem oral. Linguagem escrita. Aritmética, geometria. Geografia. História do Brasil. Ciências físicas e Naturais. Higiene. Instrução Moral e cívica. Caligrafia. Música. Trabalhos Manuais. Exercícios Ginásticos. - (art 103). O método de ensino deverá ser a Intuição, a Lição de coisas. -Deve-se considerar o contexto da inteligência com as realidades que se ensinam, mediante a observação e a experimentação. -Banir a mera descrição e os processos que apelem para a memória verbal.	A escola deve ser: 1º_Instrumento de aquisição científica, com o aprender a ler e escrever; 2º_Educação inicial dos sentidos, no desenho, no campo e nos jogos; 3º_Educação inicial da inteligência, no estudo da linguagem, da análise, do cálculo e nos exercícios de lógicidade; 4º_Educação Moral e Cívica, no escotismo, adaptado à nossa terra, e no conhecimento das tradições e grandezas do Brasil; 5º _ Educação física inicial, pela ginástica, pelo escotismo e pelos jogos". (Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa pelo desembargador Dr Jose Moreira da Rocha- Presidente do Estado do Ceará em 1926, p 17).	- Do programa ensino elementar: -Escolas urbanas: língua vernácula, caligrafia, aritmética, noções de geometria, geografia história, sobretudo do Brasil e da Bahia, noções de ciências físicas e naturais aplicadas e higiene, desenho, trabalhos domésticos, manuais e prendas, educação física, canto. Escolas rurais: língua vernácula, caligrafia, aritmética, noções de geometria, instrução moral e cívica, geografia, história, sobretudo do Brasil e da Bahia, agricultura ou indústria local, desenho, trabalho domésticos, manuais e prendas, educação física, canto. -Escola primária superior será de três anos e compreenderá o ensino de instrução cívica e direito usual, língua vernácula, matemática elementar, noções de geografia e história, especialmente do Brasil e da Bahia, noções de ciência físicas e naturais e higiene, desenho sobretudo profissional, trabalhos manuais e o ensino técnico e profissional generalizado, este de acordo com a necessidade do trabalho agrícola, industrial ou comercial da região onde for instalada a escola.	-O curso das escolas urbanas e grupos escolares compreende desenho, leitura e escrita, língua materna, aritmética, cálculo mental e noções de geometria, noções de <i>cousas</i> em torno dos centros de interesses infantil, de acordo com o método Decroly, <i>geographia</i> geral e do Brasil, especialmente de Minas Gerais, principais fatos da história pátria, com particularidade de Minas Gerais, noções de educação moral e cívica e de urbanidade, rudimentos de <i>ciências naturais e de higiene</i> , canto, exercícios físicos e trabalhos manuais. -As matérias do programa não devem ser ensinadas como se fossem fins em si mesmas, mas como meios de desenvolver o raciocínio, o julgamento e a iniciativa das <i>crianças</i> , oferecendo-lhes oportunidade de exercer o seu poder da observação, de reflexão e de invenção e de aplicar a noções adquiridas.		

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional estadual na década de 1920.

Segundo o artigo primeiro da reforma paulista: “A instrução pública no Estado de São Paulo, comprehende: o ensino primário, de dois anos, que será ministrado em escolas isoladas, escolas reunidas e em grupos escolares”. O tempo de estudo foi reduzido e o ensino teria que ser gratuito, leigo e obrigatório, para crianças de 9 a 10 anos (SÃO PAULO, 1921)⁶³. Seus princípios, de natureza democrática, inquietaram e impactaram no âmbito do movimento de renovação educacional e influenciaram os demais estados.

⁶³ Decreto nº. 3.356, de 1921.

Para Fernando de Azevedo, foi “o primeiro sinal de alarme que nos colocou francamente no caminho da renovação escolar” (1964, p. 645). Justiniano de Serpa (1852-1923), Presidente do estado do Ceará, ao tomar conhecimento da Reforma Sampaio Dória, incluiu, em sua plataforma de governo, a reforma do ensino (CAVALCANTE, 2011, p. 32) e solicitou ao presidente do estado de São Paulo um técnico em educação, para reformar o ensino na Escola Normal do Ceará. Lourenço Filho⁶⁴ aceitou o desafio. Dirigiu e reorganizou a segunda reforma da instrução pública no país.

A influência da proposta de renovação escolar de São Paulo sobre a reforma do estado do Ceará aconteceu, principalmente, em relação à formação básica, na educação inicial dos sentidos e da inteligência, no estudo da linguagem, na educação moral e cívica e na educação física. Segundo Maria Juraci Maia Cavalcante (2011), o estado do Ceará funcionou como um laboratório das ideias da Escola Ativa e ofereceu a Lourenço Filho um campo de ação aberto às inovações pedagógicas, propostas pelo ideário escolanovista (2011, p. 37).

Na Bahia, Anísio Teixeira⁶⁵, entre 1924 e 1928, quando ocupou o cargo de Inspetor de Instrução Pública, também propôs uma reforma educacional. Segundo o artigo 285, da reforma, instituída pelo Decreto nº. 4.218 em 1925, a finalidade da escola

⁶⁴ Lourenço Filho nasceu em 10 de março de 1897, na cidade de Porto Ferreira (SP). Optou pela carreira do magistério e abandonou o segundo ano de Medicina. Na sua trajetória, enquanto docente, desfrutou da prática administrativa e organizacional, dirigindo a reforma da instrução pública no Ceará (1922-1923) e em São Paulo (1931-1932). Na década de 30, transferiu-se para o Rio de Janeiro, exercendo funções de chefe de gabinete do ministro da Educação Francisco Campos. Durante a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Distrito Federal, dirigiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro (SAVIANI, 2007).

⁶⁵ Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caiti (BA) no dia 12 de julho de 1900. Estudou em colégios jesuítas em Salvador. Mudou para o Rio de Janeiro, ingressou na faculdade de direito, formando-se em 1922. Assumiu o cargo de Inspetor Geral de Ensino na capital. Foi pedagogo e administrador público. Em 1924, tornou-se Inspetor Geral de Ensino na Bahia. Reformou o sistema escolar baiano entre 1924 e 1927. Viajou para a Europa e Estados Unidos e escreveu o relatório: *Aspectos Americanos da Educação*, publicado em 1928. Tornou-se discípulo de John Dewey. Retornou aos EUA na Universidade de Colúmbia, em Nova York, onde obteve o título de mestre. Em 1931 foi nomeado Diretor geral de Instrução Pública do Distrito Federal. Realizou uma ampla reforma, integrando o ensino da escola primária à universidade. Em março de 1932, criou o Instituto de Educação. Foi professor de filosofia da educação no Instituto. Em 1935, foi nomeado Secretário Geral de Educação e Cultura. Criou a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Em 1935, perseguido pelo governo de Getúlio Vargas, perdeu o cargo para Francisco Campos. Mudou-se para Bahia, onde viveu até 1945. Em 1946, em Londres e Paris, assumiu o cargo de conselheiro de educação superior da UNESCO. Em 1947 foi convidado novamente a assumir o cargo de Secretário da Educação da Bahia. Criou a Escola Parque, em Salvador, que se tornou um centro pioneiro de educação integral. Em 1951, foi Secretário Geral da CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior). Em 1952, diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). Em 1950, participou dos debates para a implantação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases. Ao lado de Darcy Ribeiro, foi um dos fundadores da Universidade de Brasília, da qual se tornou reitor em 1963. Em 1964, com o golpe militar, afastou-se do cargo e foi para os Estados Unidos, lecionando nas Universidades de Colúmbia e da Califórnia. De volta ao Brasil em 1966, tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas. Morreu em 1971 (ABREU, 2001, p. 5697).

primária no estado seria “educativa buscando exercitar nos meninos os hábitos de observação e raciocínio, despertando-lhes o interesse pelos ideias e conquistas da humanidade” e no seu artigo 306 foi determinado, a aplicação dos “[...] métodos activos” para “favorecer, sobretudo, o desenvolvimento da observação, do raciocínio e da iniciativa” (BAHIA, 1925).

Conforme afirmou Anísio Teixeira⁶⁶, “A finalidade máxima da educação escolar é a de levar a criança à participação no sentido, nos valores e na conduta da sociedade a que pertence”. As atividades escolares, portanto, deveriam levar os alunos “à aprendizagem dos conhecimentos, hábitos e atitudes indispensáveis para resolver os problemas de sua própria vida” (1932, pp.19-20).

Se a intenção era fazer da escola uma instituição instrutiva e educativa, capaz de preparar o homem, para atuar como indivíduo e como ser social, de acordo com as necessidades e as exigências da sociedade, a escola deveria, então assemelhar-se ao ambiente da vida e da comunidade e “ser o menos acadêmica ou escolástica possível” (DEWEY, 1979, p. 169).

Assim, a ligação entre a escola e a vida ou entre a escola e a sociedade, deveria estreitar-se, a ponto de produzir alterações na organização curricular e nas práticas pedagógicas. Como afirmou John Dewey, o “plano de um currículo deve tomar em conta a adaptação dos estudos às necessidades da vida atual em sociedade; a escolha deve ser feita com o fito de melhorar a vida que levamos em comum, de modo que o futuro seja melhor que o passado” (DEWEY, 1979, p. 211).

Em vista disso, Francisco Campos⁶⁷, na implementação da reforma de ensino, para conseguir a adesão do professorado mineiro, foi mais propositivo e, em maio de 1927, organizou o Primeiro Congresso de Instrução Primária do Estado de Minas Gerais. No discurso de instalação do Congresso, defendeu de maneira clara e incisiva a nova proposta para o ensino primário: “É indispensável, pois, que o ensino primário

⁶⁶ As Diretrizes da Escola Nova. Conferência realizada na Escola de Belas Artes perante a 4ª Conferência Nacional de Educação. Revista do Ensino. Belo Horizonte, Ano VI, nº 65- 66-67. jan/fev/mar, 1932. pp. 7-33.

⁶⁷ Francisco Luís da Silva Campos nasceu em 18/11/1891. Ingressou na Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1910, posteriormente se estabeleceu em BH como advogado e acabou lecionando na própria faculdade em que estudou. Membro da nova oligarquia imbuída do espírito de modernização, ingressou na política como Deputado estadual e federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM); depois, foi secretário do Interior (1927-1930); foi Ministro da Educação (1930-1932), preocupando-se essencialmente com o ensino superior e secundário; foi Consultor Geral da República (1933-1937); foi Ministro da Justiça (1937-1941). Como Ministro da Justiça, redigiu a carta de 1937, que instaurou o Estado Novo. Colaborou ativamente na elaboração das leis autoritárias, após a derrubada do Governo João Goulart (BICCAS, 2011, p.154).

entre nós incorpore aos seus processos e methodos, os processos e methodos da vida, reproduzindo, sempre que puder as oportunidades que a vida offerece à acquisitione de noções e de conhecimento" (REVISTA DO ENSINO, 1927, p.456).

Os relatos da inspetora de ensino, de trabalhos manuais e modelagem, Mariana Noronha Horta, quando inspecionou as salas de aula, do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, de Belo Horizonte, indicaram que as professoras estavam cumprindo com as determinações legais de conduzir o ensino de maneira mais concreta e o menos abstrata possível:

Visitei nos dias 9 e 19 de setembro, 5, 9 e 22 de novembro o grupo escolar Barão do Rio Branco. Sempre que aqui chegava encontrava as crianças de uma, duas, tres classes em franca actividade manual, já em [argila] já em recorte, dobramento, costuras, etc. Constatei sempre vivo interesse dos alumnos pelas suas realizações de onde o completo jogo de suas actividades latentes e o fundamento psychologico que preside a orientação. O grupo escolar Barão do Rio Branco, sempre á vanguarda de nossos melhores movimentos pedagógicos, estende a sua orientação segura, inegavelmente efficiente ás aulas de trabalhos e modelagem dadas com o largo objetivo de formar individualidades capazes de acção de intelligencia e das mãos ante os problemas de amanhã e, o que é muito mais elevado, com o objetivo de coordenar a moral da criança pela disciplina da atenção, formação do poder de vontade aproveitamento da motilidade natural da criança, etc. Encara enfim, uma personalidade, jamais, um programma ou uma exposição, como lamentavelmente é frequente (RELATÓRIO, 1935)⁶⁸.

Nos seus registros, a inspetora relatou que as professoras do grupo escolar desenvolviam as atividades manuais em classes, visando à formação moral e social dos alunos, bem como o desenvolvimento da iniciativa e da criatividade dos alunos, com a intenção de prepará-los para viver de acordo com as necessidades de uma sociedade republicana. Contudo, segundo a inspetora, essa forma de conduzir os trabalhos escolares não era uma realidade em outros estabelecimentos de ensino do estado:

Notei mais que o trabalho aqui não se reduz a simples manualismo e que já não se adota, o que é muito comum por ahi, o habito da copia servil de debuxos e figurinos e até de moldes, roubando a criança o ensejo de trabalho de inteligencia creadora, de imaginação propria ou mesmo de tecnicia construtiva (RELATÓRIO, 1933)⁶⁹.

⁶⁸ Relatório realizado no dia 22 de novembro de 1935. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: "Termos de Vista" dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

⁶⁹ Relatório realizado no dia 11 de agosto de 1933. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: "Termos de Vista" dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

Para a inspetora, muitas escolas mineiras, não havia, até então, incorporado em suas atividades escolares, as inovações pedagógicas, inscritas nos programas de ensino, os quais, segundo a proposta de modernização do ensino estabelecida no regulamento, deveriam:

ser organizados e executados, não com preocupação da quantidade de noções e conhecimentos a serem ministrados, mas com a do mínimo essencial, tendo em vista a qualidade das noções para os usos da vida, a sua organização em torno dos centros de interesses da criança, de maneira que o ensino não seja memorização de factos e de dados desconexos, mas a compreensão das suas relações e da importância e significação de cada um no contexto das lições, experiências e problemas (MINAS GERAIS, 1927, p.1216).⁷⁰

Nas orientações contidas nos dispositivos legais, estava explícito que a organização e a execução dos programas de ensino deveriam considerar “a qualidade das noções para os usos da vida” e o ensino dos conteúdos não poderia ser memórico e nem abstrato. As aulas teriam que ser ministradas “em torno dos centros de interesses da criança”, para ajudar principalmente, na formação da moral e do caráter.

Daí a necessidade e a importância da utilização de “materiais e ocupações que gerem problemas reais” (DEWEY, 1979. p.171) e concretos, como foi previsto na nova proposta de ensino. Em reunião com todos os professores do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Belo Horizonte, a inspetora de ensino, Mariana Noronha Horta fez críticas ao uso de processos de ensino mecânicos e repetitivos. Ela abordou a necessidade de aplicar os novos métodos e processos de ensino com objetivos pontuais e bem definidos e ainda tratou das finalidades da utilização do trabalho manual, como uma disciplina formativa:

Abordamos em primeiro lugar a finalidade do trabalho manual no processo de educar, finalidade mais de um meio do que de um fim, ainda que perante a criança se de um valor todo em si ao trabalho manual para que tenha toda força motivadora que deve colocar a criança em situação de agir bem em todos os sentidos, com fundamento psicológico.

Bem focalizado o objetivo, tratamos em seguida do método e dos processos de ensino e educação, em geral. Saliente-se que o método é comum, o objetivo é comum, mas o fim para alcançar o objetivo deve ser pessoal, sem o que a nossa obra é mediocre.

Agimos divorciados de nossa tarefa. Repetimos processos já levados a efeito por outros e desprezamos situações ambientes muita vez que

⁷⁰ Decreto nº 7.970, de 1927.

nos levariam a otimos resultados jogando com [sua] personalidade em formação e que, precisa, vencer na vida enfrentando situações imprevistas, muita vez, vencendo dificuldades, estudando o assunto etc, etc (RELATORIO, 1934)⁷¹.

A inspetora defendeu a nova organização pedagógica, considerou a sua finalidade de preparar o povo para a vida moderna, esclareceu e estimulou as professoras sobre a importância de ministrar, convenientemente, a disciplina de trabalhos manuais e de praticar os novos métodos e processos de ensino.

A organização da instrução pública e as inovações pedagógicas também ocorreram, no Distrito Federal, entre 1927 e 1930. Fernando de Azevedo⁷², baseado na crença de que poderia revolucionar e modernizar o sistema educacional do Distrito, para escolarizar o povo e atender as exigências sociais e econômicas da época, escolheu, como interlocutores, o filósofo John Dewey, o médico e educador Decroly e o pedagogo alemão Kerschernsteiner. No dizer de Sônia Camara (2011), Fernando de Azevedo gerou “o plano reformador que visou ‘reorganizar’ os comportamentos, as práticas e o pensar educativos” (2011, p.181).

Na elaboração⁷³ da reforma de ensino⁷⁴, um recenseamento escolar foi organizado, a Diretoria Geral de Instrução Pública foi reestruturada e uma nova ordem escolar foi montada, a partir de um conjunto de escolas constituído pelo ensino infantil, primário de cinco anos, vocacional, profissional e o Curso Normal. Para atender as exigências de um almejado progresso social e econômico, a escola foi concebida como um laboratório de experiências, conforme o pensamento de John Dewey, que dizia: “Nos lugares em que as escolas são providas de laboratórios,

⁷¹ Relatório realizado no dia 10 de março de 1934. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Código: ME 2000/00662.

⁷² Fernando de Azevedo, de família tradicional, nasceu em 2 de abril de 1894, em São Gonçalo de Sapucaí, sul de Minas Gerais. Em 1914, lecionou latim e psicologia e atuou como bibliotecário. Iniciou o curso de Direito no Distrito Federal e concluiu em São Paulo. Dedicou-se, desde 1917, ao jornalismo e ao magistério. Escreveu o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo, em 1926. De 1927 a 1930, foi Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, a convite do Presidente da República Washington Luís. De 1931 a 1956, fundou e dirigiu a Biblioteca Pedagógica Brasileira e a Coleção de Estudos Brasileiros – Brasiliana. Em 1932, redigiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e em 1933 foi diretor geral de Instrução Pública de São Paulo (CAMARA, 2011, p. 184).

⁷³ Elaborada na gestão do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Antônio Prado Junior.

⁷⁴ O projeto foi realizado com a colaboração da Comissão de Planejamento e Reestruturação do Ensino e das Escolas. Outras comissões foram nomeadas, visando organizar os programas de Ensino [...] Compondo a equipe de Azevedo, estiveram, entre outros, Getúlio Frota Pessoa, Jonathas Serrano, Pascoal Lemme, Sud Mennucci, Renato Jardim, Venâncio Filho, Maria dos Reis Campos (CAMARA, 2011, p. 189).

oficinas e jardins [...] existem oportunidades para se reproduzirem as situações da vida” (1979, p. 178).

O novo plano pedagógico, de Fernando de Azevedo, visou colocar o aluno em contato com a vida e com os interesses que o rodeavam. Os programas de ensino primário foram organizados no formato de disciplinas de observação, de expressão e de iniciação à matemática. A intenção de Fernando de Azevedo, como dos demais reformadores de outros estados, era transformar a escola em um espaço de formação e de instrução para desenvolver habilidades físicas, intelectuais, morais, sociais, aliadas a hábitos higiênicos e saudáveis.

A educação física⁷⁵, por exemplo, fazia parte da formação do caráter, do corpo, da mente, do espírito e foi tida como medida profilática ou higiênica. As instituições escolares, bibliotecas, museus, cinema, pelotão de saúde e o escotismo auxiliariam na divulgação das ideias e das práticas na escola e fora dela, fomentando o patriotismo e o espírito nacional (CAMARA, 2011, pp. 190-192).

Em Pernambuco, o Presidente do estado, Estácio de Albuquerque Coimbra, no seu discurso na Assembleia Legislativa, também defendeu a renovação do ensino e uma outra finalidade para a escola:

a escola que só ensina a ler, escrever e contar, não dá a ninguém a capacidade de prover á subsistência.[...] Já não é possível fechar os olhos á cruel realidade, e mais do que a modificação de programas devemos preocupar-nos com a mudança radical dos métodos. A escola que eu propugno é aquela que, ao lado das letras e do cálculo, possa despertar e fortalecer a capacidade de ação, o amor ao trabalho, a inteireza moral, a formação do caráter (MENSAGEM, 1929, p. 5).

Na mensagem, o presidente criticou a escola que só ensina a ler, escrever e contar; chamou a atenção para a conveniência de modificar os programas e os métodos de ensino e a necessidade de instituir uma escola capaz de formar o caráter e desenvolver habilidades intelectuais e laborativas.

⁷⁵Tornada obrigatória no ensino primário, na reforma de 1906 e mantida em todas as que se seguiram, no período foi designada por “exercícios Physicos”, “Exercicios Gymnasticos”, Exercicios Calisthenicos ou simplesmente “Gymnastica”. [...] orientado pelo primado da correção e constituição dos corpos a pretensão imediata com a presença da ginástica nas práticas escolares esteve fortemente marcada pela crença na sua capacidade de endireitar e robustecer os corpos das crianças, tidos por disformes, desalinhados e raquíticos (VAGO, 1999). Em estudos desenvolvidos acerca da inserção da ginástica nos programas escolares no Brasil, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, Castellani Filho (1988) e Soares (1994) também vinculam às exigências das novas modalidades do trabalho. Soares indicou que a ginástica “integrou de modo orgânico o conjunto de procedimentos disciplinares dos corpos e das mentes, necessário à consecução da nova ordem Capitalista em formação” (SOARES, 1994).

Para instituir a reforma do ensino, em 1928, Carneiro Leão,⁷⁶ Secretário da justiça e Negócios Interiores de Pernambuco, na época, visitou as escolas da capital e grande parte das existentes no sertão. A partir do que observou, fez a reforma e, segundo Maria Cristina de Albuquerque Araújo (2011): “Uma das coisas que mais o impressionaram foi a falta de assistência e apoio ao professorado” os inspetores faziam apenas a “fiscalização de ordem administrativa” (2011, p. 237).

Para melhorar a fiscalização e aumentar o controle sobre o sistema educacional, o governo tomou as seguintes medidas:

No intuito não só de exercer uma melhor fiscalização sobre os professores primários como também de guial-os, oriental-os, instruir os acerca dos modernos métodos da ciência pedagógica, foi aumentado o número de inspetores escolares da Capital e, longe de escolher para exercer essas funções pessoas alheias ao magistério, foram elas confiadas a professores de comprovada competência e capacidade de trabalho. Também foi entregue a membros do magistério, quase todos antigos diretores de Grupos Escolares, a inspeção do ensino primário nos municípios do interior (MENSAGEM, 1929, p. 6-7).

Segundo a mensagem, para fiscalizar melhor o trabalho dos professores e passar orientações pedagógicas, foram contratados professores “de comprovada competência”, para atuarem como diretores de grupos escolares e como inspetores de ensino.

A precariedade do ensino e a falta de assistência aos professores, também foi constatada em Minas Gerais, apesar da ampla reforma de 1906. A mensagem, proferida à Assembleia Legislativa, pelo presidente do estado, Arthur da Silva Bernardes, em 1919, revelou o fato: “Um grande número de escolas nunca recebeu a visita de um inspector” (MENSAGEM, 1919, p. 33).

A avaliação feita pelo inspetor regional de ensino, em exercício, na época, Antônio Orsini, em 1918, sobre a escola do Senhor João Pedro de Alcântara, em Cattas Altas de Noruega, no município de Queluz, também denunciou a situação do ensino, nesse período. No relatório de inspeção, ele trouxe suas impressões sobre o prédio, o funcionamento pedagógico e administrativo da escola e a competência do professor:

⁷⁶ Carneiro Leão, nascido em 1887, formou-se na Faculdade de Direito em Recife em 1911. Atendendo ao convite do governador pernambucano, ocupou o cargo de Secretário da justiça e Negócios Interiores do estado de Pernambuco, inclusive a responsabilidade pela educação, de setembro de 1929 a setembro de 1930, quando voltou para o Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2011, p. 233 e 243). A Reforma Carneiro Leão foi instituída em 1928, no governo de Estácio Coimbra, com o Secretário da Justiça e Negócios Interiores Gennaro Guimarães.

Predio-Acha-se installada no prédio em que trabalhava o extinto Conselho Districtal e onde tambem se vê um palco de theatro - cujo estado é mau, parecendo-me mesmo que, mui breve, estará em francas ruinas. Funcionamento- De pouco proveito para a infancia masculina dalli, porque o seu professor não dispõe da imprescindivel competencia. Do meu termo de inspecção- cuja, copia, bem errada, [...] - resaltam inconcussas provas; mas - positivando - para aqui traslado as seguintes graves faltas em diversas licções: Leitura-Muito cantada e gaguejada- mesmo pelos alumnos do 4º anno - é feita com muitos erros, entre os quaes tomei nota da pronuncia “alimarià” em vez de “alimária” [...] Escripturação-Mal asseada no extremo do programma,- nas matriculas antigas, notei-na do corrente anno - graves faltas- quaes as da inexistencia de quasi todas as edades dos alumnos, naturalidade e residencia, [...] Todavia - mesmo como está descripto - talvez por falta de melhor, o povo não lhe regateia frequencia, que, no dia a minha chegada - às 10 horas - foi de 37 e, no imediato, de 41 alumnos (RELATÓRIO, 1918)⁷⁷.

O documento acima evidenciou as más condições físicas, materiais e pedagógicas de uma escola em Minas Gerais, além de patentear a falta de preparo do professor e a ausência de assistência técnica.

Para transformar este cenário e melhorar a qualidade do ensino, na reforma educacional, o governo reformulou o serviço de inspeção do ensino e as atribuições do inspetor escolar.

1.5. A Inspeção do Ensino nas Reformas Educacionais

O serviço de inspeção do ensino teve seu início a partir de 1799⁷⁸. Maria Luiza de Almeida Cunha⁷⁹ (1931), ao narrar a história da inspeção do ensino⁸⁰ em geral,

⁷⁷ Relatório do inspetor de ensino Antônio Orsini, após visita de Cattas Altas de Noruega, cujo professor João Pedro de Alcântara se queixa de perseguições. Belo Horizonte 25 de março de 1918. Códice SI-3788.

⁷⁸ Através da Carta Régia de 19 de agosto, de 1799 foi dada ao Vice-rei, D. José Luiz de Castro, Conde de Rezende, a inspeção privativa das escolas régias ou públicas de toda a colônia. Em 1809, foi decretado que se deveria: [...] nomear algum Magistrado hábil para examinar a conducta e procedimento dos referidos Mestres, sem embargo de quaisquer leis ou disposições em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, de 17 de janeiro de 1809. Com a rubrica do Príncipe Regente, Nossa Senhor (BRASIL, 1809, pp.16-17). Em 1821, criou-se o cargo de Inspetor Geral dos estabelecimentos literários e científicos, pelo Decreto de 26 de fevereiro de 1821: “Querendo dar amplas providencias que efficazmente promovam a instrução publica neste Reino do Brazil, como o mais poderoso meio para se obterem os apreciáveis bens de felicidade, poder, e reputação do Estado, que dela derivam, e lhe são connexos em todos os tempos; [...] Hei por bem nomear o Conselheiro José da Silva Lisboa para Inspector Geral dos Estabelecimentos Literarios e Scientificos deste Reino (BRASIL, 1821, p.24). O estado criou o cargo de Inspetor Geral para os estabelecimentos Literários e Científicos para promover a instrução pública no Reino do Brasil e alcançar poder e reputação. No entanto, somente em 1854, a partir do ministro do Império, o Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, elaborou-se a primeira reforma da instrução primária e secundária do Município da Corte. De acordo com o artigo primeiro do Decreto nº. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 “A inspecção dos

descreveu que, antes da Revolução Francesa, a responsabilidade sobre as escolas e sobre a inspeção do ensino, na Europa, ficava a cargo da igreja. Após a Revolução, o controle sobre a escola passou para o Estado, embora se mantivesse uma vigilância confessional. Segundo Cunha (1931), nos estados democráticos, duas tendências se fortaleceram, a de conferir às famílias e aos mestres uma parte de responsabilidade na direção das escolas e a de modificar a natureza da inspeção do ensino.

Condorcet⁸¹, em 1792, já defendia um tipo de inspeção no ensino primário que pudesse assegurar os progressos da educação e um inspetor que fosse capaz de visitar as escolas, para transmitir ordens do poder central, organizar conferências pedagógicas e se tornar um conselheiro eficiente, com possibilidades de formar os professores (CUNHA, 1931, p. 55)⁸².

Em Minas Gerais, o serviço de inspeção surgiu logo após a proclamação da República, a partir da Lei nº. 281, de 1890. Esta lei, para “tornar effectiva a obrigatoriedade do ensino, do recenseamento escolar, da fiscalização ou da inspecção das escolas” determinou que “além dos inspectores municipaes e distritaes poderá o governo nomear inspectores escolares extraordinarios, não excedendo de cinco e

estabelecimentos publicos e particulares de instrucção primaria e secundaria do município da Côte” deveria ser exercida, “Pelo Ministro e Secretário d’Estado dos Negocios do Imperio, Por hum Inspector Geral, Por hum Conselho Director, Por Delegados de Distrito” (BRASIL, 1854).

⁷⁹ Maria Luiza de Almeida Cunha foi inspetora, Assistente Técnica de Ensino, Professora da Escola de Aperfeiçoamento e integrante do primeiro Departamento de Pedagogia e Didática da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, criado em 1963 e estruturado como Faculdade de Educação da UFMG, em 1968.

⁸⁰ Segundo Maria Luiza de Almeida Cunha (1931), após a Revolução Francesa (1789), em uma Assembleia Constituinte na França, deliberou-se que os bens do clero fossem postos à disposição do estado e assim as rendas paroquiais que, pela maior parte, eram destinadas à manutenção das escolas, foram consideradas “bens nacionais”. A Assembleia Legislativa suprimiu as congregações religiosas e a Convenção proclamou que a instrução seria gratuita, laica e obrigatória. Dessa forma, o poder da Igreja sobre a escola sofreu duro golpe e projetos tendentes a conferir a fiscalização das escolas, ora as administrações comunais, ora as regionais começaram a surgir. Esse relato está publicado na Revista do Ensino e teve como fonte a tese: *Le problème de l' Inspection et l'Educatino Nouvelle, escrita por Robert Dottrens (1893 - 1984)*, nascido em Genebra. Foi Professor de Pedagogia na Universidade de Genebra. Defendeu a Tese: *Le problème de l' Inspection et l'Educatino Nouvelle*. Edição do Actualités Pedagogiques Niestlé et Delachaux (Paris, 1931), apresentada à Faculdade das Ciências Econômicas e Sociais da Universidade de Genebra, para obtenção do título de doutor em sociologia (REVISTA DO ENSINO, n. 59, 60, 61, jul/ ago/set., 1931, pp.50-65).

⁸¹ Marie Jean Antoine Nicolas Caritat. Condorcet (1743-1794). Filósofo, Matemático, economista e político Francês. Aos vinte seis anos tornou-se Secretário da Academia de Ciências em 1773. Atuou na Revolução Francesa. Foi presidente da Assembleia Legislativa em 1791. Elaborou um projeto de escolarização para as camadas populares, que motivou [...] O Plano de Instrução Nacional, embora não tenha sido discutido, nem aplicado [...] foi referência transnacional. Protestou contra uma nova Constituição Jacobina, adotada pela Convenção; em 1794, foi preso e encarcerado; no dia seguinte foi encontrado morto, na cela, por, segundo se crê, se ter envenenado (BOTO, 2003, p. 741).

⁸² Em 1798, o 1º ministro das ciências, artes, trabalhos públicos, pontes e calçadas da República helvética (Estado que durou de 1798-1803. Suíça), Stapfer, definiu algumas atribuições para os inspetores escolares: 1_ Transmissão das ordens do poder central. 2_ Visitas às escolas. 3_ Conhecimento exato das escolas de sua circunscrição. 4_ Organização de conferências pedagógicas. 5_ Organização de sociedades de leitura em bibliotecas circulantes (REVISTA DO ENSINO, n. 59, 60, 61, jul/ ago/set., 1931).

utilizar-se dos serviços dos promotores de justiça” (MINAS GERAIS, 1890, p. 42). Para executar melhor a “parte referente á inspecção extraordinaria do ensino” o governo, dividiu “o Estado nas cinco circunscripções literárias, [...] que a este acompanham” (MINAS GERAIS, 1900, p. 212).⁸³

Em busca da modernização do estado, a educação foi ganhando expressão e o serviço de inspeção também. O presidente de Minas Gerais, Francisco Antônio de Salles (1902-1906)⁸⁴, ao discursar na Assembleia Legislativa, destacou a instrução pública primária, como sendo “o serviço que na atualidade mais atenção e até mesmo sacrifício merece dos altos poderes do Estado, pelo influxo directo e decisivo que exerce na formação da sociedade” (MENSAGEM, 1906, p. 50-51).

Portanto, era necessário tomar “medidas remodeladoras” em relação “à fundação de escolas e formação do professorado” e essas medidas deveriam ser subordinadas “a um plano traçado systematicamente, para ser executado de modo gradativo, de maneira a poder-se ter a segurança de que, dentro de certo tempo esteja operada a sua transformação” (MENSAGEM, 1906, p. 50-51). Assim sendo, o presidente do estado, Francisco Antônio de Salles defendeu a ideia de providenciar “prédios regulares às escolas com o necessário mobiliário e fiscalizar convenientemente ás escolas” (MENSAGEM, 1906, p. 51).

No mesmo ano, uma ampla reforma educacional⁸⁵ foi instituída e o serviço de inspeção do ensino sofreu modificações significativas, já que passou a ser de competência do “Presidente do Estado, por meio do Secretário do Interior” e foi regulamentada uma “fiscalização administrativa e técnica”, para se tornar “mais conveniente [...] real, constante e eficaz” (MINAS GERAIS, 1906, p. 22).

Conforme afirmou Mourão (1962, p. 93), essa reforma constituiu-se “um marco divisório na história da instrução” e o serviço de inspeção escolar, destinou-se “a conhecer as causas que influem sobre a instrução do povo, mediante a observação attenta das escolas, da sociedade e do território do Estado e a favorecer o seu progresso, agindo sobre o professor, o meio social e as auctoridades” (MINAS GERAIS, 1906, p. 182).⁸⁶

⁸³ Decreto nº 1.357, de 1900.

⁸⁴<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10195-francisco-antonio-de-salles/5794/5241>. Acesso em abril de 2014.

⁸⁵ A Lei nº 439, de 7 de setembro de 1906, instituída pelo novo presidente do estado, João Pinheiro da Silva.

⁸⁶ Decreto nº 1.960, de 1906.

Uma inspeção administrativa e outra pedagógica foram previstas para acompanhar e controlar melhor todo o processo educacional do estado e estabelecer uma fiscalização permanente e mais racional sobre as práticas dos professores. Dois anos após a reforma, em 1908, o inspetor de ensino do estado, Antônio Lourenço da Fonseca Lima, inspecionou algumas escolas do município de Uberaba-MG e relatou o seguinte:

Tenho a honra de submeter a apreciação de Vossa Excelencia o presente relatorio, que se refere aos trabalhos por mim realizados durante o mez de Fevereiro nas escolas primarias da cidade de Uberaba. Compareci no dia 3, ás 10 horas da manhã, á escola de sexo feminino regida pela professora normalista D. Carolina Augusta da Silva. Nesse dia e nos subsequentes, lecionei, observando rigorosamente o horario, todas as disciplinas do actual programma de ensino. Não me foi possivel, porém, iniciar as alumnas do 1º anno no methodo de leitura hoje adoptado. Houvesse na escola um quadro negro, pequeno embora e poder-se-ia evitar o grande inconveniente que ás creanças lhes advem de receberem por modo diverso as primeiras lições dessa matéria [...]. _ É muito conceituada a escola de sexo masculino, regida pelo professor normalista Fernando de Araujo Vaz de Mello: prova-o o numero de alumnos que possui _125. O professor é intelligent e estudos e procura despertar nos discípulos, por todos os meios a seu alcance, sentimentos cívicos [...]. A insufficiencia da mobilia existente diffulta os exercicios escriptos que o horário determina que façam ao mesmo tempo, os alumnos de dois ou tres annos do curso, enquanto com um delles se occupa o mestre (RELATÓRIO, 1908)⁸⁷.

O inspetor passou informações sobre o trabalho pedagógico realizado e sobre as aulas ministradas por ele, avaliou a competência do professor e a situação das escolas visitadas, falou sobre a insuficiência de mobiliário e a falta de equipamentos pedagógicos adequados, fato que, segundo o inspetor, dificulta o bom andamento das aulas. Tais documentos produziam repercussão junto ao poder público, uma vez que, a mensagem do presidente do estado, Júlio Bueno Bandão⁸⁸ indicou a aquisição de mobiliários: “Os moveis que tem sido fornecidos aos grupos escolares e escolas singulares indistinctamente, consistem em carteiras para dois alunos. Aos grupos, além destas carteiras, são também fornecidos armários, mesas, sofás cadeiras, lavatórios e outros utensílios” (MENSAGEM, 1912, p. 27).

⁸⁷ Relatório de inspeção realizado pelo inspetor Antônio Lourenço da Fonseca Lima, nas escolas primárias de Uberaba, no dia 1º de março 1908, encontrado no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte. Códice: SI - 3264.

⁸⁸ Presidente do estado entre (1908-1909) e (1910-1914).

<http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10209-julio-bueno-brandao/5794/5241>. Acesso em abril de 2014.

Segundo o discurso do governo⁸⁹, após a reforma, a inspeção do ensino:

tem dado resultados apreciáveis, não só com respeito ao regular funcionamento das escolas e regular aplicação dos methodos de ensino, mas no que concerne a hygiene escolar e aumento da matrícula e frequência. Infelizmente, devido às grandes distancias e dificuldades de via de transportes a inspecção não se pratica com desejável continuidade nos pontos mais afastados (MENSAGEM, 1913, p. 27-28).

A declaração indicou que as características geográficas e o sistema de transporte do estado, aspectos que trataremos com mais detalhes no próximo capítulo, foram fatores que dificultaram o desenvolvimento do trabalho de inspeção, no sentido de contribuir para a melhoria do ensino. Em 1918, o inspetor de ensino, Ernesto Mello Brandão, após visitar uma escola de Uberaba, indicou a continuidade dos problemas referentes às condições materiais e pedagógicas:

Na segunda quinzena de outubro ultimo, visitei a escola mixta de Dôres do Campo Formoso, município de Uberaba, regida pela professora interina, dona Maria Villas Bôas Finholdt.

A escola funciona em uma casa particular, velha e de construção tosca. A sala de aula é acanhada e mal iluminada. O mobiliário consta de alguns bancos sem encosto e de uma mesa para uso da professora. Como material didáctico, há um quadro negro de pequenas dimensões, mappas do Brasil e de Minas e livros de leitura para os diversos annos do curso [...].

Quanto ao ensino propriamente dito, vai sendo feito com proveito para os alumnos. O programma de ensino vai sendo executado, mas sem grande desenvolvimento, porque a professora tem pouco preparo. O que ella sabe transmite com facilidade, e depois, é muito esforçada e dedicada no cumprimento de seus deveres. Prestei assistencia technica á professora com o fim de modificar o ensino de lingua patria, que estava sendo feito por metodo abstrato e decorativo (RELATORIO, 1918)⁹⁰.

O relatório denunciou as péssimas condições físicas da escola, a falta de material didático e de mobiliário adequado, a má iluminação na sala de aula e as irregularidades, na aplicação do método decorrentes, segundo o inspetor, da falta de preparo do professor. O documento deixou entrever também a dificuldade do inspetor, para mediar e intervir, efetivamente, na prática da professora, embora tenha relatado que prestou assistência técnica sobre o ensino da língua pátria.

⁸⁹ Presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão (1908-1909) e (1910-1914).

⁹⁰ Relatório de visita do inspetor Ernesto Mello Brandão, a escolas de Uberaba, 30 de nov.1918. Arquivo Públíco Mineiro. Códice: SI 3798.

Para o Presidente do estado mineiro, Fernando Mello Vianna (1924-1926)⁹¹: “Não basta, realmente, o trabalho mecânico e estreito de fiscalizar apenas. É preciso tocar de ideal a acção dos inspectores regionais. O seu papel é também instruir, animar, movimentar, deixando da sua passagem em cada localidade um novo motivo de confiança” (MENSAGEM, 1925, p. 80).

Para aperfeiçoar a atuação dos inspetores, as reformas da década de 1920 reestruturou o serviço e impôs novas condições ao exercício do cargo. O quadro a seguir apresenta alguns elementos a respeito:

QUADRO VI

REFORMAS EDUCACIONAIS NOS ESTADOS – Década de 1920					
Reorganização da instrução pública - Aspectos da Inspeção do Ensino					
SÃO PAULO	CEARÁ	BAHIA	MINAS GERAIS	RIO DE JANEIRO-DF	PERNAMBUCO
Decreto nº 3.356 31/05/1921 Regulamenta a Lei nº1750-08/12/ 1920	Decreto nº 474 02/01/ 1923 Regulamento da Instrução Pública	Decreto nº 4.218 30/12/ 1925 Regulamento do Ensino primário e Normal	Decretos: nº. 7.970 /1927. Reg do Ensino Primário. nº 8.162, 20/01/1928 Regulamento do Ensino nas Escolas Normais	-Lei nº 3.281 de 3/01/1928 -Decreto nº 2.940 22/11/ 1928	-Ato nº.1.239 27/12/1928 -Ato 238 08/02/ 1929
ESTRUTURAÇÃO/NOMEAÇÕES/CONCURSOS					
Art. 41. Instituiu nove distritos para a capital. Art. 42. e um em cada distrito das outras regiões.		Artigo 111. Instituiu doze inspetorias regionais do Ensino no Estado.	Artigo 13. Dividiu o Estado em circunscrições.		
Artigo 43. Serão nomeados livremente pelo Governo entre professores diplomados de reconhecida competência.		Artigo 112. Serão nomeados dentre cidadãos que, em concurso, provarem habilitação em Higiene Geral e Escolar, Pedagogia, Antrop.pedagógica e Psicologia experimental.	Artigo 73. Os assistentes técnicos serão escolhidos de preferência entre membros do magistério público pelas notas de merecimento registradas. na Secretado Interior, exigido, porém, o diploma da Esc. de Aperfeiçoamento.		

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional estadual na década de 1920.

Conforme afirmou o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade: “[...] continua o Estado dividido em 33 circunscripções [...]. Para efeitos da inspecção e assistência technica” (MENSAGEM, 1928, p. 46). A divisão do estado em micro regiões ou distritos foi uma medida utilizada para operacionalizar melhor o serviço de inspeção. Na Bahia, por exemplo, o Estado foi dividido “em doze inspectorias regionaes do Ensino” (BAHIA, 1925) e em São Paulo, o artigo 42, da lei determinou que “nove inspectores” ficariam na capital e “um [inspetor] em cada districto das outras regiões” (SÃO PAULO, 921).

⁹¹ <http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10209-fernando-de-mello-vianna/.../5241>. Acesso em abril de 2014.

Com essas medidas, os estados pretendiam controlar melhor as atividades escolares e exercer sobre os professores “uma efficaz fiscalização pedagógica”. Está expresso na legislação da Bahia, que o objetivo era “mais a auxiliar que reprimir, quanto aos methodos de ensino, programmas, horários, livros, escripturação escolar, aproveitamento dos alumnos, higiene escolar” (BAHIA, 1925). Entretanto é fato que a intenção não era só auxiliar nos novos métodos e programas de ensino, mas impedir o uso das ‘velhas práticas’ escolares e principalmente, realizar efetivamente as novas determinações legais.

Na Assembleia Legislativa baiana, o presidente, Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, anunciou que a nomeação de um grupo de inspetores regionais dependia de concurso. Esse fato ilustra as novas instruções para o exercício do cargo:

O quadro de delegados itinerantes, futuros inspetores regionais, ainda não foi organizado, razão por que a fiscalização pedagógica ainda não se fez sentir na Bahia. [...] A demora tem sido proveniente do desejo de organiza-lo, depois das provas de competência técnica exigidas na proposta da lei do ensino (MENSAGEM, 1924, p. 60).

No artigo 112, da legislação do estado ficou estabelecido que: “Os inspectores regionaes serão nomeados dentre os cidadãos que, em concurso aberto pela Directoria Geral da Instrucção, provarem a sua habilitação nas seguintes cadeiras: hygiene geral e escolar, pedagogia, anthropologia pedagógica e psychologia experimental” (BAHIA, 1925). Na legislação de São Paulo, o artigo 43, determinou que os “inspectores escolares” fossem “nomeados livremente pelo Governo entre professores diplomados de reconhecida competência” (SÃO PAULO, 1921), a lei não exigiu concurso para o exercício da inspeção do ensino.

Em Minas Gerais, a lei foi mais exigente, além da competência conferida pelas “notas de merecimento registradas na Secretaria do Interior”, a nomeação ocorreria mediante concurso: “enquanto não [houvesse] diplomados pela Escola do Aperfeiçoamento” (MINAS GERAIS, 1927).

O governo estruturou o serviço de inspeção e exigiu competência técnica e pedagógica dos inspetores, visando à melhoria do funcionamento das escolas, a aplicação correta dos novos métodos e técnicas do ensino e a elevação nos índices de alfabetização.

Entretanto, o discurso do deputado mineiro Abgar Renaut⁹², evidenciou que tanto o país, como o estado de Minas Gerais, não priorizava a educação, no que diz respeito aos investimentos financeiros:

No Brasil, embora se despendem para outros fins 3 milhões de contos, o que se gasta com a instrução não monta ainda a 120 mil contos. Tive já oportunidade de dizer, Sr. Presidente, que a situação do nosso Estado, mau grado todos os seus esforços, que reconhecemos e applaudimos, é de “impasse”, referentemente à alfabetização total do povo, em razão da deficiência de suas rendas, que impede se votem verbas mais largas ao ensino público. Apparentemente, as nossas condições são invejáveis. Mas aqui, como em tudo mais, as apparencias são fallaciosas. Ora, a arrecadação total do Estado, em 1926, foi de 134.347 contos, isto é menos da metade da importância que teria de ser despendida exclusivamente com a instrução em um anno. Em conseqüência, é este o resultado a que chegamos: a alfabetização total dos analfabetos do Estado é insolúvel (REVISTA DO ENSINO, 1928, pp. 79-80).

Segundo as declarações do deputado mineiro, enquanto o país destinava “3 milhões de contos para outros fins” os gastos com a educação não chegavam a “120 contos”. Para o deputado, apesar de todos os “esforços” do estado, a situação é de “impasse” frente à “alfabetização total do povo” pela “deficiência de suas rendas” que, em 1926, arrecadou “134.347 contos”, representando “menos da metade” do que teria que ser gasto com a instrução “em um anno”.

No discurso do deputado Abgar Renaut, o analfabetismo generalizado no país e no estado, era um problema difícil de ser superado. Porém, em nome de uma “normalização social” e da “produção da ordem urbano-industrial” (MONARCA, 1989, p. 63), o governo se empenhou para organizar a instrução pública e apresentou características fortemente fiscalizadoras.

A partir das reformas escolares, as atribuições dos inspetores se modificaram tornaram-se mais amplas e mais complexas. No quadro VII, indicamos as funções dos inspetores instituídas no processo de organização da instrução pública, a partir da década de 1920:

⁹² Abgar Renaut foi professor do Ginásio Mineiro de Belo Horizonte. Entre 1927 e 1930 foi deputado estadual pelo PRN e, de 1930 a 1931, atuou como secretário do ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos. Foi chefe da Secretaria do Interior e Justiça de Minas Gerais no governo de Olegário Maciel, até 1933. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1934, onde foi professor do Colégio Pedro II e da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (PEIXOTO, 1983, p.71). Foi nomeado membro do Conselho de Administração do Fundo Escolar em 18 de junho de 1928, pela Lei nº 989, de 20/09/1928 (MENSAGEM, 1928, p. 35). A criação do Fundo Escolar foi sugerida no Congresso de Ensino Primário, para “preencher as muitas lacunas de que ainda se ressentem a organização e o funcionamento do ensino primário” (MENSAGEM, 1927, pp. 24-25)

QUADRO VII

REFORMAS EDUCACIONAIS NOS ESTADOS – Década de 1920					
Reorganização da instrução pública - Aspectos da Inspeção do Ensino - deveres e atribuições do Inspetor					
SÃO PAULO Dec. n° 3.356 -31/05/1921	CEARÁ Dec. n° 474 02/01/1923	BAHIA Decreto n° 4.218, de 30/12/ 1925	MINAS GERAIS Decreto n° 7.970-A-de 15/10/1927	RIO JANEIRO Dec. n° 2.940 22/11/ 1928	PERNAMBUCO Ato 1.239 de 27/12/1928 - Ato 238 de 08/02/ 1929
Art. 44 1.º Executar e fazer executar as ordens legais da Instrução Pública; 2.º Fiscalizar o ensino , a disciplina dos alunos e a idoneidade, assiduidade e eficiência do professor; 3.º Enviar o mapa de faltas de professores e do movimento das escolas isoladas ; 4.º Visitar as classes ; atestar assiduidade e o trabalho de alfabetização dos prof.;5.º Dar aulas-modelo; 6.º Instruir diretores e professores sobre seus deveres;7.º Inquirir os pais sobre a frequência e aproveitamento de seus filhos, sumariar as reclamações;8.º Enviar ao delegado roteiro mensal de seus serviços e prestar contas dos gastos; 9.º Representar o delegado regional em: criação, localização, transferência, desdobramento e supressão de escolas; mudanças de horários e de períodos de trabalho escolares; remoção, permutas; dispensa e punições de professores e requisição de material escolar para as escolas que fiscalizar;10. Informar as condições econômicas dos pais que requererem matrícula gratuita nas escolas públicas; 12. Fazer sindicâncias, processos, aplicar ou propor a aplicação de penas; 14. Informar a competência e dedicação dos professores e diretores; 15.º Enviar relatório anual, discriminar os seus trabalhos, discutir a eficiência atual da organização escolar e sugerir os melhoramentos; 16. Providenciar a matrícula de crianças analfabetas de 9 a 10 anos.		Art.125. 1 Efetivar as determinações da Dir. Geral; 2- Empossar diretores de grupos escolares e de escolas reunidas; 3- Abrir, rubricar e encerrar os livros de escrituração das escolas isoladas; 4- Receber e transmitir ao Diretor da seção do Ensino Primário solicitações e queixas de professores ou particulares; 7- Abrir inquéritos, propor a instauração de processos disciplinares, aplicar ou propor penas cabíveis; 8 - Representar o Dir. Geral; 9- Apresentar ao Diretor da seção relatório do trabalho realizado; 11- Ispencionar a circunscrição e fiscalizar o recenseamento escolar; 12- Fiscalizar matrícula, frequência e providenciar a sua elevação; 13- Fiscalizar e aux. os métodos de ensino, programas, horários, livros, escrituração, aprovação de alunos e a higiene, 14- Assistir o funcionamento da escola, observar a orientação do professor e apontar as falhas. Depois fazer todo o trabalho escolar, conforme estatuído no regulamento, para os prof. aprenderem. 16 – Repres. o Diretor em: criação, localização, transferência, desdobramentos e supressão de esc., remoção e permutas de prof. 17-Informar a competência e dedicação dos prof. e diretores, as condições econômicas dos pais ou respons. que requerem matrícula gratuita. 20-Promover solenidades de instalação de escolas ou datas nacionais. 21 Providenciar o envio de estatísticas à Dir. Geral. 24- Apresentar relatório anual do desen. do ensino, sugerir as medidas para melhorar as suas condições e informar a capacidade moral e intelectual dos profs.	Art. 74. 1º. Visitar as escolas e informar sobre a localização do edifício, estatística e classificação dos docentes, alunos e mobiliário escolar. 2º Dar instruções para melhorar o desenvolv. dos programas. 3º Assistir aulas, criticar e sugerir modificações aos métodos, processos e orientação do ensino de maneira a torná-lo mais eficiente. 4º criticar, reservadamente, o professor, fazer demonstração prática, por meio de aulas modelos, dos métodos e processos na execução dos programas. 5º enviar à Inspetoria Geral o projeto dos serviços que pretende realizar, no mês. 6º Representar a Inspetoria Geral em criação, localização, transferência supressão de escolas, etc. 7º Providenciar matrículas de crianças analfabetas. 8º Promover e Verificar se ocorrem, nos termos deste regulamento, conferências aos professores. Verificar os temas e o grau de cultura. 10º Fazer a estatística escolar e auxiliar o censo escolar. Art. 76. Fazer juízo seguro e motivado: se as disposições e instruções deste regulamento são observadas, as condições pedagógicas, o estado e conservação do material e edifício, a organização escolar, os métodos e processos empregados e os resultados obtidos, a ordem, a disciplina e a administração escolar. Art. 77- Enviar um relatório sintético da inspeção, a cada 15 dias. Art. 83- Apresentar relatório anual, sobre o estado do ensino na sua circunscrição, com informações sobre: o número de escolas visitadas, matrícula, frequência, classificação dos professores, promoção de medidas que deverão ser tomadas e impressões sobre o censo escolar.		

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional estadual na década de 1920.

Além de fiscalizar as condições pedagógicas e materiais da escola, a idoneidade e a competência dos professores, a frequência, a disciplina e a higiene dos alunos, os inspetores tiveram que dar “aulas-modelo”, orientar e avaliar os professores na adoção e

uso de novos métodos e técnicas pedagógicas, sugerir medidas para a melhoria do ensino e, por fim, apresentar relatório detalhado à direção superior.

Foi determinado aos inspetores do estado de São Paulo: “dirigir, cada anno, ao delegado regional, um relatorio em que discriminare os seus trabalhos, discuta, segundo a sua experientia, a efficiencia actual da organisação escolar, e suggira os melhoramentos que julgar necessarios” (SÃO PAULO, 1921) e na Bahia, os inspetores deveriam: “Fiscalizar e auxiliar os métodos de ensino, programas [...] e apresentar [...] ao final de cada anno lectivo um relatorio circunstanciado do desenvolvimento do ensino [...] sugerindo as medidas indispensáveis para melhorar as suas condições” (BAHIA, 1925). Da mesma forma em Minas Gerais, o inspetor escolar também teria que “apresentar relatórios quinzenais e anuais” (MINAS GERAIS, 1927)⁹³.

Segundo a legislação mineira, o relatório deveria apresentar informações sobre o trabalho realizado, dados sobre a frequência e a matrícula, avaliação da situação do ensino, orientações realizadas e sugestões.

No relatório feito pela inspetora Helena Penna, quando inspecionou as classes do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, de Belo Horizonte, consta que ela verificou a frequência dos alunos, assistiu às aulas ministradas pelas professoras, examinou os cadernos e as atividades desenvolvidas pelos alunos, ministrou aulas, reuniu com as professoras e argumentou “sobre a necessidade” de instalar “pequenas bibliotecas” nas classes “frequentadas por crianças mais pobres”:

Seus relatos revelaram ações compatíveis ao cumprimento das diretrizes fiscalizadoras:

Em observância ao art 74 do regulamento vigente, visitei nos dias 22, 28, 29 e 30 de Março e 1, 2, 4, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 22, 23, 26 de Abril o grupo escolar “Barão do Rio Branco”, [...] inspeccionei [...] Dia 6 – Classe de II ano, sob a regencia da prof.^a Ephigenia Xavier. Matricula 42; presentes 37. Assisti à aula de aritmetica (problemas variados). Dei uma aula de calculo mental e um ditado no quadro negro, fixando determinadas silabas.

Dia 8 – Classe da prof.^a Cecilia Gyrino, de I ano adiantado com 40 alunos matriculados e 36 presentes. Assisti à aula de aritmetica, à de leitura e a de noções de [causas] sobre frutas e reações de acidos com o papel de “tournesol”. Examinei os cadernos, as crianças e os numeros do jornalzinho da classe (RELATÓRIO, 1932)⁹⁴.

⁹³ Procuramos no Arquivo Público Mineiro e no Centro de Referência do Professor em Belo Horizonte os relatórios dessa época e não encontramos. Localizamos no Centro de Referência do Professor, apenas alguns Relatórios: “Termos de Visitas” dos inspetores de 1932 a 1953, do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, de Belo Horizonte.

⁹⁴ Relatório realizado no dia 27 de abril de 1932. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

Do dia 2 de Abril a 28 do mesmo mês, inspeccionei e prestei assistencia tecnica às classes do grupo “Barão do Rio Branco”. [...] Durante a reunião de quinta-feira, troquei ideias com o corpo docente sobre a necessidade de serem instaladas pequenas bibliotecas em tres classes de 2º e 1º ano, frequentadas por crianças mais pobres (RELATÓRIO, 1934).⁹⁵

Essas atribuições estavam vinculadas à necessidade de implantar, de forma mais rápida e eficiente, os princípios da reforma, tendo em vista a intenção de livrar-se do analfabetismo, instruir e educar o cidadão, para consolidar a República. Nova forma de governo derivada da aliança de forças heterogêneas, “aliadas num movimento contrário ao poder moderador do imperador”, entre elas, de fazendeiros produtores de café e setores do capital, “estrangeiros” que se uniram aos militares; de setores da camada média que defendiam o positivismo e de outros grupos “descontentes com o centralismo estatal” (CARVALHO & CARVALHO, 2012, p. 34).

Instalada, a República se organizou “nos moldes da Constituição dos Estados Unidos e foi posta em prática a forma presidencialista e federalista de governo” e as “províncias se transformaram em estados federativos” (CARVALHO & CARVALHO, 2012, p. 35).

O federalismo foi o resultado da “necessidade de se expandir e dinamizar a economia agroexportadora cafeeira que via, na centralização imperial, um entrave a suas negociações externas”. Assim se delineava “a tão almejada descentralização administrativa presente nos ideais republicanos da década de 1870”, que assegurou “uma autonomia grande aos estados federados, que passaram a negociar diretamente com o mercado internacional” (CARVALHO & CARVALHO, 2012, p. 35) e a tomar iniciativas no sentido de organizar a instrução pública.

Embora, esse novo regime previsse mudanças, Nagle afirmou que: “A implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista” e com a instituição dos estados federados, “o novo regime viu-se obrigado a recorrer às forças representadas pelos coronéis” (1974, p.4).

Essa situação causou “o desenvolvimento das oligarquias regionais que, ampliando-se, encaminharam-se para a “política dos Governadores””,

⁹⁵Relatório realizado no dia 30 de abril de 1934. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

consequentemente “pelo seu poderio econômico, político e social, mantiveram-se mais fortemente ainda como chefes das oligarquias regionais e dessa forma atuaram como principais forças sociais no âmbito dos governos estaduais e federal” (NAGLE, 1974, p.4), configurando-se uma estrutura de poder difícil de romper.

Paralelo a essa conjuntura política, o país se encontrava, economicamente, em um momento “intermediário entre o sistema agrário-comercial e o urbano-industrial” (BASBAUM, 1975, p. 12). Daí surge a necessidade de reduzir o analfabetismo, sanear “o ambiente sociocultural marcado pela ignorância” (CARVALHO & CARVALHO, 2012, p.97) e preparar o povo, visto como atrasado, apático e indolente, mediante uma educação fundamentada em princípios positivistas⁹⁶ e liberais⁹⁷ para viver essa nova realidade.

O problema da educação se evidenciou, resultando numa sucessão de reformas educacionais. Nagle (1974) caracterizou esse período em três momentos. No primeiro momento, do início da República até 1915, houve grande influência do império e não apresentou atitudes promissoras em relação à educação. O segundo, após 1915 foi apontado como a fase do “entusiasmo pela educação”. Se a educação era vista como a oportunidade de solucionar todos os problemas sociais, políticos e econômicos, então o mais importante era difundi-la e eliminar o analfabetismo. O terceiro momento foi definido como a vez do “otimismo pedagógico”, com base na crença em novos modelos educacionais. As reformas educacionais da década de 1920, orientaram-se nos ideais da Escola Nova, que permaneceram além do período em estudo.

Como vimos, houve todo um movimento em prol da educação no país, contudo os objetivos de escolarizar e alfabetizar o povo não foram plenamente atingidos. As estatísticas indicaram que, em 1940, apenas 34,25% da população de 10 a 19 anos estavam matriculados, 56,23% das pessoas acima de 15 anos ainda eram analfabetas e,

⁹⁶ Conforme Carlos Henrique de Carvalho (2007) em *República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães*, o pensamento positivista foi marcante no fim do século XIX e início do século XX no Brasil. Na educação, essa influência foi caracterizada por Durkheim (1978), para quem educar é “a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente se destine” (p.41).

⁹⁷ A doutrina liberal fundava-se nos princípios da individualidade, liberdade, propriedade, igualdade e democracia. À ordem “iníqua” que combatia, fundada na desigualdade “herdada”, opunha a ordem capitalista, que, respeitando as desigualdades “naturais”, consubstanciava-se numa sociedade hierarquizada, mas justa e, para tanto, “aberta”. A noção de sociedade aberta, concebível numa só ordem econômica caracterizada por uma diversidade cada vez mais complexa de tarefas, funções e papéis sociais, supunha a possibilidade de mobilidade social com base nos “méritos” individuais. Daí como consequência lógica, o pensamento liberal desembocou na defesa da “Escola Pública; Universal e Gratuita” como condição indispensável à garantia de igualdade de direitos e oportunidades que justificava, em última instância, a desigualdade social “justa” porque “natural” (XAVIER, 1990, p. 60).

68,76% viviam no campo, com o agravante de que os ideais de modernização se entrelaçavam com as características de uma sociedade agrário-exportadora, tradicional, conservadora e oligárquica.

Nesse contexto, conforme afirmou Ana Maria Casasanta Peixoto (1983), Minas Gerais se distinguiu como “a segunda força econômica do País” e o “seu prestígio político” se fez “especificamente [pela] sua capacidade de colocar-se dentro da política dos governadores” (1983, p. 50).

Para se adequar à República, o estado serviu-se de sua força política, defendeu seus interesses e elaborou diversas reformas educacionais. Embora tenha se esbarrado em vários elementos que dificultaram o processo, suas iniciativas refletiram o empenho no sentido de organizar a instrução pública do estado.

Capítulo 2

MINAS GERAIS E AS REFORMAS EDUCACIONAIS: SINAIS DE MODERNIZAÇÃO

Em Minas Gerais, a preocupação com a modernização fomentou o processo de urbanização, de industrialização e de difusão da educação escolar pública. No tocante à educação, considerada elemento fundamental nesse processo, diversas iniciativas ocorreram para organizar o campo educacional e renovar o ensino, no sentido de promover a escolarização e alterar índice de analfabetismo, apontado como um dos fatores que dificultava o seu desenvolvimento.

Dentre as iniciativas de tentativa de organizar o estado pela educação, destacamos as reformas de ensino mais significativas e expressivas da época e que tiveram repercussão no processo de inovação educacional. A Reforma de ensino João Pinheiro, de 1906, que visou, principalmente, organizar pedagogicamente a escola, expandir o ensino e desenvolver a educação popular e a Reforma Francisco Campos, de 1927, que teve um caráter liberal e se preocupou, sobretudo com os aspectos técnico-pedagógicos do sistema escolar e surgiu como uma reação à situação em que se encontrava a educação.

2.1. A constituição de um Estado Moderno via as reformas educacionais

No propósito de se constituir como um estado moderno, o problema da educação se evidenciou em Minas Gerais, visando provocar mudanças e fazer prosperar as questões sociais, políticas, econômicas e educacionais. Como fontes de modernização, na análise de João Antônio de Paula (2000), vão “se desenvolver em Minas Gerais vários sistemas – um sistema urbano, um sistema estatal, um sistema cultural, um sistema religioso” (2000, p. 12) e um complexo sistema educacional.

Contudo, diversos fatores dificultaram a sua efetivação plena, dentre eles, enumeramos o domínio do poder político de característica oligárquico, uma população, na sua maioria, rural e analfabeta e uma “economia [que] apoiava-se na produção agrária voltada para o mercado interno” (CARVALHO & CARVALHO, 2012, p. 98) e com características, entre 1889 a 1937, de um “crescimento irregular, moderado” (WIRTH, 1982, p. 75).

Embora Wirth (1982), tenha afirmado que não houve estagnação na economia do estado. Para Fabrício Valentim da Silva (2007, p. 25), ocorreu uma “ideia de estagnação” e de “atraso econômico” que surgiu “de maneira difusa, durante o século XIX” e se transformou “em preocupação recorrente dos poderes públicos e das elites no século XX”. Conforme Otávio Soares Dulci (2005, p.115), esse pensamento se originou, principalmente, de “[...] comparações desfavoráveis com o avanço econômico de outras áreas do país, particularmente São Paulo” e de equiparações entre “Minas “oitocentista” rica, do período áureo” com Minas Gerais “desarticulada nos planos geográfico e econômico” (SILVA, 2007, p. 25).

Daí “surge a percepção do atraso, a insistência nas potencialidades inexploradas da região e o debate sobre a recuperação econômica, tema dominante na agenda política estadual ao longo do século XX” (DULCI, 2005, p.115). Segundo Wirth (1982), Minas Gerais se caracterizou pela contradição entre a fraqueza econômica e social e a força política, que resultou em ocupar a presidência da República por três vezes, entre 1889-1930. Localizada na região oriental do país (figura 1), Minas Gerais constitui-se como um “estado heterogêneo, que perfaz 7% do Brasil e refletia o impulso histórico de outras unidades além das fronteiras políticas da região” (WIRTH, 1982, p. 41). Para esse mesmo autor, “cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos” (WIRTH, 1982, p. 41). A hegemonia “na política [foi] a única maneira de fazer valer seus direitos a nível nacional, num período em que o federalismo desigual favorecia os Estados mais fortes”, jeito que os mineiros encontraram, para “representar um papel central na política do país, “arena” em que poderia utilizar seu papel para defender ou promover interesses próprios” (PEIXOTO, 1983, p. 51).



Figura 1 – Primeira divisão do território do Brasil em grandes regiões proposta em 1913.

Fonte:

<http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=sl26>.
Acesso em 10 de abril de 2014.

Como um “mosaico”⁹⁸ de regiões se diferenciou sobremaneira, sob os aspectos sociais, econômicos, culturais e geográficos (figura 2):

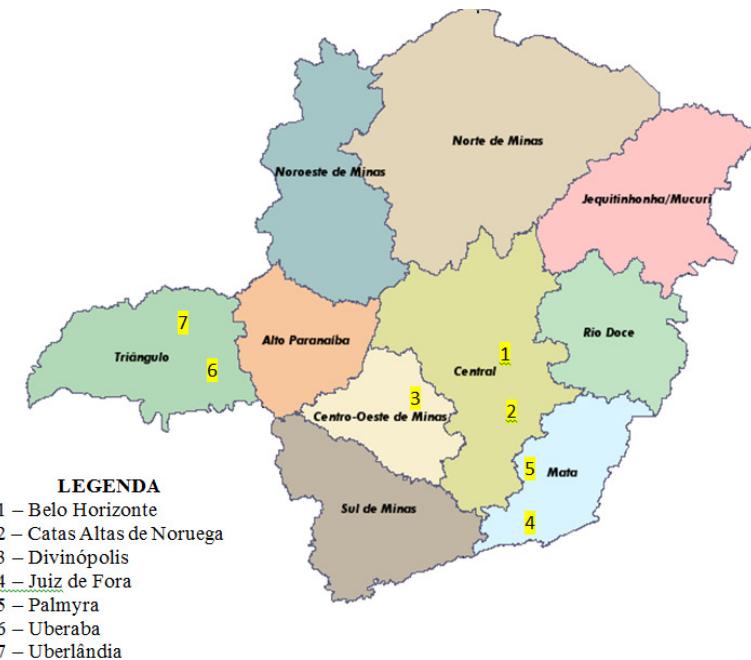


Figura 2: Subdivisão do Estado em dez regiões⁹⁹. Inserimos os municípios, citados na pesquisa, conforme relatórios de inspetores encontrados no Arquivo Público Mineiro e no Centro de Referência do Professor de Belo Horizonte. Fonte: http://licht.io.inf.br/mg_mapas/mapa/cgi/iga_comeco1024.htm, acesso em 10 de abril de 2014.

Para João Antônio de Paula (2000), “Minas Gerais é múltipla, [...]. Diversidade física – a mata e o campo, a montanha e as planícies abertas, o sertão”, associada a uma “Diversidade ecológica e econômica – a pecuária sertaneja é a mais desenvolvida do sul. A agricultura e a manufatura, as minas de ouro e dos diamantes. A diversidade social e cultural” (PAULA, 2000, p. 39) tudo isso se vinculou a uma população que “espalhava-se sobre um vasto território” (DULCI, 2005, p. 116).

⁹⁸ (WIRTH, 1982, p. 41).

⁹⁹ A primeira divisão territorial do Estado ocorreu em 1711, por ordem do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, ao desmembrar a parte mineira da Capitania de São Paulo e Minas Gerais, antiga Capitania de São Vicente. Foram então criadas a Vila Ribeirão do Carmo (8 de abril), Vila Rica (8 de julho) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (17 de julho), hoje, os respectivos municípios de Mariana, Ouro Preto e Sabará. Em razão das atividades desenvolvidas e da sua vasta extensão, o território mineiro passou por sucessivas e rápidas partições. Mais recentemente, na década de 1970, o governo estadual promoveu estudos regionais para congregar municípios ligados por características socioeconômicas. Atualmente, está em vigor a divisão estabelecida pela antiga Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), hoje Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), que contempla dez regiões. Originalmente previsto no projeto de lei 1.590/93, o critério passou a vigorar com o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 1996/1999, adotado em dezembro de 1995. <http://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5671-regioes-de-planejamento/69548-as-regioes-de-planejamento/5146/5044>. Acesso 10 de abril de 2014.

Segundo Wirth (1982), até 1920, dados relativos à população mineira indicaram que, “apenas 11% viviam em sedes de municípios e o restante na zona considerada rural” (p. 63). A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁰⁰, de 1940¹⁰¹, apontou que, de um total de 6.736.416 milhões de mineiros, 5.043.376 milhões, 74,86%, ainda viviam no campo, isto é, 25,16% residiam na área urbana. O Quadro VIII apresenta a população recenseada, das unidades políticas do país, entre 1872 e 1940 e mostra que Minas Gerais tinha a maior população do país, até 1930:

QUADRO VIII

POPULAÇÃO DO BRASIL E DAS SUAS UNIDADES POLÍTICAS, SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS GERAIS (1872-1940)						
UNIDADES POLÍTICAS	POPULAÇÃO RECENSEADA					
	1872	1890	1900	1920	1930	1940
Distrito Federal	274 972	522 651	691 565	1 157 873	1 505 595	1 764 141
Alagoas	318 009	511 440	649 273	978 748	1 127 840	951 300
Amazonas	57 610	147 915	249 756	363 166	413 138	438 008
Baía	1 379 616	1 919 802	2 117 956	3 334 465	3 902 861	3 918 112
Ceará	721 616	805 687	849 127	1 319 228	1 536 738	2 091 032
Espírito Santo	82 137	135 997	209 783	457 328	603 390	750 107
Goiaz.	160 395	227 572	255 284	511 919	654 931	826 414
Maranhão	360 640	430 854	499 308	874 337	1 063 758	1 235 169
Mato Grosso	60 417	92 827	118 025	246 612	320 418	432 265
Minas Gerais	2 102 689	3 184 099	3 594 471	5 888 174	6 991 564	6 736 416
Pará	275 237	328 455	445 356	983 507	1 304 912	944 644
Paraíba	376 226	457 232	490 784	961 106	1 218 676	1 422 282
Paraná	126 722	249 491	327 136	685 711	892 011	1 236 276
Pernambuco	841 539	1 030 224	1 178 150	2 154 835	2 664 026	2 688 240
Piauí	211 822	267 609	334 328	609 003	751 782	817 601
Rio de Janeiro	819 604	876 884	926 035	1 159 371	1 870 253	1 847 857
Rio G. do Norte	233 979	268 273	274 317	537 135	681 095	768 018
Rio G. do Sul	446 962	897 455	1 149 070	2 182 713	2 736 600	3 320 689
Santa Catarina	159 802	283 769	320 289	668 743	868 653	1 178 340
São Paulo	837 354	1 384 753	2 282 279	4 592 188	5 882 554	7 180 316
Sergipe	234 613	310 926	356 264	477 064	527 130	542 326
Territ. do Acre	—	—	—	92 379	107 511	79 768
BRASIL	10 112 061	14 333 915	17 318 556	30 635 605	37 625 436	41 216 315

Fonte: Dados extraídos do Anuário Estatístico do Brasil, v. 2, 1936; v.13, 1953. Rio de Janeiro: IBGE.

Para Wirth (1982), houve restrições estruturais em Minas Gerais que dificultaram o processo de modernização. O estado apresentou “uma estrutura social excludente [...] uma estrutura econômica dependente [...] uma estrutura cultural incapaz de forjar uma perspectiva efetivamente nacional-popular, isto é, [...] não se fez instrumento emancipatório, democratizante”. Contudo, a história revelou sinais de

¹⁰⁰ Anuário Estatístico do Brasil de 1952, v. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

¹⁰¹ Não encontramos dados estatísticos da população rural de Minas Gerais no período anterior a 1940.

modernidade: “a precoce estrutura urbana; a imposição do Estado; o dinamismo econômico cultural; a constituição de interações sociais, embriões de uma sociedade civil autônoma” (WIRTH, 1982, p. 56).

Segundo João Antônio de Paula, o início da urbanização foi “fruto da expansão mineratória que desde as primeiras descobertas multiplicou-se – plantaram-se roças, construíram-se manufaturas, criaram-se animais” (2000, p. 39). Nesse caso, Alexandre Cunha (2004) julgou que “o urbano precede o rural, que se conformaria a partir da força e desdobramentos da economia mineradora” (2004, p. 13).

A extração mineral motivou o fluxo migratório dando início, “a um processo de conformação de aglomerações urbanas” (ISOBE, 2008, p. 15). Todavia, com a exaustão das minas de ouro a população se dispersou na busca de novas oportunidades. Mas, “o isolamento de algumas zonas as mantinha praticamente confinadas em produção para subsistência” (DULCI, 2005, p. 116), a partir de atividades de agricultura e de pecuária, com baixos níveis de produtividade.

Outras áreas faziam parte do mercado, mas gravitavam em torno de polos comerciais de fora, em parte devido ao fato geográfico de que Minas Gerais dependia dos portos do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Espírito Santo, para exportar e importar. Wirth (1982) afirmou que o estado era bem dotado de energia e recursos e sua localização era de fácil acesso. Todavia, conforme Otávio Soares Dulci, a ausência de “vias de transporte e de meios de comunicação”, foi também apontado “como fator de atraso econômico”, porque dificultava “o intercâmbio entre as diversas partes do estado” e caracterizava o sistema viário e a estrutura econômica, mineira, “como uma colcha de retalhos, sem suficiente integração orgânica” (DULCI, 2005, p. 116), como está demonstrado no mapa do estado (figura 3).

A estrutura urbana foi se formando também com o surgimento dos cinemas, das farmácias, das escolas, dos centros de saúde pública e, sobretudo, com a oferta de trabalho, assim os moradores do campo se sentiram atraídos. Mas, a maioria das cidades pequenas, na época, era parecida com o meio rural, dificultando assim a constituição de um estilo de vida, realmente urbano e, além disso, faltava ao estado um centro urbano que pudesse funcionar como núcleo de convergência e de intercâmbio entre a população e as atividades econômicas para fortalecer a proposta modernizadora (WIRTH, 1982).

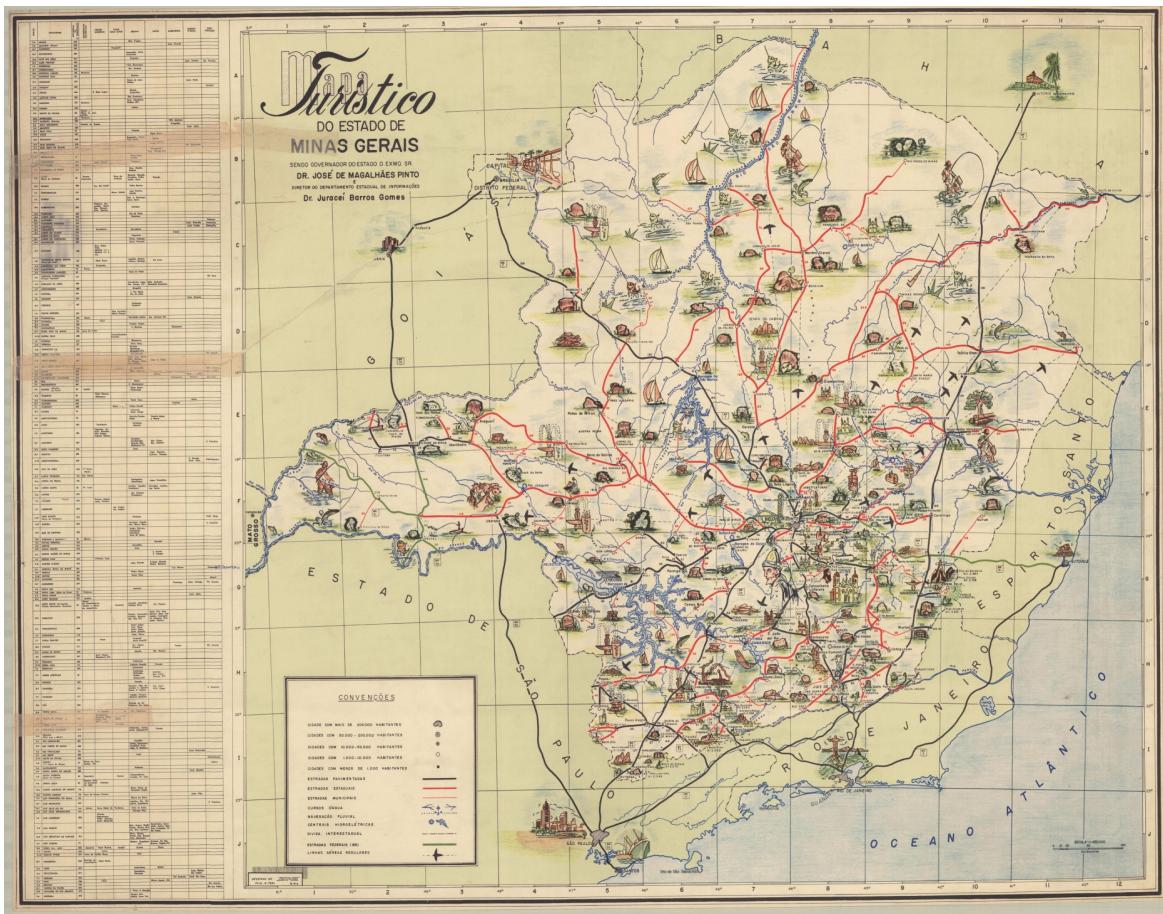


Figura 3: Mapa do Estado de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro.¹⁰²

Fonte:http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=35.

A construção de uma nova capital para Minas Gerais¹⁰³ foi “um exemplo “vivo” da forte apropriação da elite política de Minas Gerais com esta imagem de “desarticulação” econômica e geográfica do Estado” (SILVA, 2007, p. 26), bem como com o desejo de ruptura com o passado. A cidade de Belo Horizonte, foi planejada e tida como:

a síntese da própria trajetória da modernidade mineira. A cidade nascida do avanço científico e tecnológico, das novas técnicas construtivas, das inovações urbanísticas de Haussmann [na Paris da segunda metade do sec. XIX], da ruptura política com a velha ordem colonial-imperial. Cidade contemporânea das grandes transformações do auge do modernismo europeu — as vanguardas artísticas, o cinema, a emergência das sociedades de massa, da velocidade e da explosão urbana. Cidade sintonizada com os novos termos de urbanização modernista — amplas avenidas, amplos espaços públicos, parques e jardins, espaços distribuídos funcionalmente (WIRTH, 1982, p. 57).

¹⁰²“Mapa elaborado no Governo do Dr. José de Magalhães Pinto, sendo Diretor do Departamento Estadual de Informações o Dr. Juracir Barros Gomes. Autoria: Jacir Alves. Data Provável de Produção: 1900”. Fundo: Coleção de Documentos Cartográficos do Arquivo Público Mineiro – Apm. Acesso em 18 de fevereiro de 2014.

¹⁰³Prevista pela Constituição Estadual de 1891.

A capital tornou-se “um núcleo político, sobretudo, moderno, capaz de assumir o papel de “elo” econômico e social [...] para a integração do “mosaico” mineiro” (SILVA, 2007, p.26) e converteu-se no “centro irradiador” do “movimento de conformação de uma nova cultura escolar” (VAGO, 1999, p. 32), para “forjar uma nova mentalidade” (FARIA FILHO & VAGO, 2000, p. 44).

Contudo, como já afirmamos, a essência de Minas Gerais se baseava em uma força política, que estava ligada a um poder oligárquico, que conservava valores de uma sociedade agrária e tradicional, combinada a uma relativa fraqueza econômica e social, “o principal recurso do Estado não era seu poder econômico, os recursos fiscais ou a força militar, mas a unidade política” (WIRTH, 1974, p. 231) de cunho coronelista, que se organizou em torno de compromissos firmados entre chefes e governos locais, estaduais e federais, determinando a “política dos governadores”.

Traço característico do regime republicano brasileiro, que se instalou no país a partir de 1891 e segundo Victor Nunes Leal (1978), teve na sua base um sistema de reciprocidades, com características liberais em sua forma, “mas oligárquico quanto ao seu funcionamento efetivo”, pois exigia “liberdade para comerciar”, mas defendia “uma estrutura política social tradicional de caráter exclusivista e excludente” (PEIXOTO, 1983, p. 26-39).

Na proposta de modernização mineira, Carvalho & Carvalho, afirmaram que, junto à formação das cidades e ao surgimento das indústrias veio a “reorganização dos espaços urbanos, a disciplina e o controle, a divisão do trabalho, a renda, o consumo. Como resultado, as classes inferiorizadas passaram a enfrentar discriminação e exclusão” (2012, p. 100).

Faltou sintonia: “seja com o principal do processo de democratização política resultante da modernidade, seja com o estabelecimento de relações econômicas capazes de produzir a melhoria das condições de vida do conjunto da população” (WIRTH, 1982, p. 81). A preocupação maior era “garantir a supremacia política do grupo agroexportador ligado ao café e estabelecer mecanismos de ordem tributária e financeira que asseguravam a sua expansão”. Em vista disso, Minas Gerais e São Paulo, se uniram, entre 1898 e 1929, em torno de uma aliança informal denominada a política do “café com leite” (PEIXOTO, 1983, p. 25).

Na época, o café se tornou o produto de exportação mais valioso, “o suporte orçamentário, a razão por que duas regiões – o sul e a Zona da Mata – dominaram a política do estado na maior parte da República Velha”. Minas Gerais depositou todas as

suas expectativas, na sua comercialização. “Nos bons anos 1891-96, 1911-12, 1920-27 - o Estado prosperou”, [...]. Contudo, “nos anos ruins -1897- 1909, 1929-37 - toda a economia sofreu por causa dos preços baixos” (WIRTH, 1982, p. 82).

Segundo as declarações do presidente do estado, Francisco Antônio de Salles (1902-1906), na Assembleia Legislativa, a crise foi: “determinada pela depressão do valor venal dos nossos principais productos, até dos próprios bens, aggravada pelo retrahimento do crédito” (MENSAGEM, 1903, p. 6-7). Com a instabilidade dos negócios cafeeiros¹⁰⁴:

A economia e as finanças do Estado entram em grave crise. A dívida flutuante ameaça o crédito do Estado, a arrecadação não corresponde à receita orçada, a dívida externa, fora os juros, está orçada em mais de 20 mil contos e a interna alcança a cifra de 8 mil contos a satisfazer ainda o ano de 1899”; [...] o Estado importando víveres a preço de ouro e exportando café, a preço vil, que o ônus do transporte consumia em sua maior parte; o desânimo e pobreza geral, a bancarrota de todas as previsões econômicas; a máquina administrativa ameaçada de paralisia. Eis o panorama econômico de Minas em 1899 (RESENDE, 1982, p. 36).

Em 13 de maio de 1903, preocupado com a gravidade da situação econômica do Estado, o presidente, Francisco Salles, convocou representantes dos diversos setores produtivos, para participarem do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial¹⁰⁵. O objetivo do encontro foi refletir sobre o problema e buscar meios para “amparar a agricultura e a indústria existentes, fomentar novas fontes de produção”, criar “um verdadeiro sistema harmônico de medidas tendentes a um remodelamento econômico” (MENSAGEM, 1903, p.6-7) e promover a diversificação econômica. Entretanto, “os esforços gastos na diversificação da economia agrícola fracassaram” (WIRTH, 1982, p. 82).

¹⁰⁴ O café, “[...] até então ele gozara de uma situação impecável: preços em ascensão contínua, o consumo acompanhando perfeita e folgadamente a produção. No final de 1896 o café brasileiro enfrenta sua primeira dificuldade comercial: os preços declinam, estoques invendáveis começaram a se acumular. Estava-se diante de uma situação nova e inteiramente insuspeitada no passado: a superprodução” (PRADO JR, 1994, p. 221).

¹⁰⁵ “A época era de crise, causada pela baixa dos preços do café, que se arrastava desde 1897. A reunião tinha como finalidade debater a situação e definir caminhos para a restauração econômica do Estado, [...]. Foram designadas doze comissões temáticas: Agricultura, Café, Pecuária, Vinicultura/Viticultura, Indústria, Tecidos/Fiação, Curtume, Mineração/Águas Minerais, Bancária, Comércio, Viação Férrea e Estradas de Rodagem. [...] As consequências da baixa do café, estendendo-se por toda a economia eram suficientemente graves para estimular a defesa da policultura, ou seja de um sistema produtivo diversificado. A monocultura, a especialização excessiva [...] eram encaradas por muitos participantes como fonte de permanente vulnerabilidade para o país e para os seus próprios negócios [...]” (DULCI, 2005 p.120).

A agenda do evento foi ampla e atingiu os mais variados setores da economia. Além de tratar das questões ligadas à proteção e ao fomento da agricultura e da indústria, também se discutiu sobre “a necessidade de se educar o trabalhador mineiro, para que constituísse mão de obra disciplinada e regular” e para “reprimir sua tendência à vadiagem, à irregularidade ao trabalho etc., enfim eliminar a sua falta de vivência de hábitos e valores necessários ao trabalhador assalariado” (FARIA FILHO, 1990, p. 80). A intenção era “incorporar culturalmente os sujeitos sociais em suas diferentes manifestações, na perspectiva da formação de homens e mulheres civilizados” (VEIGA & FARIA FILHO, 1997, p. 204).

A situação da educação também não era favorável. Conforme declarou Francisco Salles: “Infelizmente não se podem considerar boas as condições do ensino primário, em nosso Estado” (MENSAGEM, 1903, p. 29). Para o presidente do estado:

Parece que o erro tem consistido em querer-se manter e aproveitar tudo quanto está feito, imprimindo nova feição aos moldes antigos e defeituosos. A decadência do ensino público é visível. Há falta de prédios próprios onde funcionem as escolas, em condições hygienicas, providos de mobília e material escolar conveniente. À maior parte dos professores falta preparo necessário, a educação pedagógica, o estímulo, e, enfim, a inspecção do ensino (MENSAGEM, 1903, p. 29-30).

Diante desse contexto, uma reforma de ensino mais “systematica e definitiva” foi proposta. Para o presidente do estado, o exemplo a ser seguido seria a reforma empreendida em São Paulo: “digno de imitação. [...]. O resultado ficará dependendo da firmeza na sua execução” (MENSAGEM, 1903, p. 31).

Em 1906, a Lei nº. 439 autorizou a renovação da instrução primária. Segundo, João Pinheiro da Silva (1906-1908), para dar nova feição ao ensino, a reforma “teve que ser completa e total quanto aos methodos de ensino, à disciplina escolar e à fiscalização severa do serviço” (MENSAGEM, 1907, p. 5).

No regulamento do ensino, a fiscalização ficou sob a responsabilidade do serviço de inspeção técnica do ensino. O trabalho do inspetor escolar ganhou destaque e sua função era “conhecer as causas” que exerciam influência sobre a instrução do povo, mediante uma “observação atenta” sobre as instituições escolares e a sociedade para

“favorecer o seu progresso” e agir “sobre o professor e o meio social” (MINAS GERAIS, 1906, p. 182).¹⁰⁶

No seu discurso, o Presidente do estado mostrou a necessidade de investir na instrução pública: “cuidando da questão de casas escolares apropriadas e do respectivo mobiliário”, mas declarou que os “recursos orçamentários” eram “restrictos”, por isso considerou que era prematuro “julgarmos senhores de uma victoria definitiva”, e além disso, “a reforma [tinha] que lutar com o hábitos maus e inveterados, com um professorado que não estava sufficientemente preparado para a pratica dos novos methodos por isso será preciso ainda, uma acção intensa e mantida” (MENSAGEM, 1907, p.5-6).

Os prédios escolares, o mobiliário e a formação do professor eram preocupações. O relatório de trabalho feito pelo inspetor Antônio Loureiro da Fonseca Lima, em 1908, nas escolas do município de Uberaba-MG, revelou esses problemas:

É de lastimar que o professor não tenha encontrado, por mais que procurasse, um salão mais confortavel. A insufficiencia da mobilia existente difficulta os exercicios escriptos que o horario determina façam ao mesmo tempo, os alumnos de dois ou tres annos do curso, enquanto com um delles se occupa o mestre.[...] Tendo-se externado a professora sobre as difficultades que encontrava na observancia perfeita do horario, pedi ás alumnas que procurassem conhece-lo afim de que, preparando-se de [modo] proprio para os exercicios escolares, concorram para o bom funcionamento da classe (RELATÓRIO, 1908).¹⁰⁷

No relatório, o inspetor considerou a estrutura física inadequada e lastimou o professor não ter encontrado um lugar apropriado, para dar aula. Segundo o inspetor, a mobília era insuficiente o que acarretava dificuldades para os alunos realizarem as atividades de escrita, conforme a determinação do horário. Sobre as dificuldades dos alunos, no cumprimento do horário, orientou que tomassem conhecimento dos mesmos.

Após sete anos, o presidente do estado, Delfim Moreira da Costa Ribeiro (1914-1918) em mensagem, apresentou o seguinte discurso:

¹⁰⁶ Decreto nº. 1.960, de 1906.

¹⁰⁷ As escolas inspecionadas foram a de sexo masculino, regida pelo professor Fernando de Araújo Vaz de Mello, inspecionada entre os dias 12 a 22 de fevereiro e a escola pública do sexo feminino, regida pela professora normalista D. Evarista Modesta dos Santos, inspecionada após o dia 25 de fevereiro. Relatórios referentes a Termos de Visitas e Inspeção Técnica, realizado no dia 1º de março de 1908. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Códice: SI - 3264.

A obra da educação não pode ser immutável e intangível, precisa evoluir com o tempo. Amanhã as luzes da experiência e o progresso da sociedade exigirão certamente novos processos e novas leis do ensino, e o Estado de Minas deve estar sempre preparado para introduzir moldes novos no seu apparelho pedagógico (MENSAGEM, 1915, p. 38).

Revelando as dificuldades, a retórica persistia na conveniência de promover mudanças na educação e introduzir “moldes novos no seu aparelho pedagógico”. Segundo o presidente, o serviço de inspeção também deveria ser reformado, pois “a inspecção technica é ainda insufficiente e precisa de uma reforma. [...] Não se pode comprehendender ensino primario sem a inspeção technica assidua e continua” (MENSAGEM, 1916, p. 46).

Faltava, na inspeção do ensino, constância, assiduidade e qualidade suficiente para colaborar na melhoria da educação, na redução do analfabetismo e na transformação do povo mineiro; considerado miserável, pequeno e fraco. A imagem que se tinha do povo mineiro foi expressa no discurso do presidente, Arthur da Silva Bernardes (1918-1922): “era preciso – custe o que custar – que façamos desaparecer o lamentável, o vergonhoso contraste entre a opulência, as pompas, a grandeza do território e a miséria, a pequenez, a desconsolada fraqueza do homem que o habita” (MENSAGEM, 1920, p. 30).

A preocupação em transformar o ensino, para eliminar o analfabetismo e regenerar o povo se manteve, na década de 1920. Os indicadores dos níveis educacionais, apontados na tabela VIII demonstravam que a alfabetização, ainda era um problema no estado e no país.

TABELA VIII

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE BRASIL/MINAS GERAIS, SEGUNDO A INSTRUÇÃO - 1890 a 1940			
ESPECIFICAÇÃO	1890	1920	1940
BRASIL			
Pessoas de 5 anos e mais	12.212.125	26.042.442	34.796.665
Pessoas analfabetas	10.091.566	18.549.085	21.295.490
% de pessoas analf.	82,6	71,2	61,1
MINAS GERAIS			
Pessoas de 5 anos e mais	2.721.366	4.935.942	5.656.726
Pessoas analfabetas	2.389.962	3.719.301	3.758.878
% de pessoas analf.	87,8	75,4	66,4

Fonte: Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados retirados do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Brasil, 1920, v.IV, 4^a parte. Anos de 1890 e 1920. Paro o ano de 1940. Anuário Estatístico do Brasil, 1946. v. 7. Rio de Janeiro: IBGE, 1947.

O cenário apresentado nessa tabela revelou que a redução do analfabetismo, de 1890 a 1940, tanto no país como no estado, foi lenta. Os números apontaram que os enfrentamentos, para estender quantitativamente a escolaridade e para reduzir o analfabetismo, não foram suficientes. Em 50 anos, o percentual de analfabetos no país, teve uma redução de 21,5%, de 82,6% foi para 61,1% e no estado, de 87,8% passou para 66,4%. Os níveis educacionais indicados acima refletiram a insuficiência e a ineficiência do sistema educacional, para equacionar o problema, ao longo desses anos.

Para o presidente do estado, Delfim Moreira da Costa Ribeiro (1914-1918), a “lentidão [foi] imposta pelas circunstâncias actuaes da restricção financeira, e, principalmente, às dificuldades, oriundas da grande extensão territorial e da falta de vias de comunicações” (MENSAGEM, 1917, p. 27). Contudo, a dificuldade dos estados e dos municípios de superar o baixo nível educacional, de aumentar a cobertura escolar da população, de desenvolver uma educação mais homogênea também está aliada ao fato de que o Governo Federal se eximiu dessa responsabilidade: “Ao remeter aos estados a organização e implementação da instrução, [...] abriu mão de qualquer proposta de formação de um sistema público unificado de ensino que viesse contribuir para o desenvolvimento mais homogêneo da educação nacional” (GONÇALVES NETO & CARVALHO, 2005, p. 269).

A Constituição Federal de 1891, no artigo 5º, instituiu como incumbência de cada Estado: “prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração”. Assim, a Constituição Mineira no mesmo ano, no artigo 31, § 5º, determinou que fosse competência do Congresso Estadual: “legislar sobre instrução primária” (MINAS GERAIS, 1891). Nesse sentido, o estado programou reformas educacionais e por meio delas, procurou transformar o ensino primário e normal, visando “estabelecer civilidades [...] legitimar e dar visibilidade a uma nova configuração de poder em construção” (VEIGA, 2002, p. 101), sem perder de vista os “traços da elite mineira — de querer se modernizar sem abrir mão da tradição e do conservadorismo” (OLIVEIRA, 2011, p. 36).

2.2. As iniciativas de mudanças nos campos administrativo, pedagógico e no serviço de inspeção escolar

A organização da instrução pública no estado atingiu os setores administrativos, pedagógicos e principalmente o serviço de inspeção escolar. Em 1892, uma das

primeiras iniciativas do estado visando modificar o sistema de ensino aconteceu a partir da Reforma Afonso Pena. Esta reforma, para estruturar uma nova organização pedagógica, administrativa e um novo serviço de inspeção instituiu que: “A direção, administração e inspeção do ensino publico e particular deste Estado, em todos os seus graus e categorias, pertence ao Presidente, que as exercerá por meio do respectivo Secretário de Estado, e este pelas auctoridades criadas na presente lei” e estabeleceu a criação de: “seis logares de inspetores ambulantes, agentes do governo, encarregados da fiscalização das escolas” (MINAS GERAIS, 1892, p. 43-45). A partir daí, inúmeras Leis e Decretos se sucederam, conforme o Quadro IX nos apresenta:

QUADRO IX

REFORMAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1892-1928)							
Presidentes do Estado e Secretários do Interior							
Afonso Pena; Silviano Brandão	João Pinheiro; Manuel Tomaz de Carvalho Brito	Wenceslau Brás; Estevão Pinto	Júlio Bueno Brandão; Delfim Moreira da Costa	Delfim Moreira; Américo Ferreira Lopez	Artur da Silva Bernardes; Afonso Pena Júnior	Olegário Maciel; Fernando de Melo Viana	Antônio Carlos Ribeiro de Andrade; Francisco Campos
-Lei nº 41/1892 Ref.Instr. Pública -Lei nº 77/1893 Dividiu o Estado em 10 circunscri- ções literárias. Criou os cargos de Inspetores Escolares.	Lei nº 439, 28/09/1906 Reforma de base da instrução pública.		Lei nº 533, 24/09/1910 Revisão das disposições referentes ao ensino. Determinou normas para pré- primário, primário e normal.	Lei nº 657/1915 Modif. o ensino primário secundário e normal. Dec. nº 4.524/1916 Unificou as Esc. Normais. Modelo a da Capital.	Lei nº 800, 27/09/1920 Reorganizou o ensino primário no Estado, além de outras providências.	Lei nº 864, 19/09/ 1924 Aprovou o regulamento do ensino primário.	Lei nº 926/1926 Autorizou reforma primário e normal. -Lei nº 1.036/1928 Reg.ens. pri.normal, criou um corpo de inspetores do ensino normal e autorizou E. Aperf.
Decreto nº 607/1.893 promulgou regulamento das Escolas Normais. Decreto nº 655/1.893 promulgou o reg. Escolas de instrução primária.	Decreto nº 1.960/1906 Reg. reforma ensino pri. normal e superior. Instituiu Grupos escolares.	Decreto nº 2.836, 31/05/1910 Classificou a E. Normal da Capital como Escola Modelo.	Decreto nº 3.191, 09/06/1911. Regulamentou as normas para pré- primário, primário e normal.	Decreto nº 4.508/1916. Aprov. Prog.e ensino/ grupos escolares, esc. singulares, distritais urbanas noturnas e rurais.		Decreto nº 6.655, 19/08/1924 Regulamen- tou o ensino primário.	Decreto nº 7.970/1927. Regulamentou o ensino primário. -Dec. nº 8.162/1928 Aprov. Reg. ensino nas Escolas Normais.
1930-1938							
Antonio Carlos Ribeiro de Andrade Francisco Luiz da Silva Campos	Olegário Maciel Noraldino Lima	Olegário Maciel Noraldino Lima	Olegário Maciel Noraldino Lima	Benedito Valladares Ribeiro Noraldino Lima.	Benedito Valladares Ribeiro Cristiano Monteiro Machado	Benedito Valladares Ribeiro Cristiano Monteiro Machado	Benedito Valladares Ribeiro Cristiano Monteiro Machado
Decreto Nº. 9450 18/02/1930 Aprovou Regulamento do Ensino NORMAL Decreto Nº 9.653 30/08/1930 Aprovou o regulamento da Escola do Aperfeiçoamento.	Decreto Nº 10.220 15/01/1932 Aprovou convênio entre União, Estados, Distrito Federal e Território do Acre, para aperf. e uniformizar as estatísticas educacionais.	Decreto Nº. 10.362 31/05/1932 Aprovou modificações nos decretos nº 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, e 9.450, de 18 de fevereiro de 1930.	Decreto Nº. 10.392 28/06/1932 Aprovou programa de metodologia para as Escolas Normais e 1º e 2º grau.	Decreto Nº 11.275 27/03/1934 Aprovou modificações nos regulamentos Nº.9450 1930 e Nº. 10.362/1932 que modificou o ensino e o programa das Escolas Normais.	Decreto Nº 887 30/06/1937 Aprovou os programas de Escola do Aperfeiçoamen to publicado em 1º julho.	Lei nº 212 30/10/1937 Reorganizou serviços da Secretaria da Educação Saúde Pública.	Decreto-Lei nº 38 03.01.1938 Criou Inspetoria de Assistência Técnica do Ensino e extinguiu o Serviço de Assistência Técnica do Ensino.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional do Estado.¹⁰⁸

¹⁰⁸ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República.** Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de pesquisas educacionais de Minas Gerais, 1962 e Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Official.

A Reforma Afonso Pena introduziu o princípio educativo, de marca spenceriana: “a educação intelectual, moral e prática necessária”, considerado “suficiente para o bom desempenho dos deveres de professor” e próprio para regenerar “progressivamente a escola pública de instrução primária” (MINAS GERAIS, 1892, p. 67).¹⁰⁹

Foram as primeiras iniciativas de se organizar pedagogicamente a escola vinculadas à formação do professor com o propósito de promover uma educação civilizatória. Dez anos após a Reforma Afonso Pena, o inspetor Estevam de Oliveira¹¹⁰, em 1902 criticou o ensino ministrado nas escolas isoladas e apresentou novas propostas para modificá-lo. Suas proposições foram inspiradas no “modelo escolar paulista instituído pela Reforma Caetano de Campos, de 1892” (FARIA FILHO & VAGO, 2000, p. 37).¹¹¹

O inspetor foi “um dos primeiros ‘organizadores’ do ensino mineiro a realizar, tanto em seus relatórios como inspetor, quanto no livro publicado como resultado de sua visita¹¹², uma fundamentada crítica às escolas isoladas e ao ensino nelas ministrado às crianças mineiras” (FARIA FILHO, 1996, p.33). Sobre a formação dos professores, Estevam de Oliveira, no relatório, intitulado a Reforma de Ensino Público Primário e Normal em Minas Gerais, defendeu a ideia de uma formação mais rígida, para tornar o professor, tecnicamente, mais preparado e propôs a supressão dos institutos existentes, das escolas isoladas e a criação de uma escola modelo:

a reforma deve suprimir todos os institutos existentes na Capital do Estado. Annexo a este estabelecimento deve funcionar uma escola modelo agrupada, donde resultará a suppressão das escolas isoladas, mantidas apenas as suburbanas. [...] Nesses institutos o ensino precisa de ser mais profissional do que abstrato, mais prático do que theórico, cumpre sejam elas dotados de aperfeiçoamento material, seja revisto o seu programma disciplinar, de modo que a aprendizagem se torne mais positiva do que litteraria” (OLIVEIRA, 1902, p.181).

¹⁰⁹ O regulamento das escolas normais foi promulgado pelo Decreto nº. 607 de fevereiro de 1893.

¹¹⁰ Estevam José Cardoso de Oliveira (1853-1926), nasceu na freguesia de São José do Turvo, Rio de Janeiro. Em 1877, aos 24 anos, matriculou-se no Colégio Luiz do Lago, em Volta Grande, município de Além Paraíba, Minas Gerais, como aluno mestre, tornou-se regente das cadeiras de Francês e Português, não terminou o curso, mas em 1878, fez concurso público e foi nomeado para uma cadeira de instrução primária. Fundou o semanário *O povo*, o jornal *O popular*. No governo João Pinheiro, foi reintegrado ao antigo cargo de professor primário. Em 1893, fundou o jornal *Minas Livre*, em 1894, o jornal *o Correio de Minas*, dirigindo-o até 1914. Ocupou o cargo de Inspetor Técnico de Ensino em Minas, foi encarregado pelo Governo, entre 1898 e 1902, para realizar um detalhado estudo das reformas educacionais do Rio de Janeiro e de São Paulo, a fim de produzir um minucioso relatório que serviria de base para a reformulação do ensino público mineiro (KAPPEL, 2010, p. 34-37).

¹¹¹ Segundo Carvalho, “representantes do setor oligárquico modernizador que haviam hegemonizado o processo de instauração da República” investiram nesse modelo que se tornou “signo de progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse Estado na Federação” (CARVALHO, 2000, p. 225-252).

¹¹² Foi enviado aos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro para conhecer como os sistemas de ensino foram organizados.

Para o inspetor, o modelo de escola, os programas das disciplinas e o ensino deveriam ser revisados. O ensino deveria se tornar “mais profissional” e “mais prático” para que a aprendizagem fosse mais “positiva”, ou seja, mais propícia à capacitação do povo para o trabalho, preparando-o para a modernidade.

O presidente do estado, Francisco Antônio Salles (1902-1906) também deixou evidente o problema referente à formação de professores: “À maior parte dos professores falta o preparo necessário, a educação pedagógica, o estímulo, e, enfim a inspeção do ensino” e destacou que a falta de frequência dos alunos nas escolas era “consequência desse estado a que o ensino se acha reduzido” (MENSAGEM, 1903, p.30).

Conforme, Irlen Antônio Gonçalves, a situação do ensino primário, “que até então estava sendo mantido nas escolas isoladas, mal instaladas, sem recursos pedagógicos adequados e com um professorado despreparado e completamente autônomo, não tendo o Estado nenhum controle sobre suas ações” (2008, p. 137), exigia mudanças. Dessa forma, Francisco Salles, em discurso considerou importante:

remodelar o ensino normal no Estado, concentrando-o numa escola-modelo na Capital [...]. Instituir o ensino agrupado nos centros populosos, transformando as actuaes escolas normaes em grupos escolares. [...] Remodelar as disciplinas elementares, tornando-as mais educativas, [...] Instituir a inspecção permanente, ao lado da periódica; Fornecer prédios apropriados, com todas as condições hygienicas, mobília e material escolar (MENSAGEM, 1903, pp. 31-32).

O presidente do estado propôs modificações no ensino Normal nas disciplinas escolares, na estrutura da escola, na inspeção e dirigiu-se à Assembleia Legislativa, assim: “[...] Peço vossa esclarecida atenção para esse assumpto, parecendo que com algumas modificações no sentido de tornar sua execução menos dispendiosa, porém mais eficaz e proveitosa, poderia satisfazer as necessidades do ensino, o projeto pendente de discussão na Câmara dos Srs. Deputados” (MENSAGEM, 1905, p. 25).

Em 1906, por meio da Lei nº. 439, João Pinheiro, presidente do estado entre 1906 e 1908, autorizou a reforma do “ensino primário e normal do Estado, de modo que a escola seja um instituto de educação intelectual, moral e física” (MINAS GERAIS, 1906, p. 20). A finalidade da reforma era organizar a instrução pública, prover a escola de equipamentos e conteúdos pedagogicamente adequados, como por exemplo, fornecer

prédios escolares, mobiliário, material didático, métodos e programas de ensino, com vistas a capacitar o aluno para o trabalho e o cumprimento dos seus deveres de cidadão.

De acordo com a lei, o ensino primário seria ministrado em “Escolas isoladas, Grupos escolares, escolas-modelo annexas às escolas normaes”. [...] Ao Governo caberia: “determinar a graduação das escolas, a duração do curso primário e a mais conveniente divisão do ensino, [...] Organizar o programma escolar, adoptando um método simples, pratico e intuitivo”; [...] e estabelecer: “[...] O Maximo de alumnos de cujo ensino se poderá ocupar um professor e a frequência mínima necessária para conservação de uma escola” (MINAS GERAIS, 1906, p. 21).

Essa determinação indicava que o gasto estava condicionado à produtividade (Carvalho & Carvalho, 2012, p. 110) e à criação dos grupos escolares, sintetizava a pretendida racionalização e modernidade pedagógica, conforme declarou o presidente, Wenceslau Braz Pereira Gomes (1909-1910):

A criação dos grupos escolares nos centros mais populosos, realizando, pela divisão do trabalho, o melhor aproveitamento do esforço dos professores; a systematização intelligente do programma de ensino; a organização do horário com o tempo rigorosamente delimitado a cada disciplina; os cuidados relativos á hygiene das escolas e á effectiva frequência; a fiscalização technica e os estímulos aos bons professores, taes são as medidas postas em pratica pela reforma de que se trata (MENSAGEM, 1909, p. 43).

A modernização, proposta por meio da expansão e da consolidação dos grupos escolares, envolveu uma organização baseada numa inédita divisão do trabalho pedagógico, a definição e o controle dos espaços e dos tempos escolares, a adequação dos processos e os métodos de ensino e, segundo Irlen Antônio Gonçalves, “possibilidade de controlar o funcionamento das escolas mineiras e o trabalho do professor” (2006, p.118).

Para controlar melhor as escolas e a atividade do professor, o estado regulamentou e criou um complexo sistema de fiscalização administrativa e técnica, do ensino, de modo a torná-la mais adequada, mais “real constante e eficaz” (MINAS GERAIS, 1906, p. 22), a tarefa dos inspetores escolares era fiscalizar de maneira conveniente e satisfatória as escolas e o trabalho dos professores.

Se a escola primária estava se renovando, em seus equipamentos e conteúdos administrativos e pedagógicos, a formação dos professores também deveria se renovar. Em vista disso, o governo instalou oficialmente, na capital mineira, em março de 1907,

a Escola Normal da Capital. Em mensagem, o presidente do estado, João Pinheiro da Silva, anunciou: “A escola Normal, recentemente creada nesta Capital conta [com] 109 alumnas e da dedicação do seu Diretor e Corpo de professores muito se espera em proveito da Instrucção dos professores” (MENSAGEM, 1907, p. 43).

A escola Normal estava funcionando “regularmente, com grande proveito das alumnas, devendo este anno ser diplomada a primeira turma das que se preparam, de acordo com a reforma. [Achavam-se] matriculadas 150 alumnas” (MENSAGEM, 1908, p. 40). A partir da “ênfase dada à formação prática como base para a aprendizagem dos métodos modernos de ensino e experimentação dos alunos-mestres da Escola Normal” (SOUZA, 1998, p. 40), esperava-se profissionalizar o professor, para ser capaz de ensinar e conduzir bem o novo processo didático escolar.

A escola Normal era considerada “a base da reforma da instrução pública” (SOUZA, 1998, p. 40), por isso deveria se tornar modelo¹¹³ para todo o Estado. Em 31 de maio de 1910, por meio da Reforma Wenceslau Brás, o Decreto nº 2.836, classificou a Escola Normal da Capital, como uma escola modelo: “A escola da Capital será modelo para todas, devendo estas adoptar e seguir rigorosamente a organização, as normas de administração, os processos e programmas alli estabelecidos” (MINAS GERAIS, 1910, p. 152).

A unificação do ensino nas escolas normais modelo, regionais e equiparadas do Estado, foi consolidada pelo Decreto nº 4.524, de 21 de fevereiro de 1916. O artigo 1º da lei estabeleceu que o ensino Normal deveria oferecer: “educação intelectual, física, moral e profissional” e o artigo 2º determinou: a “Escola Normal da Capital será modelo para todas as outras, devendo estas adoptar e seguir as suas normas de administração, programmas, horários, processos de ensino, escripturação e seu regimento interno, determinados neste Regulamento” (MINAS GERAIS, 1916).

Segundo Delfim Moreira, presidente do estado, entre 1914 e 1918, o ensino normal estava sendo ministrado “na Escola Normal Modelo da Capital [...] na escola Normal Regional de Ouro Fino” e em “34 estabelecimentos equiparados ás Escolas Normaes do Estado” e todos estavam “sob o regimen da fiscalização” (MENSAGEM, 1915, p. 46), para evitar os “grandes inconvenientes da divergência de programas” e

¹¹³ Como na reforma da instrução pública paulista, tratava-se de uma “concepção difundida na época segundo a qual toda reforma escolar poderia ser resumida na questão do mestre e dos métodos” (SOUZA, 1998, p. 39). Assim, constituiu-se a necessidade de instalação das escolas modelo, com classes primárias anexas à Escola Normal, cujo objetivo era melhorar a formação de professores e desenvolver um padrão de ensino para nortear as escolas oficiais.

garantir “a equivalência do grau de preparo dos normalistas, qualquer que seja a escola em que se diplomem” (MINAS GERAIS, 1916).

O inspetor de ensino, Lindolpho Gomes, quando visitou a escola masculina do Distrito de Sant’Anna do Deserto, no município de Juiz de Fora, em 1918, avaliou a professora, D. Maria Marcondes Ramos e indicou que estava praticando o método intuitivo e na medida do possível executava os programas. Segundo o inspetor:

Assistindo às aulas e arguindo os respectivos alumnos observei que a docente tem visivelmente melhorado a sua capacidade didactica e o seu preparo intellectual. Já põe em execução o methodo intuitivo e, dentro dos meios materiaes de que dispõe, executa os programmas. Os alumnos revelam apreciavel aproveitamento (RELATÓRIO, 1918)¹¹⁴.

Para Delfim Moreira, “os remodelamentos [...] dos programas de ensino estão a indicar um regular aperfeiçoamento do nosso apparelho pedagógico”, contudo, o presidente deixou transparecer as dificuldades: “Não podemos ter, nem ambicionar, desde logo, a graça de afastar de um golpe e de vez, a porcentagem ainda asphyxiante dos analfabetos e dos mal educados para a vida”, principalmente, porque ainda eram “escassos e insuficientes os recursos actuaes dos Estados da República” (MENSAGEM, 1917, p. 27-28).

As reformas educacionais mostravam-se insatisfatórias em suas realizações e oscilavam, ora avançava ora recuava. Segundo Fernando de Azevedo (1964, p.136) faltava nelas “um espírito de continuidade”, mas sempre vinha à tona, o pensamento de que era necessário tomar novas medidas educacionais, para dar conta das demandas sociais, políticas e econômicas.

Conforme declarou Delfim Moreira: “temos necessidade de desenvolver, uniformizar, propagar e fiscalizar o ensino primário” (MENSAGEM, 1917, p. 27-28).

Para Peixoto (1983):

Neste novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, os problemas relacionados às necessidades de formação de mão-de-obra, à divisão social e técnica do trabalho e a aceleração do processo de urbanização tornam necessária a criação de um sistema de educação comum, capaz de entender as novas exigências no que diz respeito a mão-de-obra capaz de incorporar os novos grupos ao projeto das classes dominantes (PEIXOTO, 1983, p. 71).

¹¹⁴ Relatório de Inspeção realizada em uma escola masculina de Juiz de Fora, no dia 14 de outubro de 1918. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Códice: SI - 3792.

Na tentativa de dar uma resposta a esse momento histórico que o estado estava vivenciando, Francisco Campos, Secretário do Interior, autorizou a reforma do ensino primário e normal¹¹⁵; aprovou o regulamento: “Ficam aprovados os regulamentos do ensino normal e primário, expedidos, respectivamente, com os Decretos nº 8.162, de 20 de janeiro de 1928, e nº 7.970^a, de 15 de outubro de 1927”; adotou uma nova concepção pedagógica, os princípios da Escola Nova; constituiu um corpo de inspetores para o ensino normal: “Fica constituído um corpo de inspectores do ensino normal com atribuições de fiscalização e de assistência técnica permanente às escolas Normais reconhecidas” e permitiu a criação da Escola de Aperfeiçoamento¹¹⁶: “Fica o governo auctorizado a installar a Escola do Aperfeiçoamento” (MINAS GERAIS, Lei nº 1036, 1928, p. 47-48).¹¹⁷

De feição moderna e liberal, a Reforma Francisco Campos constituiu-se como uma ação política e pedagógica notável na história do estado, seu objetivo era aperfeiçoar a educação, democratizar o ensino, reduzir o analfabetismo, fornecer mão-de-obra e favorecer o exercício da cidadania e, segundo Anamaria Casasanta Peixoto, criar “um todo harmonioso” em uma “sociedade democrática” (1983, p. 80). Para mobilizar toda a sociedade, o anúncio da reforma “revestiu-se de pompa e circunstância. De acordo com os jornais, 6.000 pessoas integraram a festa cívica do centenário, alunos desfilaram na cidade” (VIDAL, 2009, p. 123).

Os propósitos de elevar o número de escolas primárias e de grupos escolares em funcionamento, de ampliar a matrícula e de aumentar a frequência, desde o início da República, permearam o cenário educacional mineiro. As mensagens dos presidentes do

¹¹⁵ “Artigo 5º Fica o governo auctorizado a reformar o ensino primário e normal do Estado” (MINAS GERAIS, Lei nº. 926, 1926, p. 25).

¹¹⁶ Mais informações sobre a Escola de Aperfeiçoamento em: PRATES, Maria Helena de Oliveira. A introdução oficial do movimento da Escola Nova no ensino público de Minas Gerais, a Escola de Aperfeiçoamento. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1989.

¹¹⁷ Lei nº 1.036, de 25 de setembro de 1928. A escola de Aperfeiçoamento começou a existir quando, em 1906, João Pinheiro legislou sobre a possibilidade de um Curso Normal Superior. Em 1925, Melo Viana criou em lei a Escola Normal Superior. No programa de reformas de Francisco Campos, essa ideia foi implementada com a criação da escola de aperfeiçoamento pelo Decreto nº 8.987, de 22/02/1929. O objetivo principal da escola era preparar e aperfeiçoar, do ponto de vista técnico e científico os candidatos ao magistério normal, à assistência técnica do ensino e às diretorias dos grupos escolares. “A Escola de Aperfeiçoamento constituiu-se num laboratório de pesquisa e experimentação na área de metodologia do ensino e num importante centro de irradiação de novos métodos” (PEIXOTO, 1983, p. 146). Pelo Decreto nº 9.653, de 30/08/1930, que aprovou o regulamento da Escola de Aperfeiçoamento no seu art. 1º, o regulamento foi revisto e o objetivo da Escola de Aperfeiçoamento foi assim enunciado: “destina-se a dar aos professores primários uma técnica moderna de ensino, promovendo-lhes, ao mesmo passo, o desenvolvimento phisico, intellectual e social”.

estado à Assembleia Legislativa sempre traziam as realizações da instrução pública nesses aspectos (Tabela IX):

TABELA IX

O ENSINO PRIMÁRIO EM MINAS GERAIS (1901-1930)					
ANO	ESCOLAS PRIMÁRIAS	GRUPOS ESCOLARES			
			MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	%
1901	*	*	31.068	13.113	42,20
1905	*	*	54.825	36.072	65,79
1909	1.438	44	100.369	42.180	42,02
1910	*	*	134.864	*	*
1914	1.719	*	192.419	*	*
1915	*	*	149.493	97.882	65,47
1919	1.577	166	164.269	81.238	49,45
1926	3.699	201	239.878	142.240	59,26
1927	4.255	221	252.688	155.734	61,63
1928	*	*	344.236	229.182	66,54
1929	*	281	335.298	230.697	68,80
1930	5.221	265	384.238	*	*

Fonte: Mensagens presidenciais. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2013.¹¹⁸ *As mensagens não possuíam as informações referentes ao número de escolas primárias e grupos escolares em funcionamento e a relação entre matrícula e frequência.

Essas informações começaram a se destacar nas mensagens presidenciais, a partir de 1901, devido à necessidade de planejar, organizar, acompanhar e dar visibilidade à evolução da instrução pública do estado. Os dados apresentados na tabela IX, entre o período de 1901 a 1930, evidenciaram um crescimento gradual do número de escolas primárias e de grupos escolares e, por conseguinte, de matrículas, ao longo desse período.

Contudo, entre 1915 e 1919, os números oscilaram ocorrendo uma queda significativa das matrículas, em relação a 1914. Para Vanilda Paiva Pereira: “Em 1915, o nosso sistema de ensino popular mostrava-se, como sempre, profundamente insatisfatório” (1983, p. 90). O discurso do presidente, Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898-1902), em 1901, indicou que, de 31.068 mil crianças matriculadas, 13.113 mil crianças frequentavam a escola, isto é, 42,20%, menos da metade, compareciam às aulas. Sete anos depois, em 1908, o Presidente do estado, João Pinheiro da Silva, declarou: “de 800 mil crianças do Estado, em idade escolar, a 700.000 não se dá o devido ensino” (MENSAGEM, 1908, p. 39), isto significa que, 87,50% das crianças estavam fora da escola.

¹¹⁸ Mensagens Presidenciais consultadas: de 1901, p. 19; de 1906, p. 53; de 1908, p. 39-40; de 1910 p.41; de 1911, p.17; de 1915, p. 40-41, de 1916, p. 42; de 1920, p. 31; de 1926, p.106; de 1930, p.59. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março, de 2013.

Nos anos de 1901, 1909 e 1919, os índices de frequência em relação às crianças matriculadas ficaram também, na faixa dos 40%. Esse índice atingiu a faixa dos 60%, nos anos de 1905, 1915, 1926, 1927, 1928 e 1929. Com esses resultados, a escolarização apresentava-se deficitária.

Até 1930, as escolas primárias no estado apresentaram um crescimento gradual. Contudo, conforme as informações contidas no Anuário Estatístico do Brasil¹¹⁹, depois de 1930, houve uma queda significativa, de 5.221 mil, passaram para 3.628 escolas primárias, em 1933. Em 1940, de um total de 6.803.410 milhões de habitantes, 66,54% das crianças acima de cinco anos, isto é, 3.758.878 milhões, permaneciam analfabetas. Os números acima indicaram que houve um retraimento no movimento de difusão e de democratização do ensino primário, dificultando seu desenvolvimento.

Os documentos estudados indicaram que diversos fatores impediram o desenvolvimento da educação no estado. Sua estrutura social, política e econômica, de caráter oligárquica, excludente, conservadora e tradicional e os parcos recursos financeiros, conforme já mencionamos, as declarações do deputado Abgar Renaut de 1928: “a arrecadação total do Estado, em 1926, foi de 134.347 contos, isto é, menos da metade da importância que teria de ser despendida exclusivamente com a instrução em um anno” (REVISTA DO ENSINO, 1928, pp. 79-80).

Para Cury:

Tal realidade pouco determinante para a redução das discriminações e das desigualdades de um país que saía da escravatura, apesar dos avanços assinalados, resultou em uma ‘ilusão liberal’ com um quadro pouco animador em matéria de acesso da população à educação escolar (CURY, 2009, p. 99).

Mas, o movimento estava empenhado “em pôr a educação e a escola a serviço de forças emergentes da sociedade, cuja economia agroexportadora caminhava para se tornar urbano-industrial” (CARVALHO & CARVALHO, 2012, p. 124). Tentavam promover o acesso de todos à escola, para produzir transformações sociais e culturais, mediante o uso de uma nova concepção pedagógica, cujos princípios deveriam ser utilizados pelos professores, “como instrumento educativo” e os professores não podiam se limitar “apenas à transmissão passiva”, dos conteúdos, mas deviam atuar “corrigindo, rectificando, aperfeiçoando e melhorando [...] tendências e aspirações, [...] não sob a

¹¹⁹ Anuário Estatístico do Brasil, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

forma vaga e impalpável do ideal, senão sob a forma de hábitos, costumes, regras de vida e disciplina da intelligencia e da vontade" (FRANCISCO CAMPOS, 1930, p.14).

Na entrega dos diplomas aos alunos, concluintes do curso primário, nas escolas da Capital, Francisco Campos fez um apelo a todos os mineiros:

É indispensável, porém, que o povo de Minas realize integralmente a consciência dos seus deveres em face da escola mineira; que elle comprehenda que nella e por Ella o que se está fazendo é o processo da sua intelligencia e da sua vontade que a escola mineira será o que elle quizer e o que elle merecer que Ella seja. Ao povo mineiro, pois, o derradeiro appello – o de formar á sua conta as suas escolas, o de velar por ellas, o de trazel-as vivas no coração (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 44).

Na cerimônia, o Secretário do Interior discursou que era fundamental, compreender a função da escola na sociedade e assumir responsabilidades, cuidar da escola e “cultivar, modelar, enriquecer e aprimorar esse precioso material humano, nobre metal com que contamos para erguer o monumento collectivo do nosso império espiritual e da nossa independência econômica” (REVISTA DO ENSINO, 1928, p.43).

A Reforma Francisco Campos foi um movimento educacional importante que repercutiu em todo país e refletiu os interesses de uma elite dominante da época, de produzir uma sociedade mais civilizada, mais democrática e mais homogênea, nos seus aspectos culturais e morais, e ainda de formar um cidadão trabalhador mais participativo e capaz de seguir regras de convivência em uma sociedade que se constituía urbana e industrial.

A industrialização e a urbanização implicavam uma convivência forçada, no espaço da cidade e no tempo da produção. Segundo Marta Carvalho (1998), a “expropriação capitalista, de novas “elites”, urbanas com populações urbanas resistentes à nova ordem que vinha sendo implantada - definiam o teor de controle social esperado na escola” (CARVALHO, 1998, p. 169).

Nesse processo, a utilização dos princípios da Escola Nova se mostrou como uma forma apropriada para eliminar a rigidez do ensino tradicional e introduzir um ensino mais progressista, mais moderno, ajustando-se às necessidades e às exigências de formação de novos hábitos e costumes, que deveriam ser criados. Essas medidas “certamente se apresentavam como recursos disponíveis de adequação dos costumes urbanos às exigências do trabalho industrial na ordem capitalista”

(CARVALHO, 1998, p. 169), para preparar e constituir uma força de trabalho estável e qualificada.

Esses princípios, assim que chegaram ao Brasil, a partir dos educadores Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, após a Primeira Guerra Mundial (ABREU, 2001, p. 999), foram inseridos nas reformas do ensino. No seu discurso, o presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), declarou:

A par das reformas operadas, nos ultimos annos, na instrucção primária na Allemanha, na Austria, nos Estados Unidos e na Belgica, o Governo nellas procurou a orientação geral e o espírito que deveriam presidir á remodelação das nossas instituições de ensino, sem, contudo, perder de vista que taes innovações só se tornariam úteis, uma vez convenientemente assimiladas ao nosso temperamento e postas em harmonia e continuidade com as conquistas já anteriormente por nós realizados (MENSAGEM, 1928, p. 21).

A Reforma Francisco Campos, de cunho liberal e modernista, seguiu as orientações e o espírito das reformas educacionais estrangeiras, contudo, não desconsiderou as contingências do meio, as particularidades do estado e as realizações empreendidas até aqui. Definiu-se, mediante uma nova proposição, técnico-pedagógica do sistema educacional e preocupou-se com as relações entre a escola e a sociedade e a escola e a criança.

No Decreto nº 7.970, nos artigos 195 e 196, a escola assumiu uma dupla finalidade:

A escola primária, sendo destinada não somente a *instrucção*, como também à educação, deve procurar desenvolver nos alunos o instituto social, oferecendo-lhes oportunidades de exercer os sentimentos de sociabilidade, responsabilidade e cooperação. Para este fim devem os diretores e professores concorrer para a organização de associações escolares e promover obras e estudos escolares em comum, pelotões de saúde para a educação hygienica e outras formas de atividade social próprias da infância. Além disso, a escola deve manter intimas relações com o meio social em que funciona, colaborando com as instituições complementares e auxiliares da escola na obra de aperfeiçoamento do meio escolar e social da localidade, para o que procurará interessar na vida da escola a população local, particularmente as famílias dos alunos (MINAS GERAIS, 1927, p. 1200).

Na lei, ficou implícita a intenção do governo de oferecer, além da instrução uma educação liberal, capaz de propiciar aos alunos uma formação social, para aprenderem a viver e conviver livremente em sociedade, mas de maneira responsável e solidária.

Nesse sentido, a escola deveria organizar associações escolares, promover atividades educativas em comum e envolver a sociedade, principalmente a família.

O objetivo do ensino primário era: “[...], sobretudo, a educação, comprehendendo-se como tal toda obra destinada a auxiliar o desenvolvimento physico, mental e moral das creanças” e as matérias de ensino não deviam “ser ensinadas como si fossem, fins em si mesmas, mas como meios de desenvolver o raciocínio, o julgamento e a iniciativa das creanças, oferecendo-lhes oportunidades de exercer o seu poder da observação, de reflexão e de invenção e de applicar a noções adquiridas” (MINAS GERAIS, 1927, pp. 1215 -1216).

A educação teria que ser mais abrangente para desenvolver, além da parte física e intelectual, os valores morais e sociais. A função da escola era não só ensinar a ler e escrever, mas também incentivar a vontade, a capacidade de pensar, de julgar, de ter iniciativa e de produzir seres socialmente cordiais e disciplinados, prontos para o trabalho.

Para estimular os professores a pôr em prática o Regulamento de ensino e conseguir melhores resultados frente à escolarização e à aplicação dos novos princípios pedagógicos, Francisco Campos instituiu: “Prêmios para a execução da reforma”. A Revista do Ensino divulgou a portaria que concedia prêmios aos dez primeiros grupos escolares: “Taes prêmios consistirão em viagens de aperfeiçoamento e de estudo no próprio paiz ou no estrangeiro. Findo o anno lectivo, a Inspectoría Geral da Instrucción Pública organizará e publicará a lista de classificados dos grupos de acordo com as notas obtidas”. Prêmios de viagem também foram criados para “as escolas isoladas que apresentarem maior matrícula e mais elevada percentagem de frequência” (REVISTA DO ENSINO, 1928, pp. 78-79).

Os critérios de avaliação para o recebimento dos prêmios envolviam dados referentes à matrícula, à frequência, à organização das classes, à qualidade do ensino ministrado, aos métodos e processos de ensino utilizados, ao funcionamento das instituições escolares¹²⁰, à caixa escolar e à biblioteca.¹²¹

120 Clube de leitura, Auditório, Escoteirismo e Pelotão de Saúde.

121 “Constituirão elementos principaes e subsidiários para os fins da presente portaria: as comunicações e informações das auctoridades escolares; programmas das sessões de auditorium e jornaes que a elas se referem; trabalhos que sobre o ensino publicarem os professores; relatórios dos diretores de grupos, pelos quaes verificará a Secretaria qual a orientação que vem sendo dada ao ensino, ás instituições escolares, ao dia da leitura, à organização e utilização da bibliotheca; os cadernos de preparo das lições; quantidade e qualidade dos trabalhos prácticos, como sejam: desenhos expontaneos, trabalhos manuaes, exercícios escriptos (composição e problemas), experiências e amostras de actividade, de iniciativa e de applicações prácticas, etc” (REVISTA DO ENSINO, 1928, pp.78-79).

Diante de um forte apelo em direção à sociedade ‘ideal’, a fiscalização do trabalho dos professores, também se tornou essencial, porque o que interessava, para a sociedade, não era a escola “*transmitir e conservar* todas as suas realizações, e sim, unicamente, as que importam para uma sociedade futura mais perfeita” (DEWEY, 1979, p. 22).

As escolas que não cumprissem as determinações seriam sancionadas, por negligência ou por incapacidade de cumprir os princípios da reforma, segundo as normas regimentais. Em vista disso, várias estratégias foram produzidas para controlar melhor o professor, como afirmou Irlen Antônio Gonçalves “de maneira que ele ficasse reduzido a mero instrumento do plano estatal, com vista à formação dos futuros trabalhadores, cidadãos da República” (2009, p. 118).

Os inspetores de ensino deveriam visitar as instituições escolares e fiscalizar a realização das disposições legais. Conforme constou no relatório da inspetora de ensino da capital, Helena Penna, as professoras do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, de Belo Horizonte, estavam executando a reforma, cumprindo o programa de ensino e contribuindo na formação dos alunos:

as aulas de trabalhos manuais e modelagem [...] as sessões de Auditorium, organizadas pelos alunos [...] os numeros dos programas refletiram, em maioria, o estudo feito em classe, pelas dramatizações, exposição e conferencias e evidenciaram o desenvolvimento intelectual e social dos alunos, objetivos principais dessas reuniões (RELATÓRIO, 1932).¹²²

Além dos prédios, do mobiliário e do material didático, a organização pedagógica da escola envolvia as atividades educativas e instrutivas, desenvolvidas pelas professoras, principalmente nas aulas de trabalhos manuais e modelagem e nas sessões de auditórios, para “influir na direção mental e moral dos que a frequentam” (DEWEY, 1979, p. 22). Diante da concepção elitista em relação ao povo, como ignorante, atrasado e inculto e da expectativa de modernizar o estado, esses aspectos eram considerados fundamentais, como uma fonte de formação moral, intelectual e de preparação do povo para viverem em uma sociedade democrática e civilizada.

Nesta perspectiva, as reformas educacionais, para organizar o campo educacional, reestruturou sua área administrativa e pedagógica e ampliou o controle

122 Relatório realizado no dia 27 de abril de 1932. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

sobre a educação. No Quadro X, destacamos as alterações administrativas, referentes à criação de conselhos superiores, à classificação da escola normal como escola modelo e a estruturação do serviço de inspeção do ensino e ainda o redimensionamento das funções do inspetor, entre 1892 e 1938. QUADRO X:

REFORMAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Reorganização administrativa 1892-1927							
Ref. Afonso Pena. Lei nº 411/1892 Dec. 655/1893	Ref. João Pinheiro. Lei nº 439/1906 Dec. 1.960/1906	Ref. Wenceslau Brás. Lei nº 533/1910. Dec. nº 2.836/1910	Ref. Bueno Brandão. Lei nº 533/1910. Dec. nº 3.191/1911	Ref. Delfim Moreira. Decreto nº 4.524/1916	Ref. Artur Bernardes. Lei nº 800/1920	Ref. Olegário Maciel. Lei nº 864/1924. Decreto nº 6.655/1924	Ref. Francisco Campos. Decreto nº 7.970/1927
-Criou o Conselho Superior: para estudar métodos e processos de ensino. -Estabeleceu a inspetoria ambulante para fiscalizar as escolas. - Criou Conselhos Municipais. -Previu a criação da Revista do Ensino para divulgar os processos pedagógicos mais modernos	-Previu direção, administração e inspeção do ensino pùb. de competência do Presidente do estado e Secretaria do Interior. - Previu uma fiscalização adm. e técnica mais real, constante e eficaz. - Previu a reforma do Conselho Superior de instrução pública com atribuições consultivas.	-Classificou a Escola Normal da Capital como Escola Modelo	-Previu direção, administração e inspeção do ensino público e particular, de competência do Presid. do estado, e Secretaria do Interior. - Criou cargos auxiliares: -Dir. Geral de Instrução. -Conselho Superior -Inspetores regionais, municipais e distritais. -Congreg. da Esc. Normal -Dir. de Escola Normal, Grupos e esc. infantil.	-A escola Normal da capital seria modelo para todas as outras escolas normais Deveriam adotar e seguir as normas administrativas -Dir. Geral de Instrução. -Conselho Superior -Inspetores regionais, municipais e distritais. -Congreg. da Esc. Normal -Dir. de Escola Normal, Grupos e esc. infantil.	-Criou Diretoria de Instrução. - A Revista do Ensino para divulgar os métodos e processos de ensino, trabalhos de prof., relatórios e atos oficiais. -Previu um Conselho Escolar nos municípios. para auxiliar na difusão e fiscalização do ensino, no recenseamento escolar, na caixa escolar e na aplicação da obrigatoriedade escolar.	-Criou: -Diretoria da Instrução, - Conselho Superior da Instrução, -Cargos de diretores de G. Escolares e de escolas infantis. Definiu as atribuições do Conselho Superior: -Colaborar nas reformas emitir parecer sobre os mét. e proc. do ensino, rever programas, listar livros a serem adotados, etc.- Definiu a Inspeção administrativa: exercida inspetores municipais e distritais. - E a Técnica: exercida por inspetores técnicos regionais.- Estabeleceu a public. da Revista do Ensino para divulgar os processo do ensino, estimular o uso e orientar professores.	-Previu a Inspectoria Geral da Instrução pública. Com uma inspetoria técnica, uma de educação física e de Assist. médica e odont. A inspeção do ensino seria administrativa e técnica. -Manteve o Conselho Superior da Instrução e criou as Federações Escolares Municipais. -Determinou a edição mensal da Revista do Ensino para divulgar sua evolução e o desenvolvimento dos métodos.
Reformas Educacionais do Estado de Minas Gerais - 1930-1938							
Antonio C. R. Andrade Francisco Campos. Dec.9.450/1930 Dec.9.653/1930	Olegário Maciel Decreto nº. Dec.10.220/932 -Convénio uniformizar estatística escolar.	Olegário Maciel Decreto nº. 10.362/1932 Criou Novas diretrizes para nomear Assistentes Técnicos. Criou um corpo técnico de assist. ao Ens.Normal.	Olegário Maciel Decreto nº. 10.362/1932 Criou Novas diretrizes para nomear Assistentes Técnicos. Criou um corpo técnico de assist. ao Ens.Normal.	Benedito Valladares Noraldino Lima. Dec.10.392 28/06/1932	Benedito Valladares Noraldino Lima. Dec.11.275 27/03/1934	Benedito Valladares Decreto nº 887 30/06/1937	Benedito Valladares Lei nº 212/1937 Reorganizou os serviços da Secretaria da Educação e suprimiu o corpo técnico de assistência ao ensino

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional do Estado.¹²³

Logo, no início da República, a Reforma Afonso Pena introduziu um sistema de fiscalização ambulante e estabeleceu a elaboração de relatórios. Conforme § 18 do artigo 27, da Lei nº 41, os inspetores deveriam “Remetter à repartição central da instrução relatórios semestrais” e estes seriam “publicados na Revista do Ensino” (MINAS GERAIS, 1892, p. 47).

Em 1906, a Reforma João Pinheiro criou um sistema de inspeção mais sofisticado e indicou uma inspeção técnica e outra administrativa. O professor Antônio

¹²³ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de pesquisas educacionais de Minas Gerais, 1962 e Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Official.

Loureiro da Fonseca Lima, inspetor de ensino do estado, na época, inspecionou uma das escolas primárias de Uberaba-MG e relatou o seguinte:

Compareci [...], à escola de sexo feminino regida pela professora normalista D. Carolina Augusta da Silva, escola cuja matrícula se encerrou com 86 alumnas, que se acham distribuidas pelos tres primeiros annos do curso. Responderam á chamada 73 alunos.

[...] Ministrei, entretanto, à professora que, segundo me disse, quer pôr em pratica o novo processo, o mais breve possivel, os esclarecimentos necessarios à sua perfeita execução. Tive o prazer de notar que a preceptora se convenceu pelo caracter pratico, intuitivo, dado por mim às lições diversas, de que o programma em vigor não é tão complexo, tão difficult de ser esgotado, como [pode] parecer a quem quer que ainda o não visse executar pelos grupos e escolas da Capital. Tudo é que as creanças, trabalhando sempre, adquiram, a pouco e pouco, os conhecimentos que lhes são indispensaveis à vida. Observei que a professora sem se impacientar mantem na escola muita ordem e muito asseio (RELATÓRIO, 1908).¹²⁴

Segundo o relatório, o inspetor verificou a matrícula, a frequência dos alunos, a ordem e a higiene da escola, ministrou aula conforme as recomendações do programa de ensino em vigor orientou a professora sobre o novo processo de ensino, prático e intuitivo e, por fim, avaliou o seu comportamento frente aos alunos.

Oito anos após a Reforma Joao Pinheiro, o presidente do estado, Júlio Bueno Brandão¹²⁵, em mensagem no Congresso Legislativo, fez a seguinte declaração sobre a inspeção do ensino:

A inspecção technica do ensino, instituída pelo dec. n. 1.960, de 16 de dezembro de 1906, commettida a principio a quarenta inspectores técnicos ambulantes e hoje exercida por vinte cinco inspetores regionaes, tem collaborado efficazmente com a administração do Estado no aperfeiçoamento e desenvolvimento da instrucção primária (MENSAGEM, 1914, p. 21).

Para garantir o cumprimento das determinações legais, os inspetores tornaram-se agentes do estado na realização da reforma. Todavia, em 1916, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, presidente do estado, entre 1914 e 1918, declarou: “a inspecção tecnhica é ainda insuficiente e precisa de uma reforma” (MENSAGEM, 1916, p. 46).

¹²⁴ Relatórios referentes a Termos de Visitas e Inspeção Técnica, realizado no dia 1º de março 1908, encontrado no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte. Códice: SI - 3264.

¹²⁵ Presidente do Estado entre (1908-1909) e (1910-1914).

Em 1927, o serviço foi reformulado e os professores, para atuarem como inspetores escolares, tiveram que fazer concurso público e se diplomar na Escola de Aperfeiçoamento. Diante da dificuldade de executar esta norma regulamentar, em 1932, por meio do Decreto-Lei nº. 10.362, o governo modificou os critérios de contratação dos inspetores e diminuiu as exigências.

O artigo 6º do respectivo Decreto-Lei, determinou que, além das “professoras diplomadas pela escola de aperfeiçoamento” podiam atuar como inspetores, “as normalistas de 2º grau, diplomadas após a expedição do regulamento de 20 de janeiro de 1928, com 2 anos pelo menos, de exercício efetivo no magistério estadual” e os “candidatos classificados até 10º lugar em concurso aberto pela Secretaria da Educação e aprovados no curso especial que for criado, com validade por dois anos” (MINAS GERAIS, 1932, p. 524).

Em 1937, uma nova lei foi sancionada. Segundo o dispositivo legal de nº 212, o objetivo era “racionalizar os serviços da Secretaria da Educação e Saúde Pública e dar maior eficiência à parte técnica dos mesmos” (MINAS GERAIS, 1937, p. 51). Assim o “Corpo Técnico de Assistência ao Ensino” (MINAS GERAIS, 1937, p.54), criado em 1932, foi suprimido. O Decreto-Lei nº 38 determinou a sua extinção: “Fica extinto o Serviço de Assistência Técnica do Ensino”. Em substituição a este serviço foi criada uma “Inspetoria de Assistência Técnica do Ensino” (MINAS GERAIS, 1938, p. 5).

Conforme os argumentos expressos no Decreto-Lei nº 38 de 1938, as alterações ocorridas visaram atender os “interesses da Assistência Técnica do Ensino; [...] atualizar o quadro de assistentes, visto como se trata de serviços especializados” e torná-los menos dispendiosos, uma vez que “um grande número de assistentes técnicos não permite justa remuneração dos trabalhos que lhes devem ser exigidos”. Como vimos, as reformas não tinham um caráter de continuidade, avançavam e recuavam, tendo em conta as contingências do momento e os interesses de seus governantes.

A criação do Conselho Superior da Educação, nas reformas Afonso Pena e João Pinheiro visou, a princípio, estudar os métodos e processos de ensino. Em 1927, suas funções se ampliaram, o Conselho se tornou um órgão consultivo e deliberativo. Conforme a alínea a, do artigo 64, era competência do Conselho: “processar e julgar os funcionários do ensino [...]” e na alínea b, o Conselho deveria: “emittir parecer sobre qualquer assumpto de organização administrativa do ensino [...]”, e sobre os “compendios e apparelhos didacticos [...]” (MINAS GERAIS, 1927, p.1160-1161).

Em discurso, na Assembleia Legislativa, o presidente, Antônio Carlos declarou as atividades realizadas pelo Conselho: “doze sessões, julgando vinte e nove processos: 4 sobre matéria disciplinar, 22 referentes a livros didacticos e 3 relativos a registro de diploma de normalistas” (MENSAGEM, 1928, p. 45).

Outra medida administrativa importante para difundir o desenvolvimento do ensino, formar o professor e acompanhar o seu trabalho foi a criação da Revista do Ensino, em 1892, pela Lei nº 4. Na época três números foram editados, entretanto foi desativada logo em seguida. Em 1920, a revista foi instituída novamente, mas a sua edição e publicação aconteceu de maneira mais efetiva, a partir de 1925. A reforma Francisco Campos, no artigo 99, do Decreto nº 7.970/1927, determinou a publicação mensal da revista com artigos referentes à educação e à instrução primária do estado. A intenção era:

pôr os professores em dia com o estado da evolução do ensino primário, a sua organização e os seus methodos; publicar trabalhos originaes dos professores, [...] factos e occurrences locaes, nacionaes ou extrangeiras; dados estatísticos [...] actos officiaes relativos á organização e administração do ensino (MINAS GERAIS, 1927, p.1279).

Conforme o discurso do presidente, Fernando de Mello Viana (1924-1926), a revista transformou-se em: “Óptimo instrumento de propaganda da instrucción, [...] leva a todo o professorado do ensino lições práticas, excellentes páginas de pedagogia, proporcionando-lhes meios de culturas” (MENSAGEM, 1926. p. 158).

As professoras do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, utilizaram os artigos publicados na revista, em suas reuniões pedagógicas para se inteirar dos novos métodos e processos do ensino:

[...] a professora d. Maria do Carmo Sales, leu outro trecho, muitíssimo proveitoso, que versou sobre a “Motivação dos projetos, entre crianças” (da Revista do Ensino). (ATA DE REUNIÃO, 1933). [...] Iniciou-se a reunião com a leitura de um artigo, da Revista do Ensino, de janeiro de 1933, feita pela professora d. Maria Luz de Ávila. O artigo: Sugestões sobre a biblioteca escolar – é um sumário da organização perfeita de uma biblioteca escolar. Após a leitura deste artigo, a diretora falou da necessidade de se organizar uma biblioteca para o 3º e 4º anos e deu algumas sugestões sobre a organização da biblioteca para o 1º e 2º anos, pedindo, em seguida, a colaboração das professoras para a organização das mesmas (ATA DE REUNIÃO, 1933).¹²⁶

¹²⁶ As reuniões aconteceram em 9 de fevereiro de 1933 e 27 de abril de 1933, respectivamente, conforme determinação do Regulamento de ensino de nº 7.970/1927 nº 7.970/1927. Livros de Atas de reuniões de

Esse fato demonstrou que a revista foi um importante instrumento de divulgação e de circulação de diretrizes e de metodologias de ensino, bem como de formação de professores. Segundo Maurilane de Souza Biccias (2001), a publicação da revista foi interrompida, em 1940, por causa da Segunda Guerra Mundial, voltando a circular em 1946, porém de maneira irregular e continuou existindo até janeiro de 1971, quando o número 239 desse periódico encerrou as suas publicações.

Outra medida criada para divulgar e acompanhar melhor as condições do ensino foi o convênio firmado entre os estados, por meio do Decreto-Lei nº 10.220, de 1932, no sentido de uniformizar as estatísticas educacionais. O acordo considerou importante coletar dados referentes à organização administrativa do sistema educacional; ao efetivo dos estabelecimentos de ensino e respectivo aparelhamento, bem como ao movimento didático (MINAS GERAIS, 1932, p.26).

Em maio de 1933, a Revista do Ensino publicou uma matéria sobre o convênio intitulada: “As nossas estatísticas do ensino primário” e argumentou: “As estatísticas de 1932 serão as primeiras executadas segundo os novos padrões fixados” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 35).

No movimento de organização da educação, vimos que houve diversas mudanças administrativas vinculadas à criação de periódicos, órgãos educacionais e serviços para aperfeiçoar, acompanhar e controlar melhor a educação. As disposições pedagógicas e metodológicas buscaram organizar melhor a escola e também concorreram para modernizar a educação. No quadro XI, destacamos alguns aspectos a esse respeito.

A reforma de 1892, determinou que o ensino deveria ter “um caracter pratico e profissional” para desenvolver “as qualidades intellectuaes e moraes indispensáveis ao professor primário”. O artigo 168 da lei proibiu o ensino voltado para a memorização: “Não será permitido processo algum que anime o trabalho machinal e substitua a reflexão por um esforço da memoria” (MINAS GERAIS, 1892, p. 69).

QUADRO XI

Reformas Educacionais do Estado de Minas Gerais 1892-1927							
Reorganização da instrução pública aspectos referentes à finalidade do ensino e organização pedagógica							
Reforma Afonso Pena Lei nº 41, de 3/08/1892 Decreto nº 655/1893	Reforma João Pinheiro Lei nº 439 /1906 Decreto nº 1.960/1906	Reforma Wenceslau Brás Decreto nº 2.836/1910	Reforma Bueno Brandão Decreto nº 3.191/1911	Reforma Delfim Moreira Decreto nº 4.524/1916	Reforma Artur Bernardes Lei nº 800 /1920	Reforma Olegário Maciel Lei nº 864/1924 Decreto nº 6.655/1924	Reforma Francisco Campos Decretos nº 7.970/1927 e 8.162/ 1928
<p>-Determinou a substituição da memorização pelo raciocínio.</p> <p>Preocupação com a formação de professores primários.</p> <p>-Curículo enciclopédico.</p> <p>-Reconheceu a possibilidade da instrução particular sem o controle do governo.</p> <p>- Ensino primário seria simultâneo.</p>	<p>-Finalidade do ensino primário, normal e profissional: educação intelectual, moral e física.</p> <p>-Instituiu os Grupos Escolares.</p> <p>-Reuniu as escolas isoladas em uma só.</p> <p>-Definiu o ensino primário gratuito e obrigatório.</p> <p>-Previu a fundação da Escola Normal Modelo na capital e da Escola Normal Superior.</p> <p>-A prática profissional nos grupos escolares e esc. isoladas.</p> <p>-O Ensino Normal ministrado pela Escola Normal Modelo da capital e pelas Escolas Normais Regionais.</p>	<p>- A finalidade do curso normal, formação de professores de base cultural, escasso de elementos formativos.</p> <p>-Classificou a Escola Normal da Capital como Escola Modelo.</p> <p>-A organização, administração, processos e programas deveriam ser seguidos rigorosamente.</p> <p>-Haveria escolas primárias anexas às escolas normais, para a prática profissional.</p>	<p>-Finalidade do ensino primário instruir, desenvolver o corpo, educar as mãos, cultivar a atividade e a vontade, formar o espírito e o coração.</p> <p>-O ensino primário seria de 4 anos, obrigatório de 7 a 14 anos e simultâneo.</p> <p>-Curso Normal na Capital e Regional de 4 anos.</p>	<p>-Unificou o ensino nas Escolas Normais modelo, regionais e equiparadas.</p> <p>-A Escola Normal da Capital será modelo para todas as outras quanto às normas de administração, programas, horários, processos de ensino, escrituração e regimento.</p> <p>-O curso Normal será de 4 anos.</p> <p>-A prática profissional seria em Grupo Escolar anexo.</p>	<p>-Criou o ensino Normal Superior.</p> <p>-Classificou escolas primárias em três categorias: de 1º grau, de 2º grau e grupos escolares;</p> <p>-As escolas urbanas seriam de 2º grau;</p> <p>-As distritais, de 1º ou de 2º grau, conforme a conveniência.</p> <p>-As rurais e as coloniais, de 1º grau.</p>	<p>-Definiram-se três tipos de escolas públicas: infantis, primárias e complementares.</p> <p>-Ensino primário fundamental: laico, obrigat. e gratuito. Ensino complementar: laico, facultativo e gratuito, para pobres. Ensino fundamental de 2, 3, 4 anos.</p> <p>-Ensino complementar: agrícola, industrial -2 anos; comercial-1 ano. - Escolas primárias classificadas em: rurais, distritais, urbanas reunidas, Grupos Escolares.</p> <p>- Escolas infantis de 2 categorias: - maternais de 3 a 6 anos e jardim de infância de 4 a 7 anos.</p>	<p>-Decreto 7.970-A / 1927</p> <p>- Finalidade do ensino primário: instrução , educação física mental e moral.</p> <p>-Decreto nº 8.162/1928</p> <p>-Ensino Normal: Formação de professores primários, limitando-se ao necessário.</p> <p>-Duas categorias de escolas: 1º e 2º grau.</p> <p>-Lei n. 1.036/ 1928</p> <p>-Autorizou instalar Esc. Aperfeiçoamento</p> <p>- Finalidade: formar professores primários e promover o desenvolvimento físico, intelectual e social.</p>
Reformas Educacionais do Estado de Minas Gerais 1930-1938							
Antônio C. R. de Andrade Francisco Campos. Decreto nº. 9450/1930: Regulamentou Ens. Normal. Decreto nº. 9.653 1930: Regulamentou Esc. Aperf.	Olegário Maciel Noraldino Lima. Decreto nº 10.220/1932.	Olegário Maciel Noraldino Lima. Decreto nº. 10.362/1932.	Olegário Maciel Noraldino Lima. Decreto nº. 10.392/1932.	Benedito V. Ribeiro Noraldino Lima. Decreto nº 10.1275/1934.	Benedito V. Ribeiro Cristiano Monteiro Machado. Decreto nº. 887/1937.	Benedito V. Ribeiro Cristiano Monteiro Machado. Decreto nº 212/1937.	Benedito V. Ribeiro.Cristiano Monteiro Machado. Decreto-Lei nº 38/1938.
<p>-Finalidade formar prof. primários, limitando-se ao necessário suscitando e cultivando nos alunos a iniciativa, aptidões didáticas e o gosto pelo estudo.</p> <p>-O curso normal do 2º grau constará de 3 cursos: o de adaptação, o preparatório e o de aplicação.</p> <p>-Esc. de Aperf: finalidade preparação científica e prática profissional.</p>							

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional do Estado.¹²⁷

¹²⁷ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo da República. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de pesquisas educacionais de Minas Gerais, 1962.

A Reforma João Pinheiro, em 1906, manteve a proibição quanto ao ensino abstrato ministrado na escola e a finalidade de oferecer ao professor uma “educação intellectual, moral e pratica, necessária e suficiente” (MINAS GERAIS, 1906, p.172). O professor primário deveria se empenhar em educar e incutir hábitos que iriam promover o desenvolvimento intelectual, moral e físico e produzir alunos aptos, não somente para ler e escrever, mas também para trabalhar.

A escola teria que se transformar em “um instituto de educação intellectual, moral e physica” (MINAS GERAIS, 1906, p. 20), para desenvolver uma educação popular, gratuita, obrigatória, ministrada nas Escolas Isoladas, nos Grupos Escolares e nas Escolas Modelos, anexas às Escolas Normais.

Na época, foi prevista a fundação da Escola Normal Modelo na Capital e em 1908, a escola já estava funcionando, conforme declarou o Presidente do estado, João Pinheiro da Silva: “A Escola Normal da Capital funciona regularmente, com grande proveito das alumnas, devendo este anno ser diplomada a primeira turma das que se preparam de acordo com a reforma” (MENSAGEM, 1908, p. 40).

Em 1910, a Reforma Wenceslau Brás determinou: “A escola da Capital será modelo para todas as outras, devendo estas adoptar e seguir rigorosamente a organização, as normas de administração, os processos e programmas alli estabelecidos” (MINAS GERAIS, 1910, p. 152). Assim, a Escola Normal da Capital foi classificada como Escola Modelo, para as demais.

Essa reforma centralizou o processo de formação do professor primário e excluiu os homens: “As escolas normaes, sob a forma de externatos, serão frequentadas exclusivamente por alumnas” (MINAS GERAIS, 1910, p. 152). Tal medida já havia sido prevista em 1906: “as escolas públicas primárias, serão de preferência regidas por professoras e sempre por estas as do sexo feminino e mixtas” (MINAS GERAIS, 1906, p. 158)¹²⁸. O exercício do magistério primário visto como “função tipicamente feminina” foi uma ideia “amplamente disseminada no discurso oficial” (ROSA E GOUVEA, 2000, p. 20).

Para Carvalho & Carvalho (2012) a feminização da docência tinha razões afetivas, vinculadas à “docilidade e ao caráter da mulher, tidos como essenciais à educação da criança”; razões de fundo social e moderno, ligadas ao estímulo e “abertura do mercado de trabalho à mulher” e, razões econômicas, “o Estado não podia pagar bons salários, mas a mulher podia se submeter a essa condição”, não podemos esquecer

¹²⁸ Decreto nº 1.960, de 1906.

“porém, de que essa mulher que ganhou esse espaço num trabalho *útil e digno* era de classe social abastada, por isso o salário era secundário” (CARVALHO & CARVALHO, 2012, p. 110).

Entretanto, conforme declarou o presidente, Júlio Bueno Brandão, a exclusividade dada às mulheres, como alunas da Escola Normal Modelo, não satisfazia as necessidades e as exigências da educação no Estado:

A Escola Normal Modelo, exclusivamente para o sexo feminino, si bem que superiormente organizada e dirigida, não satisfaz por completo as exigências do ensino, por não preparar também professores que possam reger as inúmeras cadeiras existentes nas diversas zonas do Estado e em pontos distantes da Capital (MENSAGEM, 1911, p. 20).

O governo estava preocupado com a formação do profissional de sexo masculino, para atuar nas escolas das regiões mais distantes. De acordo com Rogéria Moreira Rezende Isobe: “a construção de papéis de gênero articula-se com as representações espaciais definindo-se as possibilidades de acessibilidade ao território mineiro”, esse aspecto revelou “uma estrutura hierarquizada que expressa a supremacia masculina pelos atributos de dominação, força e autoridade capazes de conquistar os sertões incultos” (ISOBE, 2008, p. 79).

A figura do professor estava relacionada a um ideal e a um exemplo, que deveria ser dado aos alunos na escola e fora dela. Assim, o artigo 65, do Decreto nº 1.960 determinou:

Só poderão exercer nomeados ou designados professores públicos de qualquer categoria ou classe os cidadãos brasileiros que provarem: I- Edade de 20 anos, sendo homem, e de 18 pelo menos, sendo mulheres. II- Moralidade e isenção de crimes. III- Isenção de moléstia contagiosa e repulsiva ou que impeça por qualquer modo o exercício perfeito do magistério. IV- Competência profissional, intelectual e moral (MINAS GERAIS, 1906, p. 163).

As atribuições morais, bem como a capacidade física, profissional e intelectual foram consideradas características necessárias e essenciais para uma atuação eficiente dos professores. Alguns atributos se referem às dimensões do fazer pedagógico e outros, às dimensões sociais. Segundo Faria Filho, uma boa professora deveria ser:

desembaraçada, estudiosa, escrupulosa, assídua, cumpridora de seus deveres, pontual, inteligente, delicada, bondosa para os alunos, esforçada, caprichosa, bem preparada e conheedora do método de ensino, portadora de dotes morais e aptidão para o magistério, além da aptidão didática e de energia (2000, p. 124).

Era evidente que a professora deveria ser dotada de características favoráveis às prioridades do governo republicano. Em 1911, o Regulamento nº 3.191, no artigo 82, manteve os requisitos: “boa conduta moral, aptidão física e não possuir nenhuma moléstia contagiosa”. Para não só atuar na função de “[...] instruir ás creanças, mas também: de desenvolver-lhes o corpo; de educar-lhes as mãos; de cultivar nellas a actividade e a vontade e de formar-lhes o espírito e o coração” (MINAS GERAIS, 1911, p. 240).

Para fomentar a educação física, moral e prática, na formação do professor foi previsto que as escolas normais teriam “laboratório e gabinete de physica, de chimica e sciencias naturaes, convenientemente preparados para o estudo pratico dessas matérias [...]” (MINAS GERAIS, 1910, p. 164).

Em 1916, pela Reforma Delfim Moreira, a Escola Normal da Capital continuou sendo modelo para as escolas regionais equiparadas nas normas, na administração, na escrituração, no regimento, nos horários, nos processos, nos programas de ensino e na “distribuição das matérias pelos quatro anos do curso, preceituando quanto à execução do programas”. Esse aspecto, com tal uniformização, “além de firmar mais positiva garantia de fiscalização do ensino”, seria indispensável para o “aperfeiçoamento do ensino primário e a sua diffusão ampla por todos os recantos do nosso vasto território” (MINAS GERAIS, 1916, p. 199-211).

Dando continuidade ao processo de racionalização da educação, em 1928, o ensino normal se modificou e recebeu uma nova orientação, por meio do Decreto nº. 8.162. Em conferência, publicada na Revista do Ensino, o diretor da Escola Normal de Juiz de Fora, João Massena, discursou sobre as novas diretrizes instituídas para o ensino normal:

A nossa Escola Normal moderna começa por um curso de Adaptação, [...], bem considerado, não passa de um curso primário mais desenvolvido, [...]. O alumno vae continuar ali o desenvolvimento das suas qualidades *escolares* e por consequencia *sociaes*. Vae aprender a fixar a sua atenção, [...] vae acostumar-se á disciplina e ao domínio de si mesmo, [...] vae firmar hábitos de hygiene pessoal, adquirir boas maneiras e principalmente a boa linguagem, [...] receber um pouco de educação phisica e um pouco de educação artística. [...] Terminado o

Curso [...], seguem-se tres annos de preparatórios. Ahi, sim, a instrucçao deve predominar sobre a educação e o ensino deve ser feito por professores de saber mais profundo e que já tenham alguns annos de experiência. O alumno começa a aprender a ensinar, vendo ensinar e observando o methodo usado por seus professores. [...] está preparando futuros normalistas. [...] pela imitação e pelo exemplo, [...], iniciou também a sua aprendizagem, [...], começa o curso propriamente normal, aquelle em que directamente se cuida de ensinar a ensinar [...] Assistirão a essas aulas os alumnos mestres, isto é, aquelles que já se acharem no Curso de Applicação (REVISTA DO ENSINO, 1929, pp. 6-9).

No discurso, o diretor evidenciou as modificações ocorridas para a formação do professor primário e deixou entrever o seu desprezo pela organização de ensino anterior: “parece, pois que chegou finalmente alguma coisa nova ao velho ambiente escolar” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.9).

A escola normal se estruturou a partir de uma nova concepção de escola primária e se prolongou com cursos complementares e com etapas intermediárias e obrigatórias entre a escola primária e a normal. Os cursos complementares representaram o aprofundamento e o desenvolvimento do programa primário e permitiram que a escolarização primária avançasse pelo nível médio.

Os novos programas e métodos de ensino fizeram parte de um ideário pedagógico, que propôs um conjunto de disciplinas de cunho propedêutico, de natureza científica e técnica, de fundamentos pedagógicos e morais. A arte de ensinar se transformou na arte de aprender a fazer, por meios demonstrativos e práticos, a partir do método ativo: “A prática profissional se dividirá em aulas modelos, aulas didacticas, preparo de lições e lições práticas” (MINAS GERAIS, 1928, p. 92).¹²⁹

Além das aulas modelos que deveriam ser dadas por matéria, cada professor deveria ter “um caderno de preparação das lições” para anotar diariamente, as lições e os trabalhos “designados aos alumnos para a licção seguinte” (MINAS GERAIS, 1928, p. 89). Na estrutura do curso também foi proposto:

[...] limitar-se ao necessário, evitando as digressões e desenvolvimentos dispensáveis, appellando para a collaboração dos alumnos em que se devem suscitar e cultivar as qualidades que lhe serão futuramente indispensáveis no exercício do magistério: iniciativa, aptidões didacticas e gosto pelo estudo. [...] As lições não constituirão monólogos do professor ou conferencias sobre a matéria, com o fito em tudo dizer e elucidar; o professor deve appellar para a collaboração dos alumnos, suscitando-lhes o gosto da investigação e da reflexão, de maneira a lhes despertar e exercer as aptidões à atividade e à iniciativa intelectual (MINAS GERAIS, 1928, p.88).

¹²⁹ Decreto nº 8.162, de 1928.

Os professores do curso Normal teriam que estimular e desenvolver, nos seus alunos, as habilidades didáticas, a “iniciativa”, o “gosto pelo estudo”, o sentido de responsabilidade e do esforço pessoal; recursos considerados importantes para o “exercício do magistério”. Ademais terem o cuidado de não “se limitar ao methodo expositivo”. O ensino das disciplinas, “não se limitará às lições do professor; uma boa parte do tempo deverá ser dedicada a exercícios complementares por parte dos alunos” (MINAS GERAIS, 1928, pp. 89-90).

A escola completaria sua obra educativa, se os alunos se tornassem estudiosos e leitores permanentes, nesse sentido era “indispensável formar nos futuros professores primários o gosto e o hábito da leitura inteligente e orientada para um fim prático” (MINAS GERAIS, 1928, p. 91), para serem exemplos.

Para atingir o objetivo, o professor Firmino Costa¹³⁰ (1929) afirmou: “A organização e a frequência da biblioteca devem tornar-se uma realidade, para o fim de converter o normalista em professor estudioso”. Segundo Firmino Costa, o ensino, por si só, “não o tem garantido, nem mesmo na escola normal, aos normalistas falta, em geral, o hábito do estudo”. Na escola ativa, a biblioteca e o trabalho a ser realizado deveriam garantir tal promessa, porque “a biblioteca é a verdadeira garantidora do capital-educação”; além do mais, os conteúdos escolares, quando conectados à vida, possibilitariam novas experiências, enriqueceria gradativamente a vida dos alunos e suas experiências sociais (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 102).

Essas indicações definiram uma nova prática educativa, uma ação pedagógica ativa, que exigia do professor a aquisição de duas habilidades essenciais: ensinar com método e com energia. Um dos instrumentos capaz de transformar o aluno seria o método. Ensinar com método, significava substituir “na medida do possível a passividade pela actividade; que obriga o aluno não só a olhar e a escutar, mas também a exprimir-se, a traduzir-se pela palavra, pelo desenho, pela composição, pela manipulação, por meio da acção” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 85).

Para Firmino Costa (1929), ensinar com energia estaria relacionado a: “uma percepção clara daquillo que o menino precisa, o cuidado de seu bem estar, a vontade de fazer que elle o alcance e de obter que elle collabore, o mais possível, em sua própria educação” (1929, p. 85). A essência da energia está no empenho, na dedicação, no entusiasmo e na capacidade do professor de se aproximar dos alunos, para identificar e

¹³⁰ Firmino Costa (1869-1939). Nasceu em Niterói/Rio de Janeiro, foi diretor do Grupo Escolar de Lavras em 1907. Em 1926 assumiu a direção geral da Escola Normal de Belo Horizonte e o cargo de diretor técnico do Curso de Aplicação da Escola Normal. Faleceu em 1939 (HAMDAN, 2007, p. 290).

compreender suas necessidades e poder transformá-las em ricas experiências de aprendizagem.

O professor Firmino Costa, diretor técnico do primeiro Curso de Aplicação, ministrado na Escola Normal, elaborou um relatório sobre as realizações do primeiro ano do curso e o que ainda precisava ser feito para o curso atingir todo o seu potencial formador. No relatório, manifestou sobre o papel do estado e sobre a necessidade de implementar de fato a reforma do ensino de 1927, tendo em vista que as anteriores não surtiram os efeitos desejados e não foram capazes de concretizar o que prometeram (REVISTA DO ENSINO, 1929, pp.103-112).

Firmino Costa também deixou entrever que houve diversas reformas entre 1906 e 1927, para melhorar a educação no estado, mas as expectativas não foram atendidas por completo. Por outro lado, a própria legislação representou uma conquista daqueles que acreditavam nas possibilidades de tal renovação. Segundo o professor, a reforma escolar:

não se acha inteiramente concretizada nos regulamentos, nos programas e nos professores. Dahi, talvez, assim considerando, tenha provindo o fracasso das reformas anteriores. Convém imprimir maior amplitude às realizações, cumpre alimentá-las mais substancialmente, [isso] revela assegurar as suas finalidades (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.104).

O apelo e as reivindicações dirigidas ao Secretário do Interior, Francisco Campos, evidenciaram que o estado não estava conseguindo pôr em prática as determinações da reforma:

O maior bem, que no Estado de Minas Gerais podia ser feito á educação popular, V. Ex^a. o fez com a reforma do ensino. O Curso de Applicação, ponto culminante da reforma, é insubstituível em sua admirável contextura. Elle baixou de uma alta concepção, como gênio tutelar da escola, para lhe trazer techinica e sciencia da educação. Tudo depende unicamente de sua realização pratica, para o qual solicito a V. Ex^a os meios imprescindíveis, todos aquelles que tenho a honra de lembrar-lhe no presente relatório. Bello Horizonte, 23 de dezembro de 1928 (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 112)¹³¹.

¹³¹ Relatório anual do Diretor do Curso de Aplicação Prof. Firmino Costa, apresentado ao Secretário do Interior, Francisco Campos, em 23 de dezembro de 1928. Publicado na Revista do Ensino. nº. 30, fev., 1929, pp.103-112.

O professor finalizou o relatório admitindo o mérito da reforma, todavia solicitou ao Secretário do Interior condições materiais necessárias para executá-la. Para fomentar a reforma, cursos foram organizados¹³²; a Revista do Ensino¹³³ foi reeditada, reuniões pedagógicas foram instituídas¹³⁴ e a Escola de Aperfeiçoamento foi instalada, como uma proposta de formação superior para o professor.

A ideia de formação superior surgiu inicialmente, em 1906. Em 1920 foi elaborada uma legislação específica para o Ensino Normal Superior, já em 1925, esse pensamento foi bastante discutido, mas somente em 1930 é que se instalou e regulamentou a Escola de Aperfeiçoamento¹³⁵, tendo como finalidade preparar e aperfeiçoar, tanto o professor, como os inspetores e os diretores de grupos escolares, do ponto de vista técnico e científico. Segundo os relatos da inspetora de ensino, de Belo Horizonte, Mariana Noronha Horta, conforme as determinações do Regulamento do ensino primário, as reuniões pedagógicas aconteciam no Grupo Escolar Barão do Rio Branco e tinham como objetivo orientar e atualizar as professoras quanto à aplicação dos novos métodos e programas de ensino:

Visitei nos dias 24 de Fevereiro e 8 e 10 de Março do corrente ano o grupo escolar Barão do Rio Branco, profICIENTEMENTE dirigido pela ilustre educadora D. Elvira Brandão. [ilegível] no primeiro dia de minha visita, uma reunião de todo o professorado, a fim de tratar em especial da integração do trabalho manual no trabalho de classe de modo natural. A essa reunião realizada a hora pedagógica de quinta feira, dia 6 de março, também compareceram as professoras e diretoras dos grupos Pedro II, Henrique Diniz e Thomas Brandão (RELATÓRIO, 1934).¹³⁶

¹³²O Curso de Aperfeiçoamento para o professorado mineiro foi publicado na Revista do Ensino. O seu conteúdo constitui-se de metodologias das disciplinas de Geografia, Aritmética, Língua Pátria, Ciências Naturais, História e de Instrução Moral e Cívica. O curso contemplou também os assuntos: Testes, Métodos e Processos de Ensino e Instituições Escolares. Esse curso foi ministrado pelos professores do Curso Normal: Mario Casasanta, Alda Lodi, Lucia Schmidt Monteiro de Castro, Dr. Edgar Renaut Coelho, Benedicta Valladares Ribeiro, Amélia de Castro Monteiro e Firmino Costa (REVISTA DO ENSINO, n. 44, abril de 1930).

¹³³Destinada a publicações referentes à educação e à instrução primária do Estado, do País e do estrangeiro, conforme artigo nº. 99 do Decreto nº 7.970/1927.

¹³⁴Destinadas à leitura na biblioteca ou reuniões com as assistentes técnicas ou inspetores, com finalidade de atualização. Conforme artigo 437 § 11 do Regulamento do Ensino Primário: observar o dia de leitura, às quintas feiras, reunindo-se na biblioteca do grupo ou na sala que for designada, dedicando, no mínimo duas horas, a leituras, particularmente relativas a *méthodo* de ensino, e outras matérias indispensáveis à cultura magisterial (MINAS GERAIS, Decreto nº 7.970/1927 p. 1260).

¹³⁵Conforme o artigo 7º da Lei nº 1.036, de 1928, mas isto ocorreu de fato em 1930, com o artigo 1º do Decreto nº 9.653.

¹³⁶Relatório, realizado no dia 10 de março de 1934, encontrado no Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

Nessa reunião, a inspetora dedicou-se “em primeiro lugar a finalidade do trabalho manual no processo de educar, [...]. Bem focalizado o objetivo, tratamos em seguida do método e dos processos de ensino e educação, em geral” (RELATÓRIO, 1934). Os quadros XII e XIII mostram elementos do programa e dos métodos do ensino primário e normal, propostos pelas reformas ocorridas nas três primeiras décadas da República.

QUADRO XII:

Fonte: Quadros elaborados pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional do Estado.¹³⁷

¹³⁷ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de pesquisas educacionais de Minas Gerais, 1962. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais - (1892-1928). Belo Horizonte: Imprensa Official. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1930-1938). Belo Horizonte: Imprensa Official.

QUADRO XIII

REFORMAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS 1930-1938							
Reorganização da instrução pública - Aspectos referentes à estrutura, programas e métodos no Ensino Primário e Normal							
Antônio C. R. Andrade Francisco Campos. Decreto nº. 9450/1930: Regulamentou o Ensino Normal.	Olegário Maciel Noraldino Lima. Decreto nº. 9.653 1930. Reg. a Escola de Aperfeiçoamento.	Olegário Maciel Noraldino Lima. Decreto nº10.362/1932. Aprovou modificações nos Dec. nº 7970/1927 Dec, nº 9.450 de 1930.	Olegário Maciel Noraldino Lima. Decreto nº 10.392/1932. Aprovou programa de metodologia para as Escolas Normais e 1º e 2º grau.	Benedito V. Ribeiro Noraldino Lima. Dec.º 11.275/1934. Aprov.modif.nos reg. nº.9450/ 1930 e nº.10.362/ 1932 (modif. o ensino e o programa das Escolas Normais).	Benedito V. Ribeiro. Cristiano M. Machado. Decreto nº 887/1937. Aprovou os programas de Ensino da Esc. de Aperfeiç.	Benedito V. Ribeiro Cristiano Monteiro Machado. Lei nº 212/1937.	Benedito V. Ribeiro Cristiano Monteiro Machado. Decreto- Lei nº 38/1938.
Curso de Adaptação. Programa: Português, Francês, Aritmética, Noções de História do Brasil e Educação Cívica, Geografia, Noções de Ciências Naturais, Desenho, Educ. Física, Música e Canto coral, Trab. Manuais e modelagem. Curso Preparatório: Português; Francês; Aritmética; Geografia Chorografia do Brasil; Geometria e Desenho linear e figurado; História do Brasil e Educ. Cívica; Física e Química; História Natural; Trab. Manuais e modelagem; Música e Canto coral; Educ. Física. Curso de Aplicação: Psicologia educacional; Biologia e Higiene; 3º Metodologia; História de Civilização, História dos métodos e processos de educação; Prática profissional. Ensino do método expositivo com a colaboração e a atividade dos alunos; Trabalhos de documentação e de investigação. Prática profissional : aulas-modelo, aulas didáticas, preparo de lições e lições práticas.	-Curso de dois anos. Programa: 1º ano: Biologia Português e Francês; Psicologia Educ. compreendendo Metodologia Geral, Língua Pátria: linguagem, leitura, escrita, Sociologia educ., Desenho e modelagem, Educação física e Organização da biblioteca. 2º ano Psicologia Educacional, Metodologia das matérias do curso primário, Metodologia da Língua Pátria Socialização, Estudo dos diversos sistemas escolares (nacionais e estrangeiros), Educação física, Desenho e modelagem, Legislação escolar, Higiene escolar.	Curso de Adaptação: Português e Francês; Matemática; Ciências Naturais; Geografia, História do Brasil e Educação cívica; Desenho, Sociologia educ., Trabalhos manuais e modelagem. Curso Normal: Português e Francês; Matemática, Geografia, História do Brasil e Educação cívica; Ciências naturais, Psicologia infantil, Higiene; Desenho, Trabalhos manuais e modelagem; Metodologia; Música, Educação Física. Curso de Aplicação: Psicologia educacional; Biologia e Higiene; Metodologia; História da civilização, dos métodos e processos de educação.	1º Semestre Metodologia Geral, Educação: princípios e objetivos, Esc. Tradicional, Esc. Nova; Personalidade da criança: fases do desenvolvimento individualidades jogos; Personalidade do professor: Causas do fracasso no magistério, Administração Escola, org. da classe, o meio, a família, os alunos, material didático, programa, horário, recreio. Curso de Aplicação: Psicologia educacional; Biologia e Higiene; Metodologia e Prática profissional; História da civilização, dos métodos e processos de educação.	Curso de Adaptação: Português e Francês; Matemática; Ciências Naturais; Geografia, Hist. da Civilização e Educ. Cívica; Desenho, Trab. Manuais e modelagem. Curso Normal: Português e Francês; Matemática, Geografia, Hist. da Civilização, Educ. Cívica; Ciências Naturais; Psic.Inf. e Higiene; Desenho, Trab. Manuais e modelagem, Educ. Física; Música e Canto coral; Metodologia e Prática profissional. Curso Preparatório: E.Normais Juiz de Fora e B.H.: Português; Francês; Matemática; Geografia; Hist. da Civilização e Educação Física; Desenho; Física e Química; Trabalhos manuais e modelagem; Música e Canto coral; Curso de Aplicação: Metod. e Prática profissional; Psicologia Educ.; Biologia e Higiene; História da Educação; Educação Física e Canto coral.	-Programa de Metodologia das disciplinas: Língua Pátria, Aritmética; Geografia; Ciências Sociais, Desenho, Pedagogia e de Psicologia Experimental aplicado à educação, Educação Física. Metodologia Geral-Princípios Gerais de Educação.	Reorganização dos Serviços Administrativo e Técnicos da Secretaria da Educação e Saúde Pública	

Fonte: Quadros elaborados pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional do Estado.¹³⁸

Nas reformas, o uso da memorização mecânica, na aprendizagem, foi descartada. Um novo método foi instituído, o intuitivo. Esse método está associado a

¹³⁸ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República.** Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de pesquisas educacionais de Minas Gerais, 1962. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais - (1892-1928). Belo Horizonte: Imprensa Official. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (1930-1938). Belo Horizonte: Imprensa Official.

uma proposta de formar a criança e o jovem para desenvolver habilidades manuais, práticas e úteis, para alcançar o vigor físico, intelectual e cívico, para adquirir hábitos de estudo, de pontualidade, de cordialidade e de urbanidade e, acima de tudo, tornar-se capaz de cumprir com os seus deveres de cidadão, perante a sociedade e o Estado.

Quando inspecionou as Escolas Primárias de Uberaba, em 1908, dois anos após a deliberação da Reforma João Pinheiro, o inspetor do ensino, na época, Antônio Loureiro da Fonseca Lima, relatou o seguinte:

[...] á escola [...] regida pela professora normalista D. Carolina Augusta da Silva. [...] Ministrei, os esclarecimentos necessarios á perfeita execução [do novo processo de ensino].

Na escola de sexo masculino, regida pelo professor normalista Fernando de Araújo Vaz de Mello [...]. Durante os dias que trabalhei nessa escola, de 12 a 22 de fevereiro, houve uma frequencia media de 110 alumnos. Tão grande numero de meninos – vê se – exige um commodo de não muito communs dimensões. É de lastimar que o professor não tenha encontrado, por mais que procurasse, um salão mais confortavel. Dei aula de diferentes materias, tendo-me ocupado especialmente com as primeiras lições de palavrão em um pequeno quadro negro que o professor obteve ás pressas, a fim de ver emplantado em sua escola o novo methodo.

De conformidade com o programma, está o sr. Vaz de Mello organisando, cuidadosamente, os pontos de geographia e historia do Brasil para o 1º anno (RELATÓRIO, 1908).¹³⁹

No relatório de visitas feitas às escolas primárias de Uberaba, o inspetor declarou que orientou os professores sobre a aplicação do novo método de ensino, citou que o professor Vaz de Mello estava organizando com cuidado os pontos de geografia e história e que a professora Carolina Augusta demonstrou interesse na prática dos novos processos de ensino. Contudo, o inspetor lamentou sobre as acomodações inadequadas, a falta de mobiliário e de equipamentos pedagógicos, instrumentos importantes para desenvolver de maneira regular e satisfatória o método intuitivo e prático instituído pela reforma.

A situação educacional era precária e dificultava o trabalho pedagógico, entretanto era grande a preocupação em eliminar o ensino abstrato e promover a aprendizagem por meio do método intuitivo¹⁴⁰. Segundo SCHELBAUER (2003), Rui

¹³⁹ Relatórios referentes a Termos de Visitas e Inspeção Técnica, realizado no dia 1º de março 1908, Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Código: SI - 3264.

¹⁴⁰Em relação à constituição do método de ensino intuitivo, Vera Teresa Valdemarim assinalou que: “sua origem epistemológica” está no “empirismo” de [Francis Bacon e John Locke] “e seu desdobramento educacional nas obras de Comenius, Pestalozzi, Froebel e Spencer, até chegar à sua depuração nos manuais de ensino” (1998, p. 116).

Barbosa contribuiu “para colocar em circulação a ideia do método intuitivo”, por meio de seus “Pareceres”, porém a ideia e a difusão desse método no país e no estado “não se limitaram à publicação dos Pareceres” (2003, p. 97); contaram, também, com a tradução do livro Calkins “Primeiras lições de Coisas, Manual de ensino elementar, para uso dos pais e professores, em 1886, a partir dos originais da 18^a edição americana de 1880”, e com as “exposições Internacionais, os Congressos Pedagógicos, os Relatórios Oficiais” (SCHELBAUER, 2003, pp. 80 e 97).

Ademais foram editados compêndios e manuais de ensino, que permitiram a circulação do conhecimento em torno do método intuitivo, associado à ideia de que esse método se constituía em um instrumento pedagógico, capaz de difundir a instrução elementar entre as classes populares e de reverter a ineficiência do ensino escolar (SCHELBAUER, 2003, pp. 80 e 97).

A formação do professor, conectada à escola primária, deveria se pautar por esse método e por um programa de ensino adaptado às escolas primárias. Entretanto, a aplicação do método e do programa não era ação simples. Segundo o presidente do estado, Wenceslau Brás (1909-1910):

Todo o problema da instrução primária depende da boa organização do ensino normal para a conveniente formação do professorado. [...] Preciso é que se desenvolva o programma oficial das escolas normaes, de modo a compreender todas as disciplinas exigidas no curso das escolas primarias (MENSAGEM, 1909, p. 44).

O programa de ensino do curso normal foi alterado. Em 1910, passou a ser ministrado em 4 anos e as disciplinas: Caligrafia, Ginástica e prática profissionalizante foram acrescentadas. Para aperfeiçoar pedagogicamente a escola e proporcionar uma “educação physica, intelectual e moral” mais eficiente, novas alterações ocorreram, em 1912.

“A intuição, é o ato mais natural e mais espontâneo da inteligência humana, aquele pelo qual o espírito apodera-se de uma realidade, sem esforço, sem intermediário, sem hesitação, [...] Nós procedemos pela intuição todas as vezes que nosso espírito, seja pelos sentidos, seja pelos julgamentos, seja pela consciência, conhece as coisas com este grau de evidência e de facilidade que apresenta ao olho a visão distinta de um objeto. [...] É a própria alma humana percebendo espontaneamente o que existe nela ou em torno dela” “O método intuitivo, tal como o compreendemos, é aquele que em todo ensino faz apelo a esta força *sui generis*, a este olhar do espírito, a este ímpeto espontâneo da inteligência em direção da verdade. Ele consiste não na aplicação de tal ou tal procedimento, mas na intenção e no hábito geral de fazer agir, de deixar agir o espírito da criança em conformidade com o que nós chamávamos a pouco de instintos intelectuais” (SCHELBAUER, 2003, p. 53).

O artigo 87, do Decreto nº 3.738, de 1912, instituiu a prática profissional denominada: “O pedagogium” e o artigo 89 determinou que o ensino teria que ser “progressivo, prático, adaptado à idade, ao desenvolvimento intelectual dos alunos, intuitivo sempre que for possível, e transmittido pelos methodos e processos empregados modernamente como os mais eficazes e racionaes” (MINAS GERAIS, 1912, p. 850).

Na sociedade moderna, a escola não podia se deter no ensino abstrato. Segundo o Secretário do Interior, Delfim Moreira, as modificações visavam: “[...] Não somente as reformas das leis e regulamentos, que pouco valem”, mas principalmente “as reformas dos costumes, dos métodos, dos processos de ensino, da vida escolar” e “manter sempre saliente papel na Federação Brasileira” (MINAS GERAIS, 1913, pp. 31-32).

Conforme discursou Francisco Campos, Secretário do Interior (1926-1929), durante a entrega de certificados do ensino primário, no Teatro Municipal da Capital mineira, em dezembro de 1928¹⁴¹:

[...] cada anno mais abundantes e mais notáveis, com que a escola mineira vem contribuindo para alargar, aprofundar e consolidar as bases espirituas dessa construcção, cujo projecto trazemos todos em nossos corações, porque é a da nossa terra, da nossa família, da nossa communhão mineira, cujos horizontes moraes, ao em vez de se deixarem comprimir pelas convenções da nossa carta geographicá, abrem e dilatam o seu circulo pelas terras do Brasil, affirmando-se assim, ainda uma vez e cada vez com maior força a nossa vocação, a vocação de Minas Geraes de ser, antes de tudo e sobretudo, brasileira – do Brasil e para o Brasil (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 42).

Na expectativa de modernizar o estado e também sobressair-se no cenário nacional, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Francisco Campos realizaram uma profunda reforma educacional e introduziram uma nova concepção pedagógica.

A Reforma Francisco Campos preocupou-se mais com a qualidade e com a utilidade “das noções para os usos da vida” e menos com a quantidade dos “conhecimentos a serem ministrados” e definiu que as “lições de cousas” deveriam ser

¹⁴¹ Discurso proferido no Teatro Municipal de Belo Horizonte, na cerimônia realizada para a entrega dos certificados aos 800 alunos que concluíram o curso primário nos estabelecimentos de ensino na Capital, em 9 de dezembro de 1928 e publicado na Revista do Ensino nº 28, em dezembro de 1928.

preparadas e adaptadas de acordo com o método Decroly¹⁴². Em mensagem na Assembleia Legislativa, Antônio Carlos discursou sobre as mudanças:

[...] a reforma procurou modificar os seus methodos e processos, [...] banida a preocupação da quantidade de noções e conhecimentos a serem ministrados, para ser considerada a qualidade e utilidade das noções para os usos da vida, a sua organização em torno dos centros de interesse da criança, de maneira que o ensino não seja uma memorização de factos e de dados desconexos [...] Tendo em consideração que o processo Decroly satisfaz plenamente aos objectivos visados pela reforma, foi instituído, a título de experiência, nos grupos escolares, o ensino de noções de *cousas* por aquelle processo, como passo inicial ou como oportunidade a que com elle se familiarize o espírito dos professores. Egualmente a título de experiência foram organizadas na Capitál duas classes Decroly, em que todo o ensino primário se está fazendo pelo processo dos centros de interesse (MENSAGEM, 1928, pp. 22-24).

Conforme ficou estabelecido no artigo 303, do Decreto nº. 7.970: “O curso das escolas urbanas compreenderá [...] noções de *cousas* em torno dos centros de interesses infantis, de acordo com o método Decroly” (MINAS GERAIS, 1927, p.1228). Pretendeu-se, assim, abolir o ensino tradicional, o uso da memória e a utilização de fatos e dados desconexos da realidade do aluno.

No planejamento das atividades pedagógicas, como afirmou Dewey (1976), “as condições encontradas na experiência atual do aluno” deveriam ser valorizadas, “[...] como fontes de problemas” (p. 81). Desse modo, era importante ter em mente “que o desígnio essencial não é divertir e nem transmitir conhecimentos com o mínimo de desagrado do aluno, nem adquirir habilidades - embora possam estes resultados acrescer como subprodutos - mas alargar e enriquecer o campo da experiência [...]” (DEWEY, 1979, p. 256). Para isso o ensino primário deveria organizar e ministrar as matérias do ensino, considerando a qualidade do seu uso na vida e a “compreensão das suas relações [...] no contexto das lições, experiências e problemas” (MINAS GERAIS, 1927, pp.1215-1216).

A esse respeito, a inspetora de ensino do estado, Mariana Noronha Horta, na visita que fez às professoras do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, de Belo Horizonte,

¹⁴² “Na Bélgica, o grande Decroly (1871-1932), sem dúvida um dos mais eminentes vultos da Educação moderna, criou a “École de l’Ermitage, em 1907, que logo se tornou conhecida em todos os continentes.” [...] “Seu método é conhecido com o nome de *centros de interesse*, [...] se desenvolve através de várias matérias. “Não há divisão de matérias”. [...] “É o que se chama ensino globalizado, é um método vitalista: refere-se cada momento à vida” (FONTOURA, 1959, pp.105-119).

trocou ideias sobre as matérias de ensino trabalhos manuais e modelagem e conforme o relatório, expôs a sua impressão sobre o movimento na instituição:

Visitei hoje, em função do cargo de inspetora de trabalhos manuais e modelagem, o grupo escolar “Barão do Rio Branco”, dirigido por D. Elvira Brandão. Trocamos ideias sobre a reorganização dos trabalhos manuais e modelagem no processo de ensino de modo a ter [essa] disciplina significação, por excelência, educativa, antes de ter [um] fim em si. Alias já encontrei um animador movimento nesse sentido, vendo trabalhos que já pelo programa e espécie, já pelo meio de execução deixam rever o papel importante que tiveram na formação da personalidade dos educandos. Têm a diretora e professoras de trabalhos grande entusiasmo pelo método de projetos e citaram-me alguns que foram levados [com] efeito em ambiente natural e dentro das características desse método-raciocínio pela realização, prioridade do problema, informação pelo raciocínio e, como já disse, ambiente natural. Assim parece-me o trabalho manual tem a sua verdadeira significação pedagógica (RELATÓRIO, 1933).¹⁴³

Conforme o relatório da inspetora, as professoras planejavam e executavam a disciplina Trabalhos Manuais e Modelagem de acordo com a proposta do governo, visando mais a formação do aluno do que a atividade em si. Segundo o Inspetor Geral da InSTRUÇÃO, Mário Casasanta (1929) as matérias do programa de ensino deveriam ser organizadas e executadas “contendo o ideal de cultura mínima que o Estado exige de seus cidadãos”, adaptadas “às circunstâncias próprias de cada meio escolar” e ensinadas não como fim, em si mesmas, mas como um meio de “auxiliar o desenvolvimento physico, mental e moral das crianças, conforme diz o artigo 249, [...] não se destine a formar pequenos eruditos, mas espíritos claros, lestos e ágeis” (REVISTA DO ENSINO, 1929, pp. 23-26).

O relatório da inspetora, Helena Penna, após visitar todas as classes do Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”, de Belo Horizonte e assistir aulas de diversas disciplinas, fazer arguições, aplicar testes de escolaridade, observar o funcionamento dos clubes de leitura, das bibliotecas e dos auditórios, considerou que as professoras estavam preparadas pedagogicamente, eram dedicadas e estavam cumprindo com os pressupostos da reforma:

¹⁴³ Relatório realizado no dia 8 de fevereiro de 1933, no Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

Do dia 2 de Abril a 28 do mesmo mês, inspeccionei e prestei assistencia tecnica ás classes do grupo “Barão do Rio Branco”, sob a direção criteriosa da professora D. Gabriela Varela e de suas auxiliares, prof^a Maria da Conceição Queiroga e Stela Loureiro, orientadora tecnica. A diretora efetiva do estabelecimento, D. Elvira Brandão acha-se em goso de férias especiais, desde 1º do mês. Durante esse longo periodo de tempo, assisti aulas de diversas disciplinas em todas as vinte e nove classes do grupo, fiz arguições e dei “tests” de escolaridade nas turmas de 4º e 3º anos. Tive assim, mais uma vez, a oportunidade constatar o preparo pedagogico, a dedicação e o esforço do corpo docente, qualidades essas evidenciadas nos otimos resultados já obtidos este ano. O trabalho que aí se vem realizando é magnifico e satisfaz aos modernos requisitos da escola renovada. Acham-se muito desenvolvidas as atividades extra-programa o que tem contribuído amplamente para a educação social dos alunos. Funcionam regularmente dez clubs de leitura, estando tres em vias de organização e, quanto as bibliotecas, doze instaladas nas proprias classes têm prestado ao ensino excelente contribuição. Os auditórios são realizados semanalmente e seus programas organizados e executados exclusivamente pelas crianças, refletem seu gosto artístico, seu estudo e desenvolvimento intelectual (RELATÓRIO, 1934).¹⁴⁴

Para cumprirem com os requisitos da escola renovada, as professoras primárias também recebiam orientações pedagógicas dos inspetores de ensino, liam os artigos publicados na Revista do Ensino e participavam de reuniões pedagógicas semanais. No dia 12 de abril, de 1934, as professoras do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão e do Grupo Escolar ‘Minas Gerais’, de Uberlândia, se reuniram para receberam diversas orientações sobre a nova organização pedagógica da escola mineira:

Aos doze dias do mês de abril de mil novecentos e trinta quatro, às 9 horas da manhã, num dos salões do Grupo Escolar “Bueno Brandão”, com a presença das Sras. Diretoras e professoras dos grupos “Bueno Brandão” e “Minas Gerais”¹⁴⁵, realizou-se a “Leitura” de quinta-feira. Após a leitura da ata anterior a snra professora técnica D. Dinorá Pinto Silva iniciou sua palestra discorrendo sobre a Lingua Patria (ATA DE REUNIÃO, 1934).¹⁴⁶

Na reunião, a professora técnica do ensino dissertou sobre a matéria, Língua Pátria, recordou sobre a utilidade e a necessidade de ser instituída em todas as classes a leitura de histórias, falou sobre a biblioteca das professoras, dos clubes de leitura, dos auditórios e das excursões:

¹⁴⁴ Relatório realizado no dia 30 de abril de 1934. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Código: ME 2000/00662.

¹⁴⁵ Atual Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhoa, do município de Uberlândia.

¹⁴⁶ Livros de Atas de reuniões de professoras. Documento da Secretaria do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia-MG, (1932-1937).

Lembrou-nos a utilidade da leitura das historias na instrução e educação da creança, pois, ela não só desenvolve o gosto literário na creanças, como a põe em contacto com outras raças, etc.

Falou-nos sobre a hora da historia, que deve ser instituída em todas as classes. No 3º e 4º anos devem ser dadas as historias de aventuras que são muito apreciadas pelas creanças e também citou-nos uma ótima coleção de livros de historias. Discorreu ainda sobre a Biblioteca das professoras que já foi fundada nos dois grupos, e os Clubs de Leitura, auditórios, excursões. Apelando para o senso de responsabilidade das professoras, lembrou-as a não darem, por motivo fútil, faltas cujos os maus resultados não só recaem sobre o estabelecimento e alunos como também sob as próprias professoras.

Ficou aprovado que para todas as leituras será escalado um grupo de professoras para discorrerem sobre trechos lidos e outros assuntos escolares (ATA DE REUNIÃO, 1934).¹⁴⁷

Ao final da reunião a professora propôs às professoras, conforme foi aconselhado pelo médico, fazer assepsia das fossas nasais dos alunos, para evitar a propagação de doenças:

Finalmente propôs às professoras, a conselho do Dr. Pedroso, fazerem nos alunos a desinfecção das fossas nasais com ácido lático, pois, infelizmente há nos dois estabelecimentos de ensino, creanças em cujas famílias há casos de morfá, tuberculose, câncer, etc, não havendo entre elas nenhuma separação nem higiene.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

Para constar, eu, Elida Costa Pereira, secretaria designada pela Sra. Prof. Técnica, lavrei a presente ata que assino. Uberlândia, 12 de abril de 1934 (ATA DE REUNIÃO, 1934).¹⁴⁸

A preocupação com a saúde, na época, conectou-se aos cuidados médicos para as crianças e aos princípios do higienismo¹⁴⁹, uma intervenção da medicina social que propunha medidas para disciplinar a rotina doméstica, o cuidado com os filhos, promover práticas de higiene pessoal e propagar a necessidade de lutar contra as doenças de modo contínuo.

¹⁴⁷ Livros de Atas de reuniões de professoras. Documento da Secretaria do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia-MG, (1932-1937).

¹⁴⁸ Livros de Atas de reuniões de professoras. Documento da Secretaria do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia-MG, (1932-1937).

¹⁴⁹ O higienismo consiste na intervenção da medicina social, propagando a necessidade de lutar contra as doenças de modo contínuo, propondo medidas que disciplinem a rotina doméstica, o cuidado com os filhos e outras práticas de higiene pessoal (DURÃES, 2002). No Brasil, as tendências eugenéticas cresceram, reservando um lugar importante para a educação. O movimento eugenético surgiu por volta de 1918, sob a liderança do Médico Renato Kehl (1889-1974), para divulgar conhecimentos eugenéticos e higiênicos, cujos princípios se baseavam em revelar aquilo que estava incorporado no indivíduo pela herança genética. Caberia assim à escola dar o bom acabamento ao bom material fornecido pela hereditariedade. A busca da regeneração estava associada à preocupação com a descendência e com o futuro da espécie, quanto a sua preservação física e fisiológica. Nesse sentido, o educador Fernando de Azevedo defendia a educação física e moral (GUALTIERI, 2008, p.3-4).

Os relatórios citados demonstraram como os inspetores examinavam o trabalho dos professores e como orientavam sobre a nova organização pedagógica da escola. Nesse processo os inspetores transformaram-se em articuladores da reforma e formadores de professores, no sentido de ensinar, orientar e avaliar os professores nas novas práticas pedagógicas, para potencializar a “escolarização como irradiação do progresso” (ARAÚJO, 2006, p. 254).

2.3. O serviço de inspeção do ensino nos novos marcos legais

O serviço de inspeção do ensino, nas reformas educacionais, passou por sucessivas reformulações e os inspetores, segundo Cynthia Greive Veiga, “Lentamente vão deixando de ser fiscalizadores da frequência e elaboradores de mapas estatísticos para serem os intérpretes e juízes da atuação dos (as) professores (as) e alunos (as)” (1999, p. 109). Esses profissionais da educação foram se tornando formadores de professores e difusores dos novos métodos e processos escolares, como mostram os quadros XIV e XV:

QUADRO XIV

REFORMAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS 1892-1928							
Reorganização da instrução pública - Aspectos da Inspeção do Ensino							
Ref. Afonso Pena/1892	Ref. João Pinheiro 1906	Reforma Wenceslau Brás/1910*	Ref. Bueno Brandão/1910/1911	Ref. Delfim Moreira 1916*	Ref. Artur Bernardes 1920*	Ref. Olegário Maciel-1925	Ref. Francisco Campos 1927-1928
<p>-Inspetores escolares ambulantes.</p> <p>-Inspetores municipais.</p> <p>Funções:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Visitar esc. Púb. e Part. - Verificar: cumprimento do programa, tratamento dos alunos com “amor paternal”, condições da escola, material didático para alunos pobres: compêndios, etc. - verificar frequência de alunos e prof. -Fazer recomendações de rotina. 	<p>- Responsabilidade da inspeção do Presidente do estado e Secretário do Interior. -Insp. Adm: inspetores municipais e distritais, sem venc.</p> <p>Funções: - Arrecadar fundos, dar posse a professores, enviar frequência, conceder licenças, promover festas escolares.</p> <p>Insp. Técnica: inspetores ambulantes, distribuídos em circunscrições literárias.</p> <p>Funções: - Pedagógicas: Promover a eficiência do ensino. - Verif. desenv. dos programas, frequência, capacidade dos prof., disciplina, ordem dos trabalhos. - Orientar os prof. nos métodos. -Estimular fundação de bibliotecas e museus escolares. - Fiscalizar a aplicação da Lei, Enviar relatórios.</p>		<p>-Insp. Municipais:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Apresentar relatório, -Sugerir melhorias, -Informar capacidade dos professores, -Conceder licenças, -remoções e promover festas escolares. <p>-Insp. Regionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Fiscalizar e prestar serviços relativos à instrução. -Organizar e dirigir os Grupos. Esc., - Verificar número de alunos, freq., capacid. do professor, a ordem a disciplina, as condiç. mat. e hig., a exec. do prog., instruir, sugerir modif. de método, fiscalizar cumprimento da legislação e enviar relatórios. 		<p>-Inspeção administrativa e técnica.</p> <p>- Inspeção administrativa exercida por inspetores escolares municipais e distritais e extraordináriamente por inspetores técnicos regionais.</p> <p>- Inspeção técnica: exercida por inspetores técnicos regionais.</p>	<p>Decreto nº 7.970-A /1927</p> <p>-Insp. Adm.: inspetores escolares municipais e distritais e extraord. por assistentes técnicos e presidentes das Federações Escolares.</p> <p>-Insp. Técnica: presidentes das Federações Escolares e Assistentes técnicos (formados na esc.de aperfeiçoamento e recrutados por concurso).</p> <p>- Atribuições dos Assistentes Técnicos: Art.74: - instruir sobre desenvolv. dos programas, inspecionar as classes, sugerir modif. no método e nos processos do ensino, enviar à Inspetoria Geral o projeto de seus serviços, providenciar matrículas de analfabetos, fazer estatística, verificar execução da lei, condições pedag., uso dos mét. e proc. de ensino e os resultados. Enviar relatórios.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional do Estado. *Não trataram da inspeção.

QUADRO XV

REFORMAS EDUCACIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS 1930-1938							
Reorganização da instrução pública - Aspectos da Inspeção do Ensino							
Antônio C. R. Andrade Francisco Campos. Decreto nº. 9450/1930.	Olegário Maciel Noraldino Lima. Decreto nº 9.653/ 1930.*	Olegário Maciel Noraldino Lima. Decreto nº.10.362/1932 Aprovou modificações nos decretos nº 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, e 9.450, de 18 de fevereiro de 1930.	Olegário Maciel Noraldino Lima. Decreto nº 10.392/1932. *	Benedito V. Ribeiro Cristiano Monteiro Machado. Dec.º 11.275/1934. Aprovou modif. nos regulamentos nº.9450/1930 e nº.10.362/1932. *	Benedito V. Ribeiro Cristiano Monteiro Machado. Decreto nº 887/1937.*	Benedito V. Ribeiro Cristiano Monteiro Machado. Lei nº 212/1937. *	Benedito V. Ribeiro Cristiano Monteiro Machado. Decreto-Lei nº 38/1938.
-Os cadernos de preparação dos professores, os diários de classe dos alunos e o registro de visitas de classes pelo diretor, serão submetidos ao exame dos inspetores por ocasião das suas visitas.	-Podem ser Assistentes Técnicos: - Profª. diplomadas na Esc. de Aperfeiçoamento; -Normalistas de 2º grau. Com 2 anos de exp no magistério; -Cand. Classif. até o 10º lugar em concurso. -Atribuições: As contidas no art. 74 do Reg. de 1927. -visitar esc. pub. e part., fazer estatística, instruir sobre o programa, inspecionar classes criticar e sugerir sobre os métodos e processos de ens., representar o Insp. Geral, enviar o seu projeto de atividades e relatório da inspeção realizada e anotar atividades realizadas no Termo de Visita. _ Criou-se o cargo de profª. Técnicas do Ensino: Função: org. classes homogêneas e acomp.; org. clubs. de leitura, partic. das reuniões de quinta-feira; apresentar relatórios dos trabalhos.					Reorganizou os serviços da Secretaria da Educação e Saúde Pública.	-Extinguiu o Serv. Assist.Téc. do Ensino. -Criou a Inspet. de Assist. Téc. do Ensino. - Os assistentes técnicos que demonstraram eficiência, poderão ser aproveitados. - Serão nomeados interinamente e efetivados após 2 anos se apurada capacidade técnica e dedicação ao serviço. -Atribuições: -Visitar as escolas de sua respons. Iinspecionar a instalação, a organização, a técnica e a eficiência do ensino, a idoneidade dos prof., a disciplina, a higiene e aproveitamento dos alunos. -Orientar diretores e prof. quanto ao trab. educativo. -Criticar, sugerir modif. nos proc. e met. de ens., -Promover palestras pedag., fazer relatórios e enviar à Secretaria, - Fiscalizar as Esc. Normais.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas realizadas na legislação educacional do Estado.¹⁵⁰ *Não trataram da inspeção do ensino.

A inspeção do ensino já existia antes da República e funcionava mais para fiscalizar a frequência dos professores e dos alunos, a conduta e a competência dos regentes de sala. Depois da proclamação da República, o serviço sofreu alterações e as responsabilidades dos inspetores se ampliaram.

Em 1892, a Reforma Afonso Pena, para aperfeiçoar a fiscalização e tornar o ensino mais eficiente, criou os cargos de inspetor municipal, distrital e seis inspetores

¹⁵⁰ Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. (1892-1938). Belo Horizonte: Imprensa Official.

ambulantes. Os inspetores passaram a visitar, com maior frequência, as escolas públicas e particulares para examinar a assiduidade e os procedimentos dos professores, verificar a disciplina, a frequência, as condições higiênicas da escola, a mobília, a escrituração da escola, a aplicação do programa de ensino e se os alunos eram tratados com “amor paternal” (MINAS GERAIS, 1892, p.46).

Em 1906, o serviço de inspeção foi reformulado. Essa reformulação se inspirou no modelo paulista (FARIA FILHO & VAGO, 2000, p. 37) e levou em conta o relatório realizado, em 1902, pelo inspetor técnico de ensino do estado, na época, Estevam de Oliveira. Esse documento possuía informações sobre as reformas de ensino do Rio de Janeiro, de São Paulo (KAPPEL, 2010, p. 34-37) e sobre a situação do ensino no estado de Minas Gerais.

A nova lei, de 1906, criou e regulamentou “a fiscalização administrativa e técnica” e estabeleceu que ela funcionasse “do modo que for mais conveniente” (MINAS GERAIS, 1906, p.22). A inspeção administrativa ficou a cargo dos inspetores municipais e distritais e suas funções não interferiam nas atividades pedagógicas. A inspeção técnica ficou sob a responsabilidade dos inspetores ambulantes e passou a ser remunerada¹⁵¹.

O Inspetor Estevam de Oliveira, no relatório “Reforma de Ensino Primário e Normal de Minas”, salientou a necessidade da “Supressão da inspeção gratuita”, tendo em vista que: “[...] A gratuidade do cargo enfraquece a responsabilidade daquele que o exerce”, não garante a “regularidade necessária” e, além disso, “não é exercida com firmeza que requer o interesse da instrução e educação do povo” (OLIVEIRA, 1902, p.179).

No plano de atividades dos inspetores técnicos, estava previsto visitar as escolas, intervir na disciplina, na ordem dos trabalhos, verificar o desenvolvimento dos programas de ensino, orientar os professores sobre a prática da nova educação, observar a capacidade profissional dos professores, assistir ao funcionamento das aulas, verificar as condições materiais e higiênicas da escola, fiscalizar o cumprimento da lei, elaborar relatórios e remetê-los à Secretaria do Interior.

O inspetor de ensino do estado, na época, Antônio Loureiro da Fonseca Lima, após visitar uma escola primária, do município de Uberaba, relatou o seguinte:

¹⁵¹ “Os inspetores técnicos terão vencimento de 3:600\$000 annuaes e bem assim diária de 8\$000, e passagem nas estradas de ferro”(MINAS GERAIS, 1906, p.183).

Causaram-me bôa impressão as visitas que a partir do dia 25 fiz à escola publica do sexo feminino regida pela professora normalista D. Evarista Modesta dos Santos. Dotada de excellentes qualidades, é esta professora muito querida de todas as suas alumnas, cujo numero atinge a 75 na matricula deste anno. Houve, no primeiro dia em que estive nessa escóla, uma frequencia de 15 alumnas.

Ao penetrar na sala de aula, vi que no pequeno quadro negro que existe na escola, estava escripta com bom typo de letra impressa, a 2º lição do livro do professor Joviano. Dei-a de novo ás alumnas, a pedido [verso da folha] da professora, que me disse desejava assistir a algumas lições, apesar de já ter tido as instrucções que, para a pratica da “Primeira Leitura”, escreveu o autor desse compendio.

Quando, nas horas determinadas pelo horario, dei lições de leitura e lingua patria ao 2º e ao 3º anno, tive o prazer de verificar, pelas respostas das alumnas, que taes exercicios lhes eram mui familiares. (RELATÓRIO, 1908).¹⁵²

Conforme o relatório, o inspetor avaliou a escola, a professora e as alunas, observou a frequência, a sala de aula, o tipo de letra escrita no quadro, qual a lição estava sendo dada e ministrou deu aula seguindo o horário previsto das disciplinas. Desse modo, segundo afirmou Rogéria Moreira Rezende Isobe, o inspetor:

Respalgado e autorizado por uma suposta competência técnica, o inspetor regional atuava sobre o processo educacional e, sobretudo, sobre a prática docente, a partir de um lugar de poder determinado [...] cuja ação visava aproximar as práticas dos professores das regras estabelecidas na conformação de um determinado modelo escolar de educação em Minas Gerais (2008, p. 83).

Por meio do poder a ele concedido, o inspetor controlava e acompanhava as atividades escolares, no sentido de fazer cumprir as prescrições normativas e regulamentares. Para o Secretário do Interior, Delfim Moreira, a inspeção correspondia: “à necessidade que tem a administração de conhecer, dia-a-dia, o estado da reforma do ensino em cada um dos institutos primários disseminados pela vastidão do território de Minas” (RELATÓRIO, 1912, p. 347).¹⁵³

Do contrário “a reforma da instrução muito perderia em seus resultados se a Secretaria não tivesse em cada região do estado, um representante incumbido de acompanhar a execução da mesma reforma”, assim “a inspeção técnica permanente das escolas vem ao encontro destas necessidades, guiando o professor, despertando ou

¹⁵² Relatórios referentes a Termos de Visitas e Inspeção Técnica, realizado no dia 1º de março de 1908. Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Códice: SI - 3264.

¹⁵³ Relatório do Secretário do Interior, Delfim Moreira da Costa Ribeiro ao presidente do estado, Júlio Bueno Brandão. Secretaria do Interior. 1912. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte.

estimulando-lhe as energias, corrigindo-lhes as deficiências do preparo pedagógico e os desvios na execução dos programas” (RELATÓRIO, 1912, p. 347).¹⁵⁴

Além dos relatórios quinzenais, enviados pelos inspetores à Secretaria, “o inspetor técnico está incumbido de ministrar-lhe instruções nesse sentido, deixando-as escritas no livro do termo de visitas, depois de lecionar, empregando o método intuitivo, as matérias de cada disciplina do programa aos alunos presentes” (RELATÓRIO, 1909, p. 415).¹⁵⁵

Os “Termos de Visitas” e os “Relatórios” permitiam ao governo acompanhar o trabalho do inspetor, dos professores e conhecer as condições de ensino do estado. Em 1918, a pedido da Secretaria do Interior, o inspetor de ensino, Antônio Orsini, visitou a escola do professor João Pedro de Alcântara, que se queixava de perseguições. Após a visita, o inspetor fez um relatório sobre o prédio escolar, o funcionamento da escola e a competência do professor.

De posse das informações, a Secretaria do Interior elaborou o seguinte parecer:

Quanto a perseguição de que se queixa o professor Sr. João Pedro de Alcantara, o regional ali mandado, diz o seguinte:

- Predio_Velho, quasi em ruinas.
 - Funcionamento_ [he] pouco proveito para os alunos, por falta de competencia do professor. O ensino é defeituoso deixando muito a desejar, é o que se deduz da exposição do regional. A escripturação da escola é mal, [asseiada] no extremo, contendo emendas.
 - Acusação_ O citado professor está sendo ali muito censurado por uns e defendido por outros, cujas [f.10] accusações têem procedencia quanto a falta de competencia e, de só haver o mesmo chegado à localidade na vespera da installação da escola. [...]
 - Veio boletim reservado e copia do termo de visita. [...]
- Já providenciamos sobre o [exame] do predio de Cattas Altas, municipio de Queluz, e sobre o orçamento dos concertos de que necessita. Para ulterior resolução pedimos ao presidente da Camara a doação do predio. 12.04.918 (RELATÓRIO, 1918).¹⁵⁶

Embora alguns relatórios citados neste estudo demonstrassem aspectos favoráveis referentes à preparação das professoras e à aplicação dos princípios pedagógicos contidos na reforma do ensino em vigor, sobretudo nos grupos escolares, essa situação revelou a precariedade das condições materiais e pedagógicas do ensino

¹⁵⁴ Relatório do Secretário do Interior, Delfim Moreira da Costa Ribeiro ao presidente do estado, Júlio Bueno Brandão. Secretaria do Interior. 1912. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte.

¹⁵⁵ Relatório do Secretário do Interior, Estevão Pinto ao presidente do estado, Wenceslau Braz Pereira Gomes, Secretaria do Interior. 1909. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte.

¹⁵⁶ Relatórios de Inspeção. Relatório da Secretaria do Interior, após o relatório do inspetor Antônio Orsini sobre a escola de Cattas Altas de Noruega. Arquivo Público Mineiro. Códice SI 3788.

no estado em geral, principalmente nas escolas isoladas. Na instituição de ensino em questão, faltava uma construção adequada, equipamentos pedagógicos e um profissional preparado, além disso, neste caso, o inspetor não atuou, apenas relatou as circunstâncias.

Na mesma época, em 1918, o relatório do Secretário do Interior, Américo Ferreira Lopes, enviado ao presidente do estado, Delfim Moreira, dizia o seguinte: “o ensino primário está pedindo uma fiscalização mais perfeita para ser melhor praticado e [a inspeção] está reclamando urgente modificação para que o serviço seja ministrado com mais proveito e eficiência (RELATÓRIO, 1918, pp. 41-53).¹⁵⁷

Da mesma forma, em 1919, o presidente, Arthur da Silva Bernardes, em mensagem, chamou a atenção para o problema: “a inspeção do ensino que tão bons resultados deram no princípio, está agora em franca decadência” (MENSAGEM, 1919, p. 33). Os fatos evidenciaram que a educação escolar exigia maior atenção e cuidado e que o serviço de inspeção, também deveria sofrer alterações.

Na década de 1920, o inspetor técnico de ensino recebeu uma nova denominação¹⁵⁸ e teve que se transformar em especialista, nos novos referenciais pedagógicos¹⁵⁹, para constituir-se de fato, em instrumento de articulação entre a Secretaria do Interior e a escola, prestar assistência técnica eficiente e tornar-se mediador entre a nova proposta educacional e os professores. Assim, o governo esperava solucionar as deficiências de formação do professor, garantir a aplicação das prescrições legais e alcançar a modernidade.

Para o Inspetor Geral da Instrução, Mario Casasanta¹⁶⁰, os inspetores técnicos do ensino além de observar, avaliar e relatar sobre as condições da escola e dos professores

¹⁵⁷ Relatório do Secretário do Interior, Américo Ferreira Lopes ao presidente do estado, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Secretaria do Interior. 1918. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte.

¹⁵⁸ Denominados no Decreto nº 7.970-A de 1927 de Assistentes Técnicos.

¹⁵⁹ Conforme Isobe (2008), “Atendo-se ao Estado de São Paulo, Marta M. C. de Carvalho tem sustentado, em seus trabalhos mais recentes: CARVALHO, M. M. C. de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: v., n.1, p. 111-120, 2000; CARVALHO, M. M. C. de. Pedagogia da Escola Nova, produção da natureza infantil e controle doutrinário da escola. In: Os intelectuais na História da Infância 1 ed. São Paulo, Cortez, 2002, p. 373-408 e CARVALHO, M. M. C. de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, D. G. & HILSDOTF, M. L. S. Tópicos de História da Educação, São Paulo: Edusp, 2001. p. 137-167), que os referenciais pedagógicos que nortearam a política educacional paulista, nas primeiras décadas republicanas, são gradativamente solapados, no decorrer na década de 1920, cedendo lugar a novos referenciais, de algum modo comprometidos com a chamada pedagogia da escola nova que se difunde internacionalmente no período entre-guerras” (ISOBE, 2008, p.90).

¹⁶⁰ Foi professor, escritor, advogado, político e acadêmico e ainda ocupou vários cargos na administração pública. Destacou-se como o braço direito de Francisco Campos como Inspetor Geral da Instrução Pública no período da reforma do ensino em 1927. “sua atuação nesta reforma é reconhecida por Fernando de Azevedo, que a ela se refere [...] como a Reforma Educacional Francisco Campos e Mário Casasanta, numa evidente alusão a seu autor e executor” (PEIXOTO, 2003, p. 80).

deveriam “dar aulas-modelos” e ter “um espírito bem formado” para ajudar na capacitação dos professores e na educação das crianças, conforme a exigência legal (CASASANTA, 1929, p. 87).

Ficaram estabelecidos também, pelo novo Regulamento do ensino, novos mecanismos de contratação para os inspetores. A preferência era por membros do magistério público que tinham boas notas, registradas na Secretaria do Interior, mas também seria exigido “o diploma da Escola de Aperfeiçoamento” (MINAS GERAIS, 1927, p.1162).

Como lembrou Bomeny, Francisco Campos acreditava que na educação, os administradores poderiam obter resultados “através de processos rotineiros de formação e de procedimentos formais de treinamento previamente definidos”. Por isso, defendia a necessidade de se ter “funcionários, inspetores, administradores centrais, tecnicamente treinados para implementar a reforma” (BOMENY, 1993, p. 29).

Entretanto, na própria lei havia uma ressalva: “Em quanto não houver diplomados pela Escola de Aperfeiçoamento, os assistentes técnicos serão nomeados mediante concurso” (MINAS GERAIS, 1927, p.1162). Essa exigência foi instituída, no momento, em que a escola ocupava o lugar primordial, como possibilidade de configurar a sociedade e de contribuir no processo de modernização do estado.

Em 1932, a forma de contratação dos inspetores escolares se alterou, além das professoras diplomadas pela Escola de Aperfeiçoamento e dos candidatos concursados, as normalistas com mais de dois anos de experiência também poderiam ser contratadas. Conforme as declarações do Secretário da Educação, Sr. Noraldino Lima, publicadas na Revista do Ensino, as novas medidas foram necessárias, porque:

a exclusividade da assistência técnica outorgada pelo regulamento em vigor às professoras diplomadas pela Escola de Aperfeiçoamento se torna inexequível diante da realidade dos fatos, tão precária é ainda a situação da mulher, obrigada, no desempenho daquelas funções, a penosos sacrifícios no interior mineiro cujas condições de meio dificultam, do ponto de vista da locomoção, sobretudo, a livre ação da assistência no exercício de seu cargo (REVISTA DO ENSINO, 1932, pp. 4-9).

Segundo o Secretário, as determinações legais, que tornavam o serviço de assistência técnica exclusivo de professoras diplomadas na “Escola de Aperfeiçoamento”, não poderiam ser cumpridas, devido à falta de condições de trabalho, sobretudo de “locomoção”, para percorrer todo o Estado.

Em 1938, novas alterações ocorreram. O serviço de inspeção foi extinto e no seu lugar foi colocada uma Inspetoria de Assistência Técnica do Ensino. O novo Decreto-Lei de nº 38 indicou, como justificativa, a “necessidade de atualizar-se o quadro de assistentes”, por se tratar “de serviços especializados”, a nova lei considerou também que “um grande número de assistentes técnicos” não permitia a “justa remuneração dos trabalhos que lhes devem ser exigidos” (MINAS GERAIS, 1938, p. 5).

As reformas educacionais no estado foram impulsionadas pela expectativa do governo de se modernizar, via educação, no entanto, as contingências assinalaram os seus avanços e recuos. As dificuldades de atingir seus objetivos ficaram por conta das restrições financeiras, da falta de investimento, de um sistema político oligárquico, de uma economia de base agrária e de uma estrutura social conservadora e tradicional.

Todavia, Minas Gerais, na tentativa de adaptar-se aos novos tempos e constituir-se como um “Estado Moderno”, promoveu diversas reformas de ensino. As mais importantes foram as Reformas João Pinheiro e Francisco Campos. Entre uma reforma e outra, ora avançando, ora recuando em suas deliberações, no sentido de organizar o seu sistema educacional, em 1927, o governo, na Reforma Francisco Campos instituiu uma nova concepção pedagógica, reorganizou o serviço de inspeção do ensino e estabeleceu que somente os inspetores devidamente habilitados e graduados, receberiam treinamento para realizar a reforma.

Capítulo 3

A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS INSPETORES ESCOLARES EM MINAS GERAIS

Considerados elementos essenciais para aplicar e realizar a reforma da educação no estado, os inspetores passavam por formação acadêmica e treinamento nos modernos métodos e processos de ensino para se transformarem em técnicos capazes de interpretar a reforma e atuarem como articuladores da nova proposta pedagógica e formadores de professores.

Depois de habilitados e treinados, mediante cursos ministrados por especialistas nacionais e internacionais, sobre a nova concepção pedagógica e os novos métodos e técnicas de ensino, oferecidos na Escola de Aperfeiçoamento, cabia a esses inspetores difundir a educação por meio de palestras e publicações de artigos na Revista do Ensino, dar aulas-módelo e prestar assistência técnico-pedagógica e administrativa.

3.1. A instituição do curso de aperfeiçoamento

Para realizar a reforma e consolidar o projeto de modernização e racionalização em Minas Gerais, o presidente, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, anunciou a necessidade da “criação de homens novos e de professores novos, não em idade, senão em espírito, que recebessem com largueza e simplicidade de animo, as novas correntes” (MENSAGEM, 1930, p. 36). Esse princípio tornou-se necessário e configurou-se como uma ideia fixa. Na mensagem à Assembleia Legislativa, o presidente do estado declarou:

No que toca ao ensino, já Guisot afirmava, com sua auctoridade de pensador e de homem de Estado: “As melhores leis, as melhores instituições, os melhores livros, são pouca coisa, enquanto os homens encarregados de po-los em pratica não tiverem o espirito cheio e o coração tocado de sua missão, e para Ella não levarem uma certa medida de paixão e fé” (MENSAGEM, 1930. p. 36).

Para atingir seus objetivos, o governo iniciou o processo de formação de professores, por meio de “um curso de aperfeiçoamento em que tomaram parte professoras vindas de quase todos os grupos escolares do Estado”. Segundo Antônio

Carlos Ribeiro de Andrada, o curso “decorreu, com muita efficiencia, entre 14 de junho a 15 de setembro de 1927” (MENSAGEM, 1929, p. 33).

Após o curso, algumas professoras deveriam assumir as funções de direção e outras, de inspetoras de ensino. Essas últimas deveriam colocar em prática, as novas metodologias e técnicas de ensino e prestar assistência pedagógica nas escolas. No discurso de abertura do referido curso, o Secretário do Interior, Francisco Campos, congratulou-se com as professoras e afirmou:

O de que, porém, na educação, mais se precisa é dos grandes professores. E estes, a ciência só não os faz ou suscita dentre os homens. O que na educação mais se precisa do que de ciência, é de alma. Porque só a alma transforma as verdades e os conhecimentos em forças espirituais, transmutando, pela sua ação de presença, as percepções neutras da inteligência em valores ativos e militantes. Minas Gerais se sentirá feliz se puder contar em cada professora com uma alma disposta a transformar a sua escola ou a sua classe em uma coisa viva e magnética, digna de sabedoria e da inocência das crianças (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 53).

Para o Secretário do Interior, a educação de Minas Gerais, precisava de “grandes professores”, capazes de se dedicarem à tarefa de educar e de transformar a escola e a sala de aula em um ambiente atraente e cheio de vida, conforme indicavam os novos referenciais pedagógicos adotados. Desse modo, a educação teria o poder de edificar “uma sociedade melhor, [porque] ela não só representa o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, mas também da futura sociedade que será constituída por eles” (DEWEY, 1979, p. 86).

Após o primeiro curso, houve um grande empenho para instalar uma instituição permanente, que pudesse “preparar e aperfeiçoar, do ponto de vista técnico e científico, os candidatos ao magistério Normal, à assistência técnica e às diretorias dos grupos escolares do Estado” (MINAS GERAIS, 1929)¹⁶¹.

A ideia de um curso pós-médio, como já foi dito, surgiu, em 1906, na Reforma João Pinheiro, conforme descreve o artigo 17, da lei: “Logo que julgar oportuno, poderá o Governo: I. fundar a escola normal-modelo na Capital, podendo anexar-lhe um curso

¹⁶¹ Decreto nº 8.987, de 22 de fevereiro de 1929. Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento. Em 30 de agosto de 1930, o regulamento foi revisto, pelo Decreto nº 9.653 e o seu objetivo foi assim enunciado: a Escola do Aperfeiçoamento “destina-se a dar aos professores primários uma técnica moderna de ensino, promovendo-lhes, ao mesmo passo, o desenvolvimento phisico, intellectual e social” (MINAS GERAIS, 1930, p. 620). Para saber mais informações sobre a Escola de Aperfeiçoamento ler: PRATES, Maria Helena de Oliveira. A introdução oficial do movimento da Escola Nova no ensino público de Minas Gerais, a Escola de Aperfeiçoamento. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1989.

superior” (MINAS GERAIS, 1906, p. 22). Em 1920, o Ensino Normal Superior foi criado, com possibilidades de contratar professores estrangeiros para a sua execução pela Lei nº 800. Em 1925, o Decreto nº 6.831 manteve a Escola Normal Superior e previu um curso de dois anos, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento pedagógico-literário de normalistas e, em 1927, o Decreto nº 7.970 criou uma “Seção Técnica” composta: “de um do Diretor da Escola de Aperfeiçoamento, de professores de metodologia e psicologia educacional da Escola Normal da Capital e da Escola de Aperfeiçoamento” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1158).

Finalmente, em 1928, na exposição de motivos do Decreto nº 8.162, de 1928, Regulamento do Ensino nas Escolas Normais, apareceu o objetivo dos Cursos de Aperfeiçoamento: “treinar uma elite de professores, bem como os assistentes técnicos, nos recentes métodos de ensino e em técnicas pedagógicas [...] a bem da eficácia do ensino primário e das suas imperiosas finalidades no quadro da cultura contemporânea” (EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 1928, p. 74) e em seguida a Lei nº. 1.036, de 1928, autorizou a instalação da Escola de Aperfeiçoamento.

Em mensagem, Francisco Campos, declarou como seria os procedimentos para a instalação da referida escola:

Fiz seguir para os Estados Unidos¹⁶² um grupo de professoras¹⁶³, para que ouvissem, por dois annos, os especialistas na matéria, para constituir, por meio da Escola de Aperfeiçoamento, o grupo que iria iniciar e desenvolver todo o processo de renovação, previsto para as escolas do Estado. Da mesma forma, contratei na Suissa, França e Belgica, professores de nomeada para o aperfeiçoamento do nosso professorado (FRANCISCO CAMPOS, 1930, p. 25).¹⁶⁴

¹⁶² Dewey criou a Universidade de Colúmbia (1905-1930) e recebeu nesta universidade estudantes de diversos países, inclusive do Brasil e do Estado de Minas Gerais (MONARCHA, 1989, p. 122). Na Universidade de Chicago, Dewey criou em 1896, a “*University Elementary School*”, onde implantou a escola-laboratório, para pesquisas e experiências educacionais, voltadas ao desenvolvimento de novos princípios psicológicos e biológicos, aplicados à prática pedagógica e à criação de novos métodos e materiais pedagógicos (DEWEY, 1979, p. 13).

¹⁶³ Do grupo enviado aos Estados Unidos, fizeram parte: Inácia Ferreira Guimarães, professora da Escola Normal Modelo. Amélia de Castro Monteiro, vice-diretora do Grupo Escolar Silviano Brandão. Alda Lodi, professora das classes anexas da Escola Normal Modelo. Benedita Valadares Ribeiro, Lúcia Schmidt Monteiro de Castro e Lúcia Monteiro Casasanta, professoras do Grupo Escolar Barão do Rio Branco (PRATES, 1989, p. 96).

¹⁶⁴ Theodore Simon, médico francês, professor da Universidade de Paris e diretor da Colônia de Alienados e Anormais, de Perry-Vandeuse. Auxiliou Alfred Binet, o criador dos primeiros testes de medida da inteligência humana e organizador das primeiras escalas de determinação da idade mental da criança. Junto com Binet, Simon achava que a Psicologia e a Educação deveriam basear-se na observação e experiência, no estudo sistemático da criança. Leon Walter trabalhava com Claparède, que também era médico, no Instituto Jean Jacques Rousseau, em Genebra. Artus Perelet do mesmo Instituto, [...] Claparède e sua equipe buscavam estudar as necessidades e os interesses das crianças- a chamada Pedagogia funcional. Da Bélgica veio Ovídio Decroly e Jeanne Louise Milde, professora da Academia de Belas Artes de Bruxelas. Hélène Antipoff, assessora de Claparède, em Genebra. [...] iniciou seus estudos em Paris, porém afeiçoando-se a questão da Psicologia Infantil, dirigira-se ao Instituto Jean Jacques

Para preparar uma “elite cientificamente fundamentada e tecnicamente aprimorada, que se colocaria em postos chaves na estrutura do ensino primário mineiro” (PRATES, 1989, p. 140), no sentido de pôr em prática as novas medidas estabelecidas pelos regulamentos era exigido “mettermos mãos solícitas e firmes na formação de um grupo de technicos, conhecedores do problema, na sua letra e na sua prática, e a cujas mãos cometteria a tarefa de interpretar e realizar os regulamentos” (FRANCISCO CAMPOS, 1930, p. 37).

Segundo Maria Helena de Oliveira Prates (1989), assim que retornaram ao Brasil: “Em meados de fevereiro de 1929”, as professoras enviadas aos Estados Unidos, Amélia de Castro Monteiro, Benedita Valadares Ribeiro e Lúcia Schmidt Monteiro de Castro, juntaram-se à “comissão europeia” e foram “incorporadas ao sistema de conferências [que] aconteciam, à noite, nos grupos escolares da capital” (1989, pp. 101-103).

Com a chegada da missão pedagógica europeia, que iria auxiliar o governo a desencadear o processo de renovação e com o retorno das professoras mineiras dos Estados Unidos, Francisco Campos instalou a Escola de Aperfeiçoamento. A instituição tornou-se “a grande responsável pela introdução dos pensamentos e técnicas da Escola Nova” (PRATES, 1989, p. 139). Na sua inauguração, no dia 14 de março de 1929, Francisco Campos declarou o que representava a criação dessa escola:

Com este acto, que constitue um dos mais memoráveis acontecimentos para a instrução publica mineira, [...] cumpre-vos transformal-a em uma officina de trabalho intenso e productivo [...]. Aqui se encontra um dos bastiões da nossa defesa e da nossa preservação intellectual e moral; uma das mais importantes columnas mestras no edifício da nossa cultura social é esta Escola; nesta Escola, também, contamos com um dos mais poderosos factores da nossa riqueza, [...] o trabalho racionalizado e consciente e obra da educação de formar e organizar o homem para o trabalho, seja elle de que ordem fôr, desde que voltado no sentido de tornar a vida mais nobre, mais fecunda, mais alegre e mais bella. As minhas saudações, igualmente, aos illustrados professores da Escola de Aperfeiçoamento, e particularmente, à brilhante missão européia, cuja efficaz cooperação conseguimos obter, reunindo em Bello Horizonte um luzido corpo de especialistas e de educadores, cuja inestimável collaboração será, estou certo, melhor encarecida pelos resultados do seu trabalho que eu auguro honesto e proficiente, porque feito com intelligencia e consciência (REVISTA DO ENSINO, 1929, pp. 26-28).¹⁶⁵

Rousseau, onde [...] trabalhou com Claparède. Esses professores chegaram a Minas Gerais em 23 de fevereiro de 1929, com exceção de Hélène Antipoff que chegou um semestre mais tarde, em substituição ao professor Leon Walter (PRATES, 1989, pp. 99-100).

¹⁶⁵ Discurso publicado na Revista do Ensino, nº. 32, em abril de 1929.

Assim a escola criada para formar os profissionais da educação, com base nos novos conhecimentos da biologia, da psicologia e da sociologia, aplicados à prática pedagógica e habilitá-los para realizar a “obra da educação de formar e organizar o homem para o trabalho” constituiu-se “num laboratório de pesquisas e experimentação na área de metodologia do ensino e num importante centro de irradiação dos novos métodos” (PEIXOTO, 1983, p. 146).

O editorial da Revista do Ensino, em 1930 assinalou o seguinte:

A escola de Aperfeiçoamento de Minas, que funciona, intensamente, há dois annos, vem dando excepcionaes resultados. Especialistas notáveis o têm afirmado, e, entre elles, o Sr. Eduardo Claparède, dos mais notáveis professores europeus e o Sr Lourenço Filho, director da Instrucção em S. Paulo, dos mais notáveis professores brasileiros. Methodologia Geral peculiar a todas as matérias do curriculum primário, psychologia educacional, desenho e modelagem, socialização, educação phisica, sociologia e biologia, - todos os conhecimentos, afinal, que se nos affiguram essenciaes á formação de um bom professor, alli se vêm ministrando as professoras recrutadas de todos os sectores do Estado, de acordo com um cuidadoso critério de selecção. Ajunte-se que, ao lado das aulas propriamente ditas, em que se passa em revista, por forma viva e interessante, o que há de importante nas varias especialidades, - há um fecundo trabalho de pesquisas no campo da psychologia e da methodology, de que muito se espera, não só para fixação de novos processos de ensino, como também para o conhecimento da creança brasileira, o que é fundamental em qualquer organização de ensino (REVISTA DO ENSINO, 1930, pp. 1-2).

O governo mineiro acreditava que os cursos, baseados nos novos processos de metodologia de ensino e de psicologia educacional, ministrados por especialistas nacionais e internacionais e as pesquisas nas áreas, poderiam fornecer aos professores conhecimentos sobre a criança e consolidar a nova organização pedagógica.

A imprensa noticiou o início das aulas: “De acordo com as manchetes do ‘Diário de Minas’ [...]. Em 13/3/1929, o jornal anuncia a instalação da Escola para o dia seguinte; em 14/3, louva a grande obra de Francisco Campos que se instala naquele dia [...]; em 15/3, noticia a festa de inauguração e os discursos acontecidos na véspera; em 19/3, sem precisar o dia, acusa que tiveram início as aulas da primeira turma” (PRATES, 1989, p. 105).

No primeiro curso de aperfeiçoamento¹⁶⁶, diversas normalistas atenderam “ao chamado do Secretário e constituíram a primeira turma da Escola”. A “[...] vinda dessas normalistas, para a capital foi um acontecimento marcante” (PRATES, 1989, p.115), serviu até de inspiração ao poeta e escritor Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), que homenageou as professoras com a poesia: “As Moças da Escola de Aperfeiçoamento”¹⁶⁷.

As professoras, recém-chegadas do interior, logo foram se acomodando, “rapidamente ocuparam as vagas dos pensionatos das freiras. Outros novos pensionatos foram organizados sob a responsabilidade de conceituadas senhoras e, finalmente, algumas jovens estabeleceram-se por conta própria, em regime de ‘república’” (PRATES, 1989, p. 116).

Segundo Francisca Izabel Pereira Maciel (2001), esses fatos produziram preocupação “com a reputação das professorinhas que deixavam o interior para virem morar em repúblicas na capital” e motivou o escritor Moacyr de Andrade a escrever o romance ‘República Decroly’ que foi lançado em 1935. O livro causou polêmica antes mesmo de sua publicação. A diretora da Escola de Aperfeiçoamento solicitou audiência ao Secretário Gusmão Junior, pediu para que o mesmo impedisse a publicação do romance, porque tal livro poderia prejudicar o conceito de tão modelar estabelecimento. Porém a diretora não foi atendida e o romance foi um sucesso: “segundo informações da editora, foram vendidos 1.200 exemplares em apenas dez dias” (MACIEL, 2001, p. 84).

Polêmicas à parte, diversas cidades do estado enviaram suas professoras, para o curso de aperfeiçoamento educacional. Francisco Campos solicitou que as diretoras indicassem “uma ou duas ‘boas’ professoras de sua escola” e também aceitou “as solicitações de membros influentes e de prestígio intelectual” (PRATES, 1989, p.142).

¹⁶⁶ “Como não havia local previsto para o funcionamento da Escola de Aperfeiçoamento, ocupou-se, então, o prédio da “Escola Maternal”, na Av. Paraopeba [hoje Augusto de Lima]. [...] criada por Melo Viana/Sandoval Azevedo (Decreto nº 6.833, de 21/3/1925) para que as mães operárias pudessem deixar seus filhos de três a seis anos enquanto trabalhassem. Não chegou a funcionar. [...] Esse prédio foi posteriormente destruído. Em seu local, ergueu-se o Fórum de Belo Horizonte. [...] Mais tarde, a escola foi transferida para um edifício ainda maior, na própria Av. Paraopeba, o prédio do atual ‘Minas Centro’” (PRATES, 1989, pp. 105-106).

¹⁶⁷ [...] De onde vêm essas garotas? eu que sei? Vêm de Poços, de São João Del Rei, Juiz de Fora, Lavras, Leopoldina, Itajubá, Montes Claros, Minas Novas, cidade novas de Minas ainda não cadastradas no Índice Coreográfico de Pelícano Frade? E são assim tão modernas, tão chegadas de Paris [...] Que vêm fazer essas jovens? Vêm descobrir, saber coisas de Decroly, Claparède, novidades pedagógicas, segredos de arte e de técnica revelados por Hélène Antípoff, Madame Artus, Mademoiselle Milde, mais quem? [...] (ANDRADE, 1979, p. 158).

Conforme o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento¹⁶⁸, para selecionar as alunas professoras, a Inspetoria Geral da Instrução poderia: “abrir concurso, pedir indicações aos directores e assistentes technicos, submeter os candidatos a testes ou empregar conjunctamente todos esses meios” (MINAS GERAIS, 1930, p. 621). A matrícula na escola também estava condicionada aos seguintes critérios:

ser normalista e ter, pelo menos, dois annos de magistério no Estado; ser menor de 35 annos; ter procedimento irreprehensivel; ter saúde e vigor phisico, bem como boa audição e visão; apresentar attestado pelo medico escolar; ter bom timbre de voz e pronuncia sem defeitos orgânicos, verificados pelo medico escolar e pelas professoras de methodologia; ter vocação para o ensino, podendo submeter-se a testes de orientação profissional; obrigar-se a prestar serviços ao ensino publico, no mínimo por espaço de cinco annos, ou indemnizar o Estado da importância equivalente aos ordenados e diárias recebidas, durante a época em que cursou a Escola (MINAS GERAIS, 1930, p. 621).

Os pré-requisitos exigidos estavam ligados à experiência profissional, à saúde física, à boa conduta, à vocação para ensinar e à “[...] fé no poder da educação”. Segundo o professor Firmino Costa (1929), era necessário possuir um “bom timbre de voz” e uma “pronúncia” perfeita para que a “[...] conversação transpareça sempre a mais decidida sympathia pela nobre causa, da qual vos fizestes servidores”. Para convencer os professores, os alunos, os pais de família e as autoridades, a conversação deveria soar como um “espelho dessa fé e dessa sympathia” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.104).

Essas exigências nos remeteram ao pensamento de John Dewey, quando se referiu às qualidades que pais e mestres deveriam possuir para “conduzir com êxito” a nova educação:

A pessoa amadurecida, para pôr o problema em termos morais, não tem o direito de recusar ao jovem, em dadas ocasiões, a capacidade de simpatia e compreensão que sua própria experiência lhe tenha dado. [...] é a necessidade de tais qualidades em pais e mestres que torna um sistema de educação baseado em experiência de vida algo mais difícil de se conduzir com êxito do que a dos velhos padrões da educação tradicional” (DEWEY, 1976, p. 30).

A nova educação, essencialmente moral, era um desafio que exigia habilidades de comunicação, de interação, simpatia e compreensão. Para fazer o curso, o estado iria pagar “dez mil reis de diária, além de seus vencimentos ordinários”, para as professoras

¹⁶⁸ Decreto nº 9.653, de 1930.

primárias em exercício, que residiam fora da Capital, enquanto frequentassem a Escola de Aperfeiçoamento e as que residiam na Capital teriam seus “vencimentos integraes, ficando isenta do exercício do cargo, durante o tempo de sua matrícula”.

Por outro lado, a aluna, professora deveria pagar uma “taxa de matrícula de 15 mil reis e uma taxa mensal de dez mil reis, destinadas á constituição da biblioteca da Escola” (MINAS GERAIS, 1930, p. 627). Em 1930, o governo anunciou os cursos realizados na escola:

Promovi dois cursos intensivos de aperfeiçoamento para o professorado em geral, versando os topicos essenciaes da methodologia. Promovi dois cursos intensivos de aperfeiçoamento para os assistentes technicos, que estão estimulando e orientando, com entusiasmo, o movimento pedagógico no interior. Promovi três cursos intensivos de educação physica para o professorado em geral, além do curso especial que tiveram os assistentes technicos (MENSAGEM, 1930, p. 26).

A assistente técnica do ensino, Zembla Soares de Sá¹⁶⁹, após ser aprovada em concurso público e realizar o curso de aperfeiçoamento, direcionado aos inspetores, inspecionou e deu assistência técnica às professoras do Grupo Escolar Barão do Rio Branco:

Nas minhas visitas às classes, tive oportunidade de ver applicados methodos e processos de ensino magnificos, tornando-se as aulas vivas e de interesse palpitante para os alumnos. Quanto aos “cadernos de planos de lição”, encontrei alguns optimos, havendo, entretanto outros que precisam de algumas modificações, para retratarem mais fielmente o que na realidade é feito em classe. Assim, peço a todas as professoras que dediquem o maior cuidado pelas columnas: “desenvolvimento” e “resultados”. Na primeira, façam constar os exercícios a serem dados; os methodos e processos a serem empregados e o material didatico a ser usado. Na segunda, registrem todas as observações feitas, bem como os nomes dos alumnos que não se sahiram bem algumas das disciplinas. Facilitará, desse modo, a organização dos planos subsequentes, [...] bem como no trabalho individual que deve ser feito, por mais homogenea que seja a classe (RELATÓRIO, 1936).¹⁷⁰

¹⁶⁹ Foi aprovada no concurso que aconteceu em maio e junho de 1929, conforme consta na publicação da Revista do Ensino nº 34 de junho de 1929 e fez o Curso de Aperfeiçoamento, conforme consta na Revista do Ensino nº 35 de julho de 1929.

¹⁷⁰ Relatório realizado no dia 22 de agosto de 1936. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

Segundo o relatório da assistente técnica, as professoras estavam aplicando os novos métodos e processos de ensino e suas aulas eram “vivas” e interessantes. Quanto ao preparo e ao planejamento das aulas, a inspetora encontrou “alguns optimos”, mas outros precisavam ser modificados. Assim, orientou como fazer o planejamento das lições no caderno e recomendou que as professoras registrassem com maior fidelidade as atividades realizadas em classe, porque tal procedimento tornava o trabalho pedagógico mais eficiente.

O assistente técnico, Osvaldo Vieira, no dia 23 de maio de 1935, em reunião com as professoras do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, também recomendou às professoras:

[...] registrarem, diariamente, os planos de aula, pois que, isto, só lhes pode reverter em benefício próprio, porque não se pode, logicamente, conceber a realização total e satisfactoria de um trabalho qualquer, sem que se tenha traçado, previamente, o seu plano de execução. Disse ainda que o pensamento do Governo instituindo o uso obrigatório da “caderneta escolar” não foi o interesse próprio, e sim, para que as professoras pudessem, com esse trabalho, suavizar e dosar as suas aulas. Falou-nos também da verdadeira missão do Assistente Técnico na Escola Nova, que não é outra, senão, a de solucionar os problemas de cada Estabelecimento, minorar as dificuldades, orientar o professorado, etc. Avisou às Professoras que está à disposição das mesmas para solucionar as dificuldades de cada uma, dando aulas-modelo, fazendo palestras diárias, ensinando jogos diversos etc [...] Serão iniciadas amanhã, sexta-feira, as aulas modelo e palestra diárias; a primeira aula será dada na classe da Profª. Manoelita Motta (1 anno) [...] (ATA DE REUNIÃO, 1935).¹⁷¹

Na ata de reunião, ficaram registradas as orientações do assistente técnico no que diz respeito à importância de fazer planos de aula, usar a “caderneta escolar” e sobre a “missão do Assistente Técnico na Escola Nova” de ajudar a resolver os problemas da escola, minimizar as dificuldades, dar aulas-modelo, ministrar palestras pedagógicas e ensinar atividades didáticas.

A Escola de Aperfeiçoamento, estruturada por docentes especializados¹⁷², de formação teórica e prática nos Estados Unidos e na Europa, possibilitou habilitar muitos

¹⁷¹ Livros de Atas de reuniões de professoras. Documento da Secretaria do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia/MG (1932-1937).

¹⁷² O corpo docente do início da Escola formou-se pela junção de diferentes origens. Alda Lodi, Lúcia Schmidt Monteiro Castro, Lúcia Casasanta e Amélia de Castro Monteiro, professoras de Metodologia. Os professores europeus, Theodore Simon, professor de Psicologia de fevereiro a maio de 1929. Leon Walter, professor de Psicologia no primeiro semestre de 1929. Mme. Artus Perrelet professora de Desenho e Modelagem lecionou 2 anos. Helêna Antipoff, professora de Psicologia e Jeanne Louise Milde, professora de Desenho e Modelagem lecionaram durante toda a trajetória da instituição [...] e

professores e inspetores, na nova técnica pedagógica. De acordo com Maria Helena Prates:

A linha europeia, mais psicologizada, colocava aquela ciência como começo e fim de todas as demais áreas que a ela deveriam estar submissas. A linha americana, caminhando mais para a questão metodológica, aceitava que as diversas disciplinas deviam, para seu próprio desenvolvimento e eficácia, nutrir-se de fundamentos e descobertas da Psicologia, mas tinham, ainda assim, vida e objetos próprios (PRATES, 1989, p.159).

A concepção americana se preocupava mais com os aspectos metodológicos, aplicados às disciplinas escolares e considerava importante a escola voltar-se para as necessidades do ensino na época. A concepção europeia concentrou-se mais nos estudos da psicologia infantil e na psicologia relacionada às várias matérias do ensino primário. Assim, as matérias de ensino¹⁷³, foram organizadas de modo a atender uma orientação psicopedagógica. Conforme afirmou Claparède, na conferência proferida no Teatro Municipal de Belo Horizonte, em setembro de 1930, publicada em 1931, na Revista do Ensino:

A educação, considerada sob o ponto de vista dos seus fins sociais é, em grande parte, a arte de ajustar o indivíduo a um dado meio social ou, melhor ainda, a um meio social ideal, em cuja elaboração ele próprio deverá trabalhar. Mas, sob o ponto de vista do indivíduo, a educação [...] segundo a fórmula a um tempo audaz e profunda que se destacou do estudo biológico da criança [...] é uma vida e não uma preparação para a vida. Conciliar os direitos da criança e as exigências do adulto, os direitos do indivíduo e os que são apanágio da sociedade [...] tal é a arte suprema do educador (REVISTA DO ENSINO, 1931, p. 31).

A função do professor era “ajustar o indivíduo” a uma “sociedade ideal”, pela educação. Para isso, seria necessário conhecer suas características, seus interesses e suas necessidades, para aperfeiçoar suas aptidões.

Renato Eloy Andrade foi o professor responsável pela cadeira de Educação Física (PRATES, 1989, pp. 147-148).

¹⁷³ “1º anno: Biologia (incluindo a social), Psycologia Educacional (compreendendo psychologia geral e individual, desenvolvimento mental da creança, técnica psychologica e elementos de estatística), Methodologia Geral, Methodologia da Língua Pátria, (linguagem, leitura e escripta), Socialização (comprehendendo as actividades extra-curriculares), Sociologia applicada à educação, Desenho e modelagem, Educação physica e Organização da biblioteca. 2º anno: Psycologia Educacional (desenvolvimento mental da creança, técnica psychológica), Methodologia particular a cada matéria do curso primário, Methodologia a Língua Pátria (literatura infantil, composição, grammática e orthographia), Socialização, Estudo dos diversos sistemas escolares (nacionaes e estrangeiros), Educação physica, Desenho e modelagem, Legislação escolar, Hygiene escolar (comprehendendo a alimentação) (MINAS GERAIS, DECRETO nº 9.653, 1930).

Os conhecimentos da psicologia foram usados, principalmente, para “medir em escalas, as variações de comportamento, conforme a idade, pela observação e aplicação de testes” e para aferir as capacidades dos alunos, ao entrar na escola e promover a “homogeneização das classes escolares [...] combinando-se idade e capacidade de aprender” (VEIGA, 2007, p. 271).

A aplicação dos testes foi prevista no Regulamento nº 7.970 do Ensino Primário de Minas Gerais e Francisco Campos, em discurso, deixou entrever que já eram experimentados nas escolas mineiras: “Da rotina escolar, por ventura, os tests de intelligencia, a graduação e a classificação dos alumnos, a noção das diferenças individuais, as varias technicas do ensino, ainda em tentativa, constituidas de planos de instrucao individual” (1930, p. 60).

O assistente técnico, Oscar Arthur Guimarães, após o curso de aperfeiçoamento¹⁷⁴, em colaboração com as professoras técnicas¹⁷⁵, Diva de Carvalho Faria¹⁷⁶ e Julia Lopes realizou testes mentais e pedagógicos nas classes do município de Juiz de Fora-MG:

O nosso plano de trabalho, previamente traçado, compreendia: a) classificação dos alunos, b) Formação de classes homogêneas. Na classificação seriam atendidos os três fatores: escolaridade, idade, inteligência. [...] Empregamos dois tests, ambos organizados no Laboratório de Psicologia da escola de Aperfeiçoamento: “Test Prime” e test “E. A.”, o primeiro para os alunos novatos e o segundo, para os repetentes. [...] Aplicamos o test Prime em 846 crianças. Examinamos com o test E. A. 556 crianças. Foram assim examinados 1402 alunos, pertencentes aos diversos grupos escolares da cidade, excluído, [...] o grupo noturno (REVISTA DO ENSINO, 1932, pp. 35-39).

Era responsabilidade dos assistentes técnicos planejar e “incentivar a aplicação dos tests pedagógicos e psicológicos e promover a sua padronização” e os resultados deveriam ser repassados para a Secretaria do Interior (MINAS GERAIS, 1927, pp. 1160 - 1164).¹⁷⁷

Segundo a assistente técnica do ensino, Maria Luiza de Almeida Cunha:

¹⁷⁴ Foi aprovado para exercer o cargo, em concurso realizado em maio e junho de 1929 (REVISTA DO ENSINO, nº 34 jun, 1929) e realizou o Curso de Aperfeiçoamento (REVISTA DO ENSINO, nº 35, julh. 1929).

¹⁷⁵ A partir do Decreto nº. 10.362, de 1932, algumas inspetoras, “assistentes técnicas do ensino” assumiram o cargo de “professoras técnicas”, para dar suporte pedagógico aos professores dos grupos escolares.

¹⁷⁶ A professora foi Assistente Técnica do Ensino, conforme consta na Revista do Ensino nº. 92 de julho de 1933.

¹⁷⁷ Decreto nº 7.970-A, de 1927.

Chegaram até 1º de junho de 1932 ao laboratório de psicologia da Escola de Aperfeiçoamento 27 relatórios de vários pontos do Estado, e 5 da Capital, referentes à aplicação dos ‘tests’ para homogeneização das classes em nossos Grupos escolares (1932, p. 22).¹⁷⁸

A realização dos testes permitia fazer o diagnóstico de capacidades e aptidões dos alunos e o prognóstico dos resultados escolares, tornando-se, portanto, instrumento valioso para tornar o trabalho pedagógico mais coerente, lógico e preciso. A professora Lucia Schmidt Monteiro de Castro¹⁷⁹, no curso de aperfeiçoamento, quando se referiu à nova organização pedagógica, afirmou que era “necessário classificar nossos alumnos para suavizar o trabalho da professora, para economizar tempo e para maior efficiencia do ensino” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.62).

Esses elementos faziam parte do processo de formação do trabalhador. Segundo a professora Monteiro de Castro (1929), também era importante a professora “reconhecer sua responsabilidade de tratar cada creança como um individuo, estudar sua natureza, conhecer seus interesses e adaptar sua instrucção ás suas necessidades” (1929, p.63). O êxito do trabalho pedagógico estava subordinado ao conhecimento psicológico dos escolares a que se devem adaptar o programa, métodos e processos didáticos.

Para Veiga (2007), a nova organização pedagógica enfatizava a “associação entre os diferentes estágios de aprendizagem infantil e a graduação dos saberes a ser ensinados; a relação entre capacidade da criança e o estímulo a ser desenvolvido” (2007, p. 271). A aprendizagem era concebida “como um processo de aquisição individual, segundo condições personalíssimas de cada discípulo” (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 151), e a assistência educativa deveria se adequar às necessidades de cada um, estimulando-os a buscar os conhecimentos:

pesquisando, perguntando, trabalhando, construindo, pensando e resolvendo situações problemáticas que lhes sejam apresentadas, quer na relação a um ambiente de coisas, de objetos e ações práticas, quer em situações de sentido social e moral, reais ou simbólicas (LOURENÇO FILHO, 1978, p. 151).

¹⁷⁸ Foi publicado, na Revista do Ensino, a chegada de relatórios referentes à homogeneização das classes escolares. Revista do Ensino. Ano VI, nº 68, 69,70. abr., mai., jun., 1932.

¹⁷⁹ Curso de aperfeiçoamento para os assistentes técnicos do ensino, ministrado na escola de Aperfeiçoamento. Publicado na Revista do Ensino. Belo Horizonte. Ano IV. n. 36, ago. 1929, p. 59-110.

O trabalho escolar, partindo de diferentes atividades educativas, deveria se ajustar às suas verdadeiras finalidades de: “preparar a linhagem que irá impulsionar ou administrar a vida econômica, social, intelectual e moral do país, bem como os obreiros, que em postos mais humildes, deverão também concorrer para o progresso da coletividade” (REVISTA DO ENSINO, 1940, p. 99).¹⁸⁰

A disciplina de trabalhos, modelagens e desenho, por exemplo, deveria desenvolver a inteligência, despertar os valores morais e ativar os bons hábitos. Nos “Termos de Visita”, do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, a inspetora, Mariana Noronha Horta, relatou o seguinte:

Visitei nos dias 6 de fevereiro, 2 e 16 de março, 3, 7 e 12 de abril, 5, 14, 22 e 24 de maio, este grupo escolar, em função do cargo. Assisti diversas aulas de trabalhos, modelagens e desenho decorativo [...]

São aulas magistrais, dinâmicas, vivas e que garantem aos alunos o seu desenvolvimento integral de ação, a sua conquista de hábitos que tornarão o indivíduo apto para vencer na vida de amanhã, o desenvolvimento da noção do bem, etc.

Percebe-se o interesse vivo do aluno o que é garantia incontestável do seu esforço, de dar vulto de realização ao ideal concebido ideal que essas professoras sabem provocar nas pequenas inteligências embrionárias de modo incisivo, coordenando atividades de pensamento e da [sic] mãos de modo correlacionado. [...]

Essas aulas constavam de modelagem espontânea, cópia do material em argila (escultura, baixo relevo e alto relevo) e desenho e composição com os motivos copiados (folhas, flores, frutos...) de riscos artísticos para peças em confecção (RELATÓRIO, 1937).¹⁸¹

As aulas pretendiam produzir nos alunos “conhecimentos, hábitos e atitudes indispensáveis para resolver os problemas de sua própria vida”, bem como, “levar a criança à participação no sentido, nos valores e na conduta da sociedade a que pertence” (TEIXEIRA, 1932, pp.19-20)¹⁸².

Conforme o Regulamento¹⁸³ do ensino primário, o método “tem sua característica essencial no facto de transformar o professor em excitador ou despertador das faculdades psychicas da criança” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1594), em orientador

¹⁸⁰ A homogeneização das classes e os resultados escolares em quatro anos (1935-1938). nº especial. Comunicado do Departamento de Educação. nº 173, abril de 1940.

¹⁸¹ Relatório realizado no dia 24 de maio de 1937. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Código: ME 2000/00662.

¹⁸² As Diretrizes da Escola Nova. Conferência realizada na Escola de Belas Artes perante a 4^a Conferência Nacional de Educação. Revista do Ensino. Belo Horizonte, Ano VI, nº 65- 66-67. jan/fev/mar, 1932. pp. 7-33.

¹⁸³ Decreto nº 8.094, 1927.

da inteligência do aluno e estimulador de seus interesses e necessidades intelectuais, morais e sociais¹⁸⁴. Nesse sentido, o professor deveria:

Fazer a criança agir – eis a única regra de educação conveniente com sua natureza, inteiramente de actividade. Pela acção se effectuam assimilação rápida do conhecimento; excitação do espírito, que a entretém em estado de constante curiosidade, de desejo de aprender; iniciação ao esforço pessoal de que dependem, com vigor do espírito, sua dextreza, sua profundidade, sua originalidade (REVISTA DO ENSINO, 1930, pp. 43-51).¹⁸⁵

Na educação baseada no método ativo, atividades escolares como histórias, poesias, dramatizações, jogos, projetos de trabalho, excursões e museu escolar¹⁸⁶ faziam parte dos recursos didáticos que deveriam ser utilizados nas salas de aulas.

As professoras do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, de Uberlândia-MG, cumprindo as orientações do Regulamento de ensino primário, reuniram-se em nove de março, de 1933, para ler as instruções contidas na Revista do Ensino, sobre a organização e a formação dos museus escolares:

Versou a leitura desse dia, sobre a organização e formação dos museus escolares. De acordo com as instruções da Revista Oficial do Ensino, cada classe deverá ter um museu próprio, cujas aquisições deverão ser feitas pelos próprios alunos, aquisições estas que acompanharão os planos e projetos em desenvolvimento [...] para as diversas disciplinas: Geografia, História do Brasil, Sciencias Naturais, etc, etc [...] os alunos apresentarão respectivamente suas coleções de mapas, vistas de cidades, retratos, biografias, quadros de batalhas, produtos animais, vegetais e minerais, etc" (ATA DE REUNIÃO, 1933).¹⁸⁷

¹⁸⁴ Sobre esses novos procedimentos metodológicos com ênfase na psicologia, Claparède explica a educabilidade a partir da teoria da Educação Funcional. “encarando [...] os fenômenos psíquicos do ponto de vista de seu papel - de sua função - biológico; ou, se refere, em função do conjunto da conduta, do comportamento total do ser. [...] a atividade mental representa uma adaptação ao conjunto da situação presente. [...] Aplicada à educação, esta teoria consiste em encarar os processos mentais do aluno como funções. [...] A educação pode definir-se, com efeito, assim: a atividade pela qual os adultos se esforçam por conformar, na direção que lhes parece desejável, o comportamento, isto é, os diversos modos de pensar, de sentir e de agir, da criança e do adolescente; [...] O educador propõe e a criança modifica-se a si mesmo. Nesse caso, “o sucesso da ação educativa organizada, por hipótese, em função da criança e de seus interesses, depende *praticamente* da habilidade do educador [...].” Assim o educador deve “conhecer a criança para melhor ajudá-la a tornar-se tudo o que pode e deve ser, eis a súmula da pedagogia funcional” (CLAPARÈDE, 1959. p. 97-104).

¹⁸⁵ Pedagogie Générale. Revista do Ensino, Belo Horizonte, n. 49, p. 43-51, set. 1930.

¹⁸⁶ MINAS GERAIS, Decreto nº 8.094, 1927, p. 1757.

¹⁸⁷ Livros de Atas de reuniões de professoras. Documento da Secretaria do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia-MG, (1932-1937).

Os museus escolares e as instituições escolares: “os clubes de leitura, os auditórios, o pelotão de saúde e o pequeno escoteirismo” (MINAS GERAIS, 1927, pp. 1200- 1203), deveriam ser planejados e executados pelos alunos, para desenvolver neles a iniciativa, o espírito de colaboração e solidariedade e as atitudes ligadas à formação do caráter.

Conforme afirmou a professora Amélia de Castro Monteiro¹⁸⁸(1929), os assistentes técnicos teriam “a grande missão de orientarem os professores, para interessá-los na prática das instituições escolares” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 83) . O clube de leitura, por exemplo, tinha a função de “desenvolver nos alunos o instituto social”, isto é, prepará-los para viverem em sociedade. Nesse sentido, em cada grupo escolar deveriam ser “organizados um ou mais clubs de leitura entre os alumnos das classes do terceiro anno e do quarto” (MINAS GERAIS, 1927, pp. 1200-1201) ¹⁸⁹.

Vimos indicações referentes a essas recomendações, na reunião de professoras¹⁹⁰:

...a prof. d. Maria José Brandão Risola expos um projeto, motivado pelos alunos de sua classe: _ A confecção do mobiliário para o ‘Club de Leitura’. Todas as professoras aprovaram a idea dos alunos do 4º ano B, coadjuvados por sua entusiasta professora, confirmando o grande valor desse ‘trabalho’, pois que, ele oferece ricas oportunidades ao desenvolvimento de todas as disciplinas do programa” (ATA DE REUNIÃO, 1933).

A professora Amélia de Castro Monteiro (1929) ressaltou que os clubes de leitura deveriam ser organizados de acordo com as matérias do programa de ensino, como por exemplo, clubes “de sciencias, de geographia, de hygiene, de jogos, etc”, visando sempre ao “desenvolvimento moral, phisico e intellectual” (REVISTA DO ENSINO, 1929, pp. 87- 88).

Outra atividade didática evidenciada pela professora que tinha o objetivo de “ligar a escola à sociedade”, mas principalmente “desenvolver certas qualidades dos alunos: iniciativa, a coragem de ter opinião e de emitti-la, organização, educação

¹⁸⁸ Professora da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, no Curso de Aperfeiçoamento, para Assistentes técnicos de ensino. Publicado na Revista do Ensino. Belo Horizonte. Ano IV, nº 35, jull. 1929, pp. 80-89.

¹⁸⁹ Decreto nº 7.970-A, 1927.

¹⁹⁰ Reunião de nove de março de 1933, realizada no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão-Uberlândia/MG. Livros de Atas de reuniões de professoras. Documento da Secretaria do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia-MG, (1932-1937).

esthética, conhecimento do Regulamento e da vida escolar, formação do espírito da escola" (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.83) era o auditório.

Conforme o Regulamento: "Quinzenalmente serão destinadas duas horas ao Auditorium, onde se devem reunir director, professores, alumnos e pessoas das suas famílias, quando convidadas" (MINAS GERAIS, 1927, p.1202). Contudo, para a professora Amélia de Castro Monteiro: "Tal como se tem feito entre nós, não é auditorium: é um festival, que fadiga immensamente o director e os professores, e não alcança os fins que tem em vista" (1929, p.84).

No curso de Aperfeiçoamento também foi ressaltado a "organização de excursões escolares" (MINAS GERAIS, 1927, p. 1170)¹⁹¹, como uma atividade pedagógica importante para a formação das virtudes de um bom cidadão. O assistente técnico do ensino, João Batista Santiago¹⁹², com o objetivo de orientar as professoras do Grupo Escolar do município de Divinópolis, sobre essa atividade e "esclarecer as grandes linhas gerais da Reforma Francisco Campos e dos modernos ideais educativos da escola nova" promoveu palestras pedagógicas e organizou uma excursão para 516 alunos. (REVISTA DO ENSINO, 1932, p.112).

No relatório de inspeção, publicado na Revista do Ensino, em 1932, o assistente relatou que realizou "mais de vinte palestras pedagógicas no Grupo Escolar de Divinópolis" e depois do ciclo de palestras demonstrou, para as professoras, como as carteiras deveriam ficar dispostas em classe, de acordo com a nova organização da sala de aula, na escola ativa e como proceder para arrumá-las:

Voltei à criança da primeira fila e ordenei que ela perguntasse a outra, da última fila, quantos anos tinha. O menino, para executar a ordem, teve que levantar-se e voltar-se para trás. Mais duas ou três crianças da frente tiveram de proceder da mesma forma para dizer alguma coisa aos seus colegas das últimas filas. E isto deu o resultado que se esperava: as crianças declararam, a uma nova pergunta, que a posição não era boa para conversarem uns com os outros. [...] perguntei se os pequenos eram capazes de arrumá-las para a nossa palestra, de maneira que ficássemos todos de frente uns para os outros [...]. Todos os olhares se voltaram para a mestra e ninguém se moveu! [...] Escutem meus amiguinhos! Estou aqui por ordem do governo, que deseja saber quais são os meninos, de todos os grupos, que sabem arrumar uma sala para contar histórias. Em todos os outros grupos escolares os meninos terão que fazer a mesma coisa, _ não é, professora? [...] podem arrumar sem medo, e com toda liberdade, as carteiras [...] A sala tremeu, como si um terremoto abalasse os seus alicerces (REVISTA DO ENSINO, 1932, pp.114-115).

¹⁹¹ Decreto nº 7.970-A, de 1927.

¹⁹² Relatório da excursão dos alunos do Grupo Escolar de Divinópolis. Revista do Ensino. Ano VI, nº 65-66-67. jan/fev/mar, 1932.

O relato da experiência sobre a arrumação das carteiras revelou que os alunos não estavam acostumados a se movimentarem em sala de aula e muito menos arrumarem as carteiras, de maneira que todos ficassem uns de frente para os outros, tal realidade impedia o desenvolvimento social dos alunos.

Ainda no Curso de Aperfeiçoamento dos assistentes técnicos, a professora Lúcia Schmidt Monteiro de Castro¹⁹³, frisou que “a organização da sala de aula, como ordinariamente se faz, oferece muitas desvantagens”. Para a professora, “Tal organização, com os alunos sentados de costa uns para os outros, fixos nas suas carteiras e voltados só para o professor, para quem converge toda a atenção da classe, é apropriada para o velho systema, em que o professor era tudo” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 92). Segundo a professora:

Na introdução da escola activa, o actual ambiente deve ser modificado de molde a dar aos alumnos liberdade de movimentos e permitir-lhes que se vejam e falem, ouvindo com atenção a opinião dos outros e discutindo-a serenamente, adaptando-a, modificando-a, rejeitando-a (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 92).

Na escola activa, o ambiente deveria ser organizado de acordo com a natureza infantil, propiciando ao aluno a liberdade de se movimentar, de falar, de ouvir, de observar, de estar em constante atividade física e mental, de modo a provocar o seu desenvolvimento integral, e, sobretudo a iniciativa e o espírito de cooperação.

O “velho” ambiente da sala de aula não atendia às necessidades e aos interesses dos alunos, preconizados pela Escola Nova. Em vista disso, todos os esforços deveriam ser empreendidos, no sentido de modificá-lo. Assim, foi ensinado para as professoras do Grupo Escolar de Divinópolis, como arrumar a sala de aula, com a ajuda dos alunos. Conforme relatou o inspetor João Batista Santiago, a operação durou “[...] quatro minutos e meio apenas, e tudo voltava à serenidade: as carteiras em círculo, a meninada em seus lugares, [...] Somente havia mais animação nos rostinhos vermelhos e um brilho novo de malícia brejeira nos olhinhos onde sorria a satisfação” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 116). Após as orientações repassadas, o inspetor declarou:

¹⁹³ Organização da sala de aula, Revista do Ensino, n. 35, p. 92, jul. 1929.

...eu sentia, agora, depois daquela demonstração prática, que as crianças, com a sua vivacidade, com seu entusiasmo, numa colaboração espontânea [...], haviam dado corpo e vida ás minhas palavras, fornecendo aos professores a prova concreta e palpável das novas possibilidades educativas (REVISTA DO ENSINO, 1932, p.112).

O inspetor considerou que conseguiu demonstrar, na prática, a possibilidade educativa de contar com a colaboração dos alunos, na organização do ambiente da sala de aula, aspecto importante para o seu desenvolvimento social. Entretanto, quanto à organização da excursão, no grupo escolar de Divinópolis, João Batista Santiago, fez algumas considerações sobre o seu desempenho:

Devo consignar aqui algumas falhas, que deviam todas ser previstas e evitadas, mas que não previ nem pude evitar. Ei-las: a) A compra do material e dos alimentos devia ter sido feita pelas crianças, e não foi. b) A obtenção do meio de transporte dos alimentos e utensílios, igualmente, foi outra esplendida oportunidade que perdemos, deixando como deixamos de entregar a solução desse problema á iniciativa das crianças (REVISTA DO ENSINO, 1932, p.120).

O inspetor considerou que falhou porque, no desenvolvimento do projeto, agiu no lugar dos alunos e tirou a oportunidade de eles realizarem tarefas consideradas educativas e importantes para adquirirem novos conhecimentos e desenvolverem suas faculdades intelectuais e sociais.

Contudo, revelou que estava: “satisfeito até ao ponto de me sentir orgulhoso de ter conseguido atingir o objetivo culminante de meu trabalho” que foi o de “mostrar e demonstrar que a verdadeira disciplina, a disciplina interior, natural e espontânea, só pode existir em um ambiente de liberdade ativa” onde a criança aprende a “noção de responsabilidade [...], _ pensando, agindo e reagindo no sentido exato das justas solicitações plasmadoras de sua personalidade” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p.121).

A liberdade ativa, dada pela atividade é uma liberdade para agir conforme as regras, com a intenção de fazer com que os alunos se tornassem mais responsáveis, mais eficientes, mais cooperativos, a ponto de se colocarem na condição de fazer o que deviam, e não o que queriam.

A escola projetada como uma sociedade ideal e adaptada às novas exigências de uma coletividade moderna tinha que ser ativa em seus métodos e processos didáticos, tinha que se utilizar de experiências extracurriculares e atividades lúdicas significativas,

para transformar conhecimentos em atitudes úteis à vida em sociedade e ensinar valores e princípios necessários à formação do cidadão moderno.

Para ajudar a produzir a escola que iria formar esse cidadão, o Regulamento do ensino primário, de 1927, instituiu “um complexo sistema de inspeção escolar” (PEIXOTO, 1983, p.133), redimensionou as atribuições do inspetor do ensino, previu um processo de seleção rigoroso e uma formação específica, para transformá-lo em um agente do estado, capaz de interpretar e reproduzir as determinações contidas na reforma do ensino, intervir, efetivamente, nas atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas na escola e formar o professor.

3.2. A seleção e formação dos inspetores

O Regulamento do ensino primário, no artigo 73, estabeleceu que os inspetores escolares fossem escolhidos “de preferência dentre os membros do magistério público pelas notas de merecimentos registradas na Secretaria do Interior, exigido, porém o diploma da Escola de Aperfeiçoamento”. Entretanto, no § único do mesmo artigo ficou instituído que: “Em quanto não houver diplomados pela Escola de Aperfeiçoamento, os assistentes técnicos serão nomeados mediante concurso, que se realizará de acordo com as instruções expedidas pela Inspetoria Geral da Instrução pública” (MINAS GERAIS, 1927, p.1162).

Essas disposições evidenciaram a intenção do estado de regulamentar o processo de seleção e formação do inspetor. No mesmo ano em que a lei foi instituída, em 1927, a Revista do Ensino noticiou a abertura das inscrições e as condições exigidas para o primeiro processo seletivo: “Até 31 de dezembro do corrente anno, na Secretaria do Interior, estão abertas as inscrições de concurso para o provimento de logares de inspetores técnicos do ensino público primário”. Para o concurso, os candidatos deveriam apresentar “certidão que provem serem maiores de 21 e menores de 36 annos; attestado de boa saúde e de vacinação, attestado de boa conducta, passado por pessoa de reconhecida idoneidade moral, a juízo do Sr. Secretário do Interior” (REVISTA DO ENSINO, 1927, p.555).

Os pré-requisitos exigidos pelo governo para se inscrever no processo seletivo revelaram o perfil do candidato. Teria de ser preferencialmente, membro do magistério público, com uma boa formação intelectual, jovem, saudável e atestar boa conduta moral. No que concerne aos atributos morais, Dewey afirma que: “A disciplina, o

desenvolvimento natural, a cultura, a eficiência social, são característicos morais – são traços de um individuo que é digno membro da sociedade que a educação tem em mira fazer prosperar” (1979, p. 395).

O Presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, em mensagem noticiou: o número de circunscrições que precisavam ser ocupadas, a abertura do concurso, o número de candidatos inscritos e quantos foram aprovados: “Das 33 circunscrições, 12 estão vagas. Para o provimento destas e das que estão sendo ocupadas por Assistentes technicos comissionados, foi aberto concurso, em que se inscreveram 40 candidatos, dos quaes se apresentaram às provas 18, e destes, 4 foram habilitados” (MENSAGEM, 1928, p. 47)¹⁹⁴. O resultado indica um processo seletivo rigoroso.

Segundo a publicação na Revista do Ensino, o concurso foi organizado da seguinte maneira: Inicialmente, os candidatos foram submetidos a provas escritas das matérias de: “Portuguez, Francez e Arithmetic, mediante pontos tirados à sorte”; após o julgamento das provas escritas realizaram provas orais sobre as matérias de: “Portuguez, Francez e Arithmetic, Geographia, Historia do Brasil, Physica, Chimica, Botanica, Zoologia, Nutrição, Geometria e Desenho Linear, Pedagogia, Hygiene escolar” e se o candidato fosse classificado com média final superior a cinco seria submetido a uma prova prática constituída: “de aulas modelos, dadas em um dos grupos da Capital, de acordo com os programmas primários officiaes, e segundo o ponto que for sorteado com 24 horas de antecedência”. Além das aulas-modelo os candidatos deveriam: “realizar uma inspecção em um dos grupos escolares da Capital, fazendo, em seguida, perante commissão examinadora, um relatório verbal” (REVISTA DO ENSINO, 1927, p. 556).

Em 1929, a Revista do Ensino publicou um novo concurso: “59 concorreram às provas eliminatórias de Portuguez, Arithmetic e Francez, dos quaes somente dezenove¹⁹⁵ foram considerados habilitados e com direito a se submeterem às provas práticas” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 61). Os candidatos classificados fizeram as provas práticas, as quais constaram de um relatório “sobre aulas assistidas pelos

¹⁹⁴ O documento analisado não indicou os nomes dos habilitados.

¹⁹⁵ 1º Oscar Arthur Guimaraes, 2º José Maria Paradas, 3º Levindo Furquim Lambert, 4º Adherbal Alvarenga, 5º Salvador Pires Pontes, 6º João Rezende da Costa, 7º José Emygdio de Lima, 8º José Albano de Moraes, 9º Jose Americo da Costa, 10º Aymoré Dutra, 11º Rafael Grisi, 12º Luiz de Padua Ducca, 13º Duntalmo Prazeres, 14º Otilio Gonçalves, 15º Zembla Soares de Sá, 16º Emmanuel Brandão Fontes, 17º Jair Guimarães de Paula, 18º José Raymundo Netto, 19º Abel Fagundes.

concurrentes”, de uma aula modelo¹⁹⁶ e da realização de um plano de aula no caderno de preparação de lições, nos termos do Regulamento Primário (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 64).

O processo seletivo para concorrer à vaga de inspetores, no estado, foi rigoroso e criterioso, porque Minas Gerais precisava de profissionais competentes, dedicados e capazes de divulgar e realizar os princípios da reforma do ensino, na escola. Nesse sentido, exigiu-se dos futuros inspetores escolares, “assistentes técnicos”, atributos morais, uma boa formação científica e o domínio dos conteúdos das matérias de ensino e dos métodos e processos didáticos, aplicados nas escolas primárias.

Para estimular e convencer os professores e a comunidade em geral, sobre a importância de realizar essa nova educação e desempenhar bem o papel de agentes da nova reforma, todos os inspetores aprovados deveriam ser treinados na Escola de Aperfeiçoamento.

O curso¹⁹⁷ foi organizado pelo Inspetor Geral da Instrução, o professor Mario Casasanta e teve como objetivo principal “fornecer aos novos inspectores direcções para uma assistência eficiente”. Os assuntos estudados foram a função da escola, a sua nova organização administrativa e pedagógica, os programas de ensino, a metodologia geral e a específica de cada matéria de ensino, a importância da biblioteca, o prédio escolar e o mobiliário, as instituições complementares à escola, as comemorações cívicas, o papel das associações das mães de família, o objetivo da caixa escolar e a legislação escolar (REVISTA DO ENSINO, 1929, pp. 73-74).

Para o Inspetor Geral, a intenção do estado era manter uma formação continuada e regular “através de publicações diversas de outros cursos [...] e reuniões periódicas”, porque: “Técnicos, só o teremos, de facto, com o desenvolvimento lógico da actual organização” (REVISTA DO ENSINO, 1929, pp. 73-74), considerada imprescindível para a nova ordem social e econômica que se desejava implantar.

Por um período de dois meses, os inspetores tiveram aulas ministradas pelos professores Lucia Schmidt Monteiro de Castro, Benecdita Valladares, Amélia de Castro

¹⁹⁶ Houve, com antecedência, um sorteio de pontos, que foram distribuídos entre os candidatos. Os temas foram: A árvore; Belo Horizonte e algumas cidades mineiras mais importantes; Círculo, circunferência, Leitura, 1^a lição; Os mosquitos como transmissores de moléstias; Soma e subtração; problemas escritos, Os bandeirantes; Redação de cartas; Pontos cardinais; Prumo e nível, sua aplicação; O Governo da União; Frações decimais, Emprego do zero; Língua Materna; conversa com os alunos, ideias dos valores um, dois, três,... até dez; A eleição; Ciências naturais, desenvolvimento de um centro de interesse (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 64).

¹⁹⁷ A Revista do Ensino publicou o curso de aperfeiçoamento, ministrado aos inspetores. Ver o conteúdo do curso no Anexo I da tese.

Monteiro, Firmino Costa e Renato Eloy de Andrade (REVISTA DO ENSINO, 1929, pp.74). A professora Lucia Schmidt Monteiro de Castro tratou de aspectos referentes à função da escola que era “preparar o indivíduo para melhorar o caráter de seu procedimento” e prepará-lo para a vida, e “o melhor meio de se preparar para a vida é viver eficientemente o momento actual” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 89).

Para cumprir com essa finalidade, conforme afirmou Dewey (1979), o professor “no ato direto de ensinar [...] deve estar familiarizadíssimo com a matéria, mas a sua atenção deve concentrar-se na atitude mental e nas reações do discípulo [e] não se preocupar propriamente com a matéria e, sim, com a interação da mesma com as necessidades e aptidões atuais do aluno” (1979, p. 202).

Nessa direção, Lucia Schmidt Monteiro de Castro (1929) destacou a necessidade de os professores não só conhecerem as matérias de ensino e saber transmiti-las, mas também fazer “um estudo acurado dos indivíduos que se ensinam, conhecer-lhes os poderes, as tendências, o lastro que penetra a hereditariedade que lhes foi transmitido”. Depois de “Conhecidos taes poderes e tendências”, estes elementos “devem ser canalizados, corrigidos e dirigidos, evocados uns, estimulados outros [...] transformando o meio e creando condições favoráveis” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 89).

Daí sim, seria possível mudar o comportamento, para atender as necessidades da nova sociedade que se pretendia implantar. Em vista disso, a professora Benedita Valladares criticou a organização da “velha escola” e demonstrou a importância de os inspetores ensinarem às professoras como aplicar os conceitos de interesse, disciplina e liberdade, propostos pela nova concepção pedagógica. Segundo a professora, os novos referenciais pedagógicos indicavam que a disciplina é resultado do trabalho feito com atenção, com interesse e com plena liberdade de pensar, falar e agir:

si os alunos são indisciplinados, no conceito em que se tem ordinariamente a palavra disciplina, a culpa cabe à organização da escola. Dê-se-lhes liberdade de expressão, [...] ensejo para se moverem, para tagarellarem, para agirem e para satisfazerm a curiosidade [...] O que a velha escola tem feito é collocar um homem, com paciencia ou sem Ella, deante de um grupo de meninos suffocados por uma organização inadequada [...] a escola antiga é feita e construída, de acordo com os ideaes dos adultos [...]. Esquece que as creanças devem viver integralmente a infânci. [...] não permite que a creanças se desenvolvam naturalmente, dando expansão a suas tendências e inclinações, mas cercea-lhes a natureza, impondo-lhes o que lhe parece necessário como preparação para a vida (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 76).

A escola mineira não poderia mais premiar “a passividade e o espírito de pura aquiescência” e nem dar “ênfase sobre ficar quieto” (DEWEY, 1976, p. 60). Todavia, a liberdade não podia ser confundida com a liberdade de movimento, que se revelava em pular, correr, derrubar e subir nas carteiras. O mais interessante era desenvolver a verdadeira disciplina, como conceituou Dewey:

Uma pessoa é disciplinada na medida em que se exercitou a pesar suas ações e a empreendê-las resolutamente. Acrescente-se a esse dom uma capacidade de resistência, sem uma empresa intelligentemente escolhida, à distração, às perturbações e aos obstáculos e tereis assim a essência da disciplina (1979, p. 141).

O conceito de disciplina, concebido por Dewey e inscrito na legislação mineira, está vinculado à capacidade do indivíduo de ponderar sempre as suas ações e executá-las com decisão e determinação. Essas características eram importantes para transformar os alunos considerados rebeldes, famintos e preguiçosos em trabalhadores produtivos e eficazes. Isso porque conforme afirmou a professora Benedicta Valladares (1929) “nossas crianças são pessimamente alimentadas e muitas passam por indisciplinadas, indolentes ou insubmissas” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 77).

Portanto, era necessário educá-las, promovendo o seu desenvolvimento social e moral, proporcionando “situações naturaes em que as crianças se portem bem, pensem, resolvam e tomem atitudes boas e nobres”, mas também estimulando o desenvolvimento mental “pondo em jogo a observação, a iniciativa, o raciocínio”, mediante o “ensino intuitivo” e por fim, fomentar o seu “desenvolvimento physico” falando da “alimentação, da liberdade de movimento, das condições hygiênicas, asseio corporal, sapatos, etc” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 77).

Para a professora Benedicta Valladares, todos esses aspectos tinham que ser trabalhados “na infância e na adolescência”, porque senão, “difficilmente cumprirão mais tarde seus deveres e não estarão aptos para resolver os problemas da vida e cooperar com a coletividade” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 77), conformeencionava o estado.

Prosseguindo o Curso de Aperfeiçoamento, a professora Amélia de Castro Monteiro (1929) referiu-se às “instituições escolares”¹⁹⁸, criadas principalmente para desenvolver nos alunos:

¹⁹⁸ Os clubes de leitura, os auditórios, o escoteirismo, o pelotão de saúde.

a iniciativa, a coragem, a lealdade, a sympathia, a confiança em si, a tolerância, o respeito pela personalidade alheia, o espírito de cooperação, a ordem adquirida nos jogos, a estabilidade emotiva, que lhes permitte receber serenamente o aplauso e a censura, o destemor de affirmar e de negar, a coragem de affrontar os puros e o ridículo, a coragem de emittir opiniões e de receber a critica dos outros, o domínio de si próprio, o desenvolvimento physico, o bom humor, a alegria, o convívio de ambos os sexos, o porte correcto, etc (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.82).

Os clubes de leitura, os auditórios, o escoteirismo, o pelotão de saúde, bem como os trabalhos em grupo e as excursões escolares foram consideradas atividades pedagógicas muito adequadas, para desenvolver esses aspectos nos alunos e dar a eles aptidões e hábitos sociais necessários, para ser úteis à sociedade. Desse modo, os assistentes técnicos não poderiam descuidar-se dessas atividades, porque elas representavam “um campo de práticas de virtudes essenciais para um cidadão verdadeiramente eficiente” tinham assim “a grande missão de orientarem, nesse sentido, os professores, para interessá-los na prática das instituições escolares” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.81-83).

Os eventos escolares também eram motivo de formação do cidadão. Assim, a população deveria ser convidada a participar e a prestigiar a educação. A presença da comunidade em geral, pais, representantes políticos estaduais e locais dava credibilidade à educação escolar pública, como, ocorreu no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, em Uberlândia-MG:

Aos trinta dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e dois, presentes no salão de festas do Grupo Escolar Bueno Brandão desta cidade [Uberlândia-MG] grande número de pessoas entre elas autoridades, diretora e professoras, realizou-se a solenidade da entrega de diplomas dos alunos que no corrente ano terminaram o curso primário. A sala caprichosamente ornamentada emprestava ao ambiente graça e encanto, os diplomandos deixavam transparecer em seus semblantes o contentamento que lhes ia nalma, enquanto a assistência esperava ansiosa o desenvolver do programa. Aberta a sessão presidida pelo snr Dr. Arnaldo de Moura d.d. Juiz de Direito da Comarca; foram convidados a fazer parte da mesa os Srs. Celso Vasconcelos, Francisco Barbosa e snrs Nestor Resende, Inspector Escolar, Alexandre Faria, Orestes Ferrari, Nelson Cupertino e Jerônimo Arantes. [...] [...] seguindo a segunda parte do programa, as apresentações culturais (ATA DE REUNIÃO, 1932).¹⁹⁹

¹⁹⁹ Livros de Atas de reuniões de professoras. Documento da Secretaria do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia-MG, (1932-1937).

Geralmente, as autoridades convidadas para solenidades escolares faziam parte das instituições complementares e auxiliares da escola, dos Conselhos escolares municipais²⁰⁰ ou das Associações das mães de família²⁰¹. A intenção do governo era envolver as autoridades e a família na melhoria da educação e na formação de novos valores, hábitos e atitudes. Porém, a professora Amélia de Castro Monteiro (1929) salientou que a escola tinha:

a tarefa de manter o vigor natural das creanças, de impedir moléstias e remediar defeitos. Deve ter sempre em vista que o espírito é tanto um escravo do corpo como seu senhor, pois as reações mentais são influenciadas pelas condições physicas. A efficiencia é a base desejável, senão necessária para o bom humor, a boa conducta e a intelligencia. Assim também, o que affectar o centro nervoso, os órgãos dos sentidos e os apparatus nervosos e muscular (movimento dos olhos, bocca e mãos) terá influencia directa sobre as actividades intellectuaes (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 71).

Em vista disso, não só a família, mas principalmente a escola deveria promover os meios de melhorar as condições físicas dos alunos, estudando os alimentos, ensinando como se alimenta, despertando o interesse pela boa alimentação, provendo “meios de alimentação para as creanças sem recursos” e, além disso, conquistando “a colaboração dos pais na merenda, por meio da Associação das Mães de Família” que poderia “se encarregar de administrar a cozinha, angariar donativos, si a caixa escolar não suportar as despesas, emfim, procurar todos os meios possíveis de melhorar as condições de saúde das creanças” pois, “da boa alimentação depende muito o vigor de um povo e, consequentemente, a grandeza do paiz” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 71).

O curso de aperfeiçoamento dos inspetores assinalou que a “escola deve ser um arranjo de condições que favoreçam o desenvolvimento [integral] dos alunos” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.80), em todos os aspectos, na saúde, na higiene, na moral, no social e no intelectual.

²⁰⁰Os Conselhos Escolares Municipais eram compostos pelo “presidente da Câmara Municipal, diretor do grupo escolar, Juiz de direito, do vigário” para estimular o desenvolvimento do ensino primário, competia ao Conselho: “solemnizar as festas escolares e as distribuições de prêmios, representar o governo sobre as necessidades do ensino no município [...], zelar pela observância da obrigatoriedade do ensino e estimular, por todos os meios, a matrícula e a frequência nas escolas; [...] promover a obtenção de fundos para as caixas escolares e fiscalizar sua aplicação [...]” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1206).

²⁰¹As Associações das mães de família se destinavam a “cooperar estreitamente na escola com as autoridades escolares no sentido de levantar na escola o nível moral e de saúde, promover a matrícula e a frequência escolar, concorrer para o desenvolvimento e o progresso das instituições escolares” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1204).

O professor Firmino Costa, em suas aulas sobre a língua pátria considerou o que estava no programa do ensino primário: “o ensino da língua pátria há de ter um objectivo supremo, que passará além da escola: o de encaminhar o alumno para a bibliotheca, ainda sendo pequenino, mas freqüentada por elle como “Templo da Paz”” (MINAS GERAIS, 1927, p.1583).²⁰²

Com base nesse princípio, Firmino Costa (1929) destacou a importância de constituir a biblioteca, de frequentá-la e de “introduzir na escola o verdadeiro ensino da leitura” para “habituar o alumno á leitura methodica, desde o curso primário”, para “servir-se della como meio de desenvolver a intelligencia e de solucionar os casos da vida” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 109) e ainda, “subir sozinho, si não tiver apoio, os degraus da escala social” (MINAS GERAIS, 1927, p.1583).

No curso primário, a leitura teria que ser considerada como “o primeiro alimento intellectual que se lhes oferece, para ser assimilado pela sua intelligencia em formação” e ministrada principalmente, de maneira “recreativa, como que uma nova forma dos jogos infantis”, para as crianças encontrarem nela “a sua actividade, a sua alegria, as expansões da vida” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 110).

No cumprimento das indicações, no que concerne ao ensino da língua pátria, a assistente técnica de ensino, Helena Penna, em sua visita ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco, assistiu à leitura dos alunos, deu testes para avaliar a rapidez e o desprendimento no ato de ler, observou se havia bibliotecas nas classes e registrou, no relatório, a sua impressão sobre o desempenho profissional dos professores, no que diz respeito ao cumprimento das normas regulamentares, para promover o “desenvolvimento integral das crianças”:

Dia 22 – Classe da prof.^a Julieta Lopes. Turma de IV ano com 25 alunos.[...] Assisti à boa leitura dos alunos, examinei os cadernos de cartas, redações e ditados, sob a forma de contratos, os de geografia com trabalhos coletivos de pesquisa, etc. Dia 28 – Classe de IV ano, regida pela prof.^a Maria de Castro Queiroz. Matrícula 42 alunos; presentes 35. Recebiam os alunos, na ocasião de minha visita á classe, problemas muito variados e difíceis sobre inteiros e decimais, formulados e corrigidos pelos próprios discípulos. Aos alunos dessa classe e aos das prof.^a M.^a da Conceição Villela e Julieta Lopes dei dois “tests” iguais, afim de avaliar a rapidez da leitura, a ortografia e a espontaneidade de linguagem nas respostas escritas. Dia 29 – Classe de III ano, regida pela prof.^a Georgina Malard. Matrícula 38; presentes 31. Após haver [fl.2v] assistido à aula de língua patria sob a forma de um jogo e á leitura desembaraçada da maioria dos alunos, dei um

²⁰² Decreto nº.8.094, de 1927.

exercício de redação e “tests” de multiplicação. Dia 1º de Abril – Classe de II ano A, regida pela prof.^a Vera Fonseca. [...] Depois de haver examinado as ultimas provas mensais, visadas pelos pais, dei aos alunos um “test” de leitura, cujo resultado foi bom. [...] Deixo aqui registrada a ótima impressão que recebi do grupo, pela harmonia entre o corpo docente, pelo esforço e a dedicação das prof.^{as} para o desenvolvimento integral das crianças, pelas iniciativas louváveis, como museus, bibliotecas, clubs, [...] e, sobretudo, pela liberdade educada de que gozam os alunos nas aulas (RELATÓRIO, 1932).²⁰³

Para Firmino Costa, o sucesso da reforma escolar dependia da assimilação e da utilização de novas práticas educativas, pelo professor na sala de aula, e principalmente do seu exemplo, como um bom leitor, para ensinar o valor da leitura, “não mais como um mero estudo filológico ou literário, porém, acima de tudo, como propriedade do povo, como máquina que precisa de ser cada vez mais aperfeiçoada, afim de adaptar-se á marcha da civilização” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 115).

Os professores deveriam compreender que o domínio da língua pátria era “um instrumento de progresso”, um meio de “collaboração no desenvolvimento social”, portanto, era necessário ensinar o povo a falar, a ler, a escrever e a entender a língua, “para ao mesmo tempo aprender a pensar, a relacionar-se, a agir em bem da vida nacional” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 115).

À vista disso, Firmino Costa (1929) afirmou que era “urgente que o professorado se reeducasse nesse sentido” e sugeriu a utilização, no primeiro ano do curso normal, das “obras de Júlio Verne, indo até o ‘Guarany’, de José de Alencar; no segundo anno alcançará Machado de Assis, ‘Samurais e mandarins’, de Luiz Guimarães, aos Meus Amores, de Trindade Coelho, e ‘O Atheneu’, de Raul Pompeia”. No curso preparatório considerou importante a leitura de ‘Os Lusiadas’, de Camões e finalmente, para o curso de aplicação, a leitura deveria ser “exclusivamente pedagógica, tendo por objetivo a formação profissional” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 110).

Por outro lado, Firmino Costa (1929) fez a seguinte observação, para os inspetores do ensino: “antes de procurar conhecer o preparo do professor, cumpre ao assistente técnico preparar-se a si próprio” e, sobretudo, se avaliar e perguntar: “Eu, que vou julgar o trabalho da escola, terei realmente capacidade para isso?” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.109).

²⁰³ Relatório realizado no dia 27 de abril, de 1932. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

Para aprenderem avaliar e entender as situações decorrentes do cargo, Firmino Costa (1929) indicou, para os assistentes técnicos, a leitura das obras de Charles Wagner²⁰⁴, entre as quais, “A Vida Simples”. O professor julgou como sendo um livro “digno de ser compreendido por todos”, porque: “Ahi encontrareis uma bellissima concepção de vida”, capaz de “dar ao vosso espírito a necessária flexibilidade intellectual para comprehendere e julgar as situações creadas pela vossa carreira de educadores” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.109).

Era imprescindível que os inspetores, a partir do Curso de Aperfeiçoamento, entendessem a escola como um centro de atividades educativas, que tinha como uma de suas finalidades principais a “cultura do carácter e do patriotismo” (MINAS GERAIS, 1927, p.1563) e, além disso, se identificassem com essas aspirações, para realizar um trabalho eficiente e garantir a transformação da escola como “factor preponderante do progresso social” (MINAS GERAIS, 1927, p.1559).²⁰⁵

No que se refere à formação do caráter, foi destacado, no curso, a necessidade de se trabalhar nas escolas as ‘máximas morais’. Firmino Costa (1929) citou como exemplo, o slogan: “A primeira necessidade de um povo, abaixo do viver, é a instrução. O pão alimenta o corpo e a leitura alimenta o espírito”²⁰⁶ (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 82). Israel Scheffler, no seu livro “A linguagem da educação”, trouxe a seguinte explicação sobre o uso de slogans na escola:

Em educação, os slogans proporcionam símbolos que unificam as ideias e atitudes chaves dos movimentos educacionais. Exprimem e promovem, ao mesmo tempo, a comunidade de espírito, atraindo novos aderentes e fornecendo confiança e firmeza aos veteranos. [...] não têm nenhuma pretensão de facilitar a comunicação ou refletir significações (SCHEFFLER, 1974, p. 46).

Os ‘slogans’ ou frases ditas em tons solenes, em vocabulário popular, têm sentido em si mesmos, dispensam maiores aprofundamentos ou análises; não têm a função de esclarecer o que anunciam. São utilizados para mobilizar, convencer, provocar a adesão ou chamar a atenção para determinado aspecto.

²⁰⁴ Conhecido como escritor moralista, pensador, pastor protestante e liberal francês, Charles Wagner (1852-1918) nasceu em Wiberswiler (Alsácia), estudou teologia em Paris e em Estrasburgo. Frequentou as universidades de Göttingen e Heidelberg. Foi nomeado vigário pelo Diretório Luterano e, em 1877, aceitou o pastorado da Igreja Reformada Remiremont, do qual renunciou, em 1882, para estudar história e psicologia em Paris. Seus numerosos escritos sobre a espiritualidade são os de um místico independente, liberal típico do protestantismo – www.musee protestant.org. Acessado 14 de maio, de 2013.

²⁰⁵ Decreto nº. 8094, de 1927.

²⁰⁶ Nota referente à obra “Coloquios aldeões” do escritor M. de Cormenim, na tradução de Visconde de Castilho (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 81).

Dentre as instruções, contidas no programa do ensino primário²⁰⁷ encontramos pensamentos, reclames populares, provérbios e máximas, que deveriam ser aplicados na escola, como meios de se obter a educação moral e cívica, porque representavam “o fim supremo, a que visa o trabalho escolar, isto é formação do caráter dos alunos”. Assim, “todas as disciplinas, inclusive a instrução moral” deveriam concorrer “para este fim” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1714).²⁰⁸ Conforme a afirmação de Dewey:

a educação moral nas escolas é praticamente inoperante quando fixamos o desenvolvimento do caráter como o supremo fim, e ao mesmo tempo tratamos a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento da inteligência, [...] como nada tendo a ver com o caráter”(1979, p. 389).

Para John Dewey, a educação moral nas escolas seria eficaz se fosse trabalhada em todas as disciplinas, visando ao desenvolvimento integral do aluno e se fosse associada aos estímulos trazidos por meio de exemplos e de análise de histórias e situações reais de vida. Segundo a professora Amélia de Castro Monteiro²⁰⁹(1929), “Numa passagem de história ou na vida de um homem notável, as crianças aprendem factos e princípios que as fazem compreender a humanidade, ter confiança no esforço do seu povo e na grandeza de seu paiz e as animam a trabalhar e lutar” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.67).

Se a educação moral forma o caráter e ajuda a compreender os deveres sociais, a educação cívica prepara o aluno para ser cidadão e o ensina a cumprir com seus deveres patrióticos. Para esse fim foi instituído o culto à bandeira, comemorações de festas nacionais, canto de hinos patrióticos e ainda a homenagem aos beneméritos servidores da Pátria (MINAS GERAIS, 1927, p. 1724).²¹⁰

Para Amélia de Castro Monteiro, nas comemorações, “todas as virtudes cívicas e os elevados ideais de patriotismo devem ser inspirados”, para isso era interessante “ligar os nomes dos heróis, citar passagens de sua vida, dando assim aos homens e factos um cunho de veracidade e não de mytho”, ensinando assim, seria fácil provocar

²⁰⁷ Como meio para conseguir a educação moral deveria ser: adotado, no 1º ano, os cartões de deveres; no 2º ano, os reclames populares, os provérbios e as quadras populares; no 3º ano, as máximas e os pensamentos de homens notáveis e, no 4º ano, as biografias de homens eminentes (MINAS GERAIS, Decreto 8.094, 1927, p. 1716).

²⁰⁸ Decreto nº. 8.094, de 1927.

²⁰⁹ Professora da Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, no Curso de Aperfeiçoamento, para Assistentes técnicos de ensino. Publicado na Revista do Ensino. Belo Horizonte. Ano IV, nº 36, ago. 1929, pp. 65-72.

²¹⁰ Decreto nº. 8.094, de 1927.

no aluno “os instintos de imitação e de emulação” e conduzi-lo a uma compreensão ampla do que seja o patriotismo (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 67).

Os registros na ata de reunião²¹¹ dos professores do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, de Uberlândia-MG, indicaram que a instituição comemorava as datas cívicas:

Às 9 horas da manhã, presentes grande número de alunos e professores, foi comemorado o dia 21 de abril, com bem organizado programa cívico. I-Tiradentes - hino por todos os alunos. II- Preleção sobre a data pela professora Aurora Chaves. III- Biografia de Tiradentes -Albertina Oliveira, do 3º ano B.V- Tiradentes - poesias, por Adelina Gonçalves. VI- Meu Brasil- hino – por todos os alunos. VII- Retrato de Tiradentes, por José Marques do 3º ano B. XI- Encerramento – Canção de Uberabinha – por todos os alunos [...] Dia do trabalho: I- Hino Nacional. II- Preleção sobre a data por Dagmar de Freitas, 4º ano A. III- Hino à Bandeira. IV- O trabalho – leitura por Regina Aschai, 3º ano A. V – Canção do Marinheiro, canto por Delvira Arantes, 2º ano [...]. IX – O trabalho, dramatização por um grupo de alunos, 4º ano. X- Hino ao Trabalho. [...] IX- Encerramento: Hino ‘Tiro de Guerra’ 243 (ATA DE REUNIÃO, 1933).

As celebrações das datas nacionais faziam parte da instrução cívica e visava principalmente, despertar os ideais de patriotismo e o interesse pelo progresso de sua cidade e de seu país.

Para ajudar os alunos a compreenderem melhor seus deveres cívicos, morais e sociais, o Regulamento do ensino primário também instituiu em “caracter facultativo”, o “pequeno escoteirismo” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1203).²¹² Em 1926, a Revista do Ensino divulgou o Código dos Escoteiros:

I-A palavra de um escoteiro é sagrada, ele coloca a honra acima de tudo, mesmo da própria vida. II O escoteiro sabe obedecer. Compreende que a disciplina é uma necessidade de interesse geral. III O escoteiro é um homem de iniciativa. IV- O escoteiro aceita, em todas as circunstâncias, a responsabilidade de seus actos. V- O escoteiro é leal e Cortez para com todos. VI- O escoteiro é generoso e valente, sempre prompto a auxiliar os fracos, mesmo com perigo da própria vida. VIII- O escoteiro é sempre jovial e entusiasta e procura o lado bom de todas as cousas. XI- O escoteiro é econômico e respeitador do bem alheio. XII- O escoteiro tem a constante preocupação de sua dignidade e respeito de si mesmo (REVISTA DO ENSINO, 1926, p.312).²¹³

²¹¹Livros de Atas de reuniões de professoras. Documento da Secretaria do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia-MG, (1932-1937).

²¹² Decreto nº 7.970-A, de 1927.

²¹³ “O escotismo e os escoteiros”. Revista do Ensino, Belo Horizonte. nº. 16 e 17 , p. 312, jull-agosto. 1926.

Os princípios e virtudes fixados no código dos escoteiros: a disciplina, a iniciativa, a cooperação e a solidariedade coincidiam com os defendidos na reforma do ensino primário. Em vista disso, o programa do ensino primário declarou: “O escoteirismo é uma admirável escola de educação, já consagrada nos mais importantes paizes do mundo” e sugeriu aos professores conhecerem “o manual de Baden-Powell, notável general inglez, que fundou o escoteirismo em 1908” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1768).²¹⁴

No final do curso de Aperfeiçoamento, que propôs apontar direções seguras para os inspetores prestarem uma assistência técnica pedagógica no sentido de colaborar na formação dos professores e de mobilizá-los em torno do propósito da lei, Firmino Costa (1929) chamou a atenção sobre a necessidade e a conveniência dos inspetores praticarem “com a máxima solicitude” a arte da oratória (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.104).

Para Firmino Costa (1929), esse treinamento era “de summa relevância” na “carreira de assistentes técnicos”, porque teriam “constantemente de conversar com os professores, com os alunos, com os paes de família, com as autoridades locaes” e o jeito de fazer dependeria “em grande parte da vossa a acção benéfica em prol do trabalho educativo”. Assim, era importante, mostrar na conversação “sempre a mais decidida sympathia pela nobre causa” e ser “o espelho dessa fé e dessa sympathia” para tornar, sobretudo, “a vossa presença desejada na escola” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.104).

Portanto, como bons oradores, os inspetores tinham a tarefa de:

pregar ao povo instrucção, em linguagem singela, clara, serena, correcta e persuasiva, exemplificando tanto quanto preciso, indicando novas directrizes, sugerindo meios acertados de effetivar a collaboração entre a escola e a familia, referindo-se com amor aos pequeninos, como dignos mantenedores, que devem vir a ser, das honrosas tradições de nosso povo (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 105).

Para realizar um bom trabalho, além da eloquência, o inspetor teria que desenvolver a capacidade de “Observar para descrever, ouvir para reproduzir, informar-se para noticiar, lembrar-se para narrar, relacionar-se para dissertar, imaginar para produzir” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.105). Enfim:

²¹⁴ Decreto nº 8.094, de 1927.

Collocados em um vasto campo de observações, qual o vosso de assistentes technicos, colhei tudo que for útil ás nossas escolas, e reparti vossa colheita por este e por outros Estados do Brasil. Há um meio práctico para esse fim: a ‘Revista do Ensino’. Tornae-vos collaboradores della, que é órgão da instrucção de Minas perante o Brasil (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 105).

Mais preparados e mais motivados, sobretudo por Firmino Costa (1929) que enunciava: “São tentadoras essas perspectivas que se abrem, não as deixem passar como passam os sonhos, mas transformae-as em belas realizações” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 106), esses assistentes se destacaram como agentes da instrução pública e articuladores dos novos métodos e técnicas de ensino.

3.3. “Assistentes Técnicos”: articuladores dos novos métodos e técnicas de ensino

O processo seletivo e o curso de aperfeiçoamento conferiram aos novos inspetores escolares, os assistentes técnicos, legitimidade para atuarem como agentes do governo, no movimento de renovação educacional e promotores de uma nova metodologia de ensino. Os documentos analisados, os relatórios “termos de visitas”, as atas de reuniões de professores e, sobretudo, os artigos dos inspetores publicados na Revista do Ensino mostraram como fiscalizaram as escolas e interferiram nas práticas pedagógicas dos professores, no sentido de orientar e estimular o uso dos novos procedimentos pedagógicos.

Conforme determinou o Regulamento do ensino primário para orientar e “pôr os professores em dia com o estado da evolução do ensino primário, a sua organização e os seus methodos” (MINAS GERAIS, 1927, p. 1279), os inspetores escreveram sobre a finalidade, os conceitos, as características e a metodologia da Escola Nova.

Os assuntos mais abordados foram os conceitos vinculados aos princípios da escola ativa, como por exemplo, a disciplina e a liberdade, as matérias de ensino mais importantes para a formação do aluno, como planejar as aulas e a importância de planejá-las previamente, o valor dos testes psicológicos e pedagógicos no processo de homogeneização das classes, os problemas detectados em relação à prática escolar e os resultados na aplicação dos novos métodos e técnicas de ensino.

No quadro a seguir relacionamos diversos artigos escritos pelos inspetores, publicados na Revista do Ensino, entre 1928 e 1935:

QUADRO XVI

ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DO ENSINO PELOS ASSISTENTES TECNICOS (1928-1935)			
TÍTULO	AUTOR	FONTE	PÁGINA
A Escola Nova	Benjamin Ramos Cesar	N. 25, jan. 1928	4-7
Primeiros Fructos	Maria Luísa Almeida Cunha	N. 29, Jan. 1929	65-66
Não preparou a lição.	F.F.	N. 30, fev. 1929	86
Escola nova: problemas a resolver	Oscar Arthur Guimarães	N. 35, julh. 1929	44-46
A disciplina na liberdade - Do livro “L’Aube de l’École Sereine em Italie”	Adolfo Ferrière, - Tradução de João Baptista Santiago	N. 38, out. 1929	46-51
Ensino Normal	João Batista Santiago	N. 42, fev. 1930	58
Escola Nova	Oscar Arthur Guimaraes	N. 45, mai. 1930	70-71
A Escola Activa	Levindo Furquim Lambert	N. 47, julh. 1930	48-49
O problema da Inspeção e a educação nova	Maria Luiza Almeida Cunha	N. 59, 60, 61, julh/ago/set. 1931	50 – 65
Homogeneização das classes Juiz de fora.	Oscar Arthur Guimarães	N. 65,66, 67 jan/fev/mar 1932	35-40
Excursão em grupo escolar de Divinópolis	João Batista Santiago	N. 65,66, 67 jan/fev/mar 1932	105-121
Comentário sobre os relatórios referente a homogeneização das classes escolares	Maria Luiza Almeida Cunha	N. 68.69.70 abr./mai/ jun.1932	22-29
Nossa experiência. As provas escritas	Levindo Furquim Lambert	N. 77 dez. 1932	66-67
InSTRUÇÃO PRIMÁRIA DE MINAS	Luiz Ernesto	N. 92 Julh. 1933	60
Planos de aula	J. Emidio	N. 92 Julh. 1933	61-64
Arte de ler	Adherbal Alvarenga	N. 92 Julh. 1933	64-65
O problema da educação	Diva de Carvalho Faria	N. 93 ago. 1933	45-57
Práticas Escolares	Duntalmo Praseres	N. 96 nov. 1933	11-13
Divulgação dos ideaes da Escola Nova	João Batista Santiago	N. 104 julh. 1934	12-15
Leitura explicada	Ernesto de Mello Brandão	N. 104 julh 1934	32-33
Escola, sala, classe, aula.	Abel Fagundes	N. 104 julh. 1934	34-35
A nutrição das “creanças”	Salvador Pires Pontes	N. 104 julh 1934	73
As modificações na reforma do ensino	Oscar Arthur Guimarães	N. 109 dez 1934	27-29
A pré-história da Pedagogia Actual	Benjamin Ramos Cesar	N. 113 abr 1935	12-16

Fonte: Revistas do Ensino. Arquivo Público Mineiro.

Após um ano da implantação da Reforma Francisco Campos, com intuito de avaliar a aplicação da lei, na execução dos programas, a assistente técnica do ensino, Maria Luiza de Almeida Cunha, publicou o artigo “Primeiros Fructos”. Nesse artigo, a

inspetora solicitou aos diretores uma síntese das realizações, em torno das novas orientações pedagógicas:

Terminamos o primeiro anno lectivo em que vigorou a reforma Francisco Campos. Seria interessante e proveitoso que cada director de grupo apresentasse uma syntese dos trabalhos realizados á luz da nova directriz. Saberíamos assim verificar os principaes obices á execução dos programmas, auscultaríamos as possibilidades de estender ou restringir estes ou aquelles assumptos, observaríamos si o espírito novo de actividade já se infiltrou, e até onde, na grande massa dedicada do professorado (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.65).

Depois de receber e analisar os documentos enviados pelas escolas infantis da Capital, Maria Luiza de Almeida Cunha (1929) declarou:

Aos que sonhamos, talvez utopicamente, com a “escola viva”, haurindo do próprio meio os materiaes necessários ao ensino, elaborando as intelligencias na observação e na espontaneidade ao envez de petrificá-las num ensino passivo. [...], já é animadora, douradamente promissora a mésse de documentos colhidos relativos aos processos decrolyanos. Uma simples analyse das photographias que reproduzimos e que são das Escolas Infantis da nossa Capital revelam que é possível, que é exequivel o methodo em nosso meio [...]. As photographias revelam que nossas professoras já se têm convencido do valor educativo do desenho; e, carinhosas, têm collecionado essa documentação em arquivo precioso para “nossos” trabalhos de psychologia infantil. É tão necessário elaborarmos os “nossos” “testes” para as “nossas” crianças! Constituirão elementos de tal ordem uma contribuição de inestimável valor. O observador que se queira dar ao trabalho verificará que as modelagens tem a linha “canhestra” da inabilidade infantil (porque não foram feitas para efeitos de exposição pelas mãos mais hábeis de suas professoras), mas que revelam a observação e a capacidade realizadora das crianças. (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.65-66)!

Conforme os registros assinalados acima, os professores estavam aplicando os novos princípios pedagógicos, no que diz respeito aos processos “decrolyanos”. Daí constatou-se que as professoras tinham compreendido o seu valor educativo e que era possível praticar o método de ensino Decroly²¹⁵ na sala de aula. No artigo a inspetora ressaltou o valor educativo do desenho das crianças para a realização dos testes psicológicos e elogiou o trabalho das professoras:

²¹⁵ No artigo 303 ficou estabelecido que: “O curso das escolas urbanas compreenderá [...] noções de *cousas* em torno dos centros de interesse infantil, de acordo com o método Decroly” (MINAS GERAIS, 1927, p.1228).

Os quadros collectivos denotam que o trabalho em comum já vae prendendo, aconchegando os elementos da classe. Enfim sentimos ao manusear esses documentos que o espírito da escola activa já se infiltra em nossos estabelecimentos de ensino. Que elle se desenvolva, que cresça, que se fortaleça “vitaminizando” as nossas queridas casas de educação para que, de facto, possamos assegurar que Minas pharoleja a instrucção brasileira (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.65-66)!

Na mesma época, a Revista do Ensino²¹⁶ publicou como o método Decroly foi aplicado na primeira classe, anexa à Escola Normal Municipal de Palmyra²¹⁷, a partir de uma excursão²¹⁸ realizada a uma pedreira, próxima à cidade:

I-Formatura e saída da escola até o local escolhido. II-Lingua materna- Leitura em voz alta da “A pedreira” de Aluísio Azevedo (Anthologia Brasileira, p.78), por uma alumna - do 4º anno e interpretação oral por toda a classe. III-Cálculos aritméticos cujos enunciados sejam propícios ao local e tenham aplicação direta sobre o mesmo. IV-Canto: ‘Brasil’, de Arnaldo Barreto. V- Sciencias Naturaes. Explicações sobre o reino mineral [...] sobre pedras e suas aplicações. VI-O calçamento dos pateos, ruas, cidades, e seu valor hygienico. VII-merenda. VIII-História de Minas relativamente às pedras preciosas. IX-Corridas para as meninas e saltos para os meninos. X- Regresso á escola. Plano e desenvolvimento do assunto: [...] Centro de interesse-o reino mineral. As pedras. *Observação*-A pedreira e a leitura feita no local. *Associação*- estudo comparativo entre a atividade, trabalhos, mecanismos, animaes, ferramentas constantes no trecho lido e a quietude da que vamos observar. *Actividade mental*-a maior harmonia possível entre a atenção dos alumnos, a qualidade, a dose e o resultado do assumpto estudado. *Actividade physica*- corridas e saltos. *Expressão*- Interpretação oral ou escripta, pela classe do assumpto [...] (1929, p. 110).

Como foi descrito anteriormente, o método propõe que o ensino seja baseado num centro de interesse, no caso, o reino mineral, as pedras. Para atingir a aprendizagem, o conteúdo é ministrado nas diversas matérias e em três etapas, que envolvem atividades físicas e mentais. O centro de interesse deveria estar ligado à vida e à realidade dos alunos, para ensiná-los a viver e capacitá-los para compreenderem os problemas da vida e do país. Assim, poderiam trabalhar melhor, em beneficio próprio e do progresso nacional.

²¹⁶ Seção: “A voz da prática”. ‘Uma excursão’. Revista do Ensino. Belo Horizonte, Ano IV. nº 36. ago. 1929, p. 111.

²¹⁷ Pelo Decreto estadual nº 10.447, de 31-07-1932, o município de Palmira tomou a denominação de Santos Dumont. <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/santosdumont.pdf>. Acesso 12 de abril de 2014.

²¹⁸ Recurso pedagógico, previsto no artigo 319, do Regulamento do ensino primário, eram as “excursões e passeios destinados á ilustração e demonstrações práticas do ensino” (MINAS GERAIS, Decreto nº 7.970-A, 1927, p. 1232).

Segundo o assistente técnico, Raimundo Ramos Cesar (1928), no artigo ‘Escola Nova’, o sucesso da ação educativa dependia muito da habilidade dos professores, no sentido de “abastecer a inteligência do aluno de conhecimentos seriados, partindo de um conceito nuclear para o qual convirjam as noções sucessivamente adquiridas”, para despertar, desenvolver e fortalecer “a função intelectual [...] pelas impressões do meio, sem esforço e sem fadiga” (REVISTA DO ENSINO, 1928, p. 4).

Para tornar o trabalho dos mestres mais eficiente ainda, foi instituída a classificação e a separação dos alunos em níveis de idade, escolaridade e inteligência. Nesse sentido, o assistente técnico, Oscar Arthur Guimarães, no artigo sobre a Homogeneização das classes de Juiz de fora, declarou: “resolvemos estabelecer um serviço permanente de exame e classificação, para atender aos alunos que se matriculam durante o ano” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 38).

Entretanto, segundo as declarações de Maria Luiza de Almeida Cunha²¹⁹ (1932), a “aplicação dos ‘tests’ para homogeneização das classes em nossos Grupos escolares [...] Como é natural, a compreensão, a identificação com a técnica de aplicação e finalidade do test não foram uniformes nem espontâneas” (REVISTA DO ENSINO, 1932, p. 22). Por certo havia dificuldades ligadas à organização escolar, à falta de materiais, de preparo dos professores e resistência em aceitar as inovações.

O resultado de um bom trabalho na escola primária dependia, também, do trabalho a ser realizado em relação à higiene, à saúde e à alimentação dos alunos, porque, como ressaltou Salvador Pires Pontes²²⁰, no artigo A nutrição das “creanças”: “A creança bem nutrida tem assegurado o seu desenvolvimento harmônico, tem maior resistência orgânica e mais probabilidade de êxito escolar” (REVISTA DO ENSINO, 1934, p.72).

Ademais, conforme indicou Oscar Arthur Guimarães²²¹ em “Escola nova: problemas a resolver” (1929), “O individuo mal alimentado não pode ter a predisposição necessária para o trabalho”. Se a escola não podia “ir directamente auxiliar as classes pobres, facilitando-lhes meios de vida e provendo-as de alimentos”, deveria então, “suavizar o mal, fornecendo regras de economia e de rendimento maior no trabalho” e ainda, como “medida de urgente necessidade” oferecer “a merenda escolar”, provida

²¹⁹ Assistente Técnica de Ensino do Estado.

²²⁰ Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO nº. 34 de junho de 1929.

²²¹ Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO nº. 34 de junho de 1929.

pela caixa escolar, só isso já constituía “um grande passo” (REVISTA DO ENSINO, 1929, pp. 44-46).

Para minimizar as dificuldades de alimentação, de vestuário, de medicação, principalmente dos “menores indigentes, proporcionando-lhe meios de, com asseio e decencia, frequentarem os estabelecimentos de instrucção primária” o estado buscou a cooperação das “Associações das mães de família, dos Conselhos Escolares Municipais, das Caixas Escolares e dos Fundos Escolares” e das “associações de alunos nos moldes dos chamados pelotões e cruzadas de saúde” (MINAS GERAIS, 1927, pp. 1201-1206)²²².

Em reunião pedagógica, as professoras do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, de Uberlândia-MG, trataram sobre a formação dos pelotões de saúde:

foi pedido a professora D. Maria José Brandão Risola que expusesse o projeto previamente preparado cujo escopo foi a utilidade e necessidade de ser fundado o “Pelotão de Saúde”, depois de discorrer com proficiência, concluiu, pedindo opinião de todas as colegas, expondo que seria de ótimo resultado se a fiscalização higiênica, tanto do recinto escolar como dos alunos do estabelecimento, fosse executada pelo “Pelotão de Saúde”. Ficou então resolvido que nas quartas e sábados a inspecção será feita pelos alunos de tão benemérita associação (ATA DE REUNIÃO, 1933).²²³

A partir da reunião, as professoras organizaram o pelotão de saúde. Assim, os alunos também ajudariam na formação da moral e dos bons costumes, fiscalizando a higiene e a saúde escolar. Para nortear essa fiscalização, a lei criou diversos deveres higiênicos:

1. Manter asseio corporal e do vestuário.
 2. Cuidar dos dentes, olhos e ouvidos.
 3. Ter as unhas e os cabelos limpos e tratados.
 4. Conservar as mãos asseadas e não leval-as à boca.
 5. Usar o lenço e ter o seu copo para beber água.
 6. Tomar as refeições devagar e em horas determinadas.
 7. Dormir em quarto arejado e respirar pelo nariz.
 8. Fazer diariamente exercícios de gymnástica.
 9. Prevenir-se contra a varíola e outras moléstias.
 10. Não jogar, não fumar, não beber.
- (MINAS GERAIS, 1927, p. 1719- 1720).²²⁴

²²² Decreto nº 7.970-A, de 1927.

²²³ Aos 23 dias do mês de março de 1933, às 9 horas da manhã, num dos salões do Grupo Escolar Julio Bueno Brandão de Uberlândia-MG, realizou-se a “Leitura” de quinta-feira de acordo com o Regulamento de Ensino Primário em vigor.

²²⁴ Decreto nº. 8.094, de 1927.

Os cuidados com a saúde e com a higiene pessoal eram parte da preparação de um corpo saudável e vigoroso para o trabalho e a formação de “cidadãos prestantes”, cumpridores de “seus deveres na escola, em casa e na cidade” (MINAS GERAIS, 1927, p.1557).²²⁵ Os resultados dependiam da ação de profissionais competentes, dedicados e empenhados na conquista desse ideal. Em vista disso, os inspetores foram selecionados e treinados para não só orientar os professores no cumprimento do que estava previsto na lei, mas também para convencer o público escolar e estimulá-lo na aplicação dos novos referenciais pedagógicos.

Conforme foi publicado no artigo “Escola Nova”, o assistente técnico, Oscar Arthur Guimarães, discursou assim na Escola Normal de Juiz de Fora: “Quero appellar para o civismo do professorado mineiro no sentido de que, renovando o proposito de bem encaminhar o trabalho [...] empunhe bem alto a bandeira da Escola Nova” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 71), para fazer da escola um “viveiro” de cidadãos.

Na mesma direção, os trechos do relatório do assistente técnico, João Batista Santiago²²⁶, no artigo “Ensino Normal”, mostraram suas orientações de como os professores deveriam conduzir as disciplinas, tendo em vista que o objetivo do curso era preparar, de maneira adequada, os futuros mestres para aprenderem a realizar de forma racional e eficiente, a “obra educativa”, conforme foi estabelecido na Reforma Francisco Campos:

Realmente, parece que não basta preparar bem a alumna em Arithmetica ou Lingua Patria, em Sciencias Naturaes ou Geographia. Parece que em uma escola profissional, cada professor deve ter sempre em vista a profissão que seus alunos vão exercer, dando, por isso mesmo, ao ensino uma feição que sirva de norma aos futuros profissionaes. Assim, sendo, é sempre necessário que o professor de uma escola normal não seja apenas um grande philologo ou um profundo mathematico - mas que esteja em dia com as modernas conquistas pedagógicas e a evolução da arte de ensinar do ponto de vista psychologico, evitando implantar, pelo exemplo, falsos princípios e hábitos condemnaveis que irão reflectir de maneira nefasta na attitude dos futuros professores. Todo ensino em escola normal devia ter como objectivo a formação de professores e não o fornecimento de conhecimentos sem uma finalidade determinada, como vem sendo feito, até hoje, pelo menos nas escolas por que tenho passado como fiscal. [...] Os princípios da escola activa, com todas as suas vantagens, não só pedagógicas, mas também moraes e sociaes, devem ser implantadas nas escolas, que tem de fornecer os mestres de amanhã, si é que querem transmutar em realização o formoso ideal do ensino que é o próprio espírito da reforma Francisco Campos (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 58).

²²⁵ Decreto nº. 8.094, de 1927.

²²⁶ Aparece no artigo como assistente técnico do ensino.

Segundo o inspetor, era conveniente, interessante e necessário que os professores do curso Normal ministrassem, não apenas as disciplinas acadêmicas, de cunho teórico e especulativo, mas principalmente as disciplinas pedagógicas, que tinham a finalidade de formar os professores na arte de ensinar, conforme os princípios da escola ativa.

Levindo Furquim Lambert²²⁷ (1930), no artigo sobre “A escola Activa”, considerou o seguinte, a escola ativa “está ainda mal comprehendida em muitos educandários”, porque estão confundindo “o conceito de actividade com o de indisciplina; o de liberdade com o de desordem” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p.48). Conforme o artigo de João Batista Santiago (1929), na escola ativa, “a força não deve intervir”, porque a disciplina deve ser fruto da “educação da vontade” (REVISTA DO ENSINO, 1929, p. 49-50)²²⁸. As diretrizes da escola ativa preconiza que é importante entender o seguinte: “si a escola desperta o interesse dos alumnos; si se adapta ás condições personalíssimas da idade infantil; si consulta ás necessidades, satisfaz a curiosidade e incita a actividade da creança – a escola é certamente activa” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p.48).

Na escola ativa as atividades escolares, como por exemplo: a leitura, o estudo, os jogos, as brincadeiras, as excursões, a ginástica, os trabalhos manuais e os trabalhos em grupo deveriam ser desenvolvidos de acordo com o interesse e a necessidade da criança, visando modelar a conduta e formar bons hábitos, principalmente, os de cooperação, de responsabilidade e de disciplina, elementos considerados importantes na produção de uma sociedade moderna.

A disciplina a ser conquistada pelo professor é a que diz respeito à capacidade de dirigir as atividades didáticas, a cooperação e o interesse da criança para uma finalidade educacional específica de corrigir e melhorar a conduta da criança, para depois ser capaz de exercer “a sua influencia sobre a sociedade” na forma de hábitos e costumes (FRANCISCO CAMPOS, 1930, p.14).

Para conquistar essas características, é necessário estimular o hábito de ler e o gosto pelo estudo. Nesse sentido, o assistente técnico, Adherbal Alvarenga (1933)²²⁹, escreveu sobre a “Arte de ler”, orientou os professores como ensinar a ler bem, recomendou alguns autores: Ruy Barbosa, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Eça de

²²⁷ Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO nº. 34 de junho de 1929.

²²⁸ Texto intitulado: A disciplina na liberdade, retirado do livro “L’Aube de l’École Sereine em Italie”, de A. Ferrière, tradução para um dia de Leitura, pelo Assistente technico João Batista Santiago.

²²⁹ Aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO nº. 34 de junho de 1929.

Queiroz, Olavo Bilac, etc e afirmou “Um dos segredos do saber consiste em bem lér. Uma leitura feita às pressas, como uma refeição rapidamente tomada, só pode ser indigesta, mas nunca assimilada” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 64).

Ernesto de Mello Brandão²³⁰ (1934), no artigo “Leitura explicada”, relatou como aplicou os princípios da escola ativa à aula de leitura em uma “classe de 4º anno primário”, descreveu que orientou os próprios alunos para escolherem os textos de estudo, depois solicitou para formarem grupos de cinco ou seis, trabalhou o texto, retirando a ideia principal e as palavras desconhecidas e no final, os alunos fizeram a leitura interpretada e explicada, o inspetor ressaltou, ainda, que era importante o professor se preparar para atender os alunos “pondolhes o pensamento em exercício, de modo que elles sejam não apenas receptores da verdade, mas descobridores da verdade” (REVISTA DO ENSINO, 1934, p. 33).

Desse modo, a escola “[...] deve estar em continuidade com a vida social, de que se constitui um prolongamento e dependência, pois se destina a transmittir, pela educação, os processos sociaes em uso” (FRANCISCO CAMPOS, 1930, p.14) e a aprendizagem precisa envolver “situações de vida social” (LOURENÇO FILHO, 1978, p.247), visando, principalmente, à sua utilidade social e econômica, conforme recomendou a inspetora do ensino, Mariana Noronha Horta:

Convem que as alunas trabalhem em marcenaria, o [ilegível] ensejo de educar atravez da realização e de dar direção propria, coordenação á [motilidade] natural da criança, a vida de exercícios fisicos naturais. É o trabalho manual em madeira dos melhores ensejos ao exercicio simultaneo de inteligencia e realização, exigindo ininterrupta ginastica de raciocinio em cada tecnica diferente – serrar, aparelhar, lixar, polir, envernizar, alem do projeto do trabalho que deve ser a criação da propria criança e da ginastica corporal por sua vez viciada, como sejam, provimento do tronco, dos braços, das pernas, da cabeça, etc. Movimentar-se é um dos caracteristicos da criança. Teremos partido pedagogico disso, orientando e coordenando essa motilidade para a ação. É pois, o tabalho em madeira que melhor consulta os interesses da pedagogia, conjugados aos da psicologia (RELATÓRIO, 1933).²³¹

Como a escola tinha que se transformar em “um laboratório [...] de utilidades e valores da vida ordinária” (FRANCISCO CAMPOS, 1930, p. 11), os assistentes

²³⁰ Foi inspetor em Uberaba em 1918, conforme Relatório de visita realizada às escolas de Uberaba, 30 de nov.1918. Arquivo Público Mineiro. Códice: SI 3798. Assinou o artigo como Assistente Técnico do ensino e também aparece na REVISTA DO ENSINO nº. 92 de julh. de 1933, como Assistente.

²³¹ Relatório realizado no dia 11 de agosto de 1933. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

técnicos deveriam estimular as professoras no uso da disciplina de trabalhos manuais, como um exercício de grande valor pedagógico, para oferecer aos alunos “opportunidades de exercer os sentimentos de sociabilidade, responsabilidade e cooperação” (MINAS GERAIS, 1927, pp. 1200-1216)²³².

Assim repetimos a afirmação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sobre a necessidade de preparar “a criança para viver na sociedade a que pertence [e para] compreender a sua participação na mesma” (MENSAGEM, 1928, p. 22). Mas os inspetores encontraram resistências entre os professores, como por exemplo, na preparação das lições.

Nos trechos do relatório de um assistente técnico²³³, intitulado: ‘Não preparou a lição’, verificamos práticas escolares, contrárias à norma regulamentar de como se deve preparar as lições. Segundo os relatos do inspetor, quando chegou para inspecionar a sala, verificou que a professora não havia planejado a aula, conforme as determinações do Regulamento do ensino:

A prova real de que a professora X não prepara devidamente as suas lições é esta: quando entrei em aula e logo depois de a ter cumprimentado, pedi que continuasse o trabalho. Estava justamente a chamar à lição de leitura os alunos da classe. Em que página está a lição de hoje, Paulo? _____pagina 21. _____Então leia. _____Essa lição já foi dada! Gritaram três ou quatro. Ora, é incrível que uma professora consciente de seus deveres dê aos seus alunos o espetáculo deprimente de não saber a quantas anda. Se Ella não sabe em que pagina está a lição que obrigação corre aos alunos de o saberem? Nem se diga que o professor pergunta ás vezes para ver se o aluno não se distraiu ou se deixou de estudar a lição, porque há muitos meios de averiguar a desattenção e a vadiagem. O que tenho notado e que desejo que seja reprimido terminantemente é o descaso com que alguns professores encaram os seus deveres e começam as aulas sem saber, ao menos, o titulo da lição (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.86).

Após constatar o descumprimento da norma ao planejamento prévio das aulas, o inspetor afirmou o seu desejo de que fosse “reprimido” o “descaso” de “alguns professores” quanto aos “seus deveres”. Sobre esse aspecto, Emilio Moura, professor da Escola Normal de Dores do Indayá afirmou:

²³² Decreto nº 7.970-A, de 1927.

²³³ Assistente Técnico identificado apenas com as iniciais de seu nome F.F.

o que é preciso, o que é urgente, é que o professorado o comprehenda. Pois o que resulta do próprio espírito do Regulamento é que este, creando esses cadernos, teve mais em vista naturalmente ir em auxilio dos professores do que mesmo crear um processo efficiente de fiscalização (REVISTA DO ENSINO, 1929, p.43).²³⁴

A declaração do professor procurava demonstrar que o caderno de preparo das lições, mais que um recurso para auxiliar o professor no processo de aprendizagem, visava favorecer a reflexão sobre a prática educativa e, sobretudo, eliminar o improviso e a execução mecânica dos programas. A despeito dessa declaração o caderno funcionava como instrumento de controle para fiscalizar.

Segundo o Regulamento, os cadernos de preparo das lições “[...] devem ser observados com intelligencia e convenientemente interpretados na sua execução, envolvendo o esforço do professor para “ser claro e expressivo na exposição e sóbrio na escolha dos factos destinados a illustrar as licções” (MINAS GERAIS, 1928, p.88)²³⁵ e os professores eram “obrigados a preparar as suas licções, de maneira a tornar o ensino sempre attrahente e ao alcance da intelligencia dos alunos” e os cadernos “destinados à preparação das licções devem sempre estar à disposição dos diretores e assistentes técnicos (MINAS GERAIS, 1927, p. 1231).²³⁶

Exigiu-se, portanto, o planejamento prévio das lições: “Cada professor deverá ter um caderno de preparação das licções, no qual anotará dia-a-dia, indicações summarias relativas às licções a dar, assim como os trabalhos que forem designados aos alumnos para a licção seguinte” (MINAS GERAIS, 1928, p.89).²³⁷ De fato, a determinação se constituiu em um instrumento de vigilância do trabalho dos professores.

Os inspetores, em suas visitas, tinham que observar o cumprimento da lei e sempre orientar e estimular os professores. O assistente técnico, J. Emídio²³⁸, no artigo “Planos de aula”, relatou que fiscalizava o caderno das professoras com o intuito de auxiliar no planejamento das aulas:

²³⁴ Caderno de preparo de Lições. Revista do Ensino. Belo Horizonte Belo Horizonte Ano IV, n. 30, fev. 1929, p. 43-46.

²³⁵ Decreto nº 8.162, de 1928.

²³⁶ Decreto nº 7.970-A, de 1927.

²³⁷ Decreto nº 8.162, de 1928.

²³⁸ Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO nº. 34 de junho de 1929.

No nosso trabalho de assistência ao Ensino, por onde temos andado, semeando humildemente os grãos da reforma, temos nos dedicado com atenção ao assunto. Puz-me a observar com estudo os cadernos dos professores, à procura de uma fórmula de plano, conseguindo esta em que pôde-se encaixar qualquer lição: Que vou ensinar? Como vou ensinar? Com que vou ensinar? É o objeto da lição, é o modo de ensinar, é o meio intuitivo. [...] Com este plano tive belas globalizações, para o que ele é adequadíssimo. [...] Quis, porém atender [melhor] às professoras, e descobri outro plano: Motivação da aula, Apresentação da lição do dia, com meios intuitivos. Aplicação, revisão. Pela sua facilidade caiu na simpatia geral o plano. [...] A's vezes a professora faz o plano, mas não prepara as lições. Lembrei-me então dos projetos. [...] Puz-lhes o nome de problemas de que dou aqui um: - certa pessoa vai abrir um negócio. Que precisa ela fazer? Que providências há de tomar? [...] Com alegria verifiquei o prazer da professora e das crianças e com alegria vou continuando com os problemas... (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.61-64).

Já o assistente técnico, Levindo Furquim Lambert (1932)²³⁹, por meio do artigo: “Provas escritas” descreveu como estavam sendo feitos os testes de avaliação nas escolas visitadas por ele e revelou que havia ainda, muitos resquícios da “velha escola” no processo de avaliação. Isso demonstra que alguns professores contrapunham às inovações e se recusavam seguir a lei:

Na maioria dos casos, as provas de toda a classe são inteiramente iguais, palavra por palavra, letra por letra... Dessarte, tais provas revelarão o adiantamento do aluno e o rendimento do trabalho do professor? [...] inutilidade completa, porque falseia e oficializa uma prova que não prova outra coisa que não o regime da rotina e do pragmatismo. Ora é a decoração servil, que se encontra entre torneios caligráficos: ora é a cola inveterada, sem erros nem borrões, caprichosa e bem cuidada. [...] dando aos inspetores e assistentes técnicos o resultado de um trabalho bastante relativo. [...] Porque, pois, conservá-las nas escolas primárias, quando precisamente estas sofram agora transformação mais radical nos seus princípios? Porque formar na infância o hábito pernicioso da decoração e da cola? Porque acostumá-la no falseamento da verdade? O ambiente da escola é o da própria sociedade: é o trabalho costumeiro da oficina, cujos obreiros se selecionam por suas aptidões naturais. [...] enquanto não tivermos devidamente organizados os tests que a Escola de Aperfeiçoamento vai preparando sabiamente, o próprio caderno de trabalhos diários do aluno assegura uma prova honesta de seu adiantamento e do rendimento do ensino da professora. [...] Assim, o resumo da aula, os exercícios do dia, os apontamentos de lições, devem ser um registro cuidadoso e sintético, de maneira a formar no aluno o hábito da concisão e da simplicidade (REVISTA DO ENSINO, 1932, pp. 66-65).

²³⁹ Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO nº. 34 de junho de 1929.

Segundo o inspetor, todas as provas apresentavam o mesmo conteúdo, por esse motivo não representavam nem o desempenho do professor e nem o aproveitamento do aluno, portanto, seria melhor, eliminá-las da escola, para evitar a formação de hábitos perniciosos, como a memorização, a “cola” e o “falseamento da verdade”. Para representar melhor o “adiantamento” do aluno e o “rendimento do ensino da professora” foi sugerida a utilização de novos procedimentos metodológicos e a substituição das provas, como avaliação, pelo “registro” das atividades desenvolvidas na sala de aula, pelo aluno.

No artigo “Práticas escolares”, o assistente técnico, Duntalmo dos Praseres (1933)²⁴⁰, também escreveu sobre atitudes de professores contrárias à nova pedagogia: “Há, ainda hoje, depois das grandes conquistas da pedagogia, [...] quem defende práticas [...] verdadeiramente extravagantes e absurdas. [...] venho lembrar aquela que obrigava o escolar a se manter com as mãos cruzadas às costas, quer na aula, quer na fila” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 13). O inspetor continuou o seu relato:

Perguntou-me, certa vez, um amigo que acabava de visitar um dos nossos institutos de ensino primário, se os meninos ali eram mantidos sob algemas. Claro é que a pergunta me surpreendeu, e, porque não dizê-lo? me escandalizou. Explicou, então, o meu amigo que, vendidos passar silenciosos, soturnos, cabisbaixos, sem um raio de vida e de alegria, com as mãos às costas, teve a ideia de um triste, de um tristíssimo bando de algemados. É urgente, é necessário, é imperioso que as nossas crianças das escolas vivam e compreendam a alegria de viver. Para isso, começemos por quebrar as algemas e deixemos que utilizem das mãos para todas as coisas nobres da vida (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.13).

O cenário descrito pelo “amigo” do inspetor, não correspondia à nova proposta pedagógica, que tinha como objetivo estimular a criança a se movimentar, correr, brincar, para adquirir “bons hábitos e bons conhecimentos” e aprender “a viver a vida tal qual ela é”. Como afirmou Benjamin Ramos Cesar (1935)²⁴¹, no artigo “Pre-história da Pedagogia actual”, “a Pedagogia evoluiu [...] para a systematização doutrinária, calcada em princípios rigorosos e precisos, da sciencia e da arte de educar” (REVISTA DO ENSINO, 1935, p. 12).

²⁴⁰ Assistente Técnico aprovado no concurso, conforme publicação na REVISTA DO ENSINO nº. 34 de junho de 1929.

²⁴¹ Aparece como assistente técnico na Revista do Ensino de nº. 92 de julho, de 1933.

Assim, as algemas deveriam ser quebradas para as crianças utilizarem as “mãos para todas as coisas nobres da vida” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 13) e principalmente para o trabalho.

Os assistentes técnicos do ensino atuaram como agentes do estado e foram os articuladores do processo de implantação dos novos métodos e técnicas pedagógicas. Visitaram as escolas, inspecionaram o trabalho dos professores, prestaram assistência técnica e escreveram artigos sobre a nova pedagogia, com o objetivo de fomentar e disseminar, entre os professores, esses novos referenciais pedagógicos. Não obstante, todas as ações realizadas não asseguraram o redimensionamento pleno das práticas pedagógicas. Alguns professores não se apropriaram das novas determinações normativas e preferiram continuar utilizando as ‘velhas práticas escolares’.

Em vista disso, questionamos, por que isso ocorreu? Será que foi a escassez de recursos, condições materiais e financeiras? Ou foi a falta de uma formação cultural e pedagógica, de base sólida e ampla, que abarcasse mais conhecimentos sobre os conteúdos do ensino e sobre os preceitos metodológicos instituídos? Ou ainda, a causa estava em “la existencia y el peso de [um] conjunto de tradiciones y “regularidades institucionales”, sedimentadas a lo largo del tempo” (VIÑAO, 2000, p.2).

O assistente técnico, Luiz Ernesto (1933), no artigo “Instrução Primária de Minas”, escreveu sobre a falta de recursos e a magnitude da população, aspectos já evidenciados por nós nesse estudo, como fatores que dificultavam o processo de implantação da reforma e a eliminação do analfabetismo:

Ninguém, por certo, dotado de uma pequena parcela de bom senso, será capaz de admitir que um Estado como o de Minas, com uma população de cerca de 7 milhões de almas, possa, dentro dos seus próprios recursos, resolver como seria de desejar, o magno problema da alfabetização das crianças que vivem mergulhadas nas trevas da ignorância. Na verdade tomado-se em consideração os índices estatísticos dos estudiosos no assunto, somos levados a crer que, sendo a população mineira aproximadamente de sete milhões de almas, devem existir entre nós cerca de 1.500.000 de crianças em idade escolar que não recebem instrução alguma. [...] o problema é por demais complexo, e exigir que o mesmo seja resolvido integralmente pelos nossos dirigentes, seria exigir deles um absurdo (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.60).

Entretanto, segundo o inspetor, “Dado o empenho, cada vez mais positivado dos dirigentes mineiros, no sentido da organização cabal e completa do ensino, de modo a abranger todas as classes sociais, estamos convencidos de que, dentro em breves anos,

bem menor será” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p. 61). Daí o estímulo da assistente técnica, Diva de Carvalho Faria (1933)²⁴², para continuar a divulgação de forma contínua e prática dos modernos processos pedagógicos, junto aos professores em geral e a sugestão: “é mister ainda que assentemos uma forma de controle que venha favorecer á continuidade dos nossos trabalhos”, como por exemplo: “Ser regulamentar, a cada assistente, a organização, embora sintética, da escrita de sua circunscrição” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.47-49).

Para tratar dos objetivos do trabalho dos inspetores, divulgar as modificações da reforma, “corrigir erros” e consolidar o “plano que se consubstancia na ultima reforma [que] estabeleceu novas normas, baseadas na experiência e na realidade” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.74) o governo promoveu, uma reunião em Belo Horizonte, com todos os assistentes. O assistente técnico, Abel Fagundes (1933), representando os seus colegas, na reunião²⁴³ dirigiu as seguintes palavras de saudação ao Secretário da Educação e Saúde Pública, Noraldino Lima e a todos os presentes:

Ordenaram-me alguns dos meus colegas, e confirmaram outros que eu recebesse e agradecesse a palavra de animação que do Governo nos vem, neste momento, por intermédio de v. excia [...]. A Escola de Aperfeiçoamento recambiava ao interior do Estado os primeiros operários da Reforma, que de todos os pontos recolhera. E então, desdobrou-se corajosa, contínua e incansável, a obra de assistência técnica, [...] Sobre vieram, porém, as agitações políticas, cujo epílogo foi a revolução brasileira. Alterada de todo em todo a vida nacional, de cujo gravíssimo estado só então se pôde ter idéa exata, os orçamentos do nosso Estado tiveram de restringir o volume das parcelas destinadas ao custeio da educação pública. Perdemos, durante algum tempo, por completo, o contacto com o governo. [...] Tivemos, então que lutar contra tudo. Contra um professorado desanimado, [...] fomos preza de completo desânimo, e tivemos de combater conosco mesmos. Éramos e somos idealistas [...] Ficamos idealistas, porque as crianças das escolas que visitávamos nos recebiam entre risos e nos despediam sob lágrimas, e o orvalho sagrado dessas magníficas alvoradas humanas regava a sementeira do nosso idealismo (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.71-72).

²⁴² Aparece como assistente técnica na Revista do Ensino, nº. 92 de 1933.

²⁴³ “Além do Dr. Noraldino Lima e do professor Guerino Casasanta, inspector geral da Instrução, achavam-se presentes o Sr. Claudionor Lopes, diretor da instrução; dr Levindo Lambert, chefe de gabinete do professor Guerino Casasanta; Delfim Moura, pelo “Minas Gerais”, e os seguintes assistentes técnicos: Srs. Oscar Guimarães, Aimoré Dutra, Ernesto de Melo Brandão, Abel Facundes, José Madureira de Oliveira, Juscelino Theodoro de Aguiar Junior, Luiz de Padua, José de Lima, Otílio Gonçalves, Jose Maximino de Miranda, Salvador Pires Novaes, Raphael Grisi, Adherbal Alvarenga, Ramos Cesar, Aníbal Mattos, Emanoel Brandão Fontes, Raymundo Tavares, Raul de Almeida Costa, Alcides Xavier Gouveia, Custodio Leite de Salles, João Resende da Costa, Luiz Cerqueira, José Raymundo Netto, Jason de Moraes, Manoel Penna, Olynto Pereira da Silva, José Paradas, Julio de Oliveira, e Sras. Leonilda Montandon, Benedicta Mello, Diva de Carvalho Faria, Irene Silveira, Leticia Chaves, Helena Penna, Zembla Soares de Sá, Maria Luiza de Almeida Cunha e Zelia Rabello” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.71).

No discurso, Abel Fagundes falou sobre a falta de contato com o governo, o desânimo dos professores e dos assistentes e sobre as “agitações políticas”, que culminaram com a “revolução brasileira” de 1930 que, por sua vez, restringiu o orçamento destinado à educação pública, gerando desalento em todos.

Diante do panorama apresentado, o Inspetor Geral da Instrução, Guerino Casasanta, apelou para o patriotismo, o idealismo e a boa vontade dos inspetores, pois era necessário “reavivar o entusiasmo” nos “estabelecimentos de ensino” e declarou: “as condições econômicas atuais são diferentes”, mas “não pode ser diferente o nosso ideal, que se inspira em motivos superiores do espírito”, portanto era preciso estabelecer “um pacto definitivo e duradouro em prol do ensino” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.79) e se adequar à situação do momento.

Conforme descreveu o inspetor Oscar Arthur Guimarães (1934), no artigo “As modificações na reforma do ensino”²⁴⁴, instituídas pelo Decreto nº. 10.362, de 1932, visaram a “ajustar, fixando e, definindo melhor, os aspectos técnicos da administração, direção, orientação e fiscalização do ensino” (REVISTA DO ENSINO, 1934, p.27).

Essa nova lei, para racionalizar o serviço e reduzir despesas, mudou os critérios de contratação dos inspetores, criou o cargo de professora técnica do ensino e previu a instituição de um corpo técnico de assistência ao ensino. O cargo de assistente técnico foi mantido, mas diminuíram as exigências no processo de contratação. Pelo artigo 6º, poderiam ser nomeados para atuarem como assistentes técnicos as “professoras diplomadas pela escola de aperfeiçoamento; as normalistas de 2º grau, diplomadas após a expedição do regulamento de 20 de janeiro de 1928, com 2 anos, pelo menos, de exercício efetivo no magistério estadual e os candidatos classificados até 10º lugar em concurso...” (MINAS GERAIS, 1932, p. 524).

A professora técnica do ensino teria a função de dar suporte pedagógico aos professores dos grupos escolares, no processo de homogeneização das classes, na organização das bibliotecas e dos clubes de leitura, no planejamento de dramatizações, no preparo de lições, de jogos pedagógicos, nas reuniões pedagógicas e em outras atividades escolares (MINAS GERAIS, 1932, p. 527). O corpo técnico de assistência pedagógica ao ensino iria examinar relatórios, fazer sindicâncias e planejar orientações pedagógicas aos professores (MINAS GERAIS, 1932, p. 549).

Segundo o Secretário Noraldino Lima (1932), as mudanças na lei e nos critérios de nomeação dos assistentes técnicos visaram harmonizar “os interesses do ensino, que

²⁴⁴ Decretos nº 7.970-A/1927 e 9.450/1930.

tanto precisa da colaboração desse aparelho fiscalizador, com as condições pessoais dos que se encontram à altura de desempenhar o cargo”. Desse modo, a assistência técnica deixou de ser exclusividade dos inspetores concursados e diplomados na Escola de Aperfeiçoamento, para ser exercida também pelas professoras técnicas de ensino (EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, 1932).

Os registros do livro das atas de reuniões pedagógicas das professoras do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, indicaram que a professora Maria da Glória Lomonaco deixou o cargo de assistente técnica do ensino e assumiu a nova função de professora técnica: “A Sr.^a Diretora iniciou a palestra fazendo-nos lembrar, mais uma vez, a proveitosa recomendação da srt^a, ex-assistente técnica desse Grupo” (ATA DE REUNIÃO, 1933).²⁴⁵

Em 1932, Noraldino Lima, o novo Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado, apresentou novas medidas para reformular o ensino; retirou a obrigatoriedade da habilitação na Escola de Aperfeiçoamento, reduziu as exigências para a contratação dos assistentes técnicos do ensino e instituiu o cargo de professora técnica, para prestarem assistência técnico-pedagógica nos grupos escolares.

Contudo, os referenciais pedagógicos, baseados na Escola Nova, foram mantidos. A reunião pedagógica, dirigida pela Professora Maria da Glória Lomonaco, em 1933, para as diretoras e as professoras primárias dos Grupos Escolares Júlio Bueno Brandão e ‘Minas Gerais’, apontou a sua permanência:

Aos três dias do mês de agosto de 1933, realizou-se numas das salas ao Grupo Escolar “Júlio Bueno Brandão”, a reunião de quinta-feira de acordo com o Regulamento ao Ensino Primário, em vigor. Estavam presentes a Diretora do referido Estabelecimento com o professorado do mesmo e a Diretora do Grupo “Minas Gerais” com diversas professoras. Constou a reunião de uma palestra da srt^a. Maria da Glória Lomonaco [...] sobre vários assuntos Psico-Pedagógicos. Iniciou, [a palestra] dizendo que a Escola Nova se baseia no estado da alma da criança, ela deve adaptar-se às crianças, [...]. Falou sobre as leis que regem a evolução infantil [...] demorando-se mais no que diz respeito a liberdade da criança. Muitos professores desconhecem o que é a liberdade propriamente dita, deixando seus alunos fazerem o que querem. [...] a liberdade verdadeira ensina cada um a dominar suas vontades. [...] A professora deve, pois orientá-la a fazer o que deve. [...]. A liberdade é sinônimo de atividade. [...] Na Escola Ativa as crianças precisam agir e agir livremente. A ginástica é essencialmente necessária em nossos grupos, como as excursões para satisfação física. [...] (ATA DE REUNIÃO, 1933).²⁴⁶

²⁴⁵ Reunião de nove de fevereiro de 1933, realizada no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão-Uberlândia/MG.

²⁴⁶ A Reunião aconteceu no Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão-Uberlândia/MG.

Na reunião, a “professora técnica” tratou de temas “Psico-Pedagógicos”; trouxe o conceito de liberdade associada à atividade e ao domínio da vontade, no sentido de ensinar o aluno fazer o que deve e não o que quer, por fim, reportou-se à ginástica e à excursão como atividades didáticas importantes na escola ativa.

Segundo o relato da assistente técnica de ensino, Helena Penna (1932), nas atividades escolares desenvolvidas pelas professoras do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, os elementos da escola ativa estavam presentes, como por exemplo, os jogos educativos, as dramatizações e as histórias inventadas e ilustradas pelas crianças:

Dia 13 – Classe de III ano B, regida pela prof.^a Maria Moreira da Costa. Achavam-se presentes 33 alunos dos 36 inscritos. Assisti á aplicação do test de pontuação, no horario de lingua patria, á dramatização de uma história sobre animais, etc. Examinei as redações escritas na vespera, o bonito album de historias inventadas e ilustradas pelas creanças. Fiz com os alunos “test” de aritmetica, de redação e exercícios de calculo mental.

Dia 15 – Classe da prof.^a Glaphyra Coutinho. Turma de III ano B, com 36 alunos. Assisti á leitura dramatizada, á aula de aritmetica (calculos mentais) e a de geografia ministrada sob a forma de um jogo inteligente e muito intuitivo. Assisti, ainda, á lição de ciencias naturais sobre a terra, seus movimentos e demais planetas, etc.

Dia 16 – Classe da prof.^a Alice Faleiro. Estavam presentes 32 alunos dos 34 matriculados. Ouvi a leitura dos alunos, a dramatização sobre Fernão Dias Paes Leme e as aulas de aritmetica e de geografia, ministradas de maneira viva e eficiente por meio de jogos educativos. Fiz com os alunos da classe “test” de divisão e de leitura silenciosa.

Dia 18 – Classe de IV ano A, com 32 alunos [fl.4] matriculados, sob a regencia da prof.^a Ruth de Magalhães Pinto. Assisti à aula de leitura muito boa, a de geografia que consistiu em arguições sobre a America do Sul e do Norte, á vista de mapas desenhados com precisão no quadro, pelos alunos. Depois de examinar os trabalhos dos alunos e o album de geografia da classe, dei um “test” de leitura e redação, podendo, assim, melhor apreciar o adiantamento e a espontaneidade de linguagem das creanças (RELATÓRIO, 1932).²⁴⁷

Para adaptar e harmonizar o serviço de inspeção à situação do estado e aos interesses do ensino, novas disposições foram instituídas, mas os assistentes técnicos do ensino continuaram o trabalho de fiscalizar, orientar e estimular os professores na aplicação dos princípios pedagógicos, porque, conforme afirmou o Inspetor geral da instrução, Mario Casasanta (1933), era essa “a tarefa das tarefas; [era] esse o problema

²⁴⁷ Relatório realizado no dia 27 de abril, de 1932. Livro de Registro do Grupo Escolar Barão do Rio Branco de Belo Horizonte: “Termos de Vista” dos Assistentes Técnicos (1932-1953). Arquivo do Museu da Escola. Códice: ME 2000/00662.

dos problemas. O caráter, [...] é o que queremos [...], para engrandecer o Brasil.” (REVISTA DO ENSINO, 1933, p.77).

Em 1938, o governo estabeleceu novas mudanças no serviço de inspeção do ensino. Criou o cargo de auxiliar técnico do Secretário da Educação, para chefiar a inspetoria do ensino e decretou a extinção do serviço de assistência técnica do ensino, para substituir o serviço instituiu a inspetoria de assistência ao ensino e criou o cargo de inspetor técnico regional. Segundo o artigo 4º, do Decreto-Lei nº 38, “poderão ser aproveitados os atuais assistentes técnicos que tiverem demonstrado melhor eficiência no exercício de suas funções” e os “que não forem aposentados, [...] ficarão em disponibilidade remunerada até serem aproveitados em outros cargos” (MINAS GERAIS, 1938, p. 5).

Como previu a lei, os inspetores deixaram de ser assistentes técnicos do ensino e alguns poderiam ser reaproveitados, nomeados e efetivados, como inspetores técnicos regionais, mediante comprovação de competência técnica e dedicação ao serviço e suas atribuições foram redefinidas no sentido de “coordenar o serviço de orientação e assistência técnica na circunscrição, [...] cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos do ensino e as determinações das autoridades superiores” (MINAS GERAIS, 1938, p. 10).

Para fazer dos inspetores técnicos do ensino um agente capaz de realizar a reforma do ensino e modernizar o estado, o governo selecionou os professores de boa formação intelectual, saudáveis e que atestavam uma boa conduta moral e organizou um curso de aperfeiçoamento, sobre as novas diretrizes técnico-pedagógicas. A intenção foi prepará-los e treiná-los para atuarem com eficiência, mobilizando os professores, em torno dessa nova proposta pedagógica e transformando a escola em fator de desenvolvimento social.

Depois do curso, os inspetores orientaram, fiscalizaram, divulgaram e estimularam os professores na aplicação dos métodos e processos de ensino, para dar uma formação moral sólida para o aluno, melhorar o seu caráter e o seu comportamento e ensiná-lo a compreender como viver de acordo com as exigências de uma sociedade moderna. Entretanto, durante todo o transcorrer dos trabalhos os inspetores encontraram obstáculos de diversas ordens: social, cultural, política e econômica, que impediram a realização plena do que foi proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na consolidação da República brasileira (1889–1930), o processo de federalização teve impactos na responsabilidade pela educação pública. Havia confiança na força da instrução pública estadual como instância difusora do novo ideal de sociedade. À escola primária couberam finalidades várias e expectativas ambiciosas, com ênfase em moldar o caráter das crianças — futuros trabalhadores — incutindo nelas virtudes morais e normas de civilidade, assim como consolidar a ideia de nação, divulgando valores cívico-patrióticos — a exemplo do amor à pátria. Em vista disso, as reformas educacionais introduziram mudanças significativas nos campos administrativo, pedagógico, no sistema de fiscalização do ensino e, sobretudo, nas atribuições do inspetor escolar, transformando-o em um agente articulador das novas propostas pedagógicas.

A leitura da legislação estadual e outros textos oficiais deixa entrever a necessidade de a escola ser ampliada a todos os segmentos da sociedade, guiada por um ideal de desenvolvimento que tinha na educação uma força central. Assim, seria necessário modificar as bases da escola, como propôs o movimento escolanovista ao tentar levar a campo, no Estado, um pensamento pedagógico, uma visão de educação coerente com ideais republicanos para instituir um ensino mais científico e racional em Minas Gerais.

Para compreender as estratégias mobilizadas pelos reformadores mineiros para operacionalizar mudanças pedagógicas no âmbito de um projeto racionalizador mineiro, focalizando a importância do serviço da inspeção escolar nesse processo, analisamos as diversas reformas educacionais, ocorridas entre 1906 e 1938, as mensagens presidenciais, os textos publicados na Revista do Ensino, as atas de reuniões de professores e os relatórios de inspetores.

No processo de análise, destacamos a Reforma João Pinheiro, de 1906, que buscou organizar o sistema de instrução pública, mediante a reformulação do ensino primário e normal, a implantação dos grupos escolares, a criação da Escola Normal da Capital, a introdução do método de ensino intuitivo aliado a uma educação intelectual, moral e física e ainda a estruturação de um complexo sistema de fiscalização, que instituiu a inspeção administrativa e a inspeção técnica do ensino, atribuindo ao inspetor escolar a função de fiscalizar o funcionamento das escolas e prestar assistência técnico-

pedagógica aos professores, para formar o cidadão e adequá-lo às exigências dos novos tempos.

Salientamos também a Reforma Francisco Campos, de 1927, que surgiu em um momento de efervescência ideológica e educacional, com a intenção de introduzir um novo modelo educacional, capaz de racionalizar a educação e modernizar o estado. Desse modo, essa reforma modificou as bases da escola, renovou o ensino primário e o normal, instituiu um ensino científico e racional, baseado nos referenciais pedagógicos defendidos pelo movimento escolanovista.

Como se não bastasse, propôs a revisão das formas tradicionais de aprendizagem, introduziu o método de ensino “ativo”, valorizou o conhecimento sobre o desenvolvimento físico, moral e intelectual do educando, a partir das disciplinas Biologia e Psicologia, colocou a criança no centro do processo, preocupou-se com a formação e a atuação do professor, reorganizou o serviço de inspeção do ensino e transformou o inspetor escolar em articulador das proposições técnico-pedagógicas introduzidas pela reforma.

Desse contexto, vale ressaltar que, no âmbito das estratégias para se modernizar o estado, via educação, em 1906, deu-se ênfase ao trabalho do inspetor escolar, como instrumento de controle e fiscalização do ensino e de formação do regente de sala. Para tal, ampliou-se a vigilância sobre todo o processo educacional e foram criadas as possibilidades para o exercício de uma fiscalização permanente e de uma intervenção com maior vigor, na formação e na prática pedagógica do professor.

Os dados dos documentos examinados mostraram que os inspetores, em suas visitas, assistiam às atividades práticas da escola e ministriavam ‘aulas-modelo’, observavam e avaliavam o desempenho do professor, verificavam as condições físicas, materiais e higiênicas das escolas e elaboravam pareceres. Diferentemente dos grupos escolares, as escolas primárias não tinham acomodações adequadas, o mobiliário e os equipamentos pedagógicos eram insuficientes e a maioria dos profissionais do ensino não estava preparada. Todavia, os documentos também revelaram que muitos inspetores não se encontravam suficientemente preparados para prestar uma assistência técnico-pedagógica eficiente aos professores.

Nesse sentido, para garantir a consolidação dos ideais republicanos de moralização e civilização popular, em 1927, a Reforma Francisco Campos reestruturou o serviço e os inspetores foram rigorosamente selecionados e treinados, nos novos

referenciais pedagógicos, para praticarem uma fiscalização mais efetiva sobre o sistema escolar e prestarem uma assistência técnica e pedagógica eficaz aos professores.

Os relatórios estudados evidenciaram que os assistentes técnicos mais hábeis visitaram as escolas e os grupos escolares, verificaram e orientaram os professores na aplicação dos métodos e processos de ensino, instruíram como planejar as aulas, ministraram ‘aulas-modelo’ e palestras pedagógicas, publicaram artigos sobre os novos princípios do ensino e criticaram os comportamentos inadequados. Desse modo, buscaram impor, produzir e reproduzir o que estava prescrito na lei.

A pesquisa mostrou também, que as condições físicas, materiais e pedagógicas dos grupos escolares eram bem melhores do que as das escolas isoladas. Nos grupos escolares citados, conforme os relatórios dos inspetores, verificamos que os professores, buscavam aplicar os métodos e processos do ensino e se reuniam, periodicamente, para estudar, ouvir as palestras dos inspetores e ler artigos publicados na Revista do Ensino.

No entanto, nas escolas isoladas, foram detectadas más condições físicas, falta de material didático e de mobiliário adequado, irregularidades na aplicação do método do ensino e a falta de preparo do professor e resistência do mesmo, revelando que havia, ainda, muitos “resquícios da velha escola”. Isso demonstrou que houve diferenciação no cuidado e no tratamento das ações entre os grupos escolares e as escolas primárias isoladas e que as dificuldades eram ainda maiores nessas últimas. Muitos professores não se apropriaram das novas determinações normativas e preferiram continuar utilizando as ‘velhas práticas escolares’.

Surgem assim alguns questionamentos: Como o processo de organização da instrução pública em Minas Gerais, nesse período, impactou nos professores dos grupos escolares e das escolas isoladas? Como foi o processo de formação dos professores, após a criação da Escola Normal Modelo? Por que alguns professores resistiam à modernidade pedagógica? Será que faltou uma formação cultural e pedagógica de base sólida e ampla, que abarcasse mais conhecimentos sobre os novos conteúdos do ensino e sobre os novos preceitos metodológicos instituídos? Ou será que o problema está ligado “la existencia y el peso de [um] conjunto de tradiciones y “regularidades institucionales”, sedimentadas a lo largo del tiempo” (VIÑAO, 2000, p.2).

Concluímos que, no movimento de modernização do estado, a educação foi colocada a serviço dos interesses de uma elite dominante, para formatar os futuros trabalhadores e cidadãos. Entretanto, houve dificuldades de diversas ordens: sociais, políticas, econômicas e culturais, que repercutiram nas iniciativas de organizar a

instrução pública e de promover a escolarização, para reduzir o analfabetismo e para incutir novos valores morais, cívicos e sociais nos indivíduos.

O embate se deu, principalmente, na escassez de recursos materiais, humanos e financeiros, mas também esbarrou em uma estrutura social excludente, em uma economia dependente, de base oligárquica e em valores de uma sociedade agrária, tradicional e conservadora, que se preocupou mais em garantir a supremacia política e econômica do grupo agroexportador e em manter o monopólio do café, conservando um sistema de exclusão, bloqueando a melhoria das condições de vida da população e reproduzindo desigualdades sociais.

Nos primeiros anos da República, os inspetores escolares se destacaram no processo de organização da instrução pública. Receberam formação e treinamento, transformaram-se em articuladores dos novos métodos e técnicas pedagógicas, junto aos professores e em fiscais do sistema escolar, para ajudar na constituição de uma sociedade moderna, porém as restrições ficaram por conta, principalmente, da permanência de um sistema político em que preponderavam comezinhos interesses pessoais, de uma economia baseada no latifúndio e no monopólio de produção e ainda de uma estrutura social acomodada nas velhas práticas mantidas de geração em geração.

Esses elementos limitaram o avanço das reformas e provocavam constantes reajustamentos no sentido de simplificar as atividades escolares e reduzir despesas. Como foi o caso do serviço de inspeção técnica do ensino e do inspetor escolar, valorizado e reestruturado, em 1906, porém, extinto, em 1938 e substituído por um órgão de menor relevância. Com as mudanças, as inspetoras escolares passaram a ocupar o cargo de professoras técnicas de grupos escolares e os inspetores tidos como competentes continuaram no cargo, como inspetores regionais de ensino e os demais ficariam à disposição do governo. Assim sendo, perguntamos, como o serviço de inspeção do ensino foi estruturado, a partir de 1938 e qual o papel do inspetor escolar, desde então?

Podemos afirmar que o alcance do objetivo, inicialmente proposto, supõe confirmar a plausibilidade da hipótese de pesquisa. Este trabalho permite afiançar o intento de uma escolarização civilizadora no qual o inspetor de ensino teve função importante. Ressaltamos que estas considerações finais não concluem as questões que buscamos discutir. Ainda assim, esperamos que a pesquisa aqui descrita tenha validade e utilidade como sugestão de caminhos a outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

MATERIAIS HISTÓRICOS

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislação/publicações/doimperio>. Acesso em: 01 de outubro de 2012.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte, 1891.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte, 1934.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro: Sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte, 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pe.html> Acesso em 20 de outubro de 2012.

_____. Lei de 15 de outubro de 1827. Coleção de Leis do Império do Brazil. Rio de Janeiro: p.71,1866. Disponível: www2.camara.gov.br/legislação/publicações/doimperio. Acesso em 10 de outubro de 2012.

_____. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Coleção de Leis do Império do Brazil. Rio de Janeiro: 1834. Disponível www2.camara.gov.br/legislação/publicações/doimperio. Acesso em 10 de outubro de 2012.

_____. Decreto nº 1.331-A de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para reforma do Ensino primário e secundário no Município da Corte. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislação/publicações/doimperio>. Acesso em: 11 de outubro de 2012.

_____. Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário Município da Corte e o Superior em todo o Império. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislação/publicações/doimperio>. Acesso em: 11 de outubro de 2012.

_____. Decreto de 17 de janeiro de 1809. Prescreve a maneira por que hão de ser providas as cadeiras de ensino público neste Estado do Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível: www2.camara.gov.br/legislação/publicações/doimperio. Acesso em: 12 de outubro de 2012.

_____. Decreto de 25 de fevereiro de 1821. Crea o logar de Inspector Geral dos estabelecimentos litterários e científicos deste Reino. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislação/publicações/doimperio>. Acesso em: 12 de outubro de 2012.

MINAS GERAIS, Lei nº 41, de 8 de agosto de 1892. Dá nova organização a instrução pública do Estado de Minas Gerais, Imprensa Oficial. Ouro Preto, 1892. Disponível em: <http://dspace.almg.gov.br/xmlui/handle/11037/4716>. Acesso em: 7 de novembro de 2013.

_____. Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1906.

_____. Decreto nº 4.524 de 21 de fevereiro de 1916. Unificou o ensino nas Escolas Normais modelo, Regionaes e Equiparadas. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Official. 1916.

_____. Decreto nº 6.831 de 20 de março de 1925, que regulamentava o Ensino Normal em Minas Gerais. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1925.

_____. Exposição de motivos do Regulamento do Ensino Primário nº 7.970, de 1927.

_____. Decreto nº. 10.362 de 31 de maio de 1932 que aprova modificações aos regulamentos que baixaram com os decretos nº 7.970-A, de 15 de outubro de 1927, e 9.450, de 18 de fevereiro de 1930 Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1932. p. 523- 557.

_____. Exposição de motivos do Regulamento nº 10.362 de 31 de maio de 1932.

_____. Decreto nº 8.094, de 22 de dezembro de 1927. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1928, p. 1556- 1827.

_____. Decreto nº 8.162, de 20 de Janeiro de 1928. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1928, p. 81- 128.

_____. Exposição de motivos do Decreto n. 8.162, de 1928.

_____. Decreto nº 7.970-A, de 15 de outubro de 1927. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1927, p. 1139 - 1295.

_____. Decreto nº 9.653 de 30 de agosto de 1930, que aprovou o regulamento da Escola do Aperfeiçoamento. Collecções das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa Official. 1930. p. 620 - 628.

RELATÓRIOS

MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Relatório do comissionado, Estevam de Oliveira, sobre a Reforma de Ensino público primário e normal em Minas Gerais,

apresentado ao Secretário do Interior de Minas Gerais, 1902. (Arquivo Público Mineiro).

_____. Secretaria do Interior. Relatório do Secretário do Interior, Manuel Tomaz de Carvalho Brito, ao presidente do Estado, 1907. (Arquivo Público Mineiro).

_____. Secretaria do Interior. Relatório do Secretário do Interior, Estevão Pinto ao presidente do Estado, Wenceslau Braz Pereira Gomes, 1909. (Arquivo Público Mineiro).

_____. Secretaria do Interior. Relatório do Secretário do Interior, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão, 1911. (Arquivo Público Mineiro).

_____. Secretaria do Interior. Relatório do Secretário do Interior, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão, 1912. (Arquivo Público Mineiro).

_____. Secretaria do Interior. Relatório do Secretário do Interior, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao presidente do Estado, Júlio Bueno Brandão, 1913. (Arquivo Público Mineiro).

_____. Secretaria do Interior. Relatório do Secretário do Interior, Américo Ferreira Lopes, ao presidente do Estado, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, 1918. (Arquivo Público Mineiro).

REVISTAS DO ENSINO

Actos Oficiaes. “Pela reforma”. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV, n. 28, p. 78 – 79, dez. 1928.

A voz da prática. “Uma excursão”. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV, n. 36, p. 111, ago, 1929.

A voz da Prática. “Não preparou a lição”. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV, n. 30, p. 86, fev. 1929.

ALVARENGA, Adherbal. Arte de ler. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte, ano VII, n. 92, p. 64, julh. 1933.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. Segunda Conferência Nacional de Educação. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte, ano IV, n. 27, p. 28-33, nov. 1928.

_____. Educação Pública. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte, ano V, n. 47, p. 04-28, julh. 1930.

BRANDÃO, Ernesto de Mello. Leitura explicada. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte, n. 104, ano VIII, p. 32-33, jul. 1934.

CAMPOS, Francisco. Primeiro Congresso de Instrução Primária do Estado de Minas. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte, ano III, n. 21, p.454-456, mai./jun. 1927.

_____. Curso de Aperfeiçoamento. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte, ano IV, n. 26, p.53-83, out. 1928.

_____. Um appello ao civismo mineiro. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte, ano IV. n. 28, p. 42-44, dez. 1928.

CASTRO, Lucia Schmidt Monteiro de. Organização da sala de aula. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV. n. 35, p. 92, jul. 1929.

CASASANTA, Guerino. O Curso de Aperfeiçoamento para religiosas. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VII, ns. 90-91, p. 29-38, jull. 1933.

CASASANTA, Mário. Como executar os nossos programas. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV, n. 33, p. 18-30, mai. 1929.

_____. Curso de Aperfeiçoamento para os Assistentes Técnicos de Ensino. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV, n. 35, p. 73-130, jull. 1929.

_____. Curso de Aperfeiçoamento, para os Assistentes Técnicos de Ensino. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV. n. 36, p. 59-110, ago. 1929.

CESAR, Benjamin Ramos. A Escola Nova. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano III, n. 25, p. 4-7, jan. 1928.

_____. A pré-história da Pedagogia Actual. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IX, n. 113, p. 12-16, abr. 1935.

CLAPARÈDE, Edouard. O Complexo de Inferioridade. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VI, ns 53-54-55, p. 5-31, jan./fev./mar. 1931.

Concurso para inspetores technicos do ensino primário no Estado. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, n. 23, p. 555-556, out. 1927. Número especial Comemorativo.

COSTA, Firmino. Curso de aperfeiçoamento para os Assistentes Técnicos de Ensino. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV, n. 36, p. 83-86, ago. 1929.

_____. Curso de aperfeiçoamento para o professorado mineiro. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV. n. 36, p. 36-94, ago. 1929.

CUNHA, Mario. O Ensino Primário em Minas Gerais. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte, ano VIII, v. 37, n. 102, p. 26-32, mai. 1934.

CUNHA, Maria Luiza de Almeida. Primeiros Fructos. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VI, n. 29, p. 65-66, jan. 1929.

_____. Comentário sobre os relatórios referentes á homogeneização das classes escolares. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VI, ns. 68/69/70, p. 22-29, abr./mai./jun. 1932.

_____. O problema da Inspeção e a educação nova. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano V. ns. 59/ 60/ 61, p. 50-65, jul./ago./set.1931.

EMYDIO, J. Planos de aula. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VII, n. 92, p. 61-64, julh. 1933.

FAGUNDES, Abel. Escola, sala, classe, aula. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VIII, n. 104, p. 34-35, julh. 1934.

FARIA, Diva de Carvalho. O problema da educação. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VII, n. 93, p. 45-57, ago. 1933.

FARIA, Diva de Carvalho, LOPES, Julia & GUIMARÃES, Oscar Arthur. Relatório sobre a homogeneização das classes no município de Juiz de Fora- MG. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VI, ns. 65/66/67, p. 35-39, jan./fev./mar. 1932.

GUIMARÃES, Oscar Arthur. Escola nova: problemas a resolver. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV, n. 35, p. 44-46, julh. 1933.

_____. Escola Nova. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano V, n. 45, p. 70-71, mai. 1930.

_____. As modificações na reforma do ensino. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VIII, n. 109, p. 27-29, dez. 1934.

HERNESTO, Luiz. Instrução primária de Minas. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VII, n. 92, p. 60-61, julh. 1933.

LAMBERT, Levindo Furquim. A Escola Activa. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano V, n. 47, p. 48-49, julh. 1930.

_____. Nossa experiência: As provas escritas. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VI, n. 77, p. 66-67, dez. 1932.

MASSENA, João. A Nova Orientação no Ensino Normal. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV, n. 29, p. 05-15, jan. 1929.

MINEIRO, Emílio. 1º Centenário do ensino primário no Brasil. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano III, n. 23, p. 512-513, out. 1927. Número especial comemorativo.

MONTEIRO, Amélia de Castro. Curso de Aperfeiçoamento para Assistentes Técnicos de Ensino. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte, ano IV, n. 35, p. 82-89, jull. 1929.

MOURA, Emilio. Caderno de preparo de Lições. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV, n. 30, p. 43-46, fev. 1929.

Noções de Educação Physica. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano II, n.14, p.181, mai. 1926.

Noticiário - As reuniões de assistentes técnicos do ensino. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VII, n. 92, p.70-79, julh. 1933.

O escotismo e os escoteiros. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano II, ns.16 e 17, p. 311-313, jull./ago. 1926.

Pedagogie Générale. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano V, n. 49, p.43-51, set. 1930.

PONTES, Salvador Pires. A nutrição das “creanças”. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VIII, n. 104, p. 73, julh. 1934.

PRASERES, Duntalmo. Práticas Escolares. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VII, n. 96, p. 11-13, nov.1933.

RENAUT, Abgar. O fundo escolar e o problema da instrucção primária. Discurso pronunciado pelo deputado na Câmara dos Deputados. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano IV, n. 27, p. 77-83, nov. 1928.

SANTIAGO, João Batista. Ensino Normal. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano V, n. 42, p. 58, fev.1930.

_____. Relatório da excursão dos alunos do Grupo escolar de Divinópolis. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VI, ns. 65/ 66/67, p. 105-111, jan./fev./mar. 1932.

_____. Divulgação dos ideias da Escola Nova. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VIII, n. 104, p. 12-15, julh.1934.

TEIXEIRA, Anísio. As Diretrizes da Escola Nova. Conferência realizada na Escola de Belas Artes perante a 4ª Conferência Nacional de Educação. **Revista do Ensino**, Belo Horizonte, ano VI, ns. 65/ 66/67, p. 7-33, jan./fev./mar. 1932.

MENSAGENS PRESIDENCIAIS

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Mineiro em 14 de julho de 1928. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2012.

_____. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Mineiro em 1º de agosto de 1930. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 20 de abril de 2013.

BARBOSA, Luiz Eugenio Horta. Mensagem à Assembleia Provincial de Minas Gerais do presidente da província, ao instalar a primeira sessão da vigésima sétima legislatura em 1.o de junho de 1888. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1888. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

BERNARDES, Arthur da Silva. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso mineiro, em 15 de junho de 1920. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2012.

_____. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Mineiro, em 15 de junho de 1919. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2012.

BRANDÃO, Júlio Bueno. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Mineiro em 15 de junho de 1914. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2012.

_____. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Mineiro em 15 de junho de 1911. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

CALMON, Francisco Marques de Góes. Mensagem do presidente do Estado da Bahia, dirigida à Assembleia Geral Legislativa, em 7 de abril de 1924. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2012.

CARVALHO, Antônio Luiz Affonso de. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Minas Gerais, na sessão extraordinária de 2 de março de 1871. Ouro Preto, Typ. de J.F. de Paula Castro, 1871. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

COIMBRA, Estácio de Albuquerque. Mensagem do Presidente do Estado de Pernambuco, dirigida à Assembleia Geral Legislativa, em 17 de junho de 1929. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: de março de 2012.

GOMES, Wenceslau Brás Pereira. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Mineiro. 1909. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial> acessado em 27 de setembro de 2012.

MELLO VIANA, Fernando. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Mineiro, na 4ª Sessão ordinária da 9ª Legislatura. Belo Horizonte 14 de julho de 1926. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2012.

RIBEIRO, Delfim Moreira da Costa. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais apresentada ao Congresso Mineiro, em 15 de junho de 1917. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2012.

_____. Delfim Moreira da Costa. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais apresentada ao Congresso Mineiro, em 15 de junho de 1916. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2012.

ROCHA, José Moreira. Mensagem do Presidente do Estado do Ceará, dirigida à Assembleia Geral Legislativa em 1º de julho de 1925. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2012.

SALLES, Francisco Antônio. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, de 15 de junho de 1906, apresentada ao congresso legislativo. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

_____. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Legislativo 15 de junho de 1905. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

_____. Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Legislativo 15 de junho de 1903. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

SILVA, João Pinheiro da. Mensagem do presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Legislativo em 15 de junho de 1907. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

_____. Mensagem do presidente do Estado de Minas Gerais, dirigida ao Congresso Legislativo, em 15 de junho de 1908. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

SOUZA, Washington Luis Pereira de. Mensagem do presidente do Estado de São Paulo, dirigida ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1920. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 18 de março de 2012.

ATAS DE REUNIÃO

Livros de Atas de reuniões de professoras. Documento da Secretaria do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão. Uberlândia-MG, (1932-1937).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Alzira Alves de (Coord.) *et al.* **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. v.5. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Esquecer para lembrar**. Boitempo III. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

Anuário Estatístico do Brasil. In: **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2. 1936. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de março de 2012.

Anuário Estatístico do Brasil. In: **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 3. 1937. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de março de 2012.

Anuário Estatístico do Brasil. In: **Estatísticas do século XX**. COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL, Sinopse de Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, v. 7. 1947. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 de março de 2012.

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. A Reforma Carneiro Leão em Pernambuco. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck, VIDAL, Diana Gonçalves e ARAÚJO, Jose Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2011. p. 231-246.

_____. Os Grupos Escolares em Minas Gerais como Expressão de uma Política Pública: Uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. Fernando de. **A educação na encruzilhada**. 2^a ed. São Paulo. Melhoramentos, 1960.

BASBAUM, **História sincera da República**. São Paulo: Alfa e Omega, 1975.

BASTOS SILVA, Geraldo. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e Educação Popular**. São Paulo: Pioneira, 1974.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo escolar em Minas Gerais: o caso da Revista do Ensino (1925-1940)**. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação, USP. São Paulo, 2001.

_____. Reforma Francisco Campos: estratégias de formação de professores e modernização da escola mineira (1927-1930) In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck, VIDAL, Diana Gonçalves e ARAÚJO, Jose Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais: manifestações da escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2011. p. 155- 176.

BLOCH, March. **Apologia da história** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11 ed. v.1, Brasília: UNB, 1998.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.6, n.11, p. 24-39. 1993.

BOTO, Carlota. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas-SP, v. 24, n. 84, set., 2003, p. 735-762. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 22 de janeiro de 2013.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Educação e republicanismo:** experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2008.

CAMARA, Sônia, A Reforma Fernando de Azevedo e as colmeias Laboriosas no Distrito Federal de 1927 a 1930. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck, VIDAL, Diana Gonçalves e ARAÚJO, Jose Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946).** Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 177- 196.

CAMPOS, Francisco Luís da Silva. **Pela civilização mineira.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

CARONE, Edgar. **A Nova República (1930-1937).** 3 ed. São Paulo: Divisão Editorial S.A., 1982.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. A Configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano (Uberabinha-MG 1911-1929). Dissertação (Mestrado) Uberlândia: Faculdade de Educação/UFU, 2002.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de & CARVALHO, Carlos Henrique de. **O lugar da educação na modernidade luso-brasileira no fim do Século XIX e início do XX.** Campinas, SP: Alínea, 2012.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães.** Uberlândia: Edufu, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck, VIDAL, Diana Gonçalves e ARAÚJO, Jose Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais: manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946).** Campinas- SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 5- 30.

_____. **A Escola e a República e outros ensaios.** Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

_____. Reformas da Instrução Pública. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta & VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225-252.

_____. **Molde nacional e fôrma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista-SP: EDUSF, 1998.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil:** a história que não se conta. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. A Reforma da Instrução Pública de 1922 no Ceará: impacto sobre Lourenço Filho, a Escola Normal e a elite ilustrada. In: MIGUEL,

Maria Elizabeth Blanck, VIDAL, Diana Gonçalves e ARAÚJO, Jose Carlos Souza (Orgs.). **Reformas educacionais: manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas- SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 31-42.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLAPARÈDE, Edouard. **A educação funcional**. (Tradução de Louis Meylan e Pierre Bovet do original L'École sur mesure, 1921). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Esses espaços das Minas Gerais**: considerações acerca de um conceito dinâmico de região e seu uso à interpretação dos processos espaciais. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporâ - da Colônia à Era Vargas**. 2. ed. ver. ampliada. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

_____. Projetos republicanos e a questão da educação nacional. In: VAGO, Tarcísio Mauro *et al.* (Orgs.). **Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

CURY, C.R.J.; HORTA, J.S.B.; FÁVERO, O. A Relação Educação-Sociedade-Estado pela Mediação Jurídico-Constitucional. In: FÁVERO, Osmar. (Org) **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. 2^a ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: CARDOSO, Fernando Henrique. et al (orgs.). Subdireção de Boris Fausto. **O Brasil Republicano. Tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira**. v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: introdução à filosofia da educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4^a ed. São Paulo: Nacional. 1979.

_____. **Experiência e Educação**. Tradução de Anísio Teixeira. 2^a ed. São Paulo: Nacional, 1976.

DULCI, Otavio Soares. João Pinheiro e as Origens do Desenvolvimento Mineiro. In: GOMES, Ângela de Castro (org.) **Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. **Estatísticas do século XX**. 2. ed. rev. e atual, v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Acesso em 12 de março de 2012.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 4^a edição, Porto Alegre: ed. Globo, 1977.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, T. M.. A Reforma João Pinheiro e a Modernidade pedagógica. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação.** Belo Horizonte: Secretaria da Educação, 2000. p. 33-47.

_____. Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane Marta & VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 136-150.

_____. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Rio Grande do Sul: Passo Fundo: ed. UPF, 2000.

_____. **Dos Pardieiros aos palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906-1918).** Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, SP: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. A República do Trabalho: a formação do trabalhador-cidadão no alvorecer do século XX. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, UFMG, n.8; Revista do Departamento de História, n.10, Belo Horizonte, 1990.

FAUSTO, Boris. Expansão do Café e Política Cafeeira. In: CARDOSO, Fernando Henrique et al, subdireção de Boris Fausto. **O Brasil Republicano. Tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira.** v.1, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: **O Brasil republicano; tomo I: O Tempo do liberalismo excludente - da Proclamação da República à revolução de 1930.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FONTOURA, A. **Metodologia do Ensino Primário.** 5 ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1959.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura Escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918).** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Um Bacharel na Secretaria do Interior e Justiça: o Intelectual Delfim Moreira e a reforma do ensino em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Educação.** n.16. Campinas, SP. Autores Associados, jan/abr, 2008.

_____. Os projetos de educação dos republicanos mineiros. In: VAGO, Tarcísio Mauro et al. (Org.). **Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX e XX.** Belo Horizonte: Mazza, 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau & CARVALHO, Carlos Henrique de. Apresentação. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau & CARVALHO, Carlos Henrique de. (Orgs.) **O Município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república.** Campinas, S.P.: Alínea, 2012.

_____. O Nascimento da Educação republicana princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. In: GATTI JÚNIOR, D. & INÁCIO FILHO, G. (Orgs.) **História da Educação em Perspectiva – ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. p. 263 – 294.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O Município e a Educação em Minas Gerais. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau & CARVALHO, Carlos Henrique de. (Orgs.) **O Município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república**. Campinas, S.P.: Alínea, 2012.

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P.519-550.

GOUVEIA, M.C.S. de; ROSA, W. M. A escola Normal em Minas Gerais. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação, 2000

GUALTIERI, R. C. E. A educação do “homem-espécie” – Eugenia e pensamento pedagógico no Brasil das décadas de 1920-1940. In: **VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto), 20-23 de jun, 2008.

HAMDAN, Juliana Cesário. **Do método intuitivo à escola ativa: o pensamento educacional de Firmino Costa (1907-1937)**. (Tese de Doutorado), Belo Horizonte, MG: Faculdade de Educação - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2007.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **Educação e Civilidade no Sertão: Práticas de Constituição do Modelo Escolar no Triângulo Mineiro (1906-1920)**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

_____. **Moldando as práticas escolares: Um estudo sobre os Relatórios da Inspeção Técnica do Ensino no Triângulo Mineiro (1906-1911)**. Dissertação (Mestrado em Educação) São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

KAPPEL, Marilia Neto. **O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908)**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Joao Del Rei, MG. Universidade Federal de São Joao Del Rei, 2010.

LEAL, Victor Nunes. **O coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Alfa Ômega, 1978.

LOPES, Luiz Roberto. **Uma história do Brasil República**. São Paulo: Contexto, 1997.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova:** bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. 12 ed. São Paulo: Melhoramentos/Ministério da Educação e Cultura/Fundação Nacional de Material escolar, 1978.

_____. **Organização e Administração escolar.** Vol. VI. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: Pensamento e ação:** uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional. Campinas São Paulo: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **Lúcia Casasanta e o Método Global de Contos: Uma contribuição à história da Alfabetização em Minas Gerais.** Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte-MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2001.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília: v. 65, n. 150, p. 407-425, mai/ago, 1984

MARTINS, R. M. S.. **Ser Professora na República: modos de pensar, sentir e agir (1930-1950). Dissertação** (Mestrado em Educação). Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

MELLO, João Cardoso de. **O Capitalismo Tardio.** 8 ed. São Paulo: ed. Brasiliense, 1990.

MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão,** dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República.** Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

_____. História de Belo Horizonte de 1897 a 1930. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1970, p.99.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República,** 2 ed, Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

OLIVEIRA, Pâmela Faria. **Ações Modernizadoras em Minas Gerais: a reforma educacional Francisco Campos (1926-1939).** Dissertação (Mestrado em Educação), Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

PAIM, Antônio. **História das idéias filosóficas no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Convívio; Brasília: Fundação Nacional Pró-memória, 1984.

_____. **O liberalismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2000.

PAIVA, Vanilda Pereira, **Educação popular e Educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1983.

PAULA, João Antônio de. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PATARRA. Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil o período pós-30. In: OLIVEIRA, Antonio Flávio de. et al. Subdireção de Boris Fausto. **O Brasil Republicano. Tomo III: economia e cultura (1930-1964). História Geral da Civilização Brasileira**. v.4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PEIXOTO, Anamaria Casasanta. **Barão do Rio Branco: De 1º Grupo Escolar a Escola Estadual - marcos de um Educandário de Belo Horizonte**. *Revista Educação em Foco. Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora*. p. 61-71, mar/ago. 2007.

_____. Uma nova era na escola mineira: a reforma Francisco Campos e Mario Casasanta (1927-1928). In: LEAL, M.C. e PIMENTEL, M. A. L. (Orgs). **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 75-115.

_____. Triste retrato a educação mineira no Estado Novo. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação, 2000. p. 85-103.

_____. **Educação no Brasil - anos vinte**. São Paulo: Loyola, 1983.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Paulo: Brasiliense, ed.23, 1994.

PRATES, Maria Helena de Oliveira. **A introdução oficial do movimento da Escola Nova no ensino público de Minas Gerais**, a Escola de Aperfeiçoamento. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 1989.

RESENDE, Maria Efigenia Lage. **Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo PRM. 1889-1906**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Plano, 2004.

ROSA, Walquíria M.; GOUVEA, Maria C. S. História da Escola Normal em Minas Gerais (1835-1906). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs). **Lições de Minas - 70 anos da Secretaria de Educação de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 8 ed, Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. História da Escola Pública no Brasil: Questões para pesquisa. In: LOMBRADI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel

Moura (Orgs.). **A Escola Pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2005. p. 1 - 29.

_____. **O Legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro.** In: **O legado educacional do século XX no Brasil.** Dermeval Saviani et al. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 9 - 57.

SCHEFFLER, Israel. **A linguagem da educação.** São Paulo: Universidade de São Paulo; Saraiva S/A; Livreiros Editores, 1974.

SCHELBAUER, Analete Regina. **A Constituição do Método Intuitivo na Província de São Paulo (1870-1889).** Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Fabrício Valentim da. **Ensino Agrícola, Trabalho e Modernização no Campo: A Origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929).** Dissertação (Mestrado em Educação) Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil.** São Paulo: Autores Associados, 1994.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910),** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, jul. 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-1515741999000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 jan. 2014.

TANURI, L. M. **O ensino normal no Estado de São Paulo: 1890-1930.** São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1979.

_____. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo: UNESP, n. 14, p. 61-88, mai/ago. 2000. .

VALDEMARIM, Vera Teresa. “O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado.” In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado Educacional do século XIX.** Araraquara, SP: Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de São Paulo, 1998. p. 85 - 127.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos:** educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). Tese (Doutorado em Educação) São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

_____. “A escolarização como projeto de civilização”. **Revista Brasileira de Educação.** n. 21, p. 90 - 103, set/out/nov/dez, São Paulo. 2002.

_____. Escola Nova: A invenção de tempos, espaços e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Orgs). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação, 2000. p. 49-65.

_____. Estratégias discursivas para a educação em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; CRISTIANO DE SOUZA, Maria Cecília Cortez (Orgs). **A memória e a sombra - a escola brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 107-116.

VEIGA, Cynthia G. e FARIA FILHO, Luciano M. de. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. In: **Varia História**. n. 18, p. 203-224, nov, Belo Horizonte, MG: Fafich/UFMG, 1997.

VIDAL, Diana Gonçalves. Apêndice In: MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves e ARAÚJO, Jose Carlos Souza (Orgs.). **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 461 - 463.

_____, Diana Gonçalves. Modernismos, modernidades e educação: o lugar dos intelectuais no Brasil dos anos 1930. In: VAGO, Tarcísio Mauro *et al.* (Orgs.). **Intelectuais e escola pública no Brasil: séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

VIÑAO, Antônio. Culturas escolares y reformas (sobre la natureza histórica de lós sistemas e instituições educativas). In: **Teias**. n. 2, Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Educação/UERJ, p. 99-133, jul./dez, 2000.

XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. **Capitalismo e Escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**. 12 ed. São Paulo: Ática, 2006.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.